

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

EMILIE FAEDO DELLA GIUSTINA DE CAMPOS

**SOCIEDADE CIVIL EM FOCO: FORMA E CONTEÚDO DAS ORGANIZAÇÕES
CIVIS EM GUARAPUAVA (PR)**

PONTA GROSSA

2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

EMILIE FAEDO DELLA GIUSTINA DE CAMPOS

**SOCIEDADE CIVIL EM FOCO: FORMA E CONTEÚDO DAS
ORGANIZAÇÕES CIVIS EM GUARAPUAVA (PR)**

Tese apresentada para obtenção do título de doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Concentração Cidadania e Políticas Públicas.

Orientadora: Dra. Danuta Estrufika Cantóia Luiz
Co-orientadora: Dra. Maria Lúcia Becker

PONTA GROSSA

2018

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

C198 Campos, Emilie Faedo Della Giustina de
Sociedade civil em foco: forma e
conteúdo das organizações civis em
Guarapuava (PR)/ Emilie Faedo Della
Giustina de Campos. Ponta Grossa, 2018.
297f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais
Aplicadas - Área de Concentração:
Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof^a Dr^a Danuta Estrufika
Cantóia Luiz.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Maria Lúcia
Becker.

1.Estado. 2.Sociedade civil.
3.Democracia. 4.Gramsci. 5.Guarapuava.
I.Luiz, Danuta Estrufika Cantóia. II.
Becker, Maria Lúcia. III. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Doutorado em
Ciências Sociais Aplicadas. IV. T.

CDD: 321.8

TERMO DE APROVAÇÃO

Emilie Faedo Della Giustina de Campos

SOCIEDADE CIVIL EM FOCO: FORMA E CONTEÚDO DAS ORGANIZAÇÕES CIVIS EM
GUARAPUVA (PR)

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora no
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela
seguinte banca examinadora:

Ponta Grossa, 26 de março de 2018.

Assinatura pelos Membros da Banca:

Prof.ª Dra. Danuta Estrufika Caniato Luiz – UEPG – Presidente

Prof.ª Dra. Maria Del Carmen Cortizo – UFSC – Partic. Externo

Prof.ª Dra. Carla Cecília Rodrigues Almeida – UEM – Partic. Externo

Prof.ª Dra. Lucía Cortes de Costa – UEPG – Partic. Interno

Prof. Dr. Alfredo Cesar Antunes – UEPG – Partic. Interno

Prof. Dr. Adair Ângelo Dalarosa – UNICENTRO – Suplente Externo

Prof.ª Dra. Augusta Pelinski Raiher – UEPG – Suplente Interno

AGRADECIMENTOS

Reconhecendo a coletividade inerente ao processo de construção do conhecimento, agradeço àqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta tese (ainda que nem todos nominados, mas vivamente presentes em diversas formas e conteúdos).

À orientadora, professora Danuta Estrufika Cantóia Luiz, por quem nutro imensa admiração, agradeço a paciência e generosidade, expressões de seu exemplar comprometimento ético e político, constantes durante esses anos de convívio e trabalho.

Às professoras e professores da banca de qualificação: Giovanni Semeraro, Lucia Cortes da Costa, Carla Almeida, Alfredo Antunes e Maria Lúcia Becker (coorientadora), pelas generosas contribuições ao trabalho. E à professora Maria Cortizo, por aceitar o convite para a banca de avaliação.

Às professoras, professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, onde tive a oportunidade e satisfação de acessar formação acadêmica de qualidade, em uma universidade pública e gratuita, quiçá um dia universal.

Ao Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, em Portugal (especialmente ao coorientador, professor Elísio Estanque), onde fui recebida para realização de estágio de doutoramento.

Aos representantes das organizações civis pesquisadas, sem os quais as análises realizadas não seriam possíveis. Agradeço a disposição em participar da pesquisa e também expresso minha admiração pelo trabalho que desenvolvem.

À equipe do projeto de extensão “Democracia e controle social: perspectivas e vivências no município de Guarapuava-PR”, pelo auxílio na coleta de alguns dados utilizados no trabalho e pelo companheirismo nos estudos e reflexões.

À minha rede pessoal de apoio afetivo, familiares e amigos, todos muito amados.

Ao povo brasileiro que, pelos subsídios da Capes, possibilitou a realização desta pesquisa.

As próprias imagens e metáforas às quais recorrem frequentemente os fundadores da filosofia da práxis fornecem indicações a este respeito: a afirmação de que a economia é para a sociedade o que a anatomia é para as ciências biológicas. Deve-se recordar, também, a luta ocorrida nas ciências naturais para afastar do terreno científico os princípios de classificação baseados em elementos exteriores e frágeis. Se os animais fossem classificados pela cor da pele, do pelo ou das plumas, todos protestariam hoje. No corpo humano, certamente, não se pode dizer que a pele (bem como o tipo de beleza física historicamente dominante) seja mera ilusão, e que o esqueleto e a anatomia sejam a única realidade; todavia, por muito tempo, se disse algo similar. Valorizando a anatomia e a função do esqueleto, ninguém pretendeu afirmar que o homem (e muito menos a mulher) possam viver sem ela. Prosseguindo na metáfora, pode-se dizer que não é o esqueleto (em sentido estrito) que faz alguém se enamorar por uma mulher, mas compreende-se o quanto o esqueleto contribui para a graça dos movimentos, etc. (Antonio Gramsci)

RESUMO

O foco deste estudo se direciona para a análise da forma e do conteúdo das organizações da sociedade civil no contexto particular de uma realidade local, o município de Guarapuava (PR). Mais especificamente, a fim de identificar perspectivas de construção democrática desenvolvidas a partir das práticas das organizações civis em relação com o Estado. O referencial teórico gramsciano é o fundamento a partir do qual se desenvolvem as categorias analíticas. Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é compreender perspectivas de construção democrática no espaço local através da análise da forma e do conteúdo das organizações da sociedade civil em Guarapuava (PR). Para tanto, a amostra da pesquisa compreende organizações civis de fins públicos, conforme tipologia própria de classificação desenvolvida para o estudo. Em virtude da característica do objeto, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, que utilizou os seguintes instrumentos de pesquisa para o alcance dos objetivos: revisão sistemática de literatura, análise documental, entrevista semiestruturada, observação assistemática e análise de categorias. A tese está organizada em três capítulos. No primeiro, são desenvolvidos elementos conceituais acerca das categorias Estado, sociedade civil e democracia, fundamentados no referencial teórico gramsciano. Com a mesma fundamentação teórica, o segundo capítulo apresenta elementos contextuais nacionais: as diversas expressões assumidas pela sociedade civil brasileira após a redemocratização, bem como determinações conjunturais do início do século XXI. O último capítulo adentra o universo empírico da pesquisa, composto por elementos contextuais locais, e apresenta a análise da configuração do universo organizacional da sociedade civil em Guarapuava. Entre os achados da pesquisa, pela luz dos fundamentos teóricos utilizados, destaca-se que, remetidos a parâmetros democráticos, os objetivos, práticas e resultados delineados pelas organizações não se limitam a formulações específicas: nas relações estabelecidas entre si, expressam tanto marcas de um conservadorismo que se desdobra em desarticulação (por isso “gelatinosa”), quanto elementos de uma organização civil a ser fortalecida; ao se relacionarem com o Estado manifestam sua instrumentalização sob a hegemonia neoliberal, localizando suas práticas no âmbito da “pequena política”, sem deixar de conter posicionamentos de resistência e enfrentamento; o que se reflete no tipo de democracia “disfarçada”, produto desse processo (que não é homogêneo e manifesta também germes de elaboração de outros consensos).

Palavras-chave: Estado; Sociedade Civil; Democracia; Gramsci; Guarapuava.

ABSTRACT

This study aims to analyse the form and content of civil society organizations in the particular context of a local reality of the city of Guarapuava (PR). More specifically, in order to identify democratic perspectives developed from the practices of civil organizations in relation with the State. The Gramscian theoretical framework is the foundation from which the analytical categories are developed. Therefore, the general objective of the research is to understand democratic perspectives in the local space through the analysis of the form and content of civil society organizations in Guarapuava (PR). The research sample comprises civil organizations of public purposes classified according to the typology developed for the study. Due to the characteristic of the object, the research is of a qualitative nature which used the following research instruments to reach its objectives: systematic literature review, documentary analysis, semi-structured interview, unsystematic observation and category analysis. The thesis is organized in three chapters. In the first one, conceptual elements are developed in the categories: State, civil society and democracy based on the Gramscian theoretical reference. On the same theoretical basis, the second chapter presents national contextual elements: the various expressions assumed by the Brazilian civil society after redemocratization as well as conjunctural determinations of the beginning of the 21st century. The last chapter enters into the empirical universe of research composed of local contextual elements, and presents the analysis of the configuration of the organizational universe of civil society in Guarapuava. In light of the theoretical foundations, the findings of the research highlight, with reference to democratic parameters, that the objectives, practices and results produced by the organizations are not limited to specific formations. Moreover, their established relationship expresses both marks of a conservatism that unfolds in disarticulation called "gelatinous", and elements of a civil organization to be strengthened. By relating to the state, the organizations manifest their instrumentalization under neoliberal hegemony, locating their practices within the scope of "small politics", although containing positions of resistance and confrontation; what reflect a "disguised-like" democracy, which is a product of a non homogeneous process and also show the germs of elaboration of other consensuses.

Key-words: State; Civil Society; Democracy; Gramsci; Guarapuava.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 – Amostra da pesquisa.....	19
QUADRO 2 – Tipologia das organizações civis.....	129
QUADRO 3 – Organizações identificadas na etapa “bola de neve”	136
QUADRO 4 – Amostra da pesquisa.....	138
QUADRO 5 – Área de atuação	139
QUADRO 6 – Objetivos declarados e principais práticas desenvolvidas.....	141
QUADRO 7 – Parcerias com entidades religiosas	158
QUADRO 8 – Tipo de assessoria.....	160
QUADRO 9 – Participação em conselhos municipal/estadual/nacional.....	163
QUADRO 10 – Participação em mobilizações públicas	163
QUADRO 11 – Representantes das organizações que responderam às entrevistas.....	166
QUADRO 12 – Classificação das Redes Sociais	182
GRÁFICO 1 – Produto Interno Bruto de Guarapuava	118
GRÁFICO 2 – Composição do PIB municipal	119
GRÁFICO 3 – Entidades sem fins lucrativos.....	134
GRÁFICO 4 – Tipos de Fontes de Financiamento.....	146
Gráfico 5 – Contagem de Organização por Abrangência.....	150
GRÁFICO 6 – Forma de atuação da organização	155
GRÁFICO 7 – Atividades realizadas em conjunto com outras organizações.....	160

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Indicadores Sociais do município de Guarapuava (PR)	120
TABELA 2 – Guarapuava: percentagem da renda apropriada por extratos da população	121
TABELA 3 – Percentual de Renda per capita de pobres e extremamente pobres	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CADÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CF/88	Constituição Federal de 1988
CEMPO	Centro Missionário de Apoio ao Campesinato Antonio Tavares Pereira
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
COMDICA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
FIA	Fundo da Infância e Adolescência
GRPCOM	Grupo Paranaense de Comunicação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OS	Organização Social
PIB	Produto Interno Bruto
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
UGAM	União Guarapuavana das Associações de Moradores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	CONTEXTO E PROBLEMA DA PESQUISA	11
1.1	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
1.2	PRESSUPOSTOS DO TRABALHO	20
1.3	ORGANIZAÇÃO DA TESE	22
2.1	ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI – ELEMENTOS CONCEITUAIS ...	33
2.2	DEMOCRACIA E HEGEMONIA	45
3	RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS BRASILEIRAS	55
3.1	ELEMENTOS CONTEXTUAIS NACIONAIS	56
3.2	SOCIEDADE CIVIL: ENTRE DIFERENTES FORMAS E CONTEÚDOS.....	71
3.3	ELEMENTOS CONJUNTURAIS QUE DETERMINAM A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI.....	85
4.	FORMA E CONTEÚDO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM GUARAPUAVA (PR)	106
4.1	O MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA: ELEMENTOS CONTEXTUAIS LOCAIS.....	107
4.1.1	Indicadores econômicos e sociais de Guarapuava.....	117
4.2	RECORTE DO CAMPO DE PESQUISA E APROXIMAÇÃO AO OBJETO DE ESTUDO: TIPOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES CIVIS	124
4.3	CONFIGURAÇÃO DO UNIVERSO ORGANIZACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL EM GUARAPUAVA – A <i>FORMA</i>	133
4.3.1	Panorama da organização civil e amostra da pesquisa.....	133
4.3.2	Área de atuação, objetivos e práticas desenvolvidas.....	138
4.4	PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES CIVIS GUARAPUAVANAS	145
4.4.1	Organização interna.....	145
4.4.2	Práticas desenvolvidas.....	152
4.4.3	Relações estabelecidas entre si e com o Estado	157
4.5	SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA: O <i>CONTEÚDO</i> POLÍTICO DAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES CIVIS EM GUARAPUAVA	166
4.5.1	Uma sociedade civil “gelatinosa”.....	167

4.5.2 O âmbito da “pequena política”	196
4.5.3 Uma “democracia disfarçada”	228
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	269
REFERÊNCIAS	277
APÊNDICE A – Levantamento das Organizações da Sociedade Civil em Guarapuava (PR).....	288
APÊNDICE B – Perfil das Organizações civis de <i>fins públicos</i>.....	289
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada	294
APÊNDICE D – Organização interna	296
APÊNDICE E – Número de participantes	297

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E PROBLEMA DA PESQUISA

Junho de 2013 e as ruas do Brasil são tomadas por multidões a vocalizar insatisfações tão plurais quanto reais. Manifestações de expressões caricaturais que suscitaram variados desdobramentos prático-políticos no âmbito da organização civil, bem como reflexões crítico-analíticas na esfera da produção de conhecimentos. Dezembro de 2015 e o presidente do Congresso Nacional aceita o pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Processo que culmina na destituição do seu mandato, em 31 de agosto de 2016.

Tais fatos, citados de forma extremamente pontual, apenas como apelo à memória do/a leitor/a, delinearam a conjuntura econômica, política e social do tempo presente em que se desenvolveu esta pesquisa. Contexto que se constituiu tanto em desafio quanto amplificou a indubitável relevância de aprofundamento das temáticas aqui desenvolvidas.

Situar a conjuntura que se coloca como pano de fundo no momento da realização do estudo significa considerar que o tempo presente faz a mediação das perguntas que o/a pesquisador/a elabora ao seu problema de pesquisa. Com a ressalva de que houve a cuidadosa vigilância para a não realização de um debate conjuntural, estas questões se fizeram presentes durante o processo investigativo como cenário do período de realização da tese – embora não compondo propriamente objeto e campo de estudos.

Para além das massivas mobilizações de rua, qual o substrato da organização da sociedade civil na contemporaneidade? Esta foi a “questão ponto de partida”, a partir da qual se foram realizando sucessivas aproximações até se chegar a uma síntese do que seria a delimitação do objeto de estudo.

Noutras palavras, as análises aqui apresentadas se desenvolvem a fim de aprofundar a compreensão sobre o modo como se organiza e se expressa a sociedade civil na contemporaneidade (tempo histórico marcado por três décadas incompletas de redemocratização do país), bem como os efeitos sociopolíticos desta configuração.

Direcionar o foco para a temática da sociedade civil demanda considerar toda a pluralidade de possibilidades de arranjos organizacionais e esferas participativas,

institucionalizadas junto à esfera estatal ou não. Diversidade que traz consigo variadas expressões de projetos ideo-sócio-políticos manifestos na configuração e atuação das organizações civis.

Sendo assim, o trabalho de pesquisa sobre essa temática visa superar visões generalizantes sobre o campo, uma maneira de compreender a disputa de significados a respeito do papel do Estado e da sociedade civil que figura no debate político no Brasil na contemporaneidade. Para tanto, o que se propõe é o estabelecimento de uma relação entre a *forma* e o *conteúdo* das organizações civis, no entendimento de que, para cada forma específica estão ligadas práticas sociais determinadas.

A partir dos estudos realizados, entende-se por *forma*: a identificação dos objetivos e práticas desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil; delineamento de sua configuração, do seu *modus operandi*. E por *conteúdo*: relacionado ao desdobramento político das ações realizadas pelas organizações; identificação das relações que estabelece entre si e com o Estado e os resultados das práticas desenvolvidas. Ressalta-se que ambas as esferas se articulam dialeticamente (num movimento de unidade na diversidade), mas serão didaticamente analisadas em separado, com vistas a um processo de síntese interpretativa do objeto de pesquisa¹.

Pactua-se com o entendimento de Martorano (2011, p. 117) acerca da forma, a qual não se trata de “[...] um simples invólucro vazio, passivo, que poderia receber qualquer conteúdo. A forma representa uma condição necessária do conteúdo, sem a qual ele não pode existir”. E com relação ao conteúdo, constata-se que o pluralismo de organizações da sociedade civil não necessariamente significa um aprofundamento substancial da democracia, por isso a relevância da realização de estudos de realidades concretas.

A particularidade do contexto brasileiro é marcada por elementos como as diferenças entre os espaços rurais e urbanos e nestes, as desigualdades entre as

¹ Conforme a figura de linguagem utilizada por Gramsci (2006, p. 390): “[...] a afirmação de que a economia é para a sociedade o que a anatomia é para as ciências biológicas. Deve-se recordar, também, a luta ocorrida nas ciências naturais para afastar do terreno científico os princípios de classificação baseados em elementos exteriores e frágeis. Se os animais fossem classificados pela cor da pele, do pelo ou das plumas, todos protestariam hoje. No corpo humano, certamente, não se pode dizer que a pele (bem como o tipo de beleza física historicamente dominante) seja mera ilusão, e que o esqueleto e a anatomia sejam a única realidade; todavia, por muito tempo, se disse algo similar. Valorizando a anatomia e a função do esqueleto, ninguém pretendeu afirmar que o homem (e muito menos a mulher) possam viver sem ela. Prosseguindo na metáfora, pode-se dizer que não é o esqueleto (em sentido estrito) que faz alguém se enamorar por uma mulher, mas compreende-se o quanto o esqueleto contribui para a graça dos movimentos, etc”.

realidades das grandes e pequenas cidades em um país com 5.570 municípios. Questões que se impõem como desafios para realização de pesquisas e explicações mais generalizantes e de abordagem empírico-qualitativa.

Desse modo, delimitar um enfoque local de investigação implica substituir uma estratégia indutiva, produtora de explicações genéricas, pela construção de explicações genéticas, baseadas em resultados particulares. Trata-se de reconhecer a dupla articulação dos macro-fundamentos presentes na micro-estrutura (ESTANQUE, 2014), o que significa tomar ambas as dimensões em um movimento de codeterminação. Ou, em outras palavras, considerar que o global é constituído pelos processos locais e se manifesta através deles (BRAGA; BURAWOY, 2009). Considera-se, portanto, que análises em escala micro, além de contribuírem para compreensão da realidade local, permitem refletir acerca dos acontecimentos e operacionalizações diferenciadas no território nacional.

Em um movimento de sucessivas aproximações, delimitou-se como objeto de estudo a forma e o conteúdo das organizações civis em Guarapuava (PR) e sua relação com a democracia. Inserida em uma região que concentra oito dos dez municípios com os menores indicadores de desenvolvimento humano (IDH) do Paraná, a singularidade da realidade local é marcada por questões como o pouco dinamismo econômico, grande concentração de renda e relações políticas reprodutoras de relações de poder conservadoras.

Estudos realizados por pesquisadores/as locais também se somaram às análises, especialmente Silva (2005); Tembil (2007); Fávoro (2014) e Fiuza (2016). De modo que esta pesquisa se junta a um conjunto de investigadores/as com o intento de refletir criticamente acerca da realidade de Guarapuava e região.

Sociedade civil e democracia se constituem em temas interdependentes. Essa afirmativa se sustenta no pressuposto de que a efetividade de um Estado Democrático de Direito reside na existência de uma consolidada sociedade civil. Do mesmo modo, a liberdade de associação civil somente pode se efetivar em regimes políticos democráticos.

Importante ressaltar, contudo, não se tratarem de temas unívocos. Ou seja, diferentes significados são atribuídos tanto à noção de democracia quanto de sociedade civil. No desenvolvimento do pensamento social moderno, diferentes paradigmas de interpretação do real vão sendo desenvolvidos e essas distintas interpretações disputam

determinações na realidade. Por isso, importa analisar de qual sociedade civil e de qual democracia se faz referência no uso desses termos.

A partir do pressuposto de que organizações da sociedade civil que se constituem de forma autônoma² em processos de participação política são experiências fundamentais na construção da democracia, o foco deste estudo se relaciona a organizações que surgem e desenvolvem suas ações “fora” do âmbito estatal. Ou seja, se constituem de forma espontânea no âmbito da própria sociedade civil, a fim de apresentar suas demandas ao aparato estatal – das variadas formas em que isso é possível em um contexto democrático³.

Ao referenciar essas organizações como constituídas “fora” do âmbito estatal, as aspas são necessárias em virtude da perspectiva teórica gramsciana de Estado e sociedade civil que fundamenta esta proposta, em um entendimento de que não se tratam de esferas separadas, mas que se constituem mutuamente.

Antonio Gramsci⁴ elabora uma noção integral de Estado que assimila também elementos comuns à noção de sociedade civil, constituída pelo que denomina de “aparelhos privados de hegemonia”, os quais exercem função fundamental de elaboração de consensos necessários à dominação e, movendo-se dialeticamente, também correspondem ao local de disputa hegemônica.

No contexto em que escreve, a expansão do papel do Estado era uma questão política central desde os contextos da União Soviética, Alemanha Nazista e Itália Fascista, até o *New Deal* e América Latina. De modo que o pensador italiano desenvolve sua teoria integral de Estado a partir do imbricamento entre o público e privado, o que faz com que o domínio hegemônico deite raízes no local de trabalho, no lar, na escola, no cinema etc. Sendo assim, o que se propõe neste estudo é a assimilação da contribuição de Gramsci acerca do conceito de sociedade civil à luz de fatores que ele, historicamente, não poderia levar em conta, como a proliferação de organizações não governamentais e os “novos movimentos sociais”, por exemplo. Tais configurações contemporâneas de “aparelhos privados de hegemonia” se somam às “tradicionais”

² Em relação ao Estado – organizações civis que se formam sem institucionalização no âmbito estatal.

³ Entre as quais citam-se como exemplo movimentos sociais, associações de moradores, ONGs, fóruns, etc.

⁴ O estudo recorre à edição brasileira dos Cadernos do Cárcere (1999-2002), bem como a intérpretes brasileiros do pensamento gramsciano, principalmente Carlos Nelson Coutinho; Giovanni Semeraro; Ivete Simionatto; Marco Aurélio Nogueira e Danuta Estrufika Cantóia Luiz.

organizações de classe, como os partidos políticos e os sindicatos. A exemplo do movimento do pensamento do próprio autor, que reelabora vários conceitos da teoria clássica, é necessário expandir as análises para não perder importantes aspectos da sociedade do século XXI.

Ao localizar a sociedade civil enquanto *locus* de disputa pela hegemonia é que se coloca a questão da democracia. Há, na tradição do pensamento marxista, um tratamento da temática em seus fundamentos teóricos, ideológicos, prático-políticos e valorativos de forma não-restritiva, mas enquanto construção de um alternativo projeto hegemônico. Dessa maneira, se estabelece uma diferenciação de níveis da democracia: remetida ao âmbito formal-institucional ou à sua substância (WOOD, 2011; BORÓN, 2010; DURQUETTO, 2007).

De acordo com Martorano (2011 p. 140), boa parte da análise marxista sobre a democracia se esforça no sentido de desvendar seu conteúdo social, mais do que sua forma institucional. Trata-se de uma crítica a uma noção de democracia que valoriza apenas aspectos formais, das chamadas “regras do jogo” institucional, atribuindo-lhes, por si só, “[...] a vigência da democracia como simples efeito de sua adoção em toda e qualquer circunstância, sem levar em conta outros fatores”.

A democracia concebida enquanto forma de disputa pela hegemonia, pensada a partir das relações entre Estado e sociedade civil, demanda uma análise crítica das relações sociopolíticas brasileiras. Logo, tratar dessas relações historicamente estabelecidas, e mais especificamente, de relações sociopolíticas democratizadas em um contexto local, imprime relevância aos esforços de análise do heterogêneo universo organizacional da sociedade civil e suas implicações no processo de construção democrática na contemporaneidade.

Muitos são os estudos, no campo das Ciências Sociais, sobre a temática em tela. Contudo, apesar de tantos e variados, bem como da valorização da sociedade civil sob diversas intencionalidades, são escassos os que se dedicam a investigar o *modus operandi* de organizações civis reais, localizadas espacialmente e datadas historicamente.

Por isso, com a intencionalidade de avançar na leitura de manifestações concretas da realidade social, esta pesquisa recorre ao estudo de organizações da sociedade civil de um ponto de vista empírico específico ao invés de tratá-la como uma

abstração socialmente indeterminada. De modo que a abordagem incide sobre o contexto local do município de Guarapuava (PR).

O tema ao qual se propõe tratar é analisado a partir de uma abordagem teórico-metodológica e empírica singulares: elaboração de uma tipologia/categorização própria para análise transversal⁵ de segmentos organizacionais da sociedade civil. A originalidade do estudo realizado se localiza na abordagem simultânea e relacional de variados segmentos organizacionais da sociedade civil (movimentos sociais, associações e organizações não governamentais); acrescida da originalidade das fontes (dados não sistematizados no município de Guarapuava).

Considera-se o argumento de Lavalley; Szwako (2015) de que o contexto sociopolítico brasileiro das últimas duas décadas demanda por interpretações baseadas em categorias relacionais, de médio alcance, menos preocupadas em resguardar alguma essência virtuosa dos atores da sociedade civil. Trata-se de um posicionamento teórico que privilegia a interdependência e as interações entre Estado e sociedade civil como viés de análise, o qual se configura em subsídio para uma leitura crítica de compreensões dicotômicas.

Assumir a mútua determinação entre Estado e sociedade civil significa compreender os fenômenos sociopolíticos a partir de uma perspectiva de relações e continuidades, e não de separação, com foco na codeterminação entre eles, em outras palavras, em seu caráter mutuamente constitutivo. Trata-se de uma perspectiva teórico-metodológica que se dedica a apreender as dinâmicas de relação entre ambos.

Em síntese, o foco deste estudo se direciona para a análise da forma e do conteúdo das organizações da sociedade civil no contexto particular de uma realidade local, neste caso, o município de Guarapuava (PR). Mais especificamente, a fim de identificar perspectivas de construção democrática desenvolvidas a partir das práticas das organizações da sociedade civil em relação com o Estado.

Delimitação a partir da qual se problematiza a respeito de como a sociedade civil brasileira se expressa, em termos de democracia, quase três décadas após a democratização político-institucional. Diante disto, um conjunto de questões

⁵ Destaca-se que as produções de conhecimento no campo das organizações da sociedade civil na literatura brasileira tratam, mais comumente, da análise específica de um segmento organizacional: movimentos sociais, ou ONGs, ou associações, etc. A proposta desta pesquisa é elaborar uma análise conjunta de diferentes segmentos organizacionais da sociedade civil. Daí a elaboração de uma tipologia/classificação específica ao objeto estudado – fundamentada no referencial teórico gramsciano, recorrendo a estudiosos brasileiros e adequada à realidade local em foco.

orientadoras da pesquisa é apresentado: a) de que forma se organiza a sociedade civil em Guarapuava? (Quem são, como funcionam, quais suas demandas, práticas, objetivos etc.).

Delineada uma configuração geral das organizações civis – e com o intuito de uma análise crítica relativa às práticas desenvolvidas – buscou-se saber: b) qual é o conteúdo político das práticas desenvolvidas? Que tipo de relações as organizações da sociedade civil estabelecem entre si e com o Estado? Quais espaços elas ocupam em termos de decisão política? Quais os resultados, em termos de democracia, foram alcançados nas suas práticas? Qual tendência de democracia tem sido projetada pelas organizações da sociedade civil?

A partir dessas questões se estabeleceu o objetivo geral da pesquisa: compreender perspectivas de construção democrática no espaço local através da análise da forma e do conteúdo das organizações da sociedade civil em Guarapuava (PR). Ao qual se somam os seguintes objetivos específicos: i) traçar um panorama da configuração das organizações da sociedade civil em Guarapuava; ii) elaborar um perfil das organizações civis classificadas como de fins públicos, conforme tipologia estabelecida; iii) analisar as relações estabelecidas das organizações entre si e com o Estado; e iv) identificar as possíveis contribuições das organizações da sociedade civil para o fortalecimento da democracia no município.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de alcançar os objetivos propostos, a metodologia desenvolvida seguiu os preceitos de uma pesquisa qualitativa para abordar a problemática, em função do que demanda o objeto. Segundo Minayo (2004, p. 57), esta forma de pesquisa “[...] se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”. Perspectiva que se aplica ao objeto de estudo.

A revisão sistemática de literatura foi utilizada como instrumento para possibilitar a fundamentação das categorias teóricas concernentes ao tema, principalmente no que se refere aos conceitos de Estado, sociedade civil e democracia. Ao que se somou um esforço crítico-reflexivo acerca do processo histórico de

constituição da sociedade civil brasileira e sua configuração na contemporaneidade, bem como as singularidades do contexto local.

O campo empírico da pesquisa é o município de Guarapuava (PR), de onde foram selecionadas organizações civis para amostra da investigação. Fundamentado na perspectiva gramsciana de sociedade civil, o universo da pesquisa se constituiu de organizações autônomas, ou seja, de formação espontânea no interior da própria sociedade civil, não institucionalizadas a partir do Estado⁶.

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, foram definidas três etapas metodológicas de coleta de dados:

1) Levantamento das organizações da sociedade civil do município. Para a realização de um panorama geral, a definição das organizações pesquisadas não se deu *a priori*, mas empiricamente, a partir de informações obtidas junto a instituições locais como a Câmara Municipal de Vereadores (por meio das Leis de Utilidade Pública Municipal); a Secretaria dos Conselhos (entidades cadastradas junto aos conselhos) e dados do Instituto GRPCOM (relação de ONGs atuantes no município). As informações serviram como ponto de partida para que, por meio da utilização da técnica “bola de neve” (*snowball*), fosse delimitado o universo organizacional da sociedade civil na cidade. Informações básicas das instituições foram coletadas por meio de um formulário de cadastro (Apêndice A) e sistematizadas na seção 4.3 “Configuração do universo organizacional da sociedade civil em Guarapuava – a forma”.

2) Perfil das organizações civis de fins públicos. Após a caracterização do universo das organizações civis existentes no município, procedeu-se na investigação do conteúdo político das práticas desenvolvidas – na perspectiva de construção democrática. Para tanto, foram aplicados questionários (Apêndice B) que possibilitaram delinear um perfil mais detalhado da configuração e das ações desenvolvidas pelas organizações civis de fins públicos⁷, apresentadas na seção 4.3.1 “Perfil das organizações civis guarapuavanas”. A classificação como organizações civis de fins públicos serviu como critério de seleção para composição da amostra da pesquisa:

⁶ Consequentemente, excluíram-se os espaços participativos de instituições colegiadas e representativas.

⁷ De acordo com tipologia própria elaborada tendo em vista os objetivos da pesquisa e apresentada na seção 4.2 “Recorte do campo de pesquisa e aproximação ao objeto de estudo: tipologia das organizações civis”.

QUADRO 1 – Amostra da pesquisa

ORGANIZAÇÕES CIVIS DE FINS PÚBLICOS
Caritas Socialis
Instituto Educacional Dom Bosco
Centro de Nutrição Renascer
Centro Educacional João Paulo II
Observatório Social de Guarapuava
União Guarapuavana das Associações de Moradores – UGAM
Associação de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Humano Outro Olhar
Centro Missionário de Apoio ao Campesinato Antonio Tavares Pereira – CEMPO
Movimento de Mulheres da Primavera

Fonte: A autora.

3) Coleta de dados qualitativos. A fim de subsidiar uma análise mais profunda do conteúdo político das ações desenvolvidas pelas organizações, impôs-se a necessidade de coleta de dados qualitativos obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas⁸ (Apêndice C) realizadas com representantes das organizações civis de fins públicos caracterizadas na Etapa nº 2, as quais constituíram a amostra selecionada para análise. Os dados coletados compõem a seção 4.4 “Sociedade civil e democracia: o conteúdo político das práticas desenvolvidas pelas organizações civis em Guarapuava”.

Acrescida a essas três etapas, e perpassando-as continuamente, tem-se a realização de observações assistemáticas como forma de desvendar a realidade e de contribuir no alcance dos objetivos da pesquisa.

Em termos de coleta de dados, procedeu-se na utilização de variados instrumentos e fontes, o que, no contexto das Ciências Sociais, se justifica no argumento de que a realidade deve ser interpretada a partir de aproximações sucessivas na busca dos determinantes dos fenômenos, nas suas múltiplas configurações. Ou seja, no exercício da pesquisa, é preciso que a realidade seja analisada sob vários aspectos.

Nesse sentido, a utilização de uma metodologia de triangulação de dados contribuiu para a tarefa de olhar para a realidade em busca de suas múltiplas determinações, recorrendo a variados instrumentos de coleta de dados, que permitiram

⁸ A escolha pela realização de entrevistas se baseia no fato de possibilitarem “[...] coletar informações detalhadas quanto à experiência social dos sujeitos participantes da pesquisa”, os quais, ao manifestarem sua interpretação sobre o objeto de pesquisa, permitiram o acesso a informações mais profundas e detalhadas (FERREIRA; SCHIMANSKI; BOURGUIGNON, 2012, p. 143).

“[...] construir uma cadeia de evidências, dando destaque ao que as pessoas dizem (entrevistas), ao que se vê as pessoas fazendo (observações) e ao que elas fazem ou produzem (questionários)” (FERREIRA; SCHIMANSKI; BOURGUIGNON, 2012, p. 141).

A coleta de dados em diversas fontes gerou uma grande quantidade de material empírico, o que demandou, no contexto da metodologia científica, sua codificação e análise. Depois de coletados, os dados foram organizados e documentados para então serem analisados à luz da fundamentação teórica. A documentação dos dados coletados foi categorizada em unidades de texto que se repetiam, inferindo uma expressão que as representasse, organizadas em categorias: classes que reúnem um grupo de elementos sob um título genérico. Pois, a categorização possibilita conhecer índices invisíveis ao nível dos dados brutos e tem como objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados (BARDIN, 2004).

Bauer (2002) explica que, por meio da sistematização de regras de categorização, o conteúdo da informação é transformado, partindo dos dados em direção ao seu contexto. Os dados brutos foram tratados, transformados e agregados em unidades categoriais, as quais permitiram descrever características inerentes ao conteúdo da mensagem. “[...] O que aparece como uma sequência, da teorização para a amostragem e para a codificação é, na verdade, um processo iterativo” (BAUER, 2002, p. 198). O que significa dizer que todas as etapas metodológicas do estudo se mesclaram para compor o todo.

1.2 PRESSUPOSTOS DO TRABALHO

Como síntese de todo esse processo, partiu-se do pressuposto de que as expressões da sociedade civil na contemporaneidade, em Guarapuava, demonstram o caráter heterogêneo e contraditório inerente a este universo. Heterogeneidade que se manifesta nas variadas formas de organização e desenvolvimento de práticas, as quais, no contexto pesquisado, se configuram, em ordem de recorrência, como ONGs, associações e movimentos sociais; desenvolvendo práticas que vão desde a prestação de serviços socioassistenciais até reivindicações e mobilizações públicas. E, se as formas são variadas, tampouco os conteúdos políticos produzidos pelas práticas desenvolvidas

podem ser simplificados. O movimento de ultrapassar a aparência em direção à essência dos fenômenos intencionado pelo processo de pesquisa revelou que, remetidos a parâmetros democráticos, os objetivos, práticas e resultados delineados pelas organizações não se limitam a formatações específicas.

Essencialmente, o universo civil organizacional de Guarapuava expressa a instrumentalização da sociedade civil sob a hegemonia do bloco histórico neoliberal, não orientadas, teleologicamente, no sentido de uma democracia substantiva. O que significa que prevalecem configurações e práticas (forma e conteúdo) limitadas a uma concepção restrita de democracia, que não influenciam, ou influenciam de forma pouco expressiva, os condicionantes estruturais das relações sociopolíticas historicamente estabelecidas em um contexto local, que são expressões de um contexto nacional e também global.

Contudo, esse processo não é livre de resistências e enfrentamentos. Ressalta-se que essas considerações não podem ser deslocadas do viés contraditório e de unidade na diversidade que conduz as análises elaboradas. Ou seja, não se trata de classificar as organizações como “democráticas” ou “não-democráticas”, mas de analisar os múltiplos determinantes que configuram a realidade local analisada, bem como identificar as potencialidades latentes ou pouco manifestas de concepções hegemônicas alternativas.

Essas elaborações se fundamentam na conceituação gramsciana de sociedade civil, entendida como esfera constituída por aparelhos privados de hegemonia (privados porque não estatais, mas de função pública), e enquanto *lócus* de produção e reprodução da dominação exercida por meio da elaboração de consensos, da capacidade de direção exercida por uma classe sobre o conjunto da sociedade. Além disso, é também na esfera da sociedade civil que se localizam as possibilidades de rupturas com a dominação hegemonicamente estabelecida, de disputas contra-hegemônicas.

Tal perspectiva não é predominante nas interpretações contemporâneas desta categoria, dentre as quais se sobressai uma leitura homogeneizante e despolitizadora da sociedade civil. Um esvaziamento teórico e prático-político que acaba por limitar as suas práticas ao âmbito da “pequena política”, das ações pontuais e emergenciais, de expressividade na aparência dos fenômenos, sem alterações nas relações estruturais de dominação estabelecidas socialmente – estas últimas identificadas no âmbito da “grande política”, conforme a elaboração gramsciana.

Entretanto, há que se ter em mente que a hegemonia da “pequena política” é reflexo de um projeto de “grande política”, ou seja, o modo como a sociedade civil se organiza e se expressa em termos de conteúdo político é engendrado a partir de uma direção político-ideológica (e por isso hegemônica) que instrumentaliza suas ações de acordo com os interesses de uma classe particular transmutados em interesse geral. Nas palavras de Gramsci (2007, p. 21), “[...] é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política”.

1.3 ORGANIZAÇÃO DA TESE

A tese está organizada em três capítulos de sequência lógica e interativa. Percorrendo um caminho que parte da universalidade da teoria, o primeiro capítulo tem como objetivo demarcar o paradigma teórico gramsciano de Estado/Sociedade Civil e Democracia que fundamenta a pesquisa – compondo um quadro de conteúdos conceituais.

O segundo capítulo apresenta a composição de um quadro contextual nacional, com recorte temporal a partir do segundo quartel do século XX até 2013, por meio da utilização de conceitos gramscianos para interpretação do contexto sociopolítico brasileiro no que tange às relações democráticas.

Como desdobramento dos momentos anteriores, o terceiro capítulo adentra o universo empírico da pesquisa, objetivando analisar a forma e conteúdo das organizações da sociedade civil em Guarapuava (PR). O texto está estruturado de forma a apresentar a singularidade do contexto de relações sociopolíticas do município; e relata o processo de recorte do campo de pesquisa e de aproximação ao objeto – por meio da elaboração de uma tipologia das organizações civis própria para o desenvolvimento do estudo.

Ainda no terceiro capítulo estão apresentados os dados coletados na pesquisa de campo, organizados em dois momentos:

1) **Configuração do universo organizacional da sociedade civil em Guarapuava – a forma.** Correspondente à organização dos dados coletados nas etapas 1 e 2 propostas na metodologia da pesquisa, referentes à configuração das organizações civis existentes no município. A partir disso foi possível elaborar um panorama do

universo organizacional da sociedade civil em Guarapuava, com olhar analítico sobre as práticas desenvolvidas pelas organizações civis de fins públicos.

2) Sociedade civil e democracia: o conteúdo político das práticas desenvolvidas pelas organizações civis. Uma vez delimitado o panorama geral das organizações da sociedade civil no município, parte-se para a caracterização e análise do conteúdo político das práticas desenvolvidas.

No tecer das análises interpretativas foram elaboradas três categorias emergentes do contexto empírico em articulação com o referencial teórico: i) uma sociedade civil “gelatinosa”⁹; ii) o âmbito da “pequena política”; e iii) uma “democracia disfarçada”. Ao entrelaçar os fios analíticos, a trama produzida possibilitou considerar que, no universo das organizações pesquisadas, as relações que estabelecem entre si revelam tanto as marcas de um conservadorismo que se desdobra em variadas facetas, mas principalmente na forma de desarticulação, quanto elementos organizativos a serem fortalecidos.

Consequentemente, essa sociedade civil “gelatinosa”, ao se relacionar com o Estado, produz um conteúdo localizado no âmbito da “pequena política”, sem deixar de conter posicionamentos de resistência e enfrentamento. O que significa identificar algumas nuances da função superestrutural que as organizações, enquanto aparelhos privados de hegemonia, cumprem no bloco histórico neoliberal, em uma manifestação empírica local.

E, se a hegemonia neoliberal, para ser possível, depende da instrumentalização da sociedade civil, isso é refletido no tipo de democracia produto desse processo. Considerar a democracia “em conexão com o conceito de hegemonia”, conforme propõe Gramsci, revela a complexidade da temática, pois, ainda que “gelatinosa” e instrumentalizada pelo neoliberalismo (“pequena política”), é na sociedade civil que se localiza a alternativa de resistência e enfrentamento às forças neoconservadoras reprodutoras de desigualdades e dominação, bem como a possibilidade de elaboração de novos consensos e disputa (sempre democrática) pela hegemonia.

⁹ Expressão parafraseada do léxico gramsciano.

2. ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA: FORMA E CONTEÚDO

Estado e sociedade civil se constituem em temas interdependentes enquanto abstrações teóricas da realidade social concreta, compreendida em uma perspectiva de totalidade. Tal pressuposto fundamenta a opção por analisar esses dois conceitos conjuntamente, entendendo se tratarem de categorizações teóricas que compõem uma unidade de materialização na realidade social. Ou seja, não existe sociedade civil sem Estado e vice-versa. Do mesmo modo que, conforme a interpretação que se tem de um, se manifesta o entendimento do outro. Trata-se de uma interpretação/relação de unidade-distinção dialética inerente à realidade.

Este capítulo trata, portanto, de questões relacionadas à sociedade civil e ao Estado na modernidade e na atualidade, a partir de uma abordagem essencial da conceituação teórica e da análise das relações balizadas pela democracia no sócio metabolismo brasileiro.

O conceito de Estado, e consequentemente de sociedade civil, sob os marcos da modernidade, demarca um outro modelo de civilização (a partir do século XVI). Projeto que surge na Europa e se expande pelo mundo, fundamentado em uma perspectiva teórica da razão secularista, a qual tem expressões na contemporaneidade.

O pensamento moderno, ao afirmar a igualdade de todos os seres humanos diante da razão, instaura uma ideia universalizadora (todos são iguais) e individualizante. Trata-se da liberação plena do indivíduo, extraindo-o da matriz coletiva, e defendendo a hipótese de que “[...] homens isolados, se uniram por razões utilitárias para formarem a sociedade civil” (ROUANET, 1993, p. 15).

O advento da modernidade altera radicalmente o estatuto do indivíduo, que passa a ser reconhecido por si mesmo, independentemente do seu pertencimento a coletividades, o que não significa, no entanto, que ficou assegurada sua independência. Pois, apesar do foco individualizante, há a necessidade de organização em sociedade para assegurar sua sobrevivência e desenvolvimento (CASTEL, 2005).

As teorias que procuram traduzir esse fenômeno de constituição das sociedades modernas falam da passagem de um “estado de natureza” para uma ordem social e civil construída sobre a vontade humana e a capacidade individual. Destaca-se a contribuição

dos autores tradicionalmente chamados de contratualistas¹⁰: Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau em suas construções a respeito do Estado e da sociedade civil, cujas reflexões representam um novo entendimento acerca da legitimação do poder do Estado moderno – a ideia de Estado-razão. Com convergências e divergências particulares ao pensamento de cada um¹¹, ressalta-se a defesa do argumento de que o poder estatal é racional e socialmente pactuado e precisa de legitimidade para ser exercido.

Essa breve retrospectiva é necessária para compreender o desenvolvimento do conceito de Estado e sociedade civil, e para entender melhor como Antonio Gramsci os reinterpreta. Mas, antes de entrar no mérito desse autor, é preciso fazer referência a Georg Wilhelm Friedrich Hegel e a Karl Marx, que o antecederam e influenciam.

Em um posicionamento de crítica ao contratualismo, as contribuições desses dois autores sobre o conceito de Estado e sociedade civil partem da leitura de um Estado burguês liberal já consolidado. Na tradição do pensamento político moderno, o tema da sociedade civil ganha *status* filosófico mais denso a partir de suas formulações. “Ambos sinalizando a tensão entre a sociedade civil e o Estado, o *bourgeois* e o *citoyen*, ou a tensão entre a parte e o todo” (MENDES, 2012, p. 236).

¹⁰ A base fundante do contratualismo é o pressuposto do direito natural, a interpretação jusnaturalista. Para os jusnaturalistas, o indivíduo (fenômeno que surge na modernidade) é portador de direitos naturais, inatos. Esses direitos naturais são anteriores à formação da sociedade e, a partir da leitura dos contratualistas, os direitos civis fundam-se posteriormente. Desse modo, a teoria jusnaturalista molda as doutrinas políticas de tendência individualista e liberal, limitando o exercício do poder estatal à uma funcionalidade inerente a direitos individuais. Fundamentada na perspectiva jusnaturalista se fortaleceu a teoria contratualista, o argumento dos contratualistas é contrário à legitimidade da lei divina – prevalece o direito civil, fundamentado na lógica racionalista de legitimidade do Estado, por meio do contrato social pactuado pelos indivíduos na busca de segurança. A necessidade de ser protegido, e a incapacidade do indivíduo em proteger e proteger-se é o imperativo assumido para se viver em sociedade. Para os contratualistas, é o consenso daqueles sobre quem o poder estatal é exercido que legitima o poder político, o que é expresso por um pacto ou contrato social, pela livre associação dos indivíduos com relação às normas da vida em sociedade, às quais se submetem renunciando sua liberdade individual e natural, com vistas à segurança e ao desenvolvimento (COSTA, 2006).

¹¹ Em Hobbes e Locke o indivíduo “natural”, resguardadas suas diferenças, apresenta os mesmos traços “possessivos” do indivíduo da era burguesa. “[...] Os indivíduos se organizariam em sociedade apenas para melhor garantir sua segurança pessoal e suas propriedades ameaçadas no estado de natureza”. Já o argumento de Rousseau é oposto: a possessividade não é um atributo natural do indivíduo, mas “[...] apenas uma de suas virtualidades, que pode ou não ser atualizada pelo processo de socialização” (COUTINHO, 2011, p. 18). Em Rousseau, as determinações essenciais do homem enquanto homem não são atributos naturais, pré-sociais, mas resultam do processo de socialização e, a estipulação de um contrato social rousseauiano não tem como objetivo a conservação de um mundo de indivíduos privados (como em Hobbes e Locke). Coutinho (2007) sugere que Rousseau antecipa a teoria gramsciana da hegemonia, ao propor que o contrato democrático deve ser legitimado não apenas com relação às formas de participação política, mas é necessário também um consenso sobre o conteúdo social de organização do corpo político. Ao articular a democracia com a ideia de contrato, ou seja, de consenso, Rousseau anteciparia a noção gramsciana de hegemonia.

A filosofia hegeliana, assim como a jusnaturalista, é caracterizada pela defesa do Estado-razão, ou seja, da explicação racional para a legitimação do poder do Estado. Contudo, em Hegel a racionalidade da organização da vida social está contida no Estado, e não no indivíduo. O fundamento inicial para a formação do Estado é a razão ou o espírito absoluto, “[...] pois a racionalidade não é atribuída ao indivíduo, e sim ao Estado, como objetividade histórica” (COSTA, 2006, p. 36). Segundo Hegel, o indivíduo não é uma realidade isolada; o Estado é a objetivação histórica da razão, e não o indivíduo.

A teoria contratualista toma como modelo de constituição do Estado – da passagem do estado de natureza para o estado civil – uma figura do direito privado, o contrato, o qual “[...] estatui relações de obrigatoriedade entre os pactuantes que nada têm a ver com a substancialidade, universalidade e eticidade da vida estatal” (WEFFORT, 2001, p. 107).

Para Hegel, a esfera pré-estatal é historicamente produzida, e não um estado de natureza – conforme os jusnaturalistas. “Família e sociedade civil – as esferas que aparentemente estão fora e são anteriores ao Estado – na verdade só existem e se desenvolvem no Estado. Não há história fora do Estado. Não há nada fora da história” (WEFFORT, 2001, p. 106).

A crítica de Hegel às teorias contratualistas se relaciona também às convenções que nascem de uma mentalidade mercantilista transferida para o âmbito da política e da organização da sociedade. Argumenta que um Estado que tenha as dimensões da universalidade, destinado a garantir o direito de todos, não pode se originar de um contrato particular entre indivíduos privados, orientados por uma concepção individualista e utilitarista de mundo. Trata-se de uma crítica às pretensões da burguesia de se passar como classe universal e se projetar como referência fundamental na organização da sociedade (SEMERARO, 2013).

[...] Para Hegel, tal como o trabalho não é mero meio de sobrevivência, mas *obra ética de um povo*, o Estado é definido como *substância ética*, como *totalidade orgânica de um povo*, como a vontade coletiva plenamente consciente de si, onde o indivíduo se reconhece e alcança a universalidade, em contraposição à mentalidade mercantilista, contratualista e individualista da burguesia, que separa economia de política, público de privado, sociedade civil de Estado (SEMERARO, 2011, p. 471).

Disso decorre a necessidade do Estado entendido não como construção artificial de indivíduos que se sentem ameaçados no seu patrimônio e resolvem se reunir para criar um aparelho exterior de poder. Hegel não entende o Estado como aparelho exterior, mas como uma comunidade de pessoas conscientes e livres, um tecido ético-político, expressão suprema da razão, onde se alcança o nível mais elevado da sua realização, para além da esfera imperfeita da sociedade civil. “A filosofia hegeliana rompe com a perspectiva individualista presente na teoria contratualista, segundo a qual os indivíduos, por um ato de vontade, criam a sociedade e o Estado” (COSTA, 2006, p. 36).

Nas palavras do autor, “a evolução da ideia tem mostrado, pelo contrário, que o espírito, livre e racional que é, constitui em si a moralidade objetiva, que a verdadeira ideia é a razão realizada e que esta é o que existe como Estado” (HEGEL, 1997, p. 240). Estabelece na sua filosofia do direito uma relação dialética entre Estado, família e sociedade civil, entre as esferas da universalidade (Estado) e as singularidades (indivíduo).

A família, a sociedade civil e o Estado são instituições de uma sociedade cujos elementos constituem desdobramentos da eticidade. A eticidade dá-se no sentido de integração dos interesses particulares e universais, representado na figura do Estado ético.

Hegel descreve a família como a esfera da eticidade natural, *locus* a partir do qual cada membro se conecta ao outro por intermédio de laços amorosos. Todavia, percebe que a economia moderna não está restrita à esfera familiar, ou seja, as novas relações econômicas da modernidade acontecem além do âmbito estritamente familiar, ampliando os círculos de sociabilidade. Disso provém a necessidade de ultrapassar a particularidade ética da família em direção à universalidade do Estado ético (MENDES, 2012).

Nas palavras de Hegel (1997, p. 205 – *grifo nosso*):

É a família como todo substancial que começa por cumprir a proteção do indivíduo, tanto do ponto de vista dos meios e aptidões necessários para ganhar a sua parte da riqueza coletiva como daquele da subsistência e manutenção caso ele se mostre incapaz. Mas a sociedade civil quebra estes laços, aliena uns dos outros os membros da família e reconhece-os como pessoas independentes. No lugar da natureza inorgânica e do patrimônio onde o indivíduo obtinha a sua subsistência, coloca a sociedade civil o seu próprio terreno, e da sua contingência torna dependente a subsistência da família

inteira. **O indivíduo passa, pois, a ser um filho da sociedade civil.** Pode esta reclamá-lo, mas o indivíduo adquire direitos sobre ela.

Nesse movimento de superação da particularidade na universalidade, a sociedade civil se apresenta como mediadora entre a família e o Estado, como o estado exterior das necessidades:

[...] uma espécie de campo de batalha onde ocorre a luta de todos contra todos na satisfação de suas carências e suas necessidades. Tal situação nos remete à ideia hobbesiana da guerra de todos contra todos, instaurado no estado de natureza, com o diferencial de que Hegel a situa no campo da sociedade civil burguesa, e não no suposto estado de natureza do jusnaturalismo (MENDES, 2012, p. 237).

Em Hegel a sociedade civil é burguesa, isto é, econômica, entendida como uma esfera de conflitos, com oposição de interesses privados, os quais são superados na esfera pública do Estado. “[...] Em um processo dialético, os diferentes momentos da eticidade estão relacionados, a família é superada pela sociedade civil burguesa, a qual é superada pelo Estado”. Para o autor, então, é o Estado que garante o bom funcionamento da sociedade civil (COSTA; MOREIRA, 2013, p. 254).

Em suma, a natural dissolução da família é absorvida pela sociedade civil, por meio de mediações promovidas por várias instituições aí presentes (com destaque para as relações trabalhistas e as corporações). E o Estado é a condição da existência e antecedente racional da sociedade civil (MENDES, 2006).

É por isso que, na realidade, o Estado é, em geral, o primeiro. Na sua intrinsecidade, a família desenvolve-se em sociedade civil, e o que há nestes dois momentos é a própria ideia do Estado. No desenvolvimento da sociedade civil, a substância moral alcança a sua forma infinita (HEGEL, 1997, p. 216).

Sendo assim, o Estado se caracteriza como resultado do processo do direito e da eticidade, como forma acabada da sociabilidade que tem início na família (âmbito dos sentimentos) e na sociedade civil (âmbito do entendimento), entendido como a esfera dos interesses públicos e universais, onde as contradições da sociedade civil são superadas.

Ao trilhar o caminho do reino das necessidades ao mundo da eticidade, Hegel associa sociedade civil, família e corporações ao sentido ético universal do Estado. Marx, ao criticar o pensamento hegeliano, procura desmistificar o papel do Estado, que para Hegel seria o divino na terra (MENDES, 2006). Embora assimile os avanços de

Hegel, ao criticar a reconciliação idealista do Estado das reais contradições da sociedade civil burguesa, Marx demarca que o Estado não pode ser entendido fora das relações sociais de produção e reprodução (SEMERARO, 2011, p. 471).

Para além dos pressupostos hegelianos, Marx (2007) desenvolve sua crítica ao Estado burguês liberal e ao seu caráter de classe. Diferentemente de Hegel, Marx defende o argumento de que não é o Estado que cria a sociedade civil, mas ela que o estabelece e o legitima. “[...] É célebre a afirmação de Marx de que, em Hegel, a dialética estava de cabeça para baixo. Ele contestou o conceito de Estado elaborado por Hegel confrontando-o com a realidade do Estado liberal existente” (COSTA; MOREIRA, 2013, p. 259). Ao negar a universalidade do Estado hegeliano, a definição marxiana é de que o Estado expressa as particularidades da sociedade civil e suas relações de classe.

De acordo com Hegel, as contradições e os conflitos existentes na sociedade civil poderiam ser resolvidos na esfera superior e conciliadora do Estado. Marx critica essa visão e mostra que não é possível imaginar e superar os conflitos existentes na sociedade civil com uma concepção mistificada do Estado. Antes de transferir a solução para um Estado que não é neutro, é necessário analisar e enfrentar as contradições da sociedade civil (SEMERARO, 2013).

A concepção de Estado para Marx é desenvolvida a partir da noção de propriedade privada e da divisão social do trabalho. O Estado moderno criaria as condições necessárias para o desenvolvimento das relações capitalistas. Sua função seria a de fazer com que os interesses de uma classe particular fossem impostos como o interesse geral da sociedade. Funcionaria como um comitê executivo das classes dominantes, concepção que, fundamentalmente, explicita o caráter de classe inerente à constituição do Estado.

Ao desenvolver o conceito de sociedade civil, observa a premissa de que toda a história humana é a existência de homens vivos fundamentada na garantia dos meios de existência por meio da produção e intercâmbios de bens – o que nada mais é do que a autoconstrução de sua existência pela medição do trabalho (NETO, 2010). Ou seja, para Marx sociedade civil (enquanto esfera da produção e reprodução da vida material) e estrutura econômica são a mesma coisa. E o Estado é um produto desta, e não, conforme Hegel, uma esfera independente e com racionalidade própria. Sendo assim, o Estado não funda a dinâmica da sociedade civil, mas a expressa (DURIGUETTO, 2007).

Além da estrutura econômica, a vida implica também a produção de ideias e representações, ou seja, consciência e subjetividade (razão, valores e sentimento). Esses momentos superestruturais formam uma unidade indissolúvel e estão intimamente ligados à atividade material dos homens (MARX; ENGELS, 2007). Em outras palavras, “[...] a sociedade capitalista se estrutura a partir da relação dialética entre a base produtiva, a organização das classes sociais, as normas jurídicas e os interesses que se fazem representar no Estado” (COSTA, 2006, p. 37).

Conforme Marx e Engels (2007), o centro não é o Estado, mas a sociedade civil enquanto conjunto das relações materiais entre os indivíduos, se caracterizando como o palco de toda a história, onde se decide a produção e a circulação das mercadorias, se costuram forças políticas, se estabelece o poder que depois se reflete na concepção e estruturação do Estado, nas leis, na constituição, na filosofia e na cultura de uma sociedade.

A consolidação histórica do Estado moderno se deu na forma de um Estado liberal burguês, que reproduz o caráter de classe existente na sociedade civil. Desse modo, o Estado não é o reduto do interesse geral, como o caracterizou Hegel, mas defensor da cidadania burguesa, com determinações de classe.

Isso significa que, oficialmente, proclama direitos universais, todavia, não se posiciona efetivamente no combate da disputa de interesses que se colocam no âmbito da sociedade civil. Essa é a profunda rachadura que constitui a sociedade burguesa/capitalista: a formalidade dos direitos universais e a manutenção da “lei do mais forte” (SEMERARO, 2013). O que acarreta no fato de que a emancipação humana (de ideal iluminista) na ordem social capitalista acontece apenas para uma classe específica – a burguesia – e por meio da exploração do trabalho.

Dentre os autores da corrente marxista, a elaboração do conceito de Estado de Gramsci rompe com a tradição jusnaturalista (na pressuposição da existência de formas de associação que antecedem ao Estado, correspondentes à sociedade civil). E também se diferencia dos marxistas clássicos, os quais assumiriam a divisão hegeliana entre sociedade civil como conjunto das relações econômicas capitalistas e Estado identificado com os mecanismos de coerção. Gramsci faz isso ao elaborar uma noção geral de Estado que assimila também elementos comuns à noção de sociedade civil (FLEURY, 1994).

Além disso, superou o possível determinismo economicista implícito na dicotomia estrutura/superestrutura ao explorar analiticamente a articulação entre o econômico e o político a partir de uma concepção “ampliada” do Estado¹². Para Gramsci, o materialismo histórico mecânico interpreta todo ato político como reflexo de uma real e duradoura modificação da estrutura, imediatamente determinado por ela. As análises feitas pelo autor extrapolam esse limite ao atribuir materialidade e funções à sociedade civil que a desloca da estrutura para a superestrutura. Em suas palavras, “[...] podem fixar-se dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’” (GRAMSCI, 2001, p. 20).

Para combater o economicismo, o autor desenvolve os aspectos políticos e ideológicos da teoria marxista, o que lhe possibilita pensar de modo não-mecânico a relação entre economia e política, entre infraestrutura e superestruturas (COUTINHO, 1984). Conservando a leitura marxista acerca da natureza de classe do Estado, Gramsci desenvolve sua análise por meio da incorporação das novas determinações da realidade do seu tempo¹³.

Ao retomar a questão da sociedade civil, Gramsci a reelabora em outro contexto histórico (primeira metade do século XX) e político (complexificação das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil). Processo que o autor denomina de “socialização da política” – correspondente à ampliação do número de pessoas e de

¹² Liguori (2007, p. 13) explica que a expressão “Estado ampliado” não é diretamente gramsciana. Gramsci fala, antes, em “Estado integral”. Contudo, a expressão é deduzível de seus textos e foi introduzida a partir de 1975 por Christine Buci-Gluksmann, que apontava a “ampliação do conceito de Estado” como a maior contribuição teórico-política de Gramsci. A adoção desta categoria de “Estado ampliado” indica dois fatos: apreende o nexos dialético (de unidade-distinção) entre Estado e sociedade civil e, ao mesmo tempo, indica que tal unidade ocorre sob a *hegemonia do Estado*. Ou seja, há, na realidade do século XX, um *protagonismo* do Estado.

¹³ Ao contextualizar o desenvolvimento do pensamento gramsciano, Neto (2010, p. 43) explica que “Marx não pôde conhecer os novos instrumentos ideo-políticos ‘ocidentais’, pois ainda vivia uma época jacobina, em ‘estado de fluidez’: ainda com grande atraso no campo, com concentração do monopólio político-estatal em determinadas cidades, aparelho político-estatal restrito às funções repressivas, as forças militares ainda utilizando armamentos e técnicas tradicionais, as economias nacionais ainda não totalmente integradas no mercado mundial, etc. Logo, apenas com o maior amadurecimento do capitalismo, principalmente a partir da expansão colonial europeia, é possível o surgimento, de acordo com Gramsci, na sua época vigente, dos grandes sindicatos, dos partidos políticos de massa, dos parlamentos eleitos por sufrágio universal, dos jornais proletários de imensa tiragem, quando surge uma esfera social nova nos países ‘ocidentais’, uma nova sociedade civil composta pelo que o autor sardo denomina como ‘aparelhos privados de hegemonia’”.

grupos empenhados na defesa de seus interesses específicos – e a partir da qual elabora sua teoria de “Estado integral”.

Trata-se da complexificação das superestruturas (Estado, cultura, direito, ideologia) e das democracias modernas pelo desenvolvimento do protagonismo político de organizações tanto dos trabalhadores quanto do capital no cenário de aprofundamento da democracia no capitalismo desenvolvido. São novas determinações ocorridas na esfera social e político-estatal que compõem um quadro de complexificação das relações de poder e de organização de interesses e que fazem emergir uma nova dimensão da vida social, denominada de sociedade civil, a qual exerce a função de mediadora na relação orgânica entre economia e política (GRAMSCI, 2006).

Importante ressaltar que os conceitos de Estado e de sociedade civil expressam interesses e conflitos de seu tempo e que os autores citados, considerados clássicos do pensamento moderno sobre a temática de estudo, “[...] não constituem um conjunto de análises complementares, que possam ser articuladas num único pensamento [...] ou numa definição consensual sobre o Estado e a sociedade civil” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 21).

Trata-se de uma diversidade de autores¹⁴, representantes de diferentes correntes de pensamento, que têm diferentes interpretações sobre os conceitos de Estado e de sociedade civil. Essa gama de abordagens está citada a fim de localizar, no desenvolvimento do pensamento social, o percurso teórico-conceitual percorrido até o referencial gramsciano de Estado e de sociedade civil.

A contribuição da obra de Gramsci para o entendimento das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade se mostra significativa ao possibilitar uma análise teórica da realidade social a partir de um viés de transformação que se opera em ambas as esferas, mas precipuamente – a partir do conceito de hegemonia – na sociedade civil.

¹⁴ Além dos citados Hobbes, Locke, Rousseau, Hegel e Marx, outros tantos poderiam ser acrescentados: Maquiavel, Weber, Toqueville, Habermas, dentre outros. Sobre eles, consultar Weffort (2001); Costa (2006) e Duriguetto (2007).

2.1 ESTADO E SOCIEDADE CIVIL EM GRAMSCI – ELEMENTOS CONCEITUAIS

Diante de questões referentes ao papel do Estado, da sociedade civil, da democracia e da política frente às transformações do capitalismo contemporâneo, Ivete Simionatto (2008, p. 13) expõe que

As respostas a tais questões podem ser buscadas em diferentes perspectivas teóricas, presentes no projeto da modernidade e impregnadas no debate contemporâneo. Dentre essas perspectivas pode-se identificar tanto as que dão suporte ideológico e político à hegemonia burguesa quanto as que defendem a luta pela construção de um Estado radicalmente democrático, construído ‘desde baixo’, com ampla participação da sociedade civil.

Nesta última perspectiva é que se situa a contribuição de Gramsci¹⁵ para a análise do Estado e sua relação com os organismos da sociedade civil na construção da democracia e de novas hegemonias.

A concepção de Estado de Gramsci dialoga com as contribuições de Hegel, Marx, Engels e Lenin, trabalhando a partir do desvelamento do seu caráter de classe e aprofundando sua concepção com relação à noção de sociedade civil. É preciso delimitar que seus estudos são elaborados em um tempo histórico e contexto sociopolítico específicos: o conceito de Estado é desenvolvido a partir das consequências econômico-sociais e políticas do pós-Primeira Guerra Mundial, questionando a crise do Estado liberal e a hegemonia do sistema capitalista no mundo ocidental (SIMIONATTO, 2008).

A definição de “oriente” e “ocidente”, para o autor, não se refere a delimitações geográficas, mas diz respeito a determinadas formações sociais. Trata-se de uma diferenciação sócio-histórica, indicativa de diferentes contextos em nível político, econômico e cultural.

As noções de ‘oriente’ e ‘ocidente’, ainda que não deixem de ser ‘objetivamente reais’, quando analisadas, demonstram ser nada mais do que uma construção convencional, histórico-cultural, **‘artificialmente’**

¹⁵ Essa sistematização recorre, além da obra do próprio Gramsci, a autores que são referências da tradição gramsciana no Brasil e de reconhecida trajetória acadêmica em relação ao pensamento gramsciano, inclusive tradutores de sua obra para o país, como Carlos Nelson Coutinho (editor da versão em português de *Cadernos do Cárcere*), Marco Aurélio Nogueira (co-editor da versão em português dos *Cadernos do Cárcere*), Giovanni Semeraro (autor, dentre outras obras, de *Gramsci e a Sociedade Civil*, 1999), Ivete Simionatto (autora de *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*, 1995, dentre outras).

produzidos pelo desenvolvimento da civilização. São expressões que indicam determinadas relações entre conjuntos de civilizações diversas. Relações que permitem objetivar a realidade, compreender a objetividade do mundo exterior (GRAMSCI, 2006, p. 137 – *grifo nosso*).

O que se estabelece é uma diferença estrutural entre as formações sociais “ocidentais” e “orientais” de modo que, nestas últimas, prevalece o Estado-coerção em detrimento de uma débil sociedade civil. Enquanto nas formações “ocidentais” o estabelecimento de uma relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política (onde se realizou a “ampliação” do Estado) impõe mudanças estruturais nas relações sociopolíticas e econômicas.

Coutinho (1984) explica que as sociedades de tipo “ocidental” são política e ideologicamente mais complexas; e que as crises da estrutura econômica não rebatem mecanicamente nas superestruturas, pois são mediatizadas pelo conjunto de organismos privados da sociedade civil. Neto (2010, p. 43) sintetiza alguns dos elementos condicionantes desta diferença:

O desenvolvimento do sufrágio universal, que ampliaria a participação das massas nas decisões tomadas pelo parlamento e pelo Estado, a legalização e consequente ampliação de vários tipos de associações representativas de massa (sindicatos e partidos políticos), a ampliação das funções do Estado, que deixa de ser exclusivamente um órgão repressor e passa a desempenhar um papel de ordem ideológica, de coesão através de instrumentos consensuais (responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias) existentes no que ele denomina de sociedade civil.

Nos países ocidentais a sociedade civil estaria mais desenvolvida e ocupando um espaço maior nas instituições, de forma a ampliar sua inserção no âmbito estatal. Mediante esses processos de “socialização da política” nas sociedades capitalistas avançadas, do protagonismo de diversas organizações no interior da sociedade civil que passam a pressionar a esfera estatal para nela inscrever suas demandas, tem-se que o “[...] desenvolvimento da sociedade capitalista moderna ocasionara, além de novas determinações no âmbito da produção, a intensa complexificação das relações entre Estado e sociedade civil” (SIMIONATTO, 2008, p. 14).

A síntese elaborada por Gramsci é de que:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e **gelatinosa**; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada,

por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas (GRAMSCI, 2007, p. 262 – *grifo nosso*).

Em um movimento dialético de conservação/superação, Gramsci elabora uma concepção ampliada a respeito do Estado, na qual estabelece uma nova relação entre economia e política, entre sociedade civil e sociedade política. Dela decorre que o Estado moderno, na perspectiva gramsciana, não pode ser entendido unicamente como aparelho burocrático-coercitivo, mas suas funções abrangem, também, a “[...] multiplicidade de organismos da sociedade civil, onde se manifestam a livre iniciativa dos cidadãos, seus interesses, suas organizações, sua cultura e valores, e onde praticamente se enraízam as bases da hegemonia” (SEMERARO, 1999, p. 75).

Nesse sentido, a teoria gramsciana do “Estado integral” serve de base para a análise das sociedades contemporâneas, viés que possibilita fundamentar o estudo de possíveis “instrumentos exteriores de governo”, localizados na “*multiplicidade dos organismos da sociedade civil*” – ao que se refere o objeto deste estudo (SEMERARO, 1999, p. 75).

O conceito gramsciano de Estado resulta da composição de elementos políticos e sociais, da compenetração do aparelho estatal com as organizações da sociedade civil. De modo que “[...] o Estado constitui-se numa teia de relações que envolve toda a sociedade” (SCHONS, 1994, p. 54). Para Gramsci (2005), o Estado não se configura apenas enquanto sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), mas como um “[...] **equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil** (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.” (GRAMSCI, 2005, p. 84 – *grifo nosso*). Segundo o autor, as inter-relações do momento unitário de “unidade na diversidade” entre sociedade civil e sociedade política são distinções analíticas do conceito de Estado.

O que implica dizer que **a sociedade civil também é Estado**, pois este significa a dialética entre o poder governamental e a sociedade civil, ou seja “[...] não se pode distinguir a sociedade política da sociedade civil: **existe só o Estado**” (GRAMSCI, 2006, p. 437 – *grifo nosso*). E a função ocupada pela sociedade civil no Estado é a de decisão da hegemonia, no sentido da construção de um consenso ativo e voluntário, onde se confrontam diversos projetos de sociedade, até prevalecer um que estabeleça a

direção geral na economia, na política e na cultura.

É na multiplicidade das associações voluntárias e das iniciativas “privadas” da sociedade civil que o Estado encontra os canais para implantar seus programas e conformar a massa aos seus desígnios, sem que isso pareça uma imposição. Daí a percepção de Gramsci de “Estado integral”, de um Estado que não se reduz ao aparelho coercitivo, mas que penetra inteligentemente nos diversos setores da sociedade. Disso decorre que o grupo que exerce as funções governamentais, além de *dominante*, precisa se tornar *dirigente*, ou seja, conseguir a adesão popular. A direção política configura-se, desse modo, como um aspecto da função de domínio,

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve **ser dirigente já antes de conquistar o poder** governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também ‘dirigente’ (GRAMSCI, 2002, p. 63 – *grifo nosso*).

A classe dominante realiza o controle do consenso de forma ideológica, por meio de uma rede articulada de instituições culturais localizada na sociedade civil – representada pelos aparelhos privados de hegemonia, os quais compreendem uma gama ampla de instituições, tais como igreja, escola, sindicatos, partidos políticos, associações, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa etc.) (GRAMSCI, 2006).

Essas instituições se comportam como aparato ideológico do Estado, as quais têm por finalidade “[...] inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente. Quando isso ocorre, **a subalternidade social também significa subalternidade política e cultural**” (SIMIONATTO, 2011, p. 49 – *grifo nosso*). Trata-se de “[...] todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não só o seu domínio, mas consegue obter o consentimento ativo dos governados” (GRAMSCI, 1989, p. 87).

Os grupos e classes sociais, em seu processo de auto-organização e de defesa dos próprios interesses, criam aparelhos privados de hegemonia – *privados* porque pressupõe de seus membros uma adesão *voluntária* – mas têm um inegável papel nas relações de poder, na determinação do modo como este se constitui na esfera pública da

sociedade. Exercem, assim, papel decisivo na determinação das ações do Estado, numa concepção de que Estado e sociedade civil não estão em oposições dicotômicas, mas se articulam dialeticamente. As organizações da sociedade civil se constituem, desse modo, na “trama privada do Estado”, uma dimensão essencial das relações de poder nas sociedades capitalistas desenvolvidas (COUTINHO, 1996).

Considera-se que, na configuração do universo organizacional da sociedade civil na contemporaneidade, e no contexto brasileiro, somam-se outras formas de associativismo civil não existentes no período histórico das análises gramscianas. Dentre as quais citam-se as atuais configurações de movimentos sociais (os chamados novos movimentos sociais), associações, fundações, ONGs, fóruns, etc. A análise feita neste estudo refere-se a esses possíveis arranjos no interior da sociedade civil do século XXI que exercem semelhante função de elaboração e difusão de consenso (de aparelhos privados de hegemonia) conforme o conceito elaborado por Gramsci.

Ao desenvolver o que para Semeraro (1999, p. 11) configura-se como uma “[...] originalíssima noção de ‘sociedade civil’, que aparece como eixo articulador duma nova teoria política marxista”, Gramsci atribui função decisiva aos aspectos históricos e culturais e aos movimentos políticos da sociedade civil no sentido de constituição de uma nova capacidade de direção, de uma nova hegemonia. Em suas palavras, “[...] a história ético-política é a história do momento da hegemonia” (GRAMSCI, 2006).

Na mesma linha, Wood (2011, p. 207) argumenta que a reformulação de Gramsci do conceito de sociedade civil a coloca como princípio organizador central da teoria socialista. A autora faz isso ao reconhecer a complexidade do poder político dos Estados parlamentares ou constitucionais do ocidente e a “[...] dificuldade de suplantar um sistema de dominação de classe em que o poder de classe não apresenta ponto de concentração visível no Estado, mas se difunde pela sociedade e suas práticas culturais”.

Nogueira (2003b) interpreta que a relação entre sociedade civil, sociedade política e sociedade econômica não é de distinção orgânica, mas de unidade/distinção dialética. Ou seja, tratam-se de categorias interligadas em uma única entidade: o Estado burguês-liberal moderno.

Do que é possível constatar que, em Gramsci, a sociedade civil não é apenas terreno de iniciativas privadas, mas tem uma função estatal, tornando-se uma espécie de “dimensão civil” do Estado, a sede de múltiplos organismos privados, mas, nem por isso, menos estatais. A sociedade civil gramsciana não se sustenta fora do campo do

Estado, muito menos em oposição dicotômica a ele, porém, se articula dialeticamente no Estado e com o Estado (NOGUEIRA, 2003b). O autor argumenta que Gramsci pensava numa sociedade civil que se poderia chamar de sociedade civil político-estatal, a qual é o campo da contestação política, socialmente vinculada ao governo, e apresenta maior capacidade de processar, articular demandas e interferir na vida coletiva.

Nessa concepção, portanto, a sociedade civil é considerada um espaço onde são elaborados e viabilizados projetos globais de sociedade, se articulam capacidades de direção ético-política, se disputa o poder e a dominação. **Um espaço de invenção e organização de novos Estados** e novas pessoas. Um espaço de luta, governo e contestação, no qual se formam vontades coletivas (NOGUEIRA, 2003a, p. 191 – *grifo nosso*).

Importante destacar, no entanto, que a sociedade civil não é uma arena neutra, mas uma esfera heterogênea e de intensa correlação de forças na disputa por diferentes projetos. Não se restringe à luta por direitos sociais, mas se insere na luta entre projetos societários (SIMIONATTO, 2010). Ou seja, a sociedade civil não é um campo universal, organizada exclusivamente por valores civilizados, como uma extensão mecânica da vida democrática. Ela também é perpassada por interesses que se contrapõem e que podem até se desenvolver em atitudes incivis (NOGUEIRA, 2003b).

O Estado também não é de todo “mau”, podendo até mesmo expressar demandas universalistas que se originam nas lutas das classes subalternas. Por isso, é necessária uma análise concreta das correlações de forças presentes em cada momento histórico para que se possa definir “[...] a função e as potencialidades positivas ou negativas, tanto da sociedade civil como do Estado” (SEMERARO, 1999, p. 10).

A classe dominante é, ao mesmo tempo, econômica e politicamente dominante, mas também é preciso considerar o “[...] complexo problema da correlação de forças internas ao país em questão, da correlação das forças internacionais, da posição geopolítica do determinado país” (GRAMSCI, 2006, p. 428). Pela hegemonia, o grupo dirigente faz certos sacrifícios de ordem econômico-corporativa, pressupondo algum equilíbrio de compromisso. No entanto, não se pode deixar de levar em conta que esses sacrifícios e esse compromisso não se vinculam ao essencial:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se forme certo **equilíbrio de compromisso**, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas também é indubitável que **os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial**, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não

pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 1989, p. 33 – *grifo nosso*).

Ao analisar as relações políticas de seu tempo, Gramsci inclui a sociedade civil como um momento da superestrutura, constituída pela soma de funções complementares exercidas por esta e pela sociedade política. Desenvolve uma nova compreensão da relação entre infra-estrutura e superestrutura, na qual a superestrutura passa a contar com dois níveis distintos: “[...] a *sociedade política*, ou conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio da violência (burocracias e Forças Armadas) e a *sociedade civil*, compreendendo o conjunto de organizações públicas e privadas responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias” (FLEURY, 1994, p. 23).

Desse modo, localizar a sociedade civil enquanto um sistema de mediações entre economia e política implica em um “recoo das barreiras econômicas”, o que significa uma maior autonomia do político em relação ao econômico e o que torna os processos revolucionários nas sociedades “ocidentais” um fenômeno mais complexo (COUTINHO, 2007). Tal indicação gramsciana é elaborada sem perder de vista o caráter de classe do Estado, concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar condições favoráveis à sua expansão máxima. Conforme Gramsci (1989, p. 50):

[...] este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’. O grupo dominante coordena-se concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados, e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados; equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem até um determinado ponto, excluindo o interesse econômico-corporativo estreito.

Se a sociedade civil é a esfera em que as classes organizam e defendem seus interesses e disputam a hegemonia, por seu turno, a sociedade política é o conjunto de aparelhos por meio dos quais a classe dominante impõe coercitivamente sua dominação. Refere-se ao Estado em sentido estrito, o “Estado-coerção”, o “[...] conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência e que se identifica com os aparelhos de coerção” (COUTINHO, 2007, p. 127). Pela sociedade política o Estado assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem espontaneamente.

Desse modo, sociedade política e sociedade civil exercem diferentes funções na organização da vida social, na articulação e na reprodução das relações de poder. Em conjunto, essas duas esferas constituem o Estado. Na clássica formulação de que: “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2001, p. 254).

Ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental, pois, para Gramsci (2006), o Estado é a forma concreta de um mundo produtivo. Todavia, o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos: no âmbito da sociedade civil as classes dominantes exercem o poder por meio da hegemonia (mediante a direção política e o consenso), já na sociedade política o poder é exercido na forma de ditadura, uma dominação mediante a coerção.

O argumento gramsciano é o de que a distinção entre sociedade política e sociedade civil é uma “distinção metodológica” e não “orgânica”, pois na realidade efetiva as duas se identificam no Estado, o autor insiste na unidade real entre ambos.

[...] especula-se [...] sobre a distinção entre sociedade política e sociedade civil e afirma-se que a atividade econômica é própria da sociedade civil e a sociedade política não deve intervir na sua regulamentação. Mas, na realidade, esta distinção é puramente metodológica, não orgânica, **e na concreta vida histórica sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa** (LIGORI, 2007, p. 45 – *grifo nosso*).

Essa distinção “metodológica” é estabelecida a partir de uma interpretação dialética de unidade na diversidade, de modo que se opera uma independência material que permite à sociedade civil desempenhar uma legalidade própria e funcionar como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito. Essa esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, gera a necessidade de “[...] conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da socialização da política” (COUTINHO, 2007, p. 129).

“Mas o que significa Estado? Só o aparelho estatal ou toda a sociedade civil organizada? Ou a **unidade dialética entre o poder governamental e a sociedade civil?**” (GRAMSCI, 2006, p. 263 – *grifo nosso*). A leitura gramsciana é de uma relação dialética de identidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política como duas esferas distintas e relativamente autônomas, mas inseparáveis na prática.

Em síntese, a sociedade civil compreende organismos privados e voluntários de

associação, caracterizados pela elaboração e difusão de ideologias e valores simbólicos que objetivam a direção. E a sociedade política é caracterizada pelo “[...] conjunto de aparelhos que concentram o monopólio legal da violência e visa a ‘dominação’” (SEMERARO, 1999, p. 74). Compreende instituições públicas como o governo, a burocracia, as forças armadas, o sistema judiciário, o tesouro público etc. E é a articulação entre o consenso e a coerção que garante a estruturação no poder e a supremacia de um grupo sobre toda a sociedade, ou seja, essas duas esferas estão intimamente unidas – disso deriva a concepção ampliada de Estado.

Sendo a sociedade civil gramsciana o ponto central da política, o autor desenvolve o conceito de hegemonia¹⁶. A sociedade civil é a esfera onde as classes se organizam, defendem seus interesses e a disputam, é o conjunto de organismos privados que constituem a sociedade civil que exercem a função de hegemonia sobre toda a sociedade.

A noção de hegemonia parte do pressuposto de que a complexificação das relações políticas nas sociedades ocidentais impõe que o exercício do poder não se restrinja às funções coercitivas, mas envolva o alcance do consentimento ativo e voluntário dos dominados. Trata-se da atuação política através da qual uma determinada classe “[...] consegue apresentar e fazer aceitar as condições da sua existência e do seu desenvolvimento de classe como princípio universal, como concepção de mundo” (GRAMSCI, 2006, p. 302).

A hegemonia, enquanto conquista de consenso, torna-se o problema central da estratégia gramsciana de transição para o socialismo. E a condição para conquistá-la é que as classes dominadas abandonem a mentalidade corporativista, “[...] deixando de defender apenas seus interesses imediatos, grupais, convertendo-se em classe nacional” (COUTINHO, 2007, p. 68). Ou seja, a conquista de hegemonia deve preceder a conquista do poder, uma classe social só pode ser dominante quando já é classe dirigente, quando já detém o consenso da maioria da população trabalhadora. “[...] Pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e não se deve

¹⁶ De acordo com Coutinho (2007), Gramsci assimila muitos elementos da reflexão leniniana para desenvolver seus conceitos, dentre eles a noção de hegemonia. O termo hegemonia deriva do grego *eghestai*, que significa “conduzir”, “ser guia”, “ser líder” ou também do verbo *eghemoneuo*, que quer dizer “ser guia”, “preceder”, “conduzir” e do qual deriva “estar à frente”, “comandar”, “ser o senhor” (GRUPPI, 1978).

contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz” (GRAMSCI, 2006, p. 63).

Tomada como direção consensual, a hegemonia é identificada como um valor universal em Gramsci. O autor critica estratégias de luta que privilegiem o fortalecimento dos aparelhos coercitivos do Estado em detrimento dos organismos da sociedade civil, defendendo que o consenso deve prevalecer sobre a coerção, que o domínio deve se estabelecer por meio de um consenso ativo e voluntário, levando em conta o “[...] aspecto ético-político da política ou a teoria da hegemonia e do consenso, além do aspecto da força e da economia” (GRAMSCI, 2006, p. 384).

Considerar a hegemonia ligada à direção intelectual e moral significa ponderar que essa direção deve ocorrer no campo das ideias e da cultura, pela capacidade de conquista de consenso e formação de uma base social. “A noção de hegemonia enquanto totalidade significa, portanto, a unificação da estrutura e superestrutura, da atividade de produção e de cultura, do particular econômico e do universal político” (SIMIONATTO, 2011, p. 52).

Não se restringe à esfera política, mas se ramifica pelo conjunto da formação social, abrangendo as esferas econômicas e ideológicas (de identificação cultural, moral e de concepção de mundo). Por isso, é preciso considerar que a consolidação da hegemonia política depende da conquista de hegemonia econômica e ideológica.

Ao considerar todas essas esferas da formação social, o autor atribui à hegemonia uma função educativa: “[...] toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 2006, p. 399). E o Estado, nesse contexto, não apenas luta para conquistar o consenso, mas também o educa, exercendo papel fundamental de função pedagógica, na construção/consolidação/reprodução da direção cultural da classe hegemônica – para além de suas funções repressivas e de tutelamento em uma sociedade de classes (FLEURY, 1994, p. 25), trata-se de um novo tipo de Estado, cada vez mais complexo e baseado na organização do consenso. Essa função do Estado se realiza por meio dos mecanismos privados de hegemonia localizados na sociedade civil – desse modo inserida como um momento da superestrutura.

É importante considerar que, ao se constituírem os “aparelhos privados de hegemonia”, significa que também as classes dominadas, os subalternos, os trabalhadores, podem se organizar e tomar iniciativa, desencadear ações para pressionar a seu favor os organismos concentrados nas mãos das elites no sentido de construir um

projeto alternativo de sociedade (SEMERARO, 2013). E é a partir desse pressuposto que Gramsci, fundamentado no conceito de sociedade civil e de hegemonia, estabelece novos parâmetros¹⁷ para a luta contra o capitalismo, “[...] não somente à suas fundações econômicas, mas também às suas raízes culturais e ideológicas na vida diária” (WOOD, 2011, p. 208).

O desenvolvimento teórico de ampliação do Estado (ao incluir as funções de dominação exercidas pela sociedade civil no âmbito superestrutural) fundamenta a busca de uma estratégia de luta apropriada às condições de complexificação das sociedades ocidentais do século XX – sociedades civis altamente desenvolvidas e organizadas (FLEURY, 1994).

O que Gramsci (2006) propõe é uma estratégia de luta das classes dominadas por meio do desenvolvimento de processos “contra-hegemônicos”¹⁸, estratégia por ele denominada de “guerra de posição”, em oposição à “guerra de movimento”. Estabelece uma relação entre “guerra de movimento” e “revolução permanente” por um lado, e “guerra de posição” e conquista da “hegemonia civil” de outro – a luta pela conquista da hegemonia, da direção política, do consenso.

Sua interpretação é a de que a guerra de movimento seria uma estratégia de luta política adequada às formações sociais orientais, caracterizadas pela predominância de um forte Estado em detrimento de uma débil sociedade civil. Estratégia política que não comportaria mais as novas exigências postas pela complexificação da estrutura das sociedades ocidentais, onde se opera uma justa relação entre Estado e sociedade civil.

Sendo assim, o modelo de revolução aplicado nas sociedades ocidentais deveria ser outro em função do grau de autonomia que a sociedade civil alcançara em relação ao Estado. A revolução só poderia ser feita por meio de rupturas que se acumulariam progressivamente: uma “guerra de posição”. A qual supõe o consenso ativo, organizado e participativo, num movimento dialético e democrático, em que ocorre uma mudança

¹⁷ Gramsci desenvolveu originalmente alguns conceitos básicos de Marx, Engels e Lenin, “[...] essa renovação gramsciana dos legados de Marx e Lenin é a tentativa até agora mais sistemática de responder às questões cruciais da estratégia de transição ao socialismo nos países mais desenvolvidos, uma transição que continua na ordem do dia, então sua atualidade e sua centralidade se fazem evidentes [...]. E talvez não seja inútil recordar que, sem uma **renovação dialética permanente**, que acompanhe e responda à evolução do próprio real, o marxismo se converte numa coleção de dogmas” (COUTINHO, 2007, p. 83 – *grifo nosso*).

¹⁸ Apesar da expressão “contra-hegemonia” não ser cunhada pelo próprio Gramsci em seus escritos, é aqui utilizada com referência na apropriação de seu pensamento por autores brasileiros.

de qualidade – a guerra de movimento cede lugar à guerra de posição, predominando o consenso sobre as forças coercitivas.

Significa que a conquista do poder nos Estados democráticos modernos deve ser processada por uma longa batalha pela hegemonia no interior e com a sociedade civil, pela progressiva “ocupação” de espaços no interior do Estado, considerado em seu sentido amplo. O que impõe a ideia de transição como processo, uma concepção gradualista e consensual de transição ao socialismo, afastando o conceito de um colapso repentino da sociedade capitalista (COUTINHO, 2007).

Trata-se de uma mudança na estratégia de luta socialista devido aos processos histórico-sociais de “ocidentalização” das formações sociais. A guerra de movimento se torna cada vez mais a guerra de posição – uma estratégia mais complexa e de longo alcance, centrada na questão da hegemonia como condição para o acesso ao poder do Estado e sua posterior conservação.

Dessa maneira Gramsci (2006) elabora uma teoria “processual” e “molecular” da revolução socialista ao considerar que as transformações históricas ocorridas nas sociedades capitalistas impõem a inevitável necessidade de renovação da estratégia marxista de transição ao socialismo. Incorpora o elemento subjetivo na revolução proletária, o momento da iniciativa política, por meio de conquistas progressivas de espaços de direção político-ideológica e de formação de um consenso organizado e participativo no campo da sociedade civil.

A obtenção da hegemonia deve preceder a tomada do poder por um processo progressivo de democratização, numa relação orgânica entre hegemonia e democracia, de modo que o consenso seja o “[...] fundamento e a garantia de uma dominação duradoura e, acima de tudo, democrática” (NOGUEIRA, 1998, p. 87).

De modo que, em Gramsci, a sociedade civil não é o território exclusivo da burguesia, mas é também uma arena de luta onde as classes subalternas se expressam, se organizam e reivindicam seus direitos, um espaço onde acontece a “guerra de posição”, de conflito ideológico e de disputa de hegemonia entre diversos grupos (SEMERARO, 2013).

A dialética gramsciana assinala os efeitos contraditórios da hegemonia. O que significa que, no processo de correlação de forças estabelecidas no interior do bloco histórico, falar no termo implica também pensar em crise de hegemonia, caracterizada

pelo enfraquecimento da direção política da classe no poder, pelo enfraquecimento de seu poder de direção, pela perda do consenso.

O confronto entre tendências hegemônicas contraditórias gera processos de crise em que a classe dominante perde consenso, deixando de ser “dirigente” e sendo unicamente “dominante”, detentora da força coercitiva. “[...] A crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados” (GRAMSCI, 2002, p. 184).

Processos de crise hegemônica possibilitam que se realize, em certa medida, o potencial de disputa por outras relações sociais. Nesse terreno de correlações de forças, de confrontos ideológicos, a democracia é evocada como mediadora fundamental, conectada ao conceito de hegemonia.

2.2 DEMOCRACIA E HEGEMONIA

A questão da democracia se coloca ao se considerar a sociedade civil o *lócus* de disputa pela hegemonia. Gramsci estabelece uma relação orgânica entre ambas:

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir **em conexão com o conceito de ‘hegemonia’**. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a **passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente** (GRAMSCI, 1989, p. 183 – *grifo nosso*).

Há, na tradição do pensamento marxista, um tratamento da temática em seus fundamentos teóricos, ideológicos, prático-políticos e valorativos de forma não-restritiva, mas enquanto construção de um novo projeto hegemônico. Assim, se estabelece uma diferenciação de dois níveis da democracia, uma democracia *formal-institucional* e uma democracia *substantiva* (DURIQUETTO, 2007).

De acordo com Martorano (2011, p. 140), boa parte da análise marxista sobre a democracia se esforça no sentido de desvendar seu conteúdo social, mais do que sua forma institucional. Trata-se de uma crítica à noção de democracia que valoriza apenas aspectos formais, das chamadas “regras do jogo” institucional, atribuindo-lhes, por si só, “[...] a vigência da democracia como simples efeito de sua adoção em toda e qualquer circunstância, sem levar em conta outros fatores”.

Ressalta-se que a democracia formal-institucional cria as condições de realização de uma democracia substantiva e que a primeira é um momento indispensável sem o qual se torna impossível a realização da segunda. Há o reconhecimento de que muitas das liberdades democráticas em sua forma moderna “[...] têm nas revoluções burguesas, ou, mais precisamente, nos amplos movimentos populares que terminaram [...] por abrir o espaço político necessário à consolidação e reprodução da economia capitalista, as condições históricas da sua gênese” (COUTINHO, 1984, p. 22). As objetivações da democracia devem ser consideradas como respostas, em determinado nível histórico-concreto da socialização do trabalho, ao desenvolvimento correspondente à necessidade de socialização da participação política.

No entanto, apenas os procedimentos formais-institucionais da democracia não são suficientes para operar um sistema de igualdades reais, e não apenas formais. O que se confronta com uma interpretação liberal de democracia, a qual pode ser caracterizada por um esvaziamento teórico e prático, por uma noção minimalista, instrumental, de respeito às “regras do jogo”, sem colocar em questão os fundamentos substantivos da ordem social.

Segundo Wood (2011), opera-se na modernidade uma superação da democracia (em sua concepção literal e clássica enquanto governo pelo povo) pelo liberalismo, sendo a síntese desse processo a democracia liberal. Borón (1995, p. 69) reforça este argumento e chama atenção para o fato de que “fala-se de democracia ‘sem sobrenome’ quando na realidade estamos falando de ‘capitalismos democráticos’, em que o substantivo é o capitalismo e o adjetivo, a democracia”.

A cidadania capitalista moderna é mais expansiva e inclusiva, universalizada para o conjunto da população sem distinções de poder socioeconômico. No entanto, para que se ocorra esta inclusão, a cidadania se torna também mais abstrata e passiva, estabelecendo uma distinção maior entre o “povo” e a esfera da ação política, “[...] uma ligação menos imediata entre cidadania e participação política” (WOOD, 2011, p. 188). Trata-se de uma definição de democracia em que a diluição do poder popular é ingrediente essencial e em que a realidade social é fragmentada “[...] reificando as suas ‘partes’ como se elas pudessem existir independentemente da totalidade à que pertencem e que lhes dá sentido” (BORÓN, 1995, p. 69).

O aumento da distância entre identidade cívica e ação no espaço público é caracterizado por Wood (2011) como um *esvaziamento do conteúdo social do conceito*

de democracia e um conceito político de povo de que foram suprimidas as implicações sociais. Ou seja, a democracia moderna estendeu os privilégios da participação política à multidão, mas isso em um mundo em que a condição política não é o principal determinante das oportunidades de vida e em que as atividades e experiências individuais estão em grande parte fora do alcance da identidade política.

Estabelece-se, então, um paradoxo entre liberalismo e democracia, entre a universalização da participação política democrática e o esvaziamento do conteúdo social desta participação. E, o que torna possível esta relação paradoxal – a identificação do liberalismo com a democracia – é o capitalismo. Operada por meio de uma igualdade formal tornada possível pela separação entre a esfera política e a esfera econômica, passa a existir uma esfera política separada na qual a condição “extra econômica” (política) não tem implicações diretas para o poder econômico e, por outro lado, passa a existir uma esfera econômica com suas próprias relações de poder que não dependem de privilégios políticos. “Desse modo se poderia pregar o liberalismo e o democratismo de um Estado cuja cidadania, no entanto, não transcendia o universo das classes proprietárias, ou que fazia daquela uma questão abstrata e inconsequente” (BORÓN, 1995, p. 72).

Nas sociedades liberais capitalistas modernas a esfera econômica adquiriu vida própria, fora do âmbito da cidadania, da liberdade política ou da responsabilização democrática. Por isso, paradoxalmente, a proteção da invulnerabilidade da esfera econômica do poder democrático se apresenta como um critério essencial da democracia. Definição que permite “[...] invocar a democracia contra a oferta de poder ao povo na esfera econômica” (WOOD, 2011, p. 202).

Essa confinção de uma esfera política formalmente separada enquanto a economia segue regras próprias impõe uma limitação ao alcance da cidadania, que se opera, inclusive, sem a imposição de limites constitucionais, deixando intactas as relações de propriedade e de poder. Desse modo, o capitalismo substitui o privilégio político pela força da coerção econômica, a estrutura social do capitalismo altera o significado de cidadania (e de democracia), à medida que a universalidade dos direitos políticos não tem implicações diretas na esfera econômica.

A democracia capitalista ou liberal permite a extensão da cidadania mediante a restrição de seus poderes. Trata-se de um corpo abrangente de cidadãos, composto pela elite e pela multidão, mas uma cidadania de alcance limitado. O capitalismo “[...] tornou

menos importante o *status* cívico, pois os benefícios do privilégio político deram lugar à vantagem puramente ‘econômica’, o que tornou possível uma nova forma de democracia” (WOOD, 2011, p, 180).

O pressuposto histórico desse tipo de cidadania é a desvalorização da esfera política, a nova relação entre “econômico” e “político” que reduziu a importância da cidadania, de forma que a sua desvalorização decorrente das relações sociais capitalistas é atributo essencial da democracia moderna e permite a coexistência da igualdade política formal com a desigualdade de classe.

Essa transformação do Estado – enquanto expressão da esfera política, num corpo separado e posto “acima” da sociedade – fundamenta a perspectiva liberal de que o Estado democrático é um regime político neutro e situado acima das classes. Com relação a esta leitura que desconsidera o conteúdo de classe do Estado é importante destacar que um dos pressupostos essenciais do pensamento marxista se localiza no argumento que não existe regime estatal sem um conteúdo de classe determinado, sem que uma classe fundamental no modo de produção exerça por meio desse regime sua dominação sobre o conjunto da sociedade.

Tal negação (ilusória) do conteúdo de classe do Estado democrático capitalista moderno possibilita que desigualdade e exploração socioeconômica coexistam com liberdade e igualdade cívicas. Os critérios sociais são politicamente irrelevantes e não há incompatibilidade entre democracia e dominação econômica.

A separação da condição cívica da situação de classe nas sociedades capitalistas tem, assim, dois lados: de um, o direito de cidadania não é determinado por posição socioeconômica – e, neste sentido, o capitalismo coexiste com a democracia formal –, de outro, a igualdade cívica não afeta diretamente a desigualdade de classe, e a democracia formal deixa fundamentalmente intacta a exploração de classe (WOOD, 2011, p. 173).

A definição de democracia formal é, portanto, a de uma democracia em que a igualdade formal de direitos políticos tem efeito mínimo nas relações de dominação e de exploração em outras esferas. “[...] A associação do capitalismo com a democracia formal representa uma unidade contraditória de avanço e recuo, tanto um aperfeiçoamento quanto uma desvalorização da democracia” (WOOD, 2011, p. 216). A democracia formal é um aperfeiçoamento das formas políticas em que faltam liberdades civis, mas é, ao mesmo tempo, uma “subtração da *substância* da ideia democrática”, um

ordenamento político democrático restrito, em que igualdade formal não significa igualdade real.

Por isso, falar em uma democracia substantiva significa considerar que o *status* de igualdade política tem rebatimentos na desigualdade socioeconômica. Isso difere do que ocorre em uma democracia formal em que a igualdade civil não afeta diretamente e nem modifica significativamente a desigualdade de classe. E é essa redução da democracia a um método e subtraída de seu conteúdo substantivo que a limita no capitalismo. Desse modo, a igualdade política na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas também a deixa fundamentalmente intacta.

Por isso, não é possível falar em democracia em seu sentido abstrato, desconsiderando que na realidade das sociedades capitalistas existem limitações que se fundam em princípios constitutivos que lhes são irreconciliavelmente antagônicos. Sem desconsiderar a transcendência da democracia enquanto forma de governo e modo de vida, é preciso levar em conta que sua concretização histórica se entrelaça com uma “[...] estrutura de dominação classista, que impõe rígidos limites a suas possibilidades representativas e, em maior medida ainda, às possibilidades de autogoverno da sociedade civil” (BORÓN, 1995, p. 69).

Ao se evidenciar uma concepção minimalista *versus* uma concepção integral de democracia, se vislumbra também a contraposição entre uma cidadania política abstrata da democracia capitalista e uma “descidadania” social concreta que caracteriza a realidade das sociedades capitalistas, especialmente nas periferias (BORÓN, 1995, p. 67).

Sendo assim, uma perspectiva substantiva de democracia “[...] amplia, para além das instituições formais, a democracia, visando a um ordenamento societário que consolida a socialização do poder político e da riqueza socialmente produzida” (DURIGUETTO, 2011, p. 296), por meio da superação da apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade em seu conjunto. Segundo Coutinho (1984), para a realização do ideal de emancipação humana, acrescenta-se à necessidade de superação da alienação econômica a necessidade de superação da alienação política, a qual pressupõe a progressiva reabsorção do Estado pela sociedade que o produziu e da qual ele se alienou.

Compreende-se a democracia, nesta perspectiva, como um processo organicamente vinculado a conteúdos críticos e contra-hegemônicos, como um movimento de democratização entendido como um meio de organização das classes subalternas na direção da construção de sua contra-hegemonia, superando a relação instrumental da democracia com o capitalismo, em que esta assume dimensões restritas institucionais/formais. De modo que, “[...] a democratização do capitalismo não basta para que as arraigadas estruturas de domínio sobre as que repousa e das quais depende vitalmente se esfumem como resultado do sufrágio universal e da representação política” (BORÓN, 1995, p. 69).

O conceito gramsciano de hegemonia dá sustentação à busca pela democratização fundamentada em uma concepção substantiva de democracia. Defende a luta pela construção de um Estado radicalmente democrático, construído “desde baixo”, com ampla participação dos segmentos subalternizados da sociedade civil. Tendo em vista que a obtenção da hegemonia deve preceder a tomada do poder, por um processo progressivo de democratização, numa relação orgânica entre hegemonia e democracia. O que se processa na manifestação de uma articulação dialética da sociedade civil pela luta da hegemonia e pela conquista do poder político pelas classes subalternas. Na defesa de uma “[...] elevação social, cultural e política das massas e dos excluídos, até a sua transformação em protagonistas autônomos de uma sociedade verdadeiramente democrática” (SEMERARO, 1999, p. 15).

Combate, dessa forma, interpretações redutoras e economicistas do marxismo ao reconhecer a autonomia relativa das superestruturas no seio da totalidade social, e reconhecer o papel da subjetividade na *práxis*, o papel da política. Recordando que, para Gramsci, *tudo é política* – trata-se de uma apropriação social desta (COUTINHO, 1984).

Gramsci (2006) fala na construção de uma sociedade fundada cada vez mais no consenso, no autogoverno, na qual a esfera pública intersubjetiva – a sociedade civil – subordina e absorve em si o Estado (em sentido restrito) e o mercado. Ao considerar o momento de hegemonia, se estabelece uma separação entre a concepção liberal e a concepção gramsciana de democracia – a luta é pela hegemonia.

Por isso, a vontade coletiva deve ser construída “de baixo para cima”, através da obtenção hegemônica do consenso majoritário. De modo que, “[...] afirmar ‘elementos cada vez mais numerosos’ de sociedade civil significa ampliar progressivamente o

âmbito de atuação do consenso, ou seja, de uma esfera pública intersubjetivamente construída, fazendo assim que as interações sociais percam cada vez mais seu caráter coercitivo” (COUTINHO, 1998, p, 26).

Manifesta-se o entendimento de democracia não apenas como objetivações ou formas de relacionamento social que compõem o arcabouço institucional da democracia política, mas também a necessidade de abrir espaços para a participação em diferentes níveis de atividades. Uma participação espontânea e autônoma, resultado da livre tomada de posição pelos trabalhadores, em contraponto a uma que seja induzida e limitada. O que significa considerar que “[...] o aumento da participação social depende do avanço da socialização econômica, cultural e política, e vice-versa” (MARTORANO, 2011, p. 141).

No capitalismo atual, o combate pela instauração de conselhos populares, a luta das Organizações Não Governamentais (ONGs), o movimento contra a ‘globalização’ capitalista, além dos esforços pela aplicação dos chamados ‘instrumentos’ de democracia direta indicam o propósito de se conquistar uma **democracia mais substantiva do ponto de vista da representação, do exercício e do controle do poder** (MARTORANO, 2011, p. 25 – *grifo nosso*).

Esse processo, que pode ser caracterizado como de socialização da política, precisa ser fundamentado no fortalecimento de uma cultura pública e democrática, de maneira que as lutas cotidianas não se restrinjam a reformas pontuais, desconectadas de um projeto totalizador, localizadas apenas na esfera do que Gramsci chama de “pequena política”¹⁹ (SIMIONATTO, 1998).

A socialização da produção pelo capitalismo possibilitou (paradoxalmente) o agrupamento de grandes conjuntos de pessoas, tornando mais complexa a estrutura social, pois outros grupos e classes sociais, além do proletariado, passam a se organizar na defesa de seus interesses. “A própria burguesia tem de criar organismos coletivos fora do Estado a fim de concorrer com as associações operárias e das demais classes” (COUTINHO, 1984, p. 28). Com esse processo se desenvolve uma complexa rede de

¹⁹ Gramsci conceitua o termo “política” em dois sentidos: um “amplo” e um “restrito”. Em sua acepção “ampla” a política é identificada “praticamente com liberdade, com universalidade, com toda forma de práxis [...] e se orienta conscientemente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas [...], compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, com a luta pela destruição, defesa, conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais e ‘pequena política’ é a política do dia-a-dia, parlamentar, de corredor, de intriga, que corresponde às questões parciais e cotidianas, que se colocam no interior de uma estrutura já estabelecida (COUTINHO, 2007, p. 90).

organizações, de sujeitos políticos coletivos, configurando um pluralismo de organismos de massa.

A socialização da política coloca a questão da socialização do poder, implicando na passagem de uma democracia liberal clássica para uma democracia de massas e impondo a necessidade de socializar, também, os meios e os processos de governar o conjunto da vida social (COUTINHO, 1984, p. 29). Isso fundamenta a defesa de uma progressiva socialização dos meios de governar, o que se torna possível pela participação das massas organizadas na vida política, por meio da formação dos sujeitos políticos coletivos.

Trata-se de entender a democracia não somente como um conjunto de procedimentos, mas, sobretudo, como um meio de vida. Considerando que a radicalização da democracia não acontece imediatamente à formalização de um regime democrático, todavia, é necessária a construção de uma cultura democrática.

No desenvolvimento do pensamento marxista, Gramsci atribui valor fundamental à democracia ao colocá-la como condição para o processo de construção do socialismo. Seu posicionamento é o de que a tomada do poder político impõe a necessidade da conquista do consenso da sociedade, de modo que esta pactue com uma outra forma de direção – de hegemonia. Daí a necessidade de que a classe social que aspira o poder se torne dirigente antes de ser dominante. O socialismo que o autor propõe “[...] requer a construção de uma forte sociedade civil que assegure a possibilidade do autogoverno dos cidadãos, ou seja, de uma democracia plenamente realizada” (COUTINHO, 1988, p. 25).

Para falar em democracia é necessário considerar os seus vínculos com a economia e a sociedade. Ao apoiar uma efetiva participação da sociedade, num movimento de socialização da economia e da política, acaba-se por evidenciar os limites da democracia capitalista e a possibilidade de uma democracia socialista. Em outras palavras, da defesa da construção de uma democracia econômica, política e social (MARTORANO, 2011).

Ao propor uma noção substantiva – radical – de democracia, o pensamento gramsciano estabelece um vínculo indissolúvel desta com o socialismo, “[...] centrado na afirmação republicana do predomínio consensual (hegemônico!) do público sobre o privado” (COUTINHO, 1998, p. 35). De modo que a democracia liberal seja superada

dialeticamente, em processos de eliminação, conservação e elevação a nível superior de suas conquistas.

O significado ocupado pela democracia na teoria gramsciana é o de meio para a realização do socialismo, vinculado a sua interpretação da necessidade de elaboração de uma estratégia revolucionária adequada às formações sociais ocidentais (de complexificação das relações políticas – no seio da sociedade civil). A guerra de posição enquanto estratégia de luta centrada na disputa pela hegemonia se relaciona com um processo de conquista de poder pela obtenção de um consenso ativo e participativo, essencialmente democrático. “Um processo progressivo de ‘democratização’ e conquista de espaços políticos e de participação popular crítica e organizada nos espaços da sociedade civil” (DURIGUETTO, 2007, p. 61).

Por meio da ampliação dos processos de socialização da política, mediante a existência de uma sociedade civil consolidada e articulada é que se amplia a determinação teleológica dos processos sociais. Ou seja, serão menos determinados pela causalidade espontânea imposta pela economia e mais pela vontade coletiva organizada, por isso a necessidade de aprofundamento político da democracia pela incorporação organizada das massas à vida política nacional (COUTINHO, 2007).

O determinismo dos fenômenos econômicos em uma formação social carente de sociedade civil – em que os indivíduos se movem segundo a espontaneidade egoístico-passional – é diferente em uma formação social de uma rica sociedade civil, que serve de “[...] mediação entre o mundo da economia e as objetivações do Estado em sentido estrito e promove um maior ‘recuo das barreiras econômicas’” (COUTINHO, 2007, p. 100). Relaciona-se ao que Gramsci (2006, p. 314) chama de “catarse”:

[...] a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, **a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens**. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas.

O conceito de “catarse” é desenvolvido por Gramsci para indicar o momento do salto do determinismo econômico à liberdade política, o processo pelo qual uma classe supera seus interesses econômico-corporativos e se eleva a uma dimensão universal, a

passagem da consciência corporativa (particularista) para uma consciência universalizante de classe, o que confere concretude à noção de hegemonia.

Mesmo reconhecendo as determinações históricas e estruturais que determinam as relações sociais (que nem todas as esferas da vida social são resultado de uma relação consensual e contratual entre os indivíduos sociais), Gramsci defende a possibilidade de que “[...] mecanismos consensuais e contratuais resultantes de ações sociais conscientes e críticas podem cada vez mais ser criados, consolidados e desenvolvidos, particularmente no campo da política” (DURIGUETTO, 2007, p. 62).

E, no pensamento gramsciano, o *lôcus* para a superação dialética da democracia liberal/formal é a sociedade civil, onde é possível projetar a construção de um projeto hegemônico das classes subalternas, “[...] espaço em que são construídos e articulados projetos de direção ético-política, onde se formam vontades coletivas, espaço em que se disputa poder e a hegemonia” (DURIGUETTO, 2007, p. 19).

Nogueira (2003, p. 219) frisa que em Gramsci, “[...] sociedade civil é um *conceito*, complexo e sofisticado, com o qual se pode entender a realidade contemporânea. Mas é também um *projeto político*, abrangente e igualmente sofisticado, com o qual se pode transformar a realidade”. Sendo assim, o uso da categoria sociedade civil não se refere apenas a um recurso de análise, mas, sobretudo, a um instrumento de projeto sócio-político na construção de novos consensos na disputa do poder pelas classes subalternas (na luta pela hegemonia), visando a socialização do poder político e da riqueza socialmente produzida. Ou seja, mais do que um método de estudo da realidade, trata-se de uma proposta para a sua transformação.

Uma concepção de democracia concebida enquanto forma de disputa pela hegemonia e pensada a partir das relações entre Estado e sociedade civil subsidia uma análise crítica das relações sociopolíticas brasileiras – ao que se dedica o próximo capítulo. Compreender as dinâmicas e relações que se estabelecem em âmbito *nacional* é imprescindível para análise do objeto *local* de estudo, numa perspectiva relacional de codeterminação que permite apreender o movimento do singular (local) para o particular (nacional) e do particular para o universal (sociedade capitalista).

3 RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS BRASILEIRAS

Com fundamentação na perspectiva teórica gramsciana é que se propõe refletir a sociedade civil no Brasil e, no âmbito de abrangência desta pesquisa, sua configuração em um contexto local. Tarefa que demanda um olhar histórico e estrutural da formação da realidade social brasileira, num entendimento de que o modo como a sociedade civil se expressa e se organiza na contemporaneidade é fruto da dinâmica estabelecida no processo histórico, do qual também é possível visualizar possibilidades de mudanças futuras.

O pensamento gramsciano subsidia este modo de interpretação da realidade ao entender que, “[...] toda fase histórica deixa os seus traços nas fases posteriores; e estes traços, em certo sentido, tornam-se o seu melhor documento. O processo de desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo pelo que o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente o que é ‘essencial’” (GRAMSCI, 2006, p. 240).

Coutinho (2007, p. 195 – *grifo do autor*) argumenta que a “adoção” brasileira²⁰ de Gramsci acontece não pela utilização de afirmações literais, mas pela apropriação do seu método de pensamento e de alguns conceitos básicos: “[...] é através de sua profunda *universalidade* que Gramsci é capaz de iluminar alguns aspectos decisivos de nossa *particularidade* nacional”.

Simionatto (2011) corrobora com este argumento ao propor a assimilação do pensamento gramsciano para interpretação da realidade brasileira. Por meio da mobilização de categorias gramscianas é possível analisar a realidade sociopolítica do Brasil e elaborar interpretações que permitam desvendar dimensões significativas da formação social do país. “O panorama de hoje não é certamente o vivido por Gramsci. Mas as instigantes páginas de sua obra estão repletas de indicações que remetem para o presente e possibilitam engendrar reflexões ante os desafios que se colocam neste início de século” (SIMIONATTO, 2011, p. 161).

²⁰ De acordo com Coutinho (2007), entre 1966 e 1968 foram publicadas no Brasil cinco das mais importantes obras de Antonio Gramsci. Num primeiro momento, sua influência na produção intelectual brasileira foi praticamente inexistente, no que há que se considerar que a recepção de Gramsci no país foi influenciada pela decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968. O declínio da ditadura e a crise da esquerda tradicional são fatores que fundamentaram a influência gramsciana a partir da metade dos anos 1970, simultaneamente ao início do processo de abertura política.

Neste capítulo destaca-se a utilização dos conceitos de “revolução passiva” – o qual fornece indicações para análise dos processos de “modernização conservadora” que caracterizam a história brasileira – e de “Estado ampliado”, por meio do qual se pode analisar alguns dos elementos essenciais da formação social do país, além de subsidiar a elaboração de estratégias de luta pela democracia.

Norteados pelos objetivos da pesquisa e em função da possibilidade de sistematização e análise da conjuntura brasileira, o recorte temporal estabelecido é delimitado a partir do segundo quartel do século XX, marcado pelo período de redemocratização do país, até o ano de 2013, quando diferentes formas de expressão da sociedade civil (as mobilizações em massa/protesto de rua) se somam de maneira mais recorrente ao seu repertório de atuação.

3.1 ELEMENTOS CONTEXTUAIS NACIONAIS

Gramsci (2006, p. 293), ao tratar acerca do processo de revolução passiva, ou revolução-restauração, a define como um “conservadorismo reformista temperado”, como uma forma de moderantismo político que acomoda conservação e inovação por meio da redução da dialética a um processo de evolução reformista. Desenvolve o termo a fim de analisar a particularidade da modernização capitalista ocorrido na Itália. Ao utilizá-lo como *critério de interpretação histórica*, os elementos atribuídos pelo autor a processos de “revolução passiva” podem ser mobilizados para compreender outros fenômenos e contextos sociais.

Para Aggio (1998, p. 166), a revolução passiva é uma construção linguística propositalmente paradoxal que “[...] expressa essencialmente uma combinação de continuidade e mudança ou uma dialética entre conservação e renovação”. Trata-se de um processo de modernização que afeta o conjunto da sociedade, sem que haja uma transformação político social de caráter radical.

O conceito de “revolução passiva” sublinha fortemente o momento superestrutural, em particular o momento político, para explicar transformações societárias. Contribui, assim, para análise específica do processo de modernização capitalista no Brasil – em suas características elitista e antipopular, com exclusão das massas e forte protagonismo do Estado. Nas revoluções passivas o Estado substitui os

grupos sociais locais na função de dirigir uma luta de renovação.

Gramsci (2006, p. 393) define como um processo de reação das classes dominantes aos movimentos contra-hegemônicos engendrados na sociedade civil, em períodos de crise de hegemonia. Esta reação se dá através de “[...] ‘restaurações’ que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de ‘revoluções-restaurações’, ou, ainda, ‘revoluções passivas’”.

O instrumento de transição “pelo alto” é o Estado, o que significa, em termos gramscianos, um fortalecimento da sociedade política (aparelhos militares e burocráticos de dominação e de coerção) enquanto permanece subalterna a sociedade civil (aparelhos privados de luta pela hegemonia).

Gramsci compreende que um processo de “revolução passiva” implica sempre o momento da “restauração” (que significaria uma reação à possibilidade de uma transformação radical) e da “renovação” (estratégia de assimilação de demandas populares pelas camadas dominantes). “[...] A restauração torna-se a forma política na qual as lutas sociais encontram quadros suficientemente elásticos para permitir à burguesia chegar ao poder sem rupturas clamorosas” (GRAMSCI, 2006, p. 426).

Trata-se de uma reação política às lutas sociais, em que o poder é mantido sem alterações estruturais, mas moleculares (BIANCHI, 2006). Uma transição sem revolução em que as classes dominantes, mediante “restaurações”, acolhem parte das demandas das classes dominadas em um contexto de crise orgânica – da qual os desdobramentos podem ser de rearticulação da classe dominante ou de ampliação do consenso das classes dominadas.

Ao trabalhar as noções de ética e política, Gramsci (2002) expõe que a ética remete às atividades da sociedade civil, à hegemonia; e a política está relacionada à coerção estatal-governamental. “[...] Quando há contraste entre ética e política, entre exigências da liberdade e exigências da força, entre sociedade civil e Estado-governo, *há crise*” (GRAMSCI, 2002, p. 371 – *grifo do autor*). Sobre o conceito de crise orgânica, Coutinho (2007) explica que, em seu aspecto econômico, ela se manifesta nas contradições estruturais do modo de produção; e no aspecto superestrutural, político-ideológico, aparece como crise de hegemonia.

Se a classe dominante perdeu o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, porém unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isso significa precisamente que as grandes massas se separaram das ideologias

tradicionais, que não creem mais no que antes criam, etc. A crise consiste precisamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer. A expressão política da crise orgânica é a crise de hegemonia (COUTINHO, 2007, p. 154).

A crise de hegemonia se localiza em um contexto de débil iniciativa popular e impossibilidade das classes subalternas assumirem a posição de classe dirigente. Este fato faz com que a classe dominante tente conquistar um consenso passivo e indireto das classes subalternas por meio da absorção de algumas de suas demandas, justamente aquelas que são contraditórias à ordem econômica e política (BIANCHI, 2006).

Apesar do mote “restaurador”, não se anula o fato de que ocorrem modificações efetivas na realidade, às quais pode-se aplicar “[...] o critério interpretativo das *modificações moleculares* que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, por conseguinte, tornam-se matriz de novas modificações” (GRAMSCI, 2006, p. 247 – *grifo nosso*). Ou seja, processos de revolução passiva podem deixar marcas, geram “rupturas moleculares”, potenciais de gênese de novas transformações. Empreender este tipo de análise nega interpretações dualistas e simplistas das relações sociais ao estabelecer a contradição como viés de interpretação.

Sobre a noção de “revolução passiva” e a história brasileira percebe-se que o processo de modernização capitalista no Brasil acontece sem que ocorram, necessariamente, rupturas revolucionárias de uma classe burguesa nacional, resultado de movimentos populares. A particularidade do contexto brasileiro é caracterizada por uma transformação capitalista fruto do acordo entre as classes economicamente dominantes, excluídas as forças populares e com recorrente utilização dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado. Alinhando-se a uma das causas-efeitos da revolução passiva em que o Estado “[...] substitui os grupos sociais locais, ao dirigir uma luta de renovação. É um dos casos em que esses grupos têm a função de ‘domínio’, e não de ‘direção’: ditadura sem hegemonia” (GRAMSCI, 2002, p. 330). Ou seja, acontece o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, com ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história.

A noção de “revolução pelo alto” se coloca como marca de um processo que caracterizou diferentes momentos da história brasileira, desde a República Velha, passando pela revolução de 1930, até o golpe militar de 1964. Contextos nos quais as decisões foram tomadas de forma elitista e com exclusão das massas populares, prevalecendo os métodos de supremacia sobre as formas de hegemonia

(SIMIONATTO, 2008). Momentos que evidenciam processos de “modernização conservadora” característicos da particularidade da formação capitalista no país.

Desenvolve-se no Brasil a possibilidade de modernização, sem que ocorram rupturas de caráter transformador. O que se observa são mudanças que se amoldam e flexibilizam, num processo que Fernandes (1987) chama de *revolução conservadora*, em que a transição para a fase capitalista sequer pode ser chamada de revolução burguesa, pois se trata de uma longa fase de transição, sem rupturas significativas dos estamentos que ocupam o poder. Há a incorporação do capitalismo moderno sem mudanças estruturais, movimento que Faoro (2000) ilustra como circular, que gira e volta para o mesmo lugar: uma “viagem redonda”. Conforme pontua Fernandes (1987, p. 80), “[...] estamos diante de uma *evolução histórica* em que o ‘setor velho’ da economia não se transformou nem se destruiu para gerar o ‘setor novo’ [...]”.

Corroborando com esta interpretação, Coutinho (1984) sintetiza que as transformações políticas e a modernização econômico-social brasileiras foram efetuadas

[...] através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional. Essas transformações ‘pelo alto’ tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa **de marginalizar as massas populares não só de uma participação ativa da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais** (COUTINHO, 1984, p. 36 – *grifo nosso*).

De modo que traços da modernização conservadora que ocorre no país são expressos no plano imediatamente político, por meio da recorrente exclusão da participação popular nos processos de decisão política. Ou seja, a formação da cultura política das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil no país são determinadas por essa imposição do Estado enquanto protagonista dos processos de transformação social. Ao ocupar o lugar das classes sociais e assumir, no âmbito estatal, a função de direção, de exercício da hegemonia, ocorre um enfraquecimento da sociedade civil, os limites entre interesse público e interesse privado são diluídos e o caráter de classe do Estado é escancarado.

Além de subsidiar as análises acerca da modernização capitalista no país, em termos históricos mais recentes a noção de “revolução passiva” pode dar indicações analíticas para o processo de democratização, ao utilizá-la enquanto *critério de*

interpretação histórica (GRAMSCI, 2002). Em outras palavras, ao se constituir num critério de interpretação para compreender episódios da história brasileira, o conceito provê instrumentos analíticos indicativos dos traços decisivos da formação política e social do país.

Sendo assim, neste estudo não se limita a utilização da noção gramsciana de revolução passiva ao período de consolidação do capitalismo, mas como instrumento de análise da democracia brasileira – do momento político de “transição democrática” efetuado no Brasil e os desdobramentos contemporâneos das relações sociopolíticas.

Conforme argumenta Duriguetto (2007, p. 21), a característica da tradição político-cultural brasileira é a “[...] histórica ausência de democracia, que resulta dos mecanismos de reformas ‘pelo alto’, os quais alijaram as classes subalternas dos processos de transformações econômicas, sociais e políticas”. Ao tomar como marco referencial o contexto de instituição da democracia enquanto regime político no país essas características são evidenciadas e desdobradas em elementos estruturantes do sistema político brasileiro.

Mediante a intervenção legislativa do Estado foram introduzidas, paulatinamente, modificações na estrutura de organização política do país como resposta a um processo de esgotamento do regime político autoritário, acentuado pelo contexto de crise econômica (crise do “milagre econômico” a partir da década de 1970) e mobilização de segmentos organizados da sociedade civil. Em uma perspectiva gramsciana, o fato de o Estado, mesmo que limitado como potência, se colocar como “dirigente” em lugar do grupo social dominante é de máxima importância para o critério interpretativo de “revolução passiva” (GRAMSCI, 2002).

A canalização por parte de variados segmentos organizacionais da sociedade civil na luta pela democracia delineia uma conjuntura interna de disputas e correlações de forças. E influências externas exercem também determinação nesse processo, principalmente com relação aos interesses econômicos, pois não há como deslocar o país de sua inserção na ordem econômica internacional, tampouco desconsiderar determinações estruturais no âmbito superestrutural.

A estratégia de crescimento econômico implementada no país foi baseada no endividamento externo contraído junto ao sistema financeiro privado internacional. Os anos de 1968-1973 foram marcados pelo “milagre econômico” brasileiro – estratégia sem sustentabilidade a longo prazo, porque fundamentada na dependência de capital

externo. O desenvolvimento econômico-social adotado no país pelos governos militares reforçou a integração subordinada do Brasil à ordem capitalista globalizada, por meio de um crescimento dependente, conduzido segundo interesses imperialistas e balizado por ações sociopolíticas antidemocráticas.

A conjuntura de crise econômica vivenciada no país a partir da segunda metade da década de 1970 é consequência do projeto desenvolvimentista colocado em curso pelo governo autoritário. Observa-se que, no processo histórico de modernização capitalista do país, o discurso ideológico adotado pelas classes dominantes é o de superação do subdesenvolvimento por meio do crescimento econômico, o qual dota de legitimidade política a mobilização de esforços e adoção de estratégias nacionais.

Expressão da ideologia que conduziu os projetos políticos do processo de modernização do país, o desenvolvimentismo possibilitou à burguesia brasileira apresentar seus interesses específicos de classe como um projeto de sociedade, movimentando amplos esforços e legitimando as ações e estratégias necessárias à condução do processo de industrialização (MARANHÃO, 2014).

A crise do “milagre econômico” é expressão particular de um movimento mais geral de recessão do capital internacional. E a estratégia de enfrentamento adotada pelo regime militar foi aumentar o endividamento externo por meio de empréstimos com juros flutuantes (que variam conforme a alteração no mercado internacional). Negócio que, em 1979, em consequência de um excessivo aumento da taxa internacional de juros, criou os condicionantes econômicos que terminaram por fazer dos próximos dez anos uma “década perdida”.

É com a crise do ‘milagre econômico’, nos primeiros anos da década de 1970, que se inscrevem as determinações que, **pela mediação da resistência democrática e pela ação do movimento popular**, desembocarão na crise do regime. É essa mediação que confere ao processo eleitoral de 1974 um caráter ‘plebiscitário’ em relação ao regime, forçando seus mentores a criar estratégias de abertura ‘lenta e gradual’ e, no final da década, um projeto de auto-reforma (DURIGUETTO, 2007, p. 137 – *grifo nosso*).

Para atender às necessidades geradas por um contexto de crise de relações econômicas internacionais acrescido das consequências da política desenvolvimentista implantada pelo governo militar impõe-se a necessidade de alteração das relações políticas. E é nesse contexto que o germe da sociedade civil brasileira encontra terreno fértil para se desenvolver de forma mais concreta na luta contra o regime político

autoritário.

Apesar da repressão institucionalizada, a sociedade civil brasileira cresceu e se diversificou nesse período. A modernização da sociedade criou as forças (bases) indispensáveis para a luta contra o autoritarismo do Estado e pela democracia, “[...] mais um caso do célebre feiticeiro que desencadeia forças que depois não é capaz de controlar” (COUTINHO, 1984, p. 88).

Ao olhar para a história da configuração do regime político brasileiro, o extraordinário fortalecimento do Estado no período ditatorial contribuiu para “desequilibrar” a relação entre Estado e sociedade civil. Mesmo assim, Coutinho (2007) destaca que, apesar de duramente reprimida, a sociedade civil brasileira conservou uma margem de autonomia real, crescendo a partir da década de 1970²¹:

[...] um forte movimento no sentido de auto-organização envolveu os operários, os camponeses, as mulheres, os jovens, as camadas médias, os intelectuais e até mesmo setores da burguesia. O movimento de massa (ocorrido em 1984) em favor da eleição direta para a Presidência da República, que desempenhou um papel definitivo na derrota da ditadura militar, foi a culminação desse processo de fortalecimento da sociedade civil, que assumiu dimensões até então inéditas na história do Brasil (COUTINHO, 2007, p. 215).

Manifesta-se um duplo movimento que pode ser analisado como a coexistência de um *projeto* e um *processo* de democratização. Em meio a um contexto de crise orgânica, o governo autoritário põe em curso um *projeto* de abertura democrática, lento, gradual, arbitrário, sem grandes rupturas, conduzido “pelo alto”. Uma tentativa “[...]”

²¹ A partir da crise do milagre econômico o país assiste a uma “[...] reativação dos movimentos sociais, de base operária e popular, em múltiplas e diferentes formas de organização e de expressão de conteúdos reivindicativos. Uma pluralidade de movimentos sociais de diversas matizes multiplicaram-se por todo o país, constituindo uma vasta teia de organizações que passaram a dinamizar processos de mobilização de defesa, conquista e ampliação de direitos civis, políticos e sociais [...] e também trouxeram para o debate público um leque de questões relativas à discriminação de gênero, raça e etnia, ecologia e meio ambiente, violência e direitos humanos” (DURIGUETTO, 2007, p. 149). Exemplificando essa expressiva mobilização popular estão as “Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), clube de mães, pastorais populares das igrejas, movimentos populares reivindicatórios por serviços de infraestrutura, creches, saúde e contra a carestia, quebra-quebras nos trens e ônibus em São Paulo e Rio de Janeiro, movimento feminista, movimento negro, o ‘novo sindicalismo’ que emerge do cotidiano dos grupos de oposição sindical, são fortes exemplos dessa ampla mobilização e organização popular. Tais movimentos promoveram ações diversas, merecendo destaque as mobilizações promovidas pelos metalúrgicos do ABC – que, mesmo constrangidos pela legislação ditatorial, organizaram greves massivas entre 1978 e 1980, reivindicando, dentre outras demandas, aumentos salariais e organização sindical independente da tutela estatal – e, especialmente, o movimento de massa em favor das ‘diretas já’, a partir de janeiro de 1984” (DURIGUETTO, 2007, p. 150). A partir desse campo de mobilização social é que o “projeto” se transforma em “processo” de democratização – um processo de emergência de movimentos e organizações sociopolíticas dos setores populares.

prolongada e gradual de institucionalização da vida política sob controle do regime militar. O objetivo era atingir a ‘normalização institucional’, que significava liberalizar o regime **não para superar a ordem autoritária, mas para institucionalizá-la**” (DURIGUETTO, 2007, p. 138 – *grifo nosso*).

No entanto, as pressões vindas “de baixo”, da crescente organização e mobilização da sociedade civil, fazem com que tome lugar na realidade social brasileira um *processo* que influencia a execução do projeto de abertura. Paradoxalmente, esse de acúmulo de forças da resistência democrática é viabilizado pela modernização capitalista do período ditatorial, a qual, por meio da transformação do Brasil num país urbano-industrial complexo e diferenciado, possibilitou a dinamização da organização de interesses. Movimentação social que pode ser exemplificada pela reinserção da classe operária na cena política e na ação do movimento popular. “É esse fato novo que obriga a autocracia burguesa a combinar medidas repressivas com concessões e atos de negociação, culminando, assim, na sua crise” (DURIGUETTO, 2007, p. 138).

Há o estabelecimento de uma tensão entre um excludente *projeto* oficial de autorreforma e um *processo* político de sentido popular-democrático. Duas expressões distintas e contraditórias, as quais, em sua progressão continuada e simultânea, buscavam uma anular a outra. A chamada “transição democrática” foi então fruto da combinação de pressões dos “de baixo” e de operações transformistas operadas “pelo alto”, características de processos de revolução passiva.

Nesse contexto de emergência de movimentos e organizações sociopolíticas a categoria sociedade civil é empregada como interpretativa da dinâmica social brasileira, relacionada às manifestações sociais de oposição ao regime autoritário. Mas, conforme destaca Duriguetto (2007), esse não foi o único significado atribuído ao conceito de sociedade civil. É nesse mesmo contexto que a expressão passa a ser objeto de diferentes significados, relacionados a projetos políticos em disputa, os quais materializam diferentes e antagônicas interpretações acerca de como deveria ser a “transição democrática” e a consolidação da democracia.

A análise do momento da “transição democrática” por meio da conjugação de um *projeto* (de autorreforma do governo) e um *processo* (manifesto na luta travada na sociedade civil) evidencia diferentes concepções a respeito da sociedade civil e democracia disputando determinações na realidade. Dentre as quais se destaca a perspectiva *liberal-democrática* – com uma particular/limitada noção de sociedade civil

(esvaziada de conteúdo de classe) e de democracia (restrita aos procedimentos formais/burocráticos enquanto subsistema político e não como um padrão global de organização social).

A defesa da democracia nos limites da concepção liberal a concebe enquanto regime mais adequado ao capitalismo e, por isso, poderia ser instaurada pelo grupo já no poder, numa perspectiva de continuidade – o retorno à democracia sem rupturas ou modificações bruscas. Perspectiva que resume a luta contra a ditadura militar à luta da sociedade civil contra o autoritarismo burocrático de Estado, que torna pragmático e restritivo o pensamento político oposicionista acerca da “questão democrática”, e rompe com qualquer perspectiva revolucionária (DURIGUETTO, 2007).

Trata-se de uma concepção minimalista de democracia reduzida à institucionalização de uma ordem política abstraída de seus conteúdos éticos e da natureza dos antagonismos sociais, identificada apenas com questões de governabilidade e eficácia administrativa. Nela se manifesta uma interpretação ingenuamente otimista do suposto caráter linear e irreversível dos progressos democráticos e uma crença, de acordo com Borón (1995), teoricamente errônea e historicamente falsa, de que a democracia é um projeto que se esgota somente na “normalização” das instituições políticas.

A perspectiva teórica liberal-conservadora, estabelecida a partir da tensão entre projeto e processo, orientou a transição política no plano prático-político. O resultante foi o estabelecimento de uma ação política de programa democratizante no plano político-institucional, mas conservador no plano do Estado. Por isso, “[...] embora tenha-se restituído o aparato político-institucional que caracteriza a constituição de um Estado Democrático de Direito, do ponto de vista macroeconômico, o ‘modelo econômico da ditadura’ (benefício ao grande capital) permanece” (DURIGUETTO, 2007, p. 145). O que evidencia que a concretização de uma ordem democrática não se esgota na estruturação de um regime político.

A necessidade imposta era a de mudança das regras do jogo, sem que se alterasse o jogo, ou seja, de modificação do regime de governo sem mudança na estrutura de concentração de rendas e riquezas na sociedade. Desse modo se estabelece um “[...] novo pacto político assentado sobre a mesma velha estrutura social, daí a pouca efetividade da democracia no resgate da dívida social do país”, para citar uma das consequências dessa condução (COSTA, 2006, p. 143).

Se na transição política a concepção de democracia hegemônica foi a de uma democratização a ser construída “pelo alto”, concentrando nas mãos dos “de cima” o controle dos programas de abertura, a interpretação gramsciana de sociedade civil e democracia é posicionada de forma antagônica a esta perspectiva. Ela é pensada enquanto meio para elaboração de uma nova hegemonia, de um consenso majoritário construído a partir da pluralidade dos interesses e das organizações dos sujeitos populares – numa articulação entre sociedade civil, hegemonia e democracia.

Dessa maneira, o processo de transição é interpretado não apenas como restabelecimento das liberdades democráticas e constituição do Estado de direito, mas também como pressuposto para o desenvolvimento da organização política das classes subalternas na direção da construção de outro projeto societário. Trata-se da compreensão do valor estratégico da democracia política na luta pelo aprofundamento de seu significado substantivo.

A construção e consolidação de um regime de democracia política, por esta perspectiva, é vista como possibilidade de superação das tendências elitistas²², particularmente acentuadas no regime autoritário, e como pressuposto (que deve ser reposto, conservado e ao mesmo tempo aprofundado) para o avanço rumo a uma democracia de teor cada vez mais substantivo.

Noção de processualidade que se alinha ao conceito de “guerra de posição” desenvolvido por Gramsci e fundamenta o argumento de que é necessário consolidar e ampliar o processo de renovação democrática a partir das organizações populares. No sentido de uma “[...] progressiva obtenção de posições no seio da sociedade civil como base para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras” (DURIGUETTO, 2007, p. 156).

Ainda que se manifestem leituras diferenciadas, citam-se como síntese de dois projetos societários mais amplos essas duas perspectivas teórico-práticas opostas quanto ao entendimento do significado e da relação entre sociedade civil e democracia em

²² O “modelo elitista” de democracia corresponde a uma concepção minimalista que entende existir uma incompatibilidade entre governabilidade democrática e participação política. “O produto teórico dessa tradição é o surgimento de uma teoria restrita da democracia, o assim chamado ‘elitismo democrático’. Inaugurada por Schumpeter, essa tradição é a que se encontra reatualizada pelo neoliberalismo” (DURIGUETTO, 2007, p. 74).

disputa no processo de democratização: a noção liberal-democrática e a de democracia substantiva.

A partir da segunda metade da década de 1980 e início dos anos 1990 essas diferenças se revelam de forma acentuada e fundamentam o campo de disputas por determinações na realidade social – o que tornou o campo temático ainda mais complexo.

O regime político autoritário reage às pressões “de baixo” por meio de uma paulatina e controlada “abertura democrática”, pela qual mais uma vez na história brasileira o Estado desempenha a função de “classe dirigente” e conduz um longo processo de mudança do regime político. Obtendo, dessa forma, o consenso à medida em que assimila e responde a algumas das demandas dos grupos sociais não hegemônicos e mobilizados.

Ressalta-se que, ao considerar a dominação hegemônica através do entretecimento entre coerção e consenso, a obtenção do consentimento não deixa de ser uma forma de dominação. E, em contextos caracterizados como de revolução passiva, esse consenso é forçado pelo contínuo processo de transformismo, através da absorção molecular pela classe dominante de elementos ativos dos grupos adversários – o que permite a elaboração de uma classe dirigente em um contexto fixado pela restauração. “Esse consenso é coercitivamente fabricado, na medida em que tende à destruição da força política dos grupos subalternos através da decapitação de suas lideranças, isto é, a desarticulação e a paralisação do antagonista através da absorção dos seus dirigentes” (BIANCHI, 2006, p. 48).

O projeto de “abertura” democrática ocorreu por meio de concessões capazes de permitir uma autorreforma que não alterou a substância elitista do modo tradicional de fazer política no país. Tal característica levou à construção de superestruturas adequadas à dominação de uma restrita oligarquia sobre a maioria da população. E uma das consequências desse processo foi a geração de uma debilidade histórica da democracia no Brasil, o que coloca o desafio, ao conjunto das forças populares, de lutar para inverter essa tendência elitista da política nacional e combater suas consequências nas várias esferas do ser social (COUTINHO, 1984).

Ao analisar a forma de transição do regime político autoritário para o democrático, nota-se que o Estado brasileiro desempenha o papel de “[...] substituir as classes sociais em sua função de protagonista dos processos de transformação e o de

assumir a tarefa de ‘dirigir’ politicamente as próprias classes economicamente dominantes” (COUTINHO, 2007, p. 204). Ou seja, no Brasil, as classes dominantes relegaram para o Estado a função de domínio político – característico do papel de dominação de classe exercido pelo Estado em sociedades capitalistas. Processo que Gramsci (2006) denomina de “ditadura sem hegemonia” – uma manifestação da revolução passiva em que o instrumento da transição “pelo alto” é o Estado. O instrumento e o local da conciliação de classes no país é, historicamente, o Estado (em sentido restrito), do que se verifica o fortalecimento da sociedade política em detrimento da sociedade civil.

No entanto, mesmo em processos de transição “pelo alto” é necessário um mínimo de consenso, e o modo pelo qual se obtém esse consentimento é chamado de “transformismo”: “[...] a assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas” (COUTINHO, 2007, p. 205).

O “transformismo” é um dos principais momentos pelos quais a classe dominante conquista a hegemonia nos regimes resultantes de “revoluções passivas”. São processos de cooptação dos dirigentes políticos das camadas subalternas, as quais se tenta conservar à margem das grandes decisões. Desse modo, a classe dominante esvazia as condições de luta política, enfraquece a sociedade civil e a mantém ligada ao Estado.

É possível apropriar-se da categoria gramsciana de “transformismo” – entendido como o modo pelo qual se obtém um mínimo consentimento em processos de transição “pelo alto” – para reflexão da democratização política do Brasil. Contexto que é denso de contradições, pois a transição democrática enquanto fruto da combinação de pressões populares “de baixo” e de operações transformistas “pelo alto” possibilitou que o país se tornasse uma sociedade “ocidental” madura para transformações substanciais (COUTINHO, 2007, p. 218).

O critério de interpretação histórica de “revolução passiva” se desenvolve de modo que, em contextos de crise de hegemonia, as classes dominantes, para se manter no poder, desarticulam lutas populares por meio de processos transformistas operados “pelo alto”. Contudo, ao recuperar por completo o significado gramsciano do termo, é importante considerar que os elementos abafados na manifestação popular são parcialmente incorporados no sistema – o que não deixa de ser um “avanço derrotado”.

Mesmo que assimiladas em modificações superficiais estratégicas para manutenção dos grupos no poder, essas aspirações aparecem e, em algum momento, podem novamente vir à tona.

Essa leitura possibilita considerar que, mesmo analisada enquanto um processo de revolução passiva, a institucionalização da democracia brasileira lança as sementes de rupturas, em um processo cumulativo e passível de novas sínteses. Trata-se de aplicar o conceito de revolução passiva enquanto critério interpretativo das “[...] **modificações moleculares**, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações” (GRAMSCI, 2002, p. 317 – *grifo nosso*).

O fim do longo período de “transição democrática” acontece como síntese de múltiplas determinações, intenso de contradições internas e influências externas. Mesmo conduzida “pelo alto”, como estratégia do Estado autoritário para controlar as mudanças políticas, econômicas e sociais, a sociedade civil brasileira assume determinado grau de autonomia e mobilização na luta pela alteração do regime político ditatorial.

Ao se estender por mais de uma década, esse movimento operado “pelo alto” imprime características ao regime democrático síntese desse processo. Altera-se a institucionalidade política do país, culminando na nova Constituição Federal de 1988. Todavia, o que as análises dessas quase três décadas ininterruptas de regime democrático têm demonstrado é que a influência do processo histórico de relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil exige mudanças ideológicas e culturais que ocorrem para além da legalidade formalmente instituída.

É possível sintetizar que o que se operou a partir da “transição” democrática (no decorrer da década de 1990) foi um processo de consolidação de liberdades político-formais, de mudanças nas objetivações ou formas de relacionamento social que compõem o arcabouço institucional da democracia política. Essa configuração se constitui em premissa fundamental para um processo de superação, de elaboração de novas sínteses, no sentido de aprofundamento do significado substantivo de democracia.

A defesa da superação de uma concepção minimalista (liberal) de democracia é subsidiada pela noção de que as relações políticas são compostas, ao mesmo tempo, por atividades formais (regras estabelecidas) e informais (negociações e diálogos). Neste segundo âmbito é que se manifestam questões relacionadas à cultura política

historicamente construída. Nas palavras de Costa (2006, p. 142):

Uma sociedade fundada num patrimonialismo que fez do privilégio a regra, na qual a cidadania como condição de igualdade em direitos e deveres ainda convive com a apologia do mando tradicional, precisa mais do que mudanças legais. É necessário construir um novo padrão de relações entre as classes e ampliar o poder político dos que vivem na base desta sociedade. A democracia, se reduzida às regras de transição de governos ou método para tomada de decisão, se esvazia do conteúdo revolucionário da luta pela igualdade entre os homens.

O aprofundamento do conteúdo político da democracia de modo a transcender os pactos normativos impõe a necessidade do que Gramsci chama de “revolução intelectual e moral”. Ela se opera no âmbito da cultura e diz respeito à assimilação progressiva, por parte das classes subalternas, de uma posição enquanto classe universal, superando o momento corporativo e assumindo o papel de classe dirigente. Segundo Gramsci, esse processo é necessário para a elaboração de uma nova cultura. O que

[...] não significa apenas fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em **elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral**. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 2006, p. 13 – *grifo nosso*).

A elevação do senso comum a senso crítico acontece no plano ético-político, de modo que a classe subalterna possa desenvolver sua capacidade intelectual e moral para historicamente conquistar a hegemonia (LUIZ, 2011).

Movimento de elevação que não se realiza plenamente no desenvolvimento da democracia brasileira, a qual é síntese de ações de transição operadas “pelo alto” e realizadas em um país de formação social de tipo “ocidental”²³ – para utilizar a terminologia gramsciana. Tanto pela abordagem econômica quanto dos pontos de vista político e social, o Brasil é um país de configuração “ocidental”, mas de particularidade

²³ O que se estabelece de modo paradoxal: “Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma ‘revolução-restauração’, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa modernização, mesmo sendo ‘conservadora’ – na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição desigual de propriedade e de renda –, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da ‘ocidentalização’ da sociedade brasileira” (COUTINHO, 2007, p. 217).

marcada pelo progresso das forças produtivas e modernização da estrutura social operadas “de cima para baixo”, por meio da conciliação entre frações das classes dominantes. O resultado desse processo se manifesta em algumas das marcas da modernização econômico-social do país, como a conservação do latifúndio, a dependência do imperialismo e, sobretudo, o afastamento das forças populares das decisões políticas nacionais significativas (COUTINHO, 2007).

Existem implicações políticas dessa modernização conservadora e, de acordo com Simionatto (1998), as contradições reaparecem sob nova roupagem dependendo da conjuntura, ao passo em que também se alteram as relações de forças postas na dinâmica da vida social.

Ao identificar o papel de centralidade estatal no processo de formação da atual institucionalidade democrática, é preciso levar em conta que este se localiza em um contexto particular de “ampliação” do Estado. O que impõe a necessidade de analisar o grau de “socialização da política” do contexto brasileiro, considerando as relações estabelecidas entre sociedade política e sociedade civil.

Em outras palavras, o pensamento gramsciano pode subsidiar não apenas interpretações do passado (mediante os conceitos de “revolução passiva” e “transformismo”), mas também a análise do presente, pela noção de “Estado ampliado”, que permite identificar algumas características essenciais da formação social brasileira e fornece indicações para a elaboração de uma estratégia de luta democrática concebida como “guerra de posição” (COUTINHO, 2007).

Olhar para as relações sociopolíticas no que tange à democracia no Brasil subsidiado pela teoria ampliada de Estado permite interpretar que, consolidado legalmente o período de transição democrática e adentrando a década de 1990, a sociedade civil brasileira passa a contar com um amplo espectro de possibilidades institucionais de organização, complexificando o âmbito das análises das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil²⁴.

Como parte do processo de “socialização da política” na realidade brasileira está a multiplicação de organismos de democracia direta e o surgimento de sujeitos políticos coletivos de novo tipo (associações de moradores, comunidades religiosas de base,

²⁴ Estudos de variados campos das Ciências Sociais se dedicam à análise dessas novas experiências, citam-se os relacionados às ONGs, às experiências de Orçamento Participativo, aos Conselhos e Conferências de políticas públicas, aos movimentos sociais pós-Constituição Federal de 1988, os “novos movimentos sociais”, dentre outros.

organizações não governamentais, fundações, fóruns, para citar alguns) os quais ganharam autonomia e representatividade. O fortalecimento da sociedade civil atribui legitimidade à luta pelo aprofundamento da democracia política, num movimento de diluição do poder político no âmbito da sociedade, por meio da participação democrática.

3.2 SOCIEDADE CIVIL: ENTRE DIFERENTES FORMAS E CONTEÚDOS

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) representa a normatização do pacto estabelecido entre sociedade civil e sociedade política e expressa, no que tange às relações políticas, a institucionalização de um regime democrático que alia mecanismos de democracia representativa e democracia direta.

Os processos mobilizatórios e a criação de sujeitos políticos coletivos a partir da década de 1970 influenciaram no pacto social da constituição do Estado de Direito, de modo que se abre à sociedade civil uma gama de possibilidades de participação política institucionalizadas na CF/88. Com a democratização política o movimento de participação popular foi amplificado e diferentes modalidades de interação da sociedade civil com os poderes legislativo, executivo e judiciário possibilitaram incorporar institucionalmente demandas dos setores populares antes reveladas por ações “diretas e de rua” e que passam a contar com a possibilidade de serem levadas a canais institucionais.

Neste sentido, o processo de transição democrática expressou a busca pela igualdade nos direitos civis, políticos e sociais. A efervescência dos movimentos sociais, a articulação política da classe trabalhadora e a adesão de setores do empresariado nacional à luta pela democracia suscitaram o desejo de construir um novo patamar de relações sociais. Foi nesse clima de anseios pela igualdade que se colocaram os trabalhos de redação da nova ordem normativa para o Estado democrático no Brasil (COSTA, 2006, p. 141).

A partir desse processo há uma revalorização da dimensão institucional da participação política, acrescida das reflexões acerca da criação de espaços institucionais de participação na gestão pública, no âmbito das políticas sociais. O que é fruto da luta de diferentes movimentos coletivos organizados no processo constituinte: movimentos

sociais, sindical, pastorais sociais, ONGs, partidos políticos de esquerda, setores acadêmicos e entidades profissionais (DURIGUETTO, 2007, p. 165).

Fruto desse processo, a CF/88 amplia os direitos de cidadania e inaugura um novo paradigma de gestão das políticas sociais através, especialmente, da institucionalização da participação da sociedade civil na formulação e no controle das políticas sociais. Manifesta-se a expectativa de que a criação de canais institucionalizados de participação da sociedade civil poderia superar os limites da democracia representativa e romper com a tradição patrimonialista de gestão do Estado, a prática do clientelismo no acesso a recursos públicos, etc.

Desse modo, variadas formas de participação política são previstas na CF/88, com naturezas diversas: Conselhos, Conferências, Orçamento Participativo, Plebiscito, Referendo, Consulta Pública, Audiência Pública, Projetos de Lei de Iniciativa Popular, Partidos Políticos, Sindicatos, Associações Cívicas, ONGs, Fóruns, Movimentos Sociais, etc.

Essa dinâmica é estabelecida a partir do rearranjo do Estado de Direito e das novas possibilidades de participação política. Embora a expectativa dos setores populares fosse que a democracia possibilitasse a melhoria das condições de vida e a diminuição da pobreza, essa perspectiva logo se mostrou frustrada, diante da pouca efetividade das medidas governamentais quanto ao controle da inflação e ao custo de vida (COSTA, 2006).

Após a etapa de inscrever os direitos de participação da sociedade civil na CF/88, acentuam-se as contradições econômicas próprias da fase de crise estrutural do capital. E, em substituição ao ideário desenvolvimentista colocado em cheque entra em cena a hegemonia neoliberal.

Como consequência do fracasso do modelo econômico seguido pelo regime militar, há o aumento do endividamento externo e interno do país. O impacto da política econômica adotada é sentido na década de 1980 por meio da crise da dívida externa, a qual se multiplicou em decorrência da elevação da taxa de juros. Isso faz com que o país busque alternativas junto ao capital internacional para sair da crise, o que o torna mais vulnerável às intervenções do sistema econômico internacional e à imposição de políticas de ajuste.

A estratégia escolhida é a de recorrer a organismos financeiros internacionais (como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) em busca de mais

empréstimos. Para garantir uma balança de pagamentos favorável ao serviço da dívida externa o país precisa se adequar às exigências de diminuição do gasto público interno, controle da inflação, privatização das esferas produtivas estatais, abertura econômica e impulso no setor exportador. Por isso, Costa (2006, p. 144) ilustra o cenário da democratização brasileira como marcado por um Estado “[...] sugado pelo pagamento de juros da dívida externa e uma sociedade sem um projeto nacional definido e pactuado entre as diferentes classes e setores sociais”.

O objetivo do programa neoliberal era o de retomar o crescimento econômico não apenas no Brasil, mas em todo o continente latino-americano, propondo solucionar a crise da dívida externa e a alta inflação por meio da liberalização econômica e de uma política de privatizações. Desse modo, a proposta desenvolvimentista de superação do subdesenvolvimento passa a ser negada e substituída pelo novo consenso político neoliberal, liderado pela oligarquia financeira internacional e organizado em torno do Consenso de Washington (MARANHÃO, 2014).

O processo de penetração do capital financeiro internacional na economia brasileira iniciado na ditadura militar ganha concretude nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), ironicamente, o “teórico da dependência”. Contexto a partir do qual, por meio da subordinação da economia nacional à mundialização do capital, a burguesia brasileira avança em seu caráter subordinado ao imperialismo, integrando definitivamente o Brasil à dinâmica de neocolonização financeira (MARANHÃO, 2014, p. 316)

O desafio colocado pelos organismos internacionais aos Estados nacionais é o de se inserirem à ordem global, de se integrarem ao processo de mundialização do capital, com vistas a, supostamente, superarem o subdesenvolvimento. Para tanto, a apresentação de uma agenda reformista foi colocada como inevitável e elencou temas centrais como o corte dos gastos sociais, programas de privatizações, políticas liberalizantes do capital, desregulamentação do mercado de trabalho com modificações de leis trabalhistas e previdenciárias (COSTA, 2006).

Ao colocar o tema da reforma do Estado como condição imprescindível para o crescimento econômico e melhoria do quadro social do país, o governo FHC colocou em curso, em meados da década de 1990, o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, apresentado como estratégia de superação da crise instaurada no país em decorrência da exaustão do modelo de Estado desenvolvimentista.

A complexidade da conjuntura vivenciada no país a partir da redemocratização é evidenciada à medida em que são considerados os fatores internos e externos que se fazem presentes. Como influência externa a globalização econômica se impõe limitando o poder dos Estados nacionais, redefinindo o padrão de regulação estatal da economia e promovendo reformas liberalizantes e, internamente, as pressões para a efetivação do *status* de cidadania pactuado na recém instituída legislação nacional geram um contexto de tensões e disputas.

O programa de ajuste estrutural, ao retrain a intervenção estatal na esfera social, resulta no aumento da pobreza e se coloca do lado oposto às demandas emergentes pelo processo de abertura política, delineando a paradoxal configuração da década de 1990: instauração do regime político democrático, reconhecimento de direitos sociais, normatização de um sistema de proteção social (pactuados na CF/88) em contraponto à imposição da redução do gasto público e da adoção de medidas neoliberais.

Expõe-se o movimento contraditório do real de modo que a reivindicação da sociedade brasileira por mudanças na estrutura social do país aloca problemas estruturais sob o ponto de vista político-legal e impõe responsabilidades sociais ao Estado de Direito criado na CF/88. Mudanças, contudo, limitadas pela ordem político-econômica nacional (de crise fiscal e política do Estado) e internacional, na qual o programa neoliberal implementava sua agenda de redução de gastos públicos com o social e enfraquecimento dos Estados nacionais (COSTA, 2006).

Evidenciam-se correlações de forças estabelecidas entre setores posicionados em defesa da ampliação de direitos sociais e responsabilização do Estado na universalização de um *status* de cidadania, em contraponto a uma perspectiva de Estado mínimo no atendimento da questão social, de defesa da responsabilização da esfera privada na promoção da proteção social (seja no âmbito do mercado, de organizações da sociedade civil ou da família).

Alimenta-se, conforme esta última direção, o posicionamento de que haveria um excesso de demandas sociais destinadas ao Estado, e que a ampliação dos deveres estatais pactuados na CF/88 seria motivo de ingovernabilidade do país, em função do aumento do gasto público com questões de interesse popular/coletivo. Posicionamento político-econômico que, ao se tornar hegemônico, faz com o que país se mantenha na reprodução histórica de “[...] construção de uma sociedade desigual, expurgando a

mobilização popular pela defesa de melhoria das condições sociais de vida da população do cenário das prioridades do Estado” (COSTA, 2006, p. 147).

A institucionalização do regime político democrático não altera o quadro de desigualdade social crônica do país, o que impõe refletir a respeito da relação entre democracia e igualdade social, sobre seu significado substantivo. Afinal, uma democracia limitada apenas enquanto método de tomada de decisões e de regras para alternância de grupos no poder, sem capacidade de sintetizar interesses coletivos e das classes em disputa pela hegemonia, coloca em questão a legitimidade do Estado.

Se a legitimidade popular da redemocratização no Brasil se fundamentava na pretensão de integrar social e politicamente as massas, essa aspiração é frustrada à medida que se aplicam “políticas de ajuste” que “[...] excluem e marginalizam grandes setores sociais e que, em pouco tempo, dão lugar a um verdadeiro *apartheid* econômico e social” (BORÓN, 1995, p. 71).

Essa delimitação dos problemas da transição e da consolidação do regime político ao espaço restrito da “engenharia política” – ao desenho e funcionamento das instituições públicas de representação e de governo – é favorável às posições formalísticas do neoliberalismo e colocam em curso uma democracia esvaziada de conteúdo ético, reduzida a uma “fria gramática do poder” (BORÓN, 1995, p. 110).

Para equacionar a questão, o projeto neoliberal opera uma apropriação ideológica da noção de sociedade civil, a qual passa a ser chamada para protagonizar processos de participação social instrumentalizados aos seus interesses. A sociedade civil brasileira começa a contar com múltiplas possibilidades de organização e institucionalização, mas, em um contexto sociopolítico de ajuste estrutural e formatação político-gerencial neoliberal, passa a ser ideologicamente valorizada em uma perspectiva muito diversa do que se processou na década anterior.

Fundamentada em um ponto de vista de fragmentação, a totalidade do organismo social é segmentada em setores: um primeiro setor ocupado pelo Estado (âmbito da política), um segundo setor caracterizado pelo Mercado (âmbito da economia), e a Sociedade Civil transformada em “terceiro setor” (despolitizada e des-economizada). Constituída em espaço de integração cidadã, caracterizada pela promoção de interesses coletivos, mas diferenciada do Estado e do Mercado.

Segundo Montaña (2014, p. 42), trata-se de um termo ideológico que esconde um projeto político (neoliberal) e esta ideologia se materializa nos projetos do “terceiro

setor”. Uma noção ideológica de sociedade civil enquanto lugar das subjetividades, de parcerias, “[...] da liberdade e democracia formais (do liberalismo), onde os sujeitos poderiam desenvolver a experiência participacionista, ampliando suas potencialidades pessoais para resolver seus problemas, [de forma] individual”.

O que se opera contextualizado por uma reconfiguração dos organismos sociais brasileiros na década de 1990²⁵. Após a democratização política, há um enfoque institucional dos movimentos sociais, os quais anteriormente se agregavam na luta pela democracia e, posteriormente, passam a defender causas específicas. No particular contexto de institucionalidade democrática vivenciado no país, se redefinem as ações político-práticas dos movimentos sociais, alterando suas expressões públicas de massa e reivindicativas mais tradicionais por uma atitude de “[...] valorização de condutas institucionais pragmáticas e propositivas, na busca de diálogo, negociação, parcerias com o Estado e busca de formas alternativas de participação no sistema de representação de interesses” (DURIGUETTO, 2007, p. 168).

A partir da década de 1990 se manifestam novas configurações teóricas e direcionamentos prático-políticos das ações políticas das classes subalternas. Até então, a relação estabelecida entre Estado e sociedade civil era de antagonismo, em que o primeiro era identificado com o regime autoritário e a segunda com os movimentos sociais contestatórios ao regime. Duriguetto (2007, p. 163) explica que essa análise de interação opositiva entre Estado e sociedade civil acarretou na interpretação dos movimentos sociais “[...] saudados como formas heroicas de resistência à ditadura, enfatizando-se seu voluntarismo, seu caráter inovador e transformador, sua autonomia e espontaneidade face ao Estado e partidos políticos, e sua ênfase nos mecanismos de democracia direta”.

Desse modo ocorre uma valorização e apologia teórica e prático-política da sociedade civil, a qual é interpretada como homogênea e de expressão unitária, como

²⁵ Em síntese sobre o contexto organizativo da sociedade civil brasileira na década de 1990 se destaca “[...] o movimento dos *Carapintadas* (final de 1991 e início de 1992) – movimento *pró-impeachment* do Presidente Collor de Melo, composto por milhões de estudantes e trabalhadores que tomam as ruas do país com a bandeira ‘Fora Collor’ devido às denúncias de corrupção (de maio a setembro de 1992 é realizado o processo de impeachment do presidente); *Movimento pela Ética na Política* (1992); *Movimento Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida* [...]. Uma outra tendência que se consolida nos anos 1990 e que tem relação direta com a temática dos movimentos sociais é o crescimento das ONGs e das políticas de parcerias implementadas pelo poder público. Funda-se e expande-se o que podemos chamar de projeto do terceiro setor” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 304-305, *grifo do autor*).

esfera de ação e representação dos interesses populares, de forma a-classista e em contraposição dicotômica ao Estado. Tal percepção decorre de uma leitura mistificada de seu caráter inovador, espontâneo e autônomo, como sujeito pré-determinado e vocacionado para a transformação revolucionária.

Nesse ponto, a interpretação de sociedade civil fundamentada na perspectiva gramsciana de luta pela hegemonia possibilita uma outra compreensão, que não “separa” sociedade civil de sociedade política, como se fosse possível que uma se desenvolvesse sem íntima conexão com a outra. Mas sim no entendimento de que a construção de uma nova hegemonia implica sua construção tanto na sociedade civil quanto no Estado. Além disso, ao reconhecer a sociedade civil como campo de luta política pela hegemonia, se desmistifica uma percepção virtuosa desta em oposição ao Estado, e é possível reconhecer que sua natureza é, também, classista e contraditória.

Então, se num primeiro momento há uma aposta na autonomização da sociedade civil, tida como espaço de renovação social e de exercício da cidadania, após a democratização a defesa pela ampliação da democracia passou a defender a institucionalização de canais de participação política para “[...] discussão das políticas sociais e de sua ocupação pelas organizações da sociedade civil que representam os interesses das classes subalternas” (DURIGUETTO, 2007, p. 168).

Além da “fragmentação” das lutas sociais em diversas bandeiras, há um enfoque de participação institucionalizada, no sentido de ocupação dos espaços criados na CF/88, como os Conselhos de Direitos, por exemplo.

Esse movimento também lançou as bases para o avanço de um discurso em defesa da participação da sociedade civil revestida de outro significado, não relacionada ao aprofundamento da democracia (na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais), mas como executora das políticas sociais, como parceira do Estado no enfrentamento das desigualdades sociais.

Ao transmutar a sociedade civil em uma esfera pública não-estatal, de forma e conteúdo específicos, como prestadora de serviços relacionados à proteção social, a ideologia neoliberal recupera uma visão maniqueísta da relação Estado-sociedade, desqualificando e minimizando tudo que seja estatal, “[...] mesmo agora tratando-se de um Estado democrático e tendo-se um aparato jurídico-constitucional garantidor de direitos sociais” (DURIGUETTO, 2007, p. 169).

Múltiplos determinantes configuram a hegemonia político-econômica e social do projeto neoliberal no Brasil a partir da década de 1990, e essa reconfiguração do quadro organizativo da sociedade civil brasileira é mais um dos determinantes que, acrescidos dos condicionantes econômicos do país, irão configurar a hegemonia político-econômica e social do projeto neoliberal.

Ou seja, para elaborar consensos e se tornar hegemônico, o projeto neoliberal precisa adentrar o universo da sociedade civil, no contexto de um país de relações sociopolíticas ocidentalizadas e de “ampliação” do Estado. O que se opera por meio da transformação ideológica da sociedade civil em um “terceiro setor” autônomo e homogêneo, supostamente separado das relações políticas (Estado) e econômicas (Mercado) e chamado a atender demandas sociais de uma sociedade marcada estruturalmente pela desigualdade social.

O Estado e suas instituições passam a ser tratados como excessivamente burocráticas, ineficientes, corruptas, morosas, etc. Em contraponto às organizações da sociedade civil tidas como ágeis, dinâmicas, populares, flexíveis, progressistas, espaço da participação e da parceria, etc. Interpretação que legitima o processo de desresponsabilização do Estado no atendimento à questão social e a transfere à sociedade civil, convertida em espaço legítimo de intervenção eficiente nas respostas às necessidades sociais que o Estado vai abandonando (MONTAÑO, 2014).

A redução da máquina estatal na operacionalização dos serviços sociais é uma das consequências do processo de reforma do Estado. O que instaura um campo de disputas com relação ao papel do Estado e às funções que deve realizar na garantia de proteção social, de modo que cada vez mais o poder público se afasta da operacionalização de serviços sociais e estabelece parcerias com o setor privado.

Para exercer sua dominação, as classes precisam conquistar a hegemonia, o que significa criar consensos aliados à coerção (que sempre existe em uma sociedade de classes). Por isso, no contexto sociopolítico configurado a partir da década de 1990 é preciso elaborar formas de consentimento para as alterações geradas pela reforma do capital, mudanças essas que significam a destituição de direitos conquistados pelos trabalhadores. A reforma do capital, orientada por padrões neoliberais, leva ao

[...] aumento do desemprego estrutural, à radical transformação das relações de trabalho com perdas de direitos trabalhistas conquistados, ao esvaziamento da capacidade democrática real de uma sociedade comandar minimamente seu destino, à eliminação do ‘pacto social’ que sustentou um Estado [...]

respondendo às necessidades populacionais e industriais, etc. **Como gerar então aceitação deste processo** de precarização das condições de trabalho, da instabilidade do emprego, da eliminação de direitos conquistados, da redução de salário real e dos serviços públicos, da transferência para o controle do capital privado/estrangeiro o que era de controle social/estatal? (MONTAÑO, 2014, p. 23 – *grifo nosso*).

O desafio de elaborar consentimentos com relação a este quadro regressivo é fundamentado na reconfiguração da linguagem, de modo que termos e conceituações cunhados e tradicionalmente ocupados por projetos de transformação societária são assimilados e reconfigurados para mascarar a intencionalidade última do projeto neoliberal. Em atendimento a esta proposta se expande uma racionalidade fragmentadora da totalidade social, em que a sociedade civil passa de espaço de contradição e luta pela hegemonia para uma noção abstrata de “sociedade civil organizada”, ou “terceiro setor”, despolitizada e homogeneizada – expressando correspondentes *formas e conteúdos* de configuração.

Esta configuração torna possível estabelecer análises relacionadas à forma e ao conteúdo das organizações da sociedade civil, pois, ainda que revestido pela *forma* democrática institucional, o *conteúdo* político, a substância do universo civil organizacional não necessariamente corresponde a essa aparência.

Montaño (2014) argumenta que a linguagem desempenha papel fundamental nesse processo, pois para legitimar as transformações antipopulares, os setores hegemônicos desenvolvem um novo linguajar que camufla o verdadeiro conteúdo regressivo das reformas, apresentando-as como adequações, melhorias, modernizações e respostas às necessidades populares.

Para ocultar e autenticar seus projetos, a classe dominante assume palavras oriundas das esquerdas, das históricas bandeiras progressistas. Expressões como “democratização”, “popular”, “solidário”, “empoderamento”, “igualdade”, “participativo” são apropriadas de maneira esvaziada de seus conteúdos originais, sendo refuncionalizadas.

Desenvolve-se uma “linguagem de esquerda escondendo um projeto de direita”. Dessa maneira, esquerda e direita falam nos mesmos termos, desempenhando um papel ideológico e mistificador da nova nomenclatura, convertendo um projeto de classe em um projeto universal, aceito por todos (MONTAÑO, 2014, p. 29).

A noção de “participação democrática” é esvaziada de conteúdo substantivo, opera-se um “[...] desvio das organizações de classe da luta pelo poder do Estado para

colaboração entre as classes, com o fim de promover micromudanças dentro do sistema neoliberal” (PETRAS, 2014, p. 14). Isso ocorre por meio da disseminação de uma ideologia que substitui a solidariedade de classe pela colaboração entre as classes, evocando um empoderamento individual.

Atividades públicas passam a ser cada vez mais desenvolvidas por particulares, exercendo uma função social de resposta às necessidades sociais, orientadas por valores de solidariedade cidadã, autorresponsabilização, voluntariado e individualização da ajuda. O que se põe em questão é a responsabilidade inerente à intervenção e resposta à questão social, a alteração de um padrão de intervenção estatal no social, sintetizada em três facetas: “[...] a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autorresponsabilização do cidadão e da comunidade local para essa função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele)” (MONTAÑO, DURIGUETTO, 2011, p. 306). Em outras palavras, a autorresponsabilização dos sujeitos por suas próprias condições de vida e pela solução de suas necessidades, sem a intervenção do Estado (considerado ineficiente e paternalista) e, portanto, sem garantia de direitos sociais.

As ações desenvolvidas pelas organizações do “terceiro setor” são portadoras de um projeto caracterizado pela autorresponsabilização dos sujeitos, sem lutas por projetos societários, mas inseridas como subprojetos de valores e interesses neoliberais. Seu conteúdo é nitidamente funcional ao interesse hegemônico do capital.

Assim, o que os autores chamam de ‘terceiro setor’, **nem é terceiro, nem é setor**. Na verdade, deve ser interpretado como ações que expressam funções a partir de valores. Ou seja, as ações desenvolvidas por organizações da sociedade civil, que assumem as funções de resposta às demandas sociais (antes de responsabilidade fundamentalmente do Estado), a partir dos valores de solidariedade local, voluntariado, autorresponsabilização e individualização (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços, típicos do Estado de ‘Bem-Estar’) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 306 – *grifo nosso*).

Trata-se de um projeto hegemônico de reestruturação do capital, sob comando neoliberal, que ocorre fundamentado na expansão de uma racionalidade hiper-desarticuladora e fragmentadora da totalidade social, que desvincula a sociedade civil da base econômica da sociedade, “[...] numa clara deseconomização das relações sociais, mas também desconectada dos conflitos delas derivados (promovendo uma despolitização das mesmas), transformando a contraditória e conflitiva sociedade civil num homogêneo e dócil ‘terceiro setor’” (MONTAÑO, 2014, p. 38).

De acordo com Borón (1995, p. 104), o legado da hegemonia ideológica do neoliberalismo é uma sociedade “[...] heterogênea e fragmentada, marcada por profundas desigualdades de todo tipo – classe, etnia, gênero, religião, etc.”. E essa sociedade civil “separada” em um “terceiro setor” exerce uma funcionalidade estratégica que a instrumentaliza, no sentido de despolitizar suas ações e localizá-las no âmbito da solidariedade individual e do voluntariado.

Montaño (2010) sintetiza que a funcionalidade do “terceiro setor” pode ser identificada nos seguintes elementos: a) justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social; b) Desonerar o capital da responsabilidade de cofinanciar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais; c) Despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e transformando as “lutas contra a reforma do Estado” em “parcerias com o Estado”; d) Trivializar a “questão social” e promover a autorresponsabilização da sociedade civil pelas respostas às suas expressões.

Ao analisar a direção na área social adotada a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, essas funcionalidades do “terceiro setor” são evidenciadas à medida que o Estado passa a subsidiar ações desenvolvidas por entidades privadas (da sociedade civil) as quais são chamadas a participar financiando e comprando os serviços de que precisam, além do apelo à solidariedade e ao voluntariado como expressões de exercício de cidadania.

Ou seja, acontece um “fortalecimento” da sociedade civil em função da desresponsabilização do Estado na execução de políticas sociais públicas para atendimento à “questão social”. A participação da sociedade civil é convertida em uma participação pontual, localizada na prestação de serviços, organizada de forma a se tornar “parceira” do Estado, uma “parceria” limitada à instrumentalização que a ideologia neoliberal lhe impõe. A participação da sociedade civil, nessa perspectiva, é esvaziada de seu caráter político de adentrar o Estado, de inscrever as demandas dos setores subalternizados da sociedade e, em última instância, de aprofundar a democracia.

Borón (1995, p. 109) defende se tratar de algo que vai muito além de um simples “ajuste”, mas se refere a um projeto que funda um tipo específico de sociedade, caracterizada por “[...] capitalismo neoliberais, políticas conservadoras, sociedades fragmentadas, marginalização de massas, ruptura do tecido social e desagregação dos

mecanismos de integração, capitulação da soberania nacional, degradação da política, etc.”.

Caracteriza-se como um fenômeno que deve ser entendido como parte de um projeto (neoliberal) de reestruturação social e produto dele. O que é chamado de “terceiro setor” numa perspectiva crítica e de totalidade se refere a um fenômeno, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos princípios neoliberais.

Se a terminologia “terceiro setor” corresponde a uma astuciosa nomenclatura sociológica para apresentar uma falsa neutralidade e suposta virtuosidade de organizações “não governamentais”, é necessária a ressalva de que tal análise não acabe, também, por incorrer em generalizações. No diversificado universo das ONGs, assim como no caldeirão da sociedade civil, há uma diversidade de formas e conteúdos que a compõem enquanto espaço contraditório. Há grupos, movimentos e associações em disputa e contradição. Dessa maneira, se manifestam intencionalidades explicitamente sintonizadas com o projeto neoliberal, assim como entre as autodenominadas organizações do “terceiro setor” existem grupos que defendem causas genuinamente populares. A imprecisão acerca do conceito confunde e escamoteia intencionalidades, justamente o que o torna funcional ao projeto neoliberal.

A conceituação de sociedade civil como parte de um terceiro setor é também desenvolvida por Cohen e Arato (1994), fundamentados na elaboração habermasiana de esfera pública, que concebe a sociedade civil como uma esfera autônoma do Estado e da economia, se afastando da centralidade de classe presente no marxismo.

Habermas (1997) distingue a esfera pública da sociedade civil e enfatiza a separação entre esta e o Estado. Estabelece um modelo de societário estruturado em diferentes sistemas, de modo que sua formulação de sociedade civil a identifica com núcleos privados e com um papel de intermediação entre as esferas privada e pública discursiva. Tanto para Habermas quanto para Cohen e Arato, a orientação política da esfera pública não deve visar a superação e a ruptura com o Estado (burocracia) e o mercado (lucro), mas buscar a sua moderação.

Nesta perspectiva, a sociedade civil é pensada como campo de reequilíbrio da atual composição social e elemento moderador dos excessos do Estado e do mercado. Sem, contudo, se colocar a possibilidade de reinvenção de uma nova sociedade derivada do protagonismo das massas, “[...] que da posição subordinada e excluída passam a ser

verdadeiros sujeitos de suas ações, a tal ponto de refundarem o Estado e a economia sobre os novos princípios da democracia substantiva” (SEMERARO, 1999, p. 255).

Becker (2010) argumenta que uma das consequências de analisar a sociedade em sistemas autônomos, em vez de pensar a realidade como totalidade, é não compreender a superestrutura de forma articulada à estrutura. Ocorre, então, um esvaziamento da compreensão da sociedade civil como campo de disputa política para além das conquistas dos direitos de cidadania. Segundo Simionatto (2010, p. 38), “essa perspectiva aproxima-se das formulações liberais em que a sociedade civil é situada como instância autônoma, espaço de articulação de individualidades, atravessada pela neutralidade de classe”.

A interpretação da sociedade dividida em subsistemas relativamente autonomizados rompe com uma perspectiva de análise da realidade enquanto totalidade social, que articula infraestrutura e superestrutura, e do mesmo modo difere da noção gramsciana de Estado ampliado, retirando do âmbito da sociedade civil a possibilidade de disputa pela hegemonia.

Duriguetto (2007) destaca que, à medida que se perde a perspectiva de construção de um novo projeto societário a partir do pluralismo sócio-organizativo das classes subalternas presentes na sociedade civil, contribui-se para que as mesmas se dispersem ou se esgotem no particularismo, o que acaba reforçando a hegemonia do projeto neoliberal.

Por isso Luiz (2010) chama atenção para a necessidade de elucidação sobre qual noção de esfera pública é utilizada nas análises empreendidas. Afinal, dentre diversas formas e conteúdos, além da noção associada ao terceiro setor, a categoria “público” é utilizada em relação à democracia. O que complexifica a análise sobre a distinção entre a esfera pública e a privada.

A relação que se estabelece entre democracia e justiça social traz à tona a demanda pela conquista e consolidação de direitos sociais, contexto a partir do qual as organizações da sociedade civil se colocam como representantes dos interesses populares. Uma nova dinâmica associativa que emerge mais nitidamente na década de 1990 e que irá configurar uma *esfera pública não-estatal*.

Trata-se de uma variedade de interesses e temáticas que passam a ser organizados e debatidos por diferentes movimentos, ONGs, entidades sindicais, profissionais e acadêmicas, instituições assistenciais ou filantrópicas, partidos, igrejas,

mídia, etc. As quais, por meio de novas formas de participação política – fóruns temáticos de discussão, plenárias, conselhos gestores, conferências – buscam publicizar interesses e demandas (DURIGUETTO, 2007).

A formação dessa esfera pública não-estatal é utilizada para expressar a criação de novos “espaços públicos” de interface entre Estado e sociedade, o que ocorre a partir da criação e proliferação de canais de participação democrática. Seja por meio de espaços institucionalizados (como os conselhos e conferências, por exemplo) ou em ambientes de organização autônoma (como fóruns e plenárias de movimentos).

Desse modo, a sociedade civil, em nome da democracia, passa a ser interpretada enquanto “esfera pública não estatal”, uma concepção de interesse público relacionada à democracia e ao caráter público das instituições. “É a partir desse entendimento acerca da ‘questão democrática’ que a categoria sociedade civil é pensada em e na articulação com a noção de espaço público, de uma nova esfera pública, não-estatal e democrática” (DURIGUETTO, 2007, p. 204).

Essa identificação de democratização com a ampliação de espaços de participação política descentralizada pode conduzir a uma perspectiva teórica e prático-política que limita o significado substantivo da democracia. Isso porque apenas a criação de espaços participativos não significa, necessariamente, a possibilidade de elaboração de uma nova hegemonia de classe, de criação de um projeto societário alternativo. Pode significar, contraditoriamente, o reconhecimento e conquista de direitos dentro da ordem do capital, revestidos de uma aparência contra-hegemônica. Analisar os fenômenos para além da aparência é fundamental e estudos empíricos como este se somam a reflexões teórico-analíticas na intenção de interpretar a realidade.

A concepção gramsciana do termo identifica a sociedade civil como uma esfera pública política, a qual juntamente com a sociedade política (em sentido estrito) constitui o Estado. Em contraposição ao entendimento neoliberal de sociedade civil como sinônimo de terceiro setor, como uma esfera pública acrítica, apolítica e aclassista. A síntese elaborada por Luiz (2010, p. 75) faz distinção entre uma sociedade civil que tem a intenção de se tornar política, de adentrar no Estado, e uma noção de esfera pública que manifesta a concepção de “[...] não adentrar no Estado como sociedade política, mas de ser realmente a esfera intermediária entre ambos”.

Tratam-se de duas compreensões de sociedade civil visivelmente identificadas: como *lócus* da expressão de interesses plurais de grupos e classes sociais em disputa

pela hegemonia; ou como instância mediadora entre a esfera privada e a esfera pública. O que difere uma e outra é a concepção de esfera pública como ponto de chegada, dentro de uma concepção liberal de democracia, ou como ponto de partida e base permanente de um processo mais amplo, “[...] visando à construção de uma sociedade democrática no seu ‘método’ e também na sua ‘substância’, ou seja, no grau de igualdade social em que se assenta” (BECKER, 2010, p. 107).

A sociedade civil, para Gramsci, não se refere apenas ao *lócus* da razão discursiva e o encontro de sujeitos falantes sobre regras universais, mas constitui-se no território da disputa entre projetos societários. Desse modo, Estado, economia e relações intersubjetivas e sociais conservam, dialeticamente, profunda interligação. Por isso, em uma perspectiva gramsciana, não é possível conferir à sociedade civil o estatuto de uma “terceira esfera”, ao lado da esfera político-administrativa e econômica, estruturadas em sistemas independentes. Em Gramsci, Estado, mercado e sociedade civil, apesar de distintos metodologicamente, são inseparáveis na prática, pois são faces de uma mesma realidade (SEMERARO, 1999).

Evidencia-se que tanto a noção de “terceiro setor” quanto a discussão acerca dos significados atribuídos ao conceito de “esfera pública” expressam diferentes formas e conteúdos atribuídos à sociedade civil. Por isso se apresenta como fundamental a análise sobre esta categoria enquanto fundamento analítico das expressões da realidade contemporânea.

3.3 ELEMENTOS CONJUNTURAIS QUE DETERMINAM A SOCIEDADE CIVIL BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Retomando o contexto brasileiro e adentrando aos anos 2000, apesar da vitória eleitoral presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, o que se processou no país foi a continuidade (e até o aprofundamento) da política econômica neoliberal, embora com particularidades próprias ao período, conforme desenvolvido na sequência. É preciso pontuar que o PT representava à época um partido político engajado com as lutas progressistas e propunha um projeto político nacional de enfrentamento à desigualdade social e superação da histórica heteronomia econômica do país. A sigla liderou a oposição parlamentar durante os dois mandatos de FHC, se consolidando

como a resistência política ao curso neoliberal de ajustes estruturais da economia, privatizações e reforma do Estado (MARANHÃO, 2014).

De tal modo que a vitória nas eleições presidenciais da coalizão liderada pelo Partido dos Trabalhadores gerou grandes expectativas de mudanças políticas e sociais, principalmente na condução macroeconômica neoliberal do país.

Para Netto (2004), o governo Lula assumiu a prática neoliberal que combateu frontalmente na era FHC, a qual passou a ser conduzida por um governo à frente do qual estava o partido que representava a sua negação e que, ao ocupar o Poder Executivo Federal, não encontrou maiores resistências parlamentares-institucionais no que diz respeito à orientação macroeconômica.

Contudo, é preciso pontuar que, se a condução da política econômica se manteve sem rupturas com o período anterior, a gestão da política social experimentou significativas alterações, o que possibilitou ao PT angariar legitimidade na continuidade do governo e estabelecer as marcas próprias de seu governo. Análise que traz à tona a impossibilidade de tratar a economia separada da política, e que a necessidade de elaboração de consensos se impõe aos que ocupam o aparelho estatal.

Para Nogueira (2013), a estratégia de desenvolvimento empreendida teve como eixo central o social – em que a expansão das forças produtivas deixa de ser o principal objetivo a alcançar, embora ainda relevante, mas subordinada ao desenvolvimento social. Os fatores que impulsionam o crescimento nesse modelo estão na ampliação do consumo de massas fundada na redistribuição da renda, num movimento de crescente legitimidade política e maior prioridade macroeconômica pela área social.

Quando se inicia o primeiro governo Lula, a situação econômica do país era crítica. A taxa de inflação em 2002 era de 12,5%, a taxa de juros (Selic) era de 25%, a relação dívida externa bruta/PIB chegou ao patamar mais alto dos últimos anos (42%). O crescimento da economia seguiu enfraquecido (2,7%), a dívida líquida do setor público atingiu 57% do PIB, valor mais elevado desde o início dos anos 1990, e as despesas com juros eram altas (9% do PIB) (FAGNANI, 2011).

Tal cenário era agravado pela incerteza política gerada com a eleição de um presidente operário, do Partido dos Trabalhadores. O que justifica em certa medida que, no princípio, o governo Lula tenha mantido a ortodoxia na condução da economia com vistas a estabilizar o mercado. A manutenção da orientação macroeconômica da era FHC (de controle da inflação por meio da elevação de taxas de juros, superávit primário

e restrição do gasto público) estendeu-se até 2005, mantendo a economia em recessão e, consequentemente, limitando o investimento em políticas de desenvolvimento social.

Todavia, é preciso pontuar que a opção do governo eleito sob promessas de desenvolvimento e justiça social pela manutenção da ortodoxia macroeconômica gerou certa insatisfação nos setores mais progressistas, que gestaram a expectativa de mudanças na era Lula. De modo que, em 2006, mudanças na cúpula da área econômica do governo possibilitaram maior articulação entre objetivos macroeconômicos e sociais. Movimento que foi benéfico para o mundo do trabalho e para as contas públicas e possibilitou ampliar o gasto social (FAGANANI, 2011).

Mudanças também possibilitadas pelo enfraquecimento da hegemonia neoliberal em função da crise financeira internacional em 2008. O fracasso das políticas inspiradas no Consenso de Washington é inegável e a agenda do “Estado Mínimo” passa a perder força. Contexto que permitiu a construção de uma estratégia de conjugação de políticas universais e focalizadas, bem como a ampliação do papel do Estado na consolidação do sistema de proteção social pactuado na CF/88.

Além disso, a consolidação de espaços institucionalizados de participação democrática instituídos na CF/88 (a exemplo das conferências e dos conselhos de políticas públicas) se constituíram em instrumento de resistência ao avanço da agenda liberalizante. Como exemplo cita-se a construção da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), com a posterior aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A construção de uma política pública de Assistência Social, feita com base na participação direta da sociedade e a partir do seu reconhecimento enquanto direito de cidadania e dever do Estado estabeleceu um marco nessa área, constitutiva da Seguridade Social estabelecida na CF/88 mas, historicamente, transformada em instrumento clientelista de assistencialismo.

Nesse contexto de mudanças na direção das políticas econômica e social, a proposta desenvolvimentista do governo é reforçada por meio de programas como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que tinha o objetivo de aumentar investimentos públicos e privados em áreas de infraestrutura. A decisão de priorizar o social como um dos eixos estruturantes do desenvolvimento econômico foi uma das estratégias adotadas para enfrentar os efeitos sociais da crise. OK

Os impactos podem ser medidos no crescimento do PIB, o qual entre 1990 e 2005 cresceu taxas médias anuais próximas de 2,5%, sendo que entre 2006-2008 essa média foi de 5%; em 2009 (ano de crise global) retrocedeu (- 0,2%); e saltou para 7% em 2010 – desempenho que possibilitou a ampliação do gasto social e beneficiou o mundo do trabalho, dando vigor ao mercado interno (FAGNANI, 2011).

Alguns ganhos sociais do período podem ser notados na diminuição das taxas de desemprego, que caiu pela metade (de 12,4% para 5,7%) entre 2003 e 2010; o aumento de 18% do rendimento médio mensal dos trabalhadores; e a criação de mais de 15 milhões de empregos formais. O que ampliou também o financiamento das políticas sociais, que contam com fontes de financiamento amplamente apoiadas na contribuição do mercado formal (FAGNANI, 2011).

Entre as mudanças ocorridas cita-se também a ampliação do sistema de crédito que, entre 2003 e 2010 passou de 24% para 46% do PIB, com parte desse montante dirigido para pessoas físicas, inclusive o acesso por segmentos da população marginalizados do sistema bancário. A democratização do crédito dinamizou a cadeia de consumo e o mercado interno, o qual também sofreu impactos positivos com a valorização real do salário mínimo. Outra medida anticíclica ocorreu no campo da habitação, com o programa “Minha Casa, Minha Vida”, que inovou ao adotar mecanismos mais flexíveis de financiamento, favorecendo o acesso à habitação de estratos populacionais de baixa renda (FAGNANI, 2011).

A conjugação de transferências condicionais de renda, elevação do salário mínimo e ampliação e democratização de linhas de crédito geraram um crescimento sustentado do consumo popular, expandindo o mercado interno e, inclusive, permitindo desatrelar o crescimento da economia da expansão da demanda externa (ANDERSON, 2011).

Contudo, apesar dos ganhos sociais, as investidas de retrocesso também permaneceram presentes. O encaminhamento da Reforma Tributária (2008), a realização do Fórum Nacional da Reforma da Previdência Social (2007) e a insegurança jurídica da Seguridade Social ilustram esse ponto. Se analisado pelo viés da economia política, o governo Lula pode ser considerado como uma continuidade do período FHC, com um desenvolvimento dentro da mesma matriz. No entanto, pelo viés das mudanças sociais, marcou uma ruptura distinta. Entre as condições dessa mudança estavam

também os condicionantes externos, extraordinariamente propícios no período (ANDERSON, 2011).

Tendo este cenário como pano de fundo, estudiosos brasileiros mobilizam categorias gramscianas para analisar o período do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Duas interpretações dessa fase são significativas: o conceito de “hegemonia às avessas”, de Francisco de Oliveira; e a interpretação de André Singer acerca do “lulismo” caracterizado como um período de reformismo conservador.

O argumento de Oliveira (2010) é o de que a classe dominante aceita ceder aos dominados (representados, em tese, pelo ex-presidente Lula) o discurso político desde que os fundamentos da dominação que exerce não sejam questionados. A eleição de Lula trouxe consigo a ilusão da diluição do preconceito de classe e da destruição das barreiras da desigualdade. Contudo, quando Lula foi elevado à condição de mito, aconteceu uma despolitização da questão da pobreza e da desigualdade, transformadas em problemas de administração.

Para o autor, programas assistenciais, como o Bolsa Família, seriam a base dessa hegemonia torta, pois promovem o enfrentamento à pobreza e à desigualdade social sem que se coloque em questão a dominação dos grupos historicamente dominantes. Por isso, seria o avesso da hegemonia: os ganhos sociais acontecem com o consentimento dos ricos, desde que os fundamentos da exploração não sejam postos em xeque. A característica da “hegemonia às avessas” é que a política não passa pelo conflito de classes, enquanto as classes dominadas tomam a “direção moral” da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada.

Trata-se de um fenômeno novo, diferente das práticas de dominação exercidas ao longo da existência do Brasil. A nova dominação, inclusive funcional ao capitalismo mundializado, inverte os termos gramscianos. Parece que os dominados dominam, pois fornecem a “direção moral”, mas o conjunto das aparências esconde outra coisa, para a qual o autor apanha pistas em Gramsci. Surge uma nova dominação: os dominados realizam a “revolução moral”, que se transforma e se deforma em capitulação ante à exploração desenfreada. O consentimento se torna em seu avesso: não são mais os dominados que consentem na sua própria exploração. São os dominantes que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, à condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista (OLIVEIRA, 2010).

Contudo, face aos determinantes do forçado fim de um governo democraticamente eleito, mediante manipulações jurídico-parlamentares que resultaram no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, é possível observar que a “hegemonia às avessas” defendida por Oliveira (2010), no sentido da aceitação das classes dominantes de mudanças na estratificação social, não se sustentou no desenvolvimento das relações sociais e políticas.

A análise que se faz do processo de substituição da presidência evidencia a insatisfação das elites brasileiras com as mudanças sociais ocorridas na década anterior. Ainda que tais mudanças tenham acontecido no âmbito do acesso ao mercado do consumo, não sendo, nem de longe, estruturais, a (pequena) aproximação das classes subalternas ao *status* social das camadas médias foi geradora de insatisfações e acirramento dos preconceitos de classe (somados a questões regionais, raciais e de gênero) latentes e que passaram a ser amplamente explicitados.

Continuando as análises do período, a perspectiva de André Singer (2012) é de que o fenômeno caracterizado por ele como “lulismo” gerou transformações inegáveis na realidade social brasileira, embora limitadas pelo reformismo característico de processos de revolução passiva. Para o autor, o lulismo nasce do encontro de Lula com o “subproletariado” e se dá ao redor das políticas sociais massificadas assumidas como prioridade do governo, especialmente a transferência de renda. Conforme o pesquisador, teria acontecido, a partir de 2003, “uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza — com destaque para o combate à miséria — e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital” (SINGER, 2012, p. 13).

O lulismo emerge de um realinhamento ocorrido após o encontro de Lula com uma fração de classe, a qual o autor denomina de subproletariado. O que ocorre por meio da adoção de um programa de governo focado no combate à pobreza, pela ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo dessa numerosa classe social brasileira. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento de um antilulismo que se concentra no PSDB, afasta a classe média de Lula e do PT e cria uma tensão social de polarização política entre “ricos” e “pobres”.

Para o autor, um dos aspectos da contraditória particularidade brasileira é que essa grande massa subproletariada abria e fechava simultaneamente as perspectivas de desenvolvimento autônomo do país. As possibilidades de um vasto mercado interno

potencialmente consumidor eram limitadas pelo baixo padrão de consumo decorrente do precário acesso a emprego e renda. De modo que o principal efeito do lulismo foi o espessamento do mercado interno, possibilitado pela priorização das políticas sociais, as quais integraram uma grande parcela da população ao mercado de trabalho e ao consumo e liberaram um potencial produtivo que possibilitou a passagem relativamente tranquila do Brasil pela crise do capitalismo em 2008.

O que ocorre, contudo, sem que sejam colocados em questão os interesses do grande capital, por meio da manutenção da agenda econômica neoliberal. A incorporação do subproletariado ao mercado interno ocorreu às custas do esvaziamento da luta anticapitalista que havia caracterizado o PT desde sua origem, o que resultou em um “reformismo fraco”, adotando a fórmula de “mudança dentro da ordem”, um programa de conciliação de classes, ao invés do conflito que um “reformismo forte” suscitaria.

Lula aproveitou a onda de expansão mundial e optou por caminho intermediário ao neoliberalismo da década anterior — que tinha agravado para próximo do insuportável a contradição fundamental brasileira — e ao reformismo forte que fora o programa do PT até as vésperas da campanha de 2002. O subproletariado, reconhecendo na invenção lulista a plataforma com que sempre sonhara — um Estado capaz de ajudar os mais pobres sem confrontar a ordem —, deu-lhe suporte para avançar, acelerando o crescimento com redução da desigualdade no segundo mandato, e, assim, garantindo a vitória de Dilma em 2010 (SINGER, 2012, p. 21).

Trata-se, portanto, de um período intrinsecamente contraditório, nas palavras do próprio autor: “[...] o lulismo existe sob o signo da contradição. Conservação e mudança, reprodução e superação, decepção e esperança num mesmo movimento” (SINGER, 2012, p. 09). Promover um reformismo fraco com vistas a desestimular conflitos estende no tempo a redução da desigualdade social brasileira, a qual decai de modo muito lento diante do seu tamanho. No entanto, mesmo preservando compromissos com o capital financeiro, as políticas de inclusão social diminuíram desigualdades sociais e incluíram o subproletariado no mercado interno, estimulando a economia capitalista brasileira. O acesso ao emprego formal e a direitos sociais abriu a perspectiva de novos enfrentamentos de classe.

Se os primeiros anos do governo do PT foram marcados por medidas que frustraram sua base eleitoral, aos poucos estas ações passaram a ser contrabalanceadas

por outras de sentido oposto. Dessa maneira, o projeto econômico dominante no período pode ser caracterizado como neodesenvolvimentista.

A reatualização do discurso desenvolvimentista no Brasil cumpre a função de elaborar consensos para a continuidade do projeto político de modernização capitalista em um país subdesenvolvido que experimentou a falência do que prometia o discurso neoliberal. Sendo assim, o discurso neodesenvolvimentista tem o objetivo de sustentar ideologicamente a atual dinâmica capitalista, caracterizada por um antagonismo entre crescimento econômico e ganhos civilizatórios.

Trata-se de um discurso travestido de intenções progressistas que concilia desenvolvimento econômico e social, sem significar um rompimento com o núcleo central das políticas neoliberais, mas oferecendo uma “[...] união sincrética entre políticas econômicas incentivadoras dos mecanismos de liberalização do mercado e políticas de proteção social compensatórias e de alívio da condição de miséria” (MARANHÃO, 2014, p. 328).

O discurso do neodesenvolvimentismo resgata a bandeira da superação do “atraso” estrutural do país como condição para solução dos problemas sociais, políticos e econômicos. De modo que são necessários incentivos para o desenvolvimento econômico por meio da modernização das estruturas produtivas, incentivo às exportações, estímulo ao crédito financeiro, no subsídio estatal aos empresariais estratégicos, etc. No entanto, tais estímulos à modernização e crescimento econômico propostos pelos defensores do neodesenvolvimentismo como solução para o desenvolvimento social estão longe de superar as contradições sociais típicas do capitalismo periférico brasileiro.

Argumento semelhante é defendido por Borón (2010) ao analisar o capitalismo em uma perspectiva histórica e geográfica mais ampla e considerar tratar-se de um modo de produção que serve para que um grupo de nações (das quais nenhuma foi “subdesenvolvida”) se desenvolvesse a custo de excluir as demais. Para o autor, o subdesenvolvimento é um conceito relacional que vem à tona no processo de mundialização do capitalismo, cuja estrutura formada por um centro integrador se desenvolve em grande parte pela exploração das nações periféricas. Neste sentido, o reverso do desenvolvimento do capitalismo nas metrópoles é o subdesenvolvimento na periferia.

No entanto, isso não significa negar que, a partir dessas relações capitalistas globalizadas, alguns países experimentaram um expressivo crescimento econômico ligado ao comércio exterior, como é o caso do Brasil. A questão é que este crescimento não permite superar a condição de país subdesenvolvido para o desenvolvimento.

O capitalismo, portanto, **não é uma receita que se pode tornar universal, muito menos eterna**. Não é universal porque possibilitou o desenvolvimento de um punhado de nações, as metrópoles, e teve um efeito exatamente contrário nas colônias. Também não é eterno, porque essa mesma fórmula tem hoje limitações históricas incuráveis (BORÓN, 2010, p. 12 – *grifo nosso*).

O argumento é o de que já não estão mais em curso as condições econômicas, políticas, militares e internacionais que possibilitariam a passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento pela via capitalista. A globalização do capital impossibilita tentativas de desenvolvimento capitalista autônomo, de modo que a “[...] heteronomia seja o aprofundamento da dependência e da perpetuação do subdesenvolvimento” (BORÓN, 2010, p. 13).

A proposta neodesenvolvimentista, ao se constituir em uma alternativa frente à deslegitimação do discurso neoliberal, mas preservar seu núcleo central de condução política, pode ser caracterizada como uma “reciclagem” das ideias liberais, acrescidas de algumas necessárias concessões aos grupos vulnerabilizados. O que se coloca como condição para continuidade política e ideológica do projeto neoliberal de modernização capitalista.

Ainda que travestida do discurso modernizador neodesenvolvimentista de estímulo à produção, ao crédito e à criação de postos de trabalho, a atual política econômica não rompe com a histórica dependência externa nacional. Uma condução focalizada das políticas sociais, que estimula o desenvolvimento das capacidades individuais dos pobres para que estes acessem o mercado como alternativa ao quadro de desigualdade social, faz com que questões estruturais de subdesenvolvimento e desigualdade social sejam reproduzidas.

De acordo com Maranhão (2014), é característica de regimes “pós-neoliberais” ou de “neoliberalismo social” a expansão do rol do capital financeiro para desenvolver a economia, e tentar conservar o apoio das massas por meio do financiamento de vastos programas de combate à pobreza.

Mas, se a “estrutura e a dinâmica do capitalismo contemporâneo pôs por terra as esperanças de equalização entre crescimento capitalista e ampliação de ganhos civilizatórios significativos” (MARANHÃO, 2014, p. 320), o papel desempenhado pela sociedade civil se apresenta como fundamental. Afinal, é no palco da sociedade civil que são travados os embates das correlações de forças estabelecidas em cada conjuntura, as disputas por projetos societários, as resistências diante das reformas do Estado, a elaboração de consensos. E o Estado, na perspectiva gramsciana, é um espaço a ser apropriado pelo movimento transformador, sob a perspectiva de uma nova hegemonia.

Mesmo que amenizada por estratégias neodesenvolvimentistas, a condução macroeconômica neoliberal se mostrou ineficiente na geração de crescimento econômico sustentável a longo prazo e muito menos eficiente na superação do subdesenvolvimento dos países periféricos ao capitalismo globalizado. E, as crises econômicas cada vez mais frequentes abrem espaço para movimentos de resistência popular ao neoliberalismo na América Latina, podendo ser citados: os movimentos indígenas, os cocaleiros na Bolívia e o Movimento Zapatista em Chiapas; o Movimento de Trabalhadores Sem-Terra (MST); o Movimento dos Sem Trabalho na Argentina; entre outros (MARANHÃO, 2014, p. 321).

A questão da legitimidade democrática em um contexto de grande desigualdade social impõe a necessidade de discutir padrões éticos e aceitáveis para a sociabilidade humana, pois nem tudo pode ser bem de mercado numa sociedade que se autodenomina democrática (COSTA, 2006). Diante disso o capital precisa criar mecanismos que gerem crescimento econômico e amenizem as expressões da questão social. O que ocorre no Brasil por meio da readequação de propostas de crescimento econômico e social, de um novo pacto para o desenvolvimento, o qual resgata o potencial mitificador da ideologia desenvolvimentista para ocultar conflitos de classe e construir consensos políticos na condução da modernização capitalista do país (MARANHÃO, 2014).

Em síntese, constata-se que o viés da contradição é imprescindível às análises do período. Sem buscar explicações lineares que acabem com as tensões dos contrários, mas captando o movimento do real, com suas múltiplas determinações (a relação de contrários não precisa necessariamente se anular, mas se complementar). Abordar as opções políticas que acarretaram mudanças socioeconômicas no país e a “qualidade” dessas mudanças (se hegemonia às avessas, se revolução passiva) agrega também

análises de elementos socioculturais que somam nuances ao espectro da realidade brasileira.

Porquanto, ainda que não modificando questões estruturais, e por isso criticadas à luz de análises gramscianas, essas “modificações moleculares” características do transformismo geraram inegáveis alterações nas relações sociais²⁶. Seja qual for a nomenclatura dada: aumento do poder aquisitivo do “subproletariado”, formação de uma “nova classe média”, dentre outras, o que não se pode negar é que as relações sociais se modificaram nos últimos anos, explicitando preconceitos latentes e radicalizando polarizações políticas. Fenômeno não exclusivo da realidade brasileira, mas observado no contexto mundial, o que demonstra as possibilidades em perspectiva no tempo presente.

A análise dos elementos conjunturais procurou situar as determinações econômicas, sociais e políticas que fundamentaram a hegemonização do projeto neoliberal no país a partir do final da década de 1980 e as estratégias políticas de dominação de classe empreendidas no contexto brasileiro. E, a partir dos anos 2000 até a contemporaneidade, o projeto “pós-neoliberal” neodesenvolvimentista.

A reatualização do discurso desenvolvimentista com promessas de desenvolvimento econômico e social possibilita indagar sobre o ponto de saturação para a ampliação de um quadro cada vez mais intenso de crise econômica mundial e intensificação da exploração dos trabalhadores e de crise de representatividade das instituições políticas (MARANHÃO, 2014).

A sociedade civil brasileira, então, é palco de disputas e manifesta diferentes formas e conteúdos: desde o fortalecimento do “terceiro setor” até a revitalização de grandes mobilizações em massa/de rua.

Por isso, em se tratando do contexto sociopolítico da última década, é preciso lançar o foco da análise sobre as mobilizações desencadeadas a partir das Jornadas de junho/2013 no Brasil. As quais, em uma sociedade globalizada e conectada em rede, se relacionam com diversas outras expressões ao redor do mundo: A Primavera Árabe, os Indignados na Espanha, Occupy Wall Street nos Estados Unidos, etc.²⁷

²⁶ Sobre isso citam-se estudos acerca da “nova classe média” no Brasil: Pochmann (2012), Neri (2012), Souza (2015), dentre outros.

²⁷ “A conexão entre o movimento no Brasil e outros tantos espalhados pelo planeta está na transformação de espaços públicos urbanos em palcos de protestos majoritariamente formados por jovens, mobilizados

Nos diversos países citados, assim como nas cidades brasileiras, foram postos em questão os modelos de desenvolvimento e as formas de fazer política. Para Castells (2013), o tradicional modelo de democracia representativa, baseado em estruturas verticais e centralizadas, dá sinais de esgotamento. Ao que as mobilizações em massa têm reagido com propostas de organizações horizontais, sem personificação de lideranças nem comando de partidos ou comitês centrais.

A análise de Estanque (2015) é de que dois principais elementos configuram o pano de fundo desses protestos, para além da esfera política (em sentido estrito): a degradação das condições materiais de vida de uma parte significativa da população combinada à crise de legitimidade das instituições políticas.

Movimentos que evidenciam um contexto de crise das tradicionais estruturas de representação coletiva de interesses populares. Um contexto em que a democracia é limitada pelos verdadeiros poderes que agem “apesar dela” e anulam a soberania popular. O que se tem chamado de “crise de representatividade” das instituições políticas, esvaziadas de seu potencial democratizador e colonizadas pelo poder econômico.

Na análise de Castells (2013), o capitalismo é um processo complexo que afeta diversos países de maneiras variadas, e o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todas reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista. Nogueira (2013) reforça este argumento ao considerar que se trata de uma crise com amplas determinações:

O sistema político em seu sentido estrito surge nela como a ponta de um iceberg, o protagonista que sintetiza o que há de perverso no todo. [...] Não é o sistema escrito, constitucionalizado, mas o que funciona (ou não funciona) de fato. O que se questionou, portanto, foi o arranjo político protagonizado por pessoas, grupos e classes, interesses econômicos e organizações que [...] têm-se associado para governar o país. **A crise que temos diante dos olhos é mais que crise política:** é crise de um sistema perverso, que encontra apoio em múltiplos aspectos, econômicos, socioculturais, políticos, éticos, institucionais, governamentais (NOGUEIRA, 2013, p. 20 – *grifo nosso*).

No Brasil, as Jornadas de Junho, onda de protestos que tomou o país em 2013, levaram às ruas milhões de brasileiros²⁸, jovens em sua maioria, em uma mobilização

por meio de redes sociais, sem a presença de partidos, sindicatos ou organizações de massa tradicionais” (ROLNIK, 2013).

²⁸ Calcula-se que cerca de três milhões de pessoas tenham participado das manifestações no mês de junho, embora essas medições sejam sempre controversas (ESTANQUE, 2015, p. 179).

maciça contra as deficiências do sistema de prestação de serviços públicos. Houve registros de manifestações em mais de cem cidades brasileiras, as quais tiveram como foco espontâneo a luta pela melhoria da qualidade dos serviços públicos, como transporte, educação, saúde e segurança.

Os atos foram desencadeados pelo aumento da tarifa nos transportes públicos convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL)²⁹ na cidade de São Paulo e em outras capitais. A bandeira de luta pela mobilidade urbana é o contraponto a uma imobilidade estrutural das grandes cidades brasileiras, resultado de um modelo de crescimento urbano produzido pela especulação imobiliária e de um transporte coletivo a serviço da indústria do automóvel, subsidiada pelo governo brasileiro³⁰. “Tempo de vida roubado e pelo qual, além de tudo, deve-se pagar” (CASTELLS, 2013, p. 178).

Impulsionados pelas redes sociais, logo se espalharam e diversificaram sua agenda. O direito à mobilidade se entrelaçou fortemente com outras pautas constitutivas da questão urbana, como o tema dos megaeventos e sua lógica de limpeza social (Copa/2014 e Olimpíadas/2016), a luta por maior eficácia governamental e o combate à corrupção na política, etc. Tiveram, portanto, uma base multicausal, remetendo para forças e conexões de diferentes dimensões, do contexto local às escalas estadual, nacional e global (ESTANQUE, 2015).

A violenta repressão policial ao movimento gerou grande solidariedade e levou ainda mais gente às ruas. O relato de Rolnik (2013, p. 10) é de que “[...] a tropa de choque, que no cotidiano executa pessoas sumariamente nas favelas e realiza despejos jogando bombas de gás nos moradores, entrou e saiu de cena ao longo das manifestações”. O que demonstra a relação entre um projeto excludente de cidade e a militarização dos territórios populares.

Ao se constituírem em manifestações dispersas e multicêntricas, sem lideranças fixas ou maior dimensão organizacional, a ocupação das cidades foi

²⁹ O MPL se autocaracteriza como um movimento social autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais não se submetem a qualquer organização central. Fundado em 2005, organizado durante o Fórum Social Mundial e existente em várias cidades, é fruto do acúmulo de revoltas contra o aumento de tarifas de transporte público que ocorreram em 2003 em Salvador e, em 2004, em Florianópolis. Sua principal luta centra-se na gratuidade do transporte público de qualidade e foi o ator mais importante na primeira fase dos protestos (MOVIMENTO PASSE LIVRE – SÃO PAULO, 2013).

³⁰ A estratégia de crescimento neodesenvolvimentista pode ser analisada como uma espécie de “transformismo” no sentido que Gramsci atribui ao termo: “um método para garantir a realização de um programa limitado de reformas e prolongar a permanência no poder mediante a cooptação de membros da oposição”. O que não se trata de uma novidade na vida brasileira, toda ela modelada por processos de “revolução passiva” (NOGUEIRA, 2013, p. 36).

disputada por diferentes sentidos. A voz das ruas não foi uníssona: “Trata-se de um concerto dissonante, múltiplo, com elementos progressistas e de liberdade, mas também de conservadorismo e de brutalidade, aliás presentes na própria sociedade brasileira” (ROLNIK, 2013, p. 12).

A título de ilustração, e por se tratar do universo da pesquisa, Guarapuava também teve focos de mobilização, com características semelhantes às manifestações espalhadas pelo restante do país (organizadas pelas redes sociais, abordando uma variedade de temas, com destaque para a questão do transporte coletivo e da corrupção). Conforme se percebe em registros da mídia local:

19/06/2013: No próximo sábado, 22, Guarapuava realizará protesto semelhante aos que estão acontecendo em todo o país. A partir das 10h, os manifestantes se encontrarão na Praça Cleve, de onde seguirão até a Estação da Fonte. **A pauta da reivindicação contempla vários temas, mas com destaque aparece o transporte público do município** (JORNAL DIÁRIO DE GUARAPUAVA – *grifo nosso*).

25/06/2013: Cerca de 10 mil guarapuavanos participaram de manifestações no sábado, estima PM – Aproximadamente 10 mil guarapuavanos aderiram ao manifesto realizado no Centro da cidade no último sábado, 22. Ao som do Hino Nacional e de **gritos contra a corrupção**, pessoas de diversas idades caminharam com cartazes sobre **temas variados**, mas que demonstravam a insatisfação com a situação do país (JORNAL DIÁRIO DE GUARAPUAVA – *grifo nosso*).

25/06/2013: Guarapuavanos se organizam para protestar na câmara – Logo após a manifestação que ocorreu no último sábado, dia 22, em Guarapuava, dois novos eventos foram criados no Facebook. Um deles convidava a população para comparecer à Câmara de Vereadores ontem, às 17h, e o outro convoca protesto para as 18h de hoje, também no Legislativo municipal (JORNAL DIÁRIO DE GUARAPUAVA).

26/06/2013: Manifestantes levam lista de reivindicações ao Legislativo – A chuva espantou cerca de 50 pessoas que fizeram uma manifestação na noite de ontem na Câmara de Vereadores de Guarapuava. Com cartazes e faixas, os protestantes reivindicaram passe livre, com o valor da tarifa sendo subsidiado integralmente pela prefeitura. Também se expressaram contrários ao aumento de salários aprovado no início do ano ao prefeito, vice, secretários municipais e vereadores” (JORNAL DIÁRIO DE GUARAPUAVA).

Além das reivindicações relacionadas à representação política de uma maneira geral e à melhoria de serviços públicos, nota-se que o protesto de rua foi incorporado ao repertório de expressão da sociedade civil relacionado a outras temáticas. Exemplo disto foram as manifestações contrárias ao “Ato Médico”, organizadas em Guarapuava no mês de junho por estudantes:

21/03/2013: Estudantes de Guarapuava organizam manifestação contra projeto do Ato Médico – Com a aprovação do Ato Médico (Projeto de Lei 268/2002) pelo Senado, estudantes do curso de enfermagem as Unicentro, do campus Cedeteg, em Guarapuava, organizaram um protesto para hoje, a

partir das 17h, no calçadão da XV de Novembro, em frente à Catedral” (JORNAL DIÁRIO DE GUARAPUAVA).

Os protestos contra a precariedade do sistema de prestação de serviços públicos, a princípio, ignoraram parlamentares, sindicatos e partidos políticos. Ainda que de modo espontâneo e improvisado, deixaram evidente que se dirigiam contra a forma de estruturação do governo representativo no país. O descontentamento não canalizado pela representação política por parte daqueles que são “alijados do poder de decisão sobre seu destino” gerou um movimento de tomada deste destino com seu próprio corpo, por meio da ação direta, da ocupação do espaço público urbano e, por meio desta, da forçada ação política (HARVEY, 2013, p. 10).

Se o espaço público institucional, constitucionalmente designado para a deliberação, é ocupado pelos interesses de uma elite dominante em processo de perda de hegemonia, os movimentos contra-hegemônicos, ainda que não formem uma massa coesa, ocupam o espaço urbano e os prédios simbólicos com vistas a forçar a abertura de um novo espaço público não limitado à internet.

O tema que predominou nessas manifestações, de uma forma geral, foi o apelo a novas formas de deliberação, representação e tomada de decisão na política. Gerado pela perda de legitimidade de poder das elites dominantes, inevitável diante do modo desigual de vida experimentado pela massa da população.

A desilusão em relação à democracia e às formas de expressão pública, na chamada agenda da “crise de representação” gera pautas e leituras diversas. Tem-se operado nos últimos anos, sistematicamente, a desqualificação dos políticos e da política e a insistência na pauta da corrupção como a grande responsável pelos problemas do país. A influência neoliberal, ao alterar o modo como se faz política, por meio da prioridade da governabilidade, influencia no distanciamento dos partidos políticos em relação à população.

No Brasil, o movimento que começou apartidário³¹ se tornou antipartidário, por meio da negação radical, inclusive violenta em alguns casos, da manifestação dos partidos. Trazendo à tona uma dissonância entre Estado e Sociedade, a qual expressou não pactuar com o modo como se faz política no país. Castells (2013), ao estudar essas expressões contemporâneas de mobilização social, elabora uma síntese:

³¹ Dados de pesquisa realizada pelo Ibope mostra que o índice de não filiação partidária dos manifestantes era de 96%, e 86% não sindicalizados (ESTANQUE, 2015).

De início, eram uns poucos, aos quais se juntaram centenas, depois formaram-se redes de milhares, depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, confusas como eram, ultrapassando as ideologias e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada. Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e de empresas – que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais (CASTELLS, 2013, p. 08).

Sua análise parte do pressuposto de que, se as relações de poder são constitutivas da sociedade, aqueles que o detêm constroem as instituições segundo seus valores e interesses. De modo que o poder é exercido pela coerção e também pela construção de significados na mente das pessoas, por meio de mecanismos de manipulação simbólica, os quais se constituem em uma fonte de dominação mais decisiva e estável. “[...] Poucos sistemas institucionais podem perdurar baseados unicamente na coerção. Torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades. [...] É por isso que a luta fundamental pelo poder é a batalha pela construção de significado na mente das pessoas” (CASTELLS, 2013, p. 11).

Em uma perspectiva gramsciana, dizer que as relações de poder são constitutivas das instituições da sociedade significa afirmar que os aparelhos privados de hegemonia elaboram consensos necessários para a condução do bloco histórico. E que, uma vez que as sociedades são conflitivas e contraditórias, onde há poder há também a possibilidade de enfrentamento, da correlação de forças e de elaboração de novas hegemonias.

A espontaneidade de formação desses movimentos é outro elemento que pode ser analisado. Gramsci tratou a respeito disso e da direção consciente dos movimentos populares e identificou a “espontaneidade”³² como um componente que confere às massas populares um potencial criador de valores históricos e institucionais. Em suas palavras, “[...] tornam possível o advento ao poder da classe subalterna mais avançada em razão do enfraquecimento objetivo do Estado”. O autor ressalta que negligenciar

³² “‘Espontâneos’ no sentido de que não se devem a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, mas que se formaram através da experiência cotidiana iluminada pelo ‘senso comum’, ou seja, pela concepção tradicional popular do mundo, aquilo que muito pedestremente se chama de ‘instinto’ e que, ele próprio, é somente uma conquista histórica primitiva e elementar” (GRAMSCI, 2007, p. 197).

esses movimentos, renunciar dar-lhes uma direção consciente e inseri-los na política pode ter consequências graves³³ (GRAMSCI, 2007, p. 198).

Contudo, para Gramsci não existe na história a espontaneidade “pura”, mas há, nesses movimentos, uma multiplicidade de elementos e de direção consciente, embora nenhum deles seja predominante ou ultrapasse o nível do “senso comum”, da “concepção de mundo tradicional deste determinado estrato” (GRAMSCI, 2007, p. 194). Por isso, nega a “espontaneidade como método político”, critica o “espontaneísmo” e o “voluntarismo” e entende que as forças populares dispersas e localizadas devem se unificar, com vistas à elaboração de “hegemonia política e cultural” e construção de uma nova forma de Estado dirigido democraticamente por elas (GRAMSCI, 2007, p. 225).

Nesta perspectiva, a análise de Nogueira (2013, p. 24) é de que as ruas brasileiras têm baixo poder de agenda, mas seu efeito positivo não pode ser menosprezado. “As vozes da revolta verbalizaram demandas reais, mas também muita intolerância e incompreensão. Disseram muitas coisas, mas também não forneceram soluções. Despertaram consciências e tiraram a política da letargia, mas não anunciaram uma revolução”.

Para o autor, tarefas políticas decisivas se colocam a esses processos mobilizatórios: estabelecimento de uma agenda de lutas, estratégias de fazer com que essa agenda chegue ao Estado, organização dos manifestantes, relacionamento com os poderes constitucionais, etc. A questão está em saber se, no futuro, surgirão formas de encontro entre as vozes das ruas e o poder institucionalizado. Os protestos produzem manifestações horizontais, multicêntricas, com muitas lideranças, sem organização sustentável, cheios de entusiasmo e contundência crítica. Mas também trazem consigo o problema referente à duração no tempo e à capacidade de estruturação de uma agenda.

Outro elemento importante a se considerar na análise das expressões da sociedade civil na contemporaneidade é a função da mídia enquanto peça fundamental

³³ A respeito de prováveis consequências da negação de direção consciente de movimentos “espontâneos” o autor ilustra: “Ocorre quase sempre que um movimento ‘espontâneo’ das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante, por motivos concomitantes: por exemplo, uma crise econômica determina, por um lado, descontentamento nas classes subalternas e movimentos espontâneos de massa, e, por outro, determina complôs de grupos reacionários que exploram o enfraquecimento objetivo do Governo para tentar golpes de Estado” (GRAMSCI, 2007, p. 197).

da engrenagem da globalização econômica e cultural, palco e objeto privilegiado das disputas pelo poder político.

A mídia em seu conjunto desempenha funções eminentemente políticas nas sociedades contemporâneas. Conforme Ianni (1999), opera-se um processo de substituição das instituições “clássicas” da política – partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião pública, etc. – por novas tecnologias da comunicação, informação e propaganda, portadoras de inegável potência política.

Essas instituições “clássicas” da política são instrumentalizadas, transformadas, marginalizadas e o expressivo fortalecimento da mídia – especialmente a partir da disseminação dos meios de comunicação eletrônicos – fez com que os veículos de comunicação passassem a ocupar um lugar de extraordinária relevância nos processos de construção de hegemonia. Nas palavras de Nogueira (2013, p. 183 – *grifo nosso*):

A mídia substitui os tradicionais agentes da hegemonia, os partidos políticos, na mediação entre candidatos e eleitores, na definição da agenda do debate público, na transmissão de informações políticas, na canalização das demandas sociais e na crítica das políticas públicas. Tornou-se, assim, o principal ‘**aparelho privado de hegemonia**’ (Gramsci), tendendo a ocupar o centro mesmo do processo político.

Trata-se de uma poderosa técnica social de manipulação das consciências nas sociedades contemporâneas. E essa capacidade de agendamento público dos veículos de comunicação social não se expressa somente no Brasil, mas é um dado universal. O papel político da mídia é identificada por Ianni (1999) como a função de intelectual coletivo e orgânico dos blocos de poder predominantes em escala regional, nacional e mundial, habitualmente articulados.

Um intelectual orgânico coletivo, já que sintetiza as formulações de várias categorias de intelectuais: jornalistas e sociólogos, locutores e atores, escritores e animadores, âncoras e debatedores, psicólogos e publicitários; todos mobilizando tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas como técnicas sociais de alcance local, nacional, regional e mundial. Organizadas em empresas, corporações ou conglomerados, o que faz com que manifestem tanto intencionalidades democráticas quanto, e não raras vezes, objetivos autoritários. Para Ianni (1999), o que singulariza a corporação da mídia é sua capacidade de realizar a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumo em cidadania. Opera decisivamente

na dominação hegemônica, em escala global, ao combinar produção e reprodução cultural com produção e reprodução do capital.

Seu funcionamento como força política explícita faz com que a exposição midiática de governantes, parlamentares, intelectuais e cidadãos seja cada vez mais estratégica e indispensável à democracia. No contexto brasileiro, a pouca diversidade de opinião, o processo de ideologização das notícias, a atuação de oligopólios que reduzem os espaços de atuação de uma “mídia alternativa”, a própria imprensa oficial (estatal) que tende a ser direcionada pelos oligopólios midiáticos são elementos listados por Nogueira (2013) como sintomáticos do caráter pouco democrático do atual sistema midiático, bem como da sociedade brasileira.

Todavia, o autor também ressalta que a potência de padronização da mídia é limitada. Ainda que seja uma efetiva força normatizadora, indutora e integradora, não conduz as massas exclusivamente, especialmente se considerada a comunicação em rede, cuja dinâmica desorganiza os processos de controle sobre a informação, abrindo-a a todos. “Achar que todo mundo se deixa conduzir pelo que falam os oligopólios midiáticos é desrespeitar os cidadãos e ignorar a vida, que é bem mais complexa. Governos democráticos precisam saber interpelar a mídia, dialogar com ela e enfrentá-la” (NOGUEIRA, 2013, p. 201).

A formação de consensos exercida pela indústria cultural impregna amplamente a política, a atividade e o imaginário de indivíduos e coletividades, grupos, classes sociais e nações em todo o mundo. Em diferentes escalas, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, legislativo, executivo e judiciário (IANNI, 1999).

No Brasil, o caráter oligopolizado da mídia acaba por limitar o potencial de democratização da sociedade. Contudo, a diversificação dos meios de comunicação, principalmente por meio da comunicação em rede, mais horizontalizados e menos suscetíveis a manipulações centralizadas, agrega novos elementos analíticos ao papel da mídia na contemporaneidade. As Jornadas de Junho exemplificam essa constatação, ao serem organizadas nas redes e de forma não-hierarquizada, possibilitaram visualizar no Brasil um fenômeno que se multiplica pelo mundo, impulsionado pela comunicação em rede.

É necessário pontuar que, se em 2013 as multidões foram às ruas em uma perspectiva coletiva e apartidária, agudizada pela demanda por oferta de serviços e colocando em questão a legitimidade das instituições democráticas, essa caracterização não pode ser transposta para as manifestações que se seguiram nos anos posteriores. Nos limites desse trabalho, o que importa considerar é a retomada do protesto de rua como instrumento de pressão política, sendo incorporado ao repertório de ação da sociedade civil de forma mais expressiva, assimilado ideologicamente tanto à direita quanto à esquerda.

O resultado da redemocratização do país na década de 1980, ainda que tenha instituído uma *forma* democrática de organização societária, é limitado em seu *conteúdo* político, consequência do processo de correlações de forças estabelecido ao longo da década de 1990, período em que a sociedade civil brasileira se fragmenta e é fragilizada em um contexto de hegemonia neoliberal.

De 1990 a 2010 se vivencia um ciclo de vinte anos de expectativa da proposta de democracia pactuada na Constituição Federal de 1988, que tem sua efetividade limitada pelo projeto neoliberal. A retração do Estado e o não cumprimento do projeto democrático constitucional estruturam uma base para a instalação de um cenário de crise de hegemonia e de volta das manifestações das multidões nas ruas como forma de expressão política da sociedade civil.

Passadas três décadas, a sociedade civil brasileira se debate entre diferentes formas e conteúdos: as resistências populares em defesa de uma democracia de significado substantivo e de um projeto societário popular; e a sociedade civil que assume a função designada pela direção do projeto político hegemônico neoliberal, desempenhando papel fundamental para sua manutenção.

O argumento de Luiz (2010, p. 82) é o de que “[...] é necessário criar uma nova cultura sobre o entendimento de sociedade civil, a qual represente maiores possibilidades de consolidação do processo democrático a partir de suas potencialidades”. Diante disso há ainda um longo caminho para ser percorrido na luta pela ampliação da socialização da política no Brasil e pela consolidação de segmentos subalternizados da sociedade civil como protagonistas do processo – e o destino deste depende dos desdobramentos dessa luta.

O desafio assumido neste trabalho, conforme ensina Coutinho (2007), é o de pensar os problemas contemporâneos da vida social e política de um contexto local a

partir do legado de Gramsci, tomando-o como subsídio para interpretar as questões postas pela ordem presente.

4. FORMA E CONTEÚDO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL EM GUARAPUAVA (PR)

Considera-se o “local” como fruto da realidade onde as transformações sociopolíticas se processam, o que implica na compreensão de que a “análise do local” se refere à análise de relações concretas, socialmente construídas e territorialmente localizadas. Sendo assim, a delimitação de local diz respeito tanto a um âmbito espacial demarcado, identificado como base, território, microrregião, etc., quanto ao sentido de espaço abstrato de relações sociais que se deseja privilegiar.

Segundo Fischer (1993, p. 106), o espaço local indica movimento e interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em relação a interesses comuns e, ainda que correspondente a uma delimitação territorial, não se resume a esta. Não limitado apenas a um lugar fisicamente localizado, mas também a um espaço social e politicamente construído, onde se defrontam grupos sociais diversos, com seus consensos e conflitos, tradições, valores e comportamentos.

Se antes a noção de local se definia por sua base geográfica, correspondente a uma delimitada base territorial, com a globalização e, no Brasil, com a descentralização político administrativa das políticas sociais, a categoria se ampliou, abrangendo outras dimensões além da geográfico-espacial (GOHN, 2011).

É possível constatar que os estudos sobre o local não se limitam apenas a uma localização física, mas a espaços socialmente construídos, se referem a uma maneira de abordar os grupos sociais localizados, como possibilidade de caracterizar relações objetivas que ocorrem na prática social também localizada.

O local é definido como “[...] exclusão e oposição a outros níveis (o local se opõe ao global, o local se opõe ao nacional), e não há como estudar o tema sem fazê-lo correlativamente, em um duplo movimento: do Estado central ao local, do local ao central”. De modo que, entre as dimensões: nacional/local, público/privado e poder/população se estabelece uma intensa relação, sendo o fundamental na abordagem do local não a análise isolada dos termos, mas da própria relação, das mudanças e/ou permanências de articulação entre uma dimensão e outra (FISCHER, 1993, p. 13).

Importante a ressalva acerca da necessidade de analisar as relações locais sem desconsiderar determinantes sociais, econômicos, políticos e culturais mais amplos, ou

seja, olhar para o *local* sem perder a dimensão do *global*. Ou ainda, analisar a singularidade das relações locais em vinculação com a totalidade da realidade social.

Trata-se de considerar esta articulação não como uma mecânica relação de dominação do nacional sobre o local, mas como um conjunto de articulações entre coletividades e espaços diversificados de diferentes níveis (FISCHER, 1993).

A totalidade social é a referência da qual parte a análise das relações sociopolíticas locais, as quais não se restringem ao território localizado, mas expressam um movimento relacional de mútua determinação entre o local e o global, sendo o local *síntese de múltiplas determinações*.

E, ao compreender o local como reflexo de lógicas dominantes, ligadas à história, às representações coletivas, às formas culturais, à direção hegemônica em última instância, é também no nível local que são geradas tensões, lutas, conflitos, como um nível de elaboração de novos consensos, de disputa pela hegemonia. Em outras palavras, o local é o espaço político onde as relações entre Estado e sociedade civil se objetivam, onde também podem ser geradas possibilidades de construção democrática.

4.1 O MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA: ELEMENTOS CONTEXTUAIS LOCAIS

Este item apresenta um enfoque mais detalhado sobre aspectos históricos, econômicos, sociais e políticos da formação do contexto local estudado, a fim de subsidiar a análise das relações sociopolíticas estabelecidas no universo organizacional da sociedade civil em Guarapuava³⁴.

A cidade de Guarapuava está situada na região centro-oeste do estado do Paraná. A gênese do povoamento de seu território, em meados do século XIX, remonta ao processo de ocupação do interior do sul do Brasil, no contexto da colonização portuguesa, motivada pela necessidade de fixação de limites territoriais e definição de fronteiras frente às invasões espanholas.

O sistema de povoamento do território recém ocupado adotado pela Coroa Portuguesa se deu por meio da distribuição de sesmarias, a partir das quais se

³⁴ O município de Guarapuava foi/é contexto de estudos de pesquisadores locais. Na tentativa de interpretar a realidade, esta pesquisa soma-se a outras: Silva (2005); Alves (2012); Kolody (2012); Favaro (2014); Fiuza (2016); Prates (2016).

estabeleceram as grandes fazendas de criação de gado na região. A ocupação dos Campos de Guarapuava compõe a região do Paraná denominada pela historiografia como Paraná Tradicional, “[...] denominação dada às primeiras áreas ocupadas do estado, ou seja, as áreas de campos, e constitui-se um recorte espaço-temporal consagrado na historiografia” (SILVA, 2005, p. 47). A inserção deste território na economia colonial brasileira ocorreu por meio da mineração do ouro, associada à necessidade de proteção e expansão das terras portuguesas na América Latina. Como a atividade de mineração do ouro não foi bem-sucedida na região, instalou-se a pecuária como atividade produtiva, constituindo-se, assim, a chamada “sociedade tradicional campeira”.

De acordo com os estudos de Silva (2005), Tembil (2007) e de Silva (2008), os proprietários dessas fazendas passaram a compor a classe dominante paranaense, estabelecendo as raízes da estrutura política. Característica que se perpetua com o passar do tempo, mantendo-se a despeito das mudanças produtivas ocorridas na região. Nas palavras de Silva (2008, p. 17), “as primeiras famílias detentoras dessas sesmarias também detiveram o poder político e transmitiram aos descendentes, por diversas gerações, além da herança material, a herança política”. Esse processo ocorre porque, após a independência política do país, os concessionários das sesmarias assumiram o poder político formando a base das oligarquias regionais e acentuando os laços patriarcais da estrutura social.

Fiuzza (2016) corrobora este argumento e explica que o poder político local em Guarapuava foi formado a partir da trajetória econômica e política de três membros da Real Expedição povoadora da região, o Tenente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, o Tenente Antônio Rocha Loures e o Padre Francisco das Chagas Lima. Os quais, legitimados pelo governo central, desempenharam o papel administrativo e político de ocupação, povoamento e organização da região.

Alguns membros da Real expedição se fixaram na região e assumiram propriedades de terras e, com o passar do tempo, além destes, também os fazendeiros locais (os sesmeiros e seus descendentes) começaram a ocupar cargos públicos. Tal dinâmica imprime aos cargos da administração pública a característica de extensão dos interesses privados da oligarquia local.

A pesquisadora constata que a vinculação entre o poder econômico das famílias proprietárias de terras com o poder político local estava consolidado antes mesmo da

proclamação da República, mantendo-se desde então. E que a mudança de Império para República impôs uma nova dinâmica governamental, aumentando a autonomia administrativa, financeira e política aos estados, o que possibilitou, também, maior integração dos grupos que dominavam a economia com a máquina governamental.

A consolidação da sociedade campeira local é marcada por um estilo de vida patriarcal, latifundiário, praticante da pecuária extensiva, possível por meio do trabalho escravo e familiar e do extermínio de muitos índios (SILVA, 2008). Esse grupo social manteve a hegemonia política de forma oligárquica no estado do Paraná até sua emancipação política, em 1853.

Para Favaro (2014, p. 14), a lógica da dependência colonial baseada na exploração de recursos naturais com objetivos geopolíticos é constitutiva de processos interdependentes, pois, “[...] ao assegurar a posse de territórios em disputa por vários países colonizadores, garantem-se também as condições de exploração de suas riquezas naturais”. Desse modo, a ocupação da região de Guarapuava e sua organização produtiva é caracterizada pela “[...] expansão da estrutura econômica dependente e exportadora, que se apropria tanto dos recursos naturais como do trabalho da população local a fim de atender os interesses do mercado que integra” (SILVA, 2005, p.11). Instituído-se uma desigualdade de poderes, no processo de concentração de terras na região de Guarapuava, desde a época do Império.

A expansão dos fazendeiros de gado sobre a totalidade dos campos do Paraná, por meio da penetração para o interior, possibilitou a manutenção da grande família patriarcal, escravocrata e latifundiária (FAVARO, 2014).

A partir do fim do século XIX e início do século XX há um incremento da vida urbana na região de Guarapuava, o que ocorre em função da abertura de uma estrada de integração, o Caminho das Missões – estrada de acesso para os tropeiros. A atividade tropeira tinha como base o comércio de gado e muares, procedentes do Rio Grande do Sul com destino à Feira de Sorocaba, em São Paulo. Guarapuava se tornou ponto de descanso e invernagem, o que dinamizou a economia naquele período. O tropeirismo desempenhou uma importante função na ocupação e integração territorial do estado, assim como ocorreu em diversas partes do país.

Tembil (2007, p. 253), em seus estudos sobre a modernização da cidade, relata que “[...] a inserção de Guarapuava ao caminho das tropas trouxe mudanças ao aspecto urbano na medida em que transformou os fazendeiros locais em inverneiros e

tropeiros”, o que significou o aumento do poder aquisitivo das elites e a modificação do perfil de suas atividades econômicas.

No mesmo sentido Silva (2008) afirma que o tropeirismo foi extremamente importante para a região, modificando a forma física, as relações sociais, econômicas e culturais, dinamizando o contexto socioeconômico e político local. O fazendeiro, nesse processo, se tornou simultaneamente um tropeiro, representando a classe dominante, detendo poder econômico e político.

A atividade tropeira possibilitou o enriquecimento dos primeiros sesmeiros e também a manutenção desse grupo no poder político local por longo tempo – por todo o período imperial e primeira república. Inclusive, de modo que as alterações na dinâmica da administração pública demandadas pelo Estado burocrático não provocaram mudanças significativas na esfera política local. “Os prefeitos e vereadores da cidade eram, na sua maioria, membros das famílias sesmeiras. Mesmo com o realinhamento das forças políticas, ocorrido a partir da década de 1930, o poder político manteve-se com os descendentes dos sesmeiros e tropeiros [...]” (FIUZA, 2016, p. 157).

A atividade entrou em decadência no final do século XIX, quando o transporte de gado passou a ser feito por trens. A crise do tropeirismo atingiu de forma direta a região, resultando no retorno da prática da pecuária extensiva acrescida de um novo ciclo econômico, o da exploração da erva-mate, cujo cultivo passou a ser muito importante para a economia regional no início do século XX.

Favaro (2014) explica que, além da agricultura de autoconsumo, a erva-mate era uma das plantas nativas coletadas pelos caboclos, a qual acabou se tornando uma alternativa de renda à pecuária e se configurou como principal produto de exportação do Paraná naquele período.

Contudo, apesar de Guarapuava contar com uma extensiva reserva ervateira, a produção era levada para ser beneficiada em Curitiba e em Ponta Grossa, o que acarretava na fuga de capitais da região para os centros onde o produto agregava valor, era comercializado e, conseqüentemente, gerava arrecadação de impostos para aqueles locais (TEMBIL, 2007).

A partir da década de 1930, a produção da erva-mate entra em estagnação e anuncia-se o surgimento de um novo ciclo econômico, o da madeira. O contexto nacional é de expansão das atividades industriais, motivada pela crise econômica do período, quando a política cambial passou a encarecer as exportações, estimulando a

produção interna de bens de consumo. O que configurou um momento oportuno para substituição das importações e aumento do desenvolvimento industrial nacional (SILVA, 2008).

Desse modo, a exploração da madeira foi impulsionada pela direção governamental brasileira de substituição de importações por meio da política de nacionalização do governo Getúlio Vargas, a qual propunha a transformação produtiva do Brasil, a integração regional, a industrialização e a urbanização (FAVARO, 2014). Este cenário acarretou mudanças na base econômica de Guarapuava com a decadência das propriedades criadoras de gado, o despovoamento das fazendas e a exploração da madeira se consolidando como a principal atividade econômica da região, a qual, a partir de meados da década de 1940, se tornou o centro mais importante de produção madeireira do Paraná.

A instalação de um novo contingente populacional na região, vindo em função da atividade madeireira, alterou o quadro constitutivo da elite local, composta até então exclusivamente por membros da sociedade campeira. Esses novos agentes adentram a cena política associando-se por meio de relações de parentesco com os descendentes de sesmeiros, tropeiros e comerciantes locais. Isso modificou as relações de poder e também as relações sociais da cidade, pois, além de ocupar âmbitos econômicos e sociais, os madeireiros passaram a disputar com os fazendeiros a ocupação de espaços políticos (TEMBIL, 2007; FIUZA, 2016; SILVA, 2008).

Além da criação de uma nova elite, o ciclo madeireiro estabeleceu um novo contingente de consumidores composto por operários, técnicos e gerentes, estimulando a expansão do setor terciário e a urbanização de Guarapuava. A necessária construção de vias de transporte para escoamento da produção madeireira integrou a cidade ao mercado nacional. Por isso, para Tembil (2007), a madeira acabou por urbanizar Guarapuava, não apenas em função da abertura de caminhos de integração, mas também pela dinâmica que resultou no aumento da população e em outras práticas de consumo que incrementaram o comércio local e movimentaram a vida urbana.

As transformações decorrentes desse processo de modernização são notadas pelo aumento da população urbana, pela mecanização da lavoura e pelo significativo êxodo rural. Alterando-se tanto a aparência urbana da cidade quanto os hábitos e costumes sociais (SILVA, 2008).

Semelhantemente ao ocorrido na extração da erva-mate, mais uma vez a principal atividade produtiva da região era baseada na exploração de recursos naturais, com a utilização de mão de obra cabocla e familiar (FAVARO, 2014). Outro fator de semelhança que une os dois ciclos é o fato de que o beneficiamento e comércio da madeira era feito em outras localidades, como Ponta Grossa, enquanto em Guarapuava se realizava apenas o corte em serrarias. Ou seja, apesar de abrigar a maior fonte de matéria-prima, a região não recebia como retorno todo o capital gerado pelo comércio da madeira.

Outro fator de dinamismo econômico, social e cultural foi o aumento populacional que ocorreu na cidade em meados do século XX. Somado ao contingente de migrantes vindos de Santa Catarina e São Paulo para a atividade madeireira, a região recebeu, na década de 1950, um fluxo imigratório europeu. Atraídos em função da necessidade da produção de alimentos, Guarapuava recebeu, em 1951, a imigração dos suábios do Danúbio³⁵, o que foi mais um fator de dinamismo da vida na cidade, influenciando a modernização da agricultura.

Assim, o município foi sendo integrado à economia nacional por meio da modernização da agricultura. Nesse processo, a posse das terras foi gradativamente transferida das descapitalizadas “[...] famílias tradicionais campeiras para os migrantes que detinham capital e acesso a créditos bancários para introduzir a lavoura mecanizada” (TEMBIL, 2007, p. 124).

Ocorreu nesse período uma mudança na estrutura agrária não apenas da região, mas do estado e do país. Para Favaro (2014), dentre os diversos fatores geradores dessa mudança está a substituição da prática da pecuária extensiva e da agricultura tradicional por uma pecuária mais mercantilizada e pela produção de grãos para o consumo interno e para a exportação.

A fixação dos imigrantes introduziu mudanças na agricultura bem como promoveu a absorção das médias e pequenas propriedades pelas grandes, em função da substituição da agricultura tradicional e da pecuária pela agricultura capitalista, consolidando um processo de revalorização e concentração de terras (SILVA, 2007). Destaca-se que esse processo de concentração fundiária não aconteceu apenas na região

³⁵ O contingente de imigrantes chegados ao município era composto de 500 famílias de alemães, iugoslavos, romenos, húngaros, seus membros denominados de Suábios do Danúbio. O assentamento desses imigrantes aconteceu no vale de Entre Rios, hoje distrito de Guarapuava, onde foram fundadas cinco aldeias: Vitória, Jordãozinho, Cachoeira, Samambaia e Socorro.

de Guarapuava, mas em quase todo o Paraná e em outras partes do Brasil, desde os anos 1960. O que decorre do modelo de desenvolvimento posto em curso no país, destinado à “modernização da agricultura”, também conhecida como “Revolução Verde”.

Em síntese, evidencia-se que as características históricas da ocupação do território de Guarapuava foram marcadas por uma economia voltada para além de suas fronteiras, por meio da exportação de produtos primários, geralmente extrativos, que não contribuíram para criar uma infraestrutura que garantisse a autossuficiência econômica da região – seguindo o mesmo processo de ocupação do Paraná como um todo. Esse processo de ocupação gerou uma base social formada pelas sociedades campeiras, caracterizadas pelas grandes propriedades latifundiárias e que mantêm estreita relação com o poder econômico e político, impondo relações de mandonismo e clientelismo³⁶ às outras classes sociais (FAVARO, 2014).

A análise de elementos econômicos, políticos e sociais que determinaram a constituição da classe dominante de Guarapuava permite constatar sua formação inicial pelos donatários das sesmarias no período colonial, os sesmeiros e seus descendentes, os quais enriqueceram com a atividade tropeira. A economia da cidade foi se desenvolvendo com base na agricultura e pecuária extrativista, latifundiária e de estrutura familiar patriarcal, que utilizou casamentos intrafamiliares como estratégia de acúmulo e manutenção de suas riquezas, bem como para reprodução de relações de coronelismo (FIUZA, 2016).

³⁶ Sobre os conceitos de mandonismo, coronelismo e clientelismo, Carvalho (1997) explica se tratarem de três conceitos relacionados, mas não sinônimos, guardando cada um a sua especificidade. *Coronelismo* corresponde a um sistema político nacional historicamente datado, uma rede de relações que vai desde o coronel até o Presidente da República, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis fazendeiros. O *mandonismo*, por sua vez, não corresponde a um sistema, mas é uma característica da política tradicional, refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder, em que aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O coronelismo seria um momento particular do mandonismo, quando os detentores do poder começam a perder força e têm de recorrer ao governo. O *clientelismo* indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto. Nas palavras do autor: “O importante em todo o debate não é discutir se existiu ou se existe dominação. Ninguém nega isto. O problema é detectar a natureza da dominação. Faz enorme diferença se ela procede de um movimento centrado na dinâmica do conflito de classes gerado na sociedade de mercado que surgiu da transformação do feudalismo na moderna sociedade industrial, via contratualismo, representação de interesses, partidos políticos, liberalismo político; ou se ele se funda na expansão lenta do poder do Estado que aos poucos penetra na sociedade e engloba classes via patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, populismo, corporativismo” (CARVALHO, 1997, p. 07).

Até a década de 1970, a maior parte da população era rural, contudo, as mudanças decorrentes da modernização da agricultura e da intensificação do fluxo migratório nas décadas de 1960 e 1970 consolidaram o processo de modernização do quadro urbano de Guarapuava. De modo que as novas relações no campo passaram a reconfigurar o cenário urbano com o surgimento de trabalhadores rurais assalariados e operários trabalhadores das serrarias, os quais compuseram um contingente consumidor que dinamizou o comércio (TEMBIL, 2007).

Nas décadas seguintes nota-se uma expressiva decadência da população rural compondo fluxos migratórios para o meio urbano ocorridos, não apenas no Paraná ou em Guarapuava, mas em quase todo o país, num crescimento desordenado das cidades (SILVA, 2005).

Atualmente, a população estimada da cidade é de 178.126 habitantes, dos quais 152.993 (91,4%) residem em área urbana e 14.335 (8,6 %) moram na área rural (IBGE, 2010). Apesar disso, o orgulho pelas tradições e a manutenção dos hábitos da vida campeira parecem ter resistido ao tempo e às mudanças ocorridas tanto no âmbito da organização econômica quanto na composição social do município (FIUZA, 2016).

Conforme Silva (2005), as transformações político-econômicas ocorridas ao longo do tempo não foram capazes de afetar, essencialmente, os poderes hegemônicos seculares de alguns grupos arraigados às origens como forma de manutenção do poder. E, de acordo com Fiuza (2016), as famílias das classes economicamente dominantes em Guarapuava ligadas aos sesmeiros, aos tropeiros e aos madeireiros que ocuparam historicamente o poder político local, têm ainda representantes nos principais grupos políticos atuantes na atualidade no município.

Grupos políticos oligarquizados, representados por núcleos familiares, os quais têm estabelecido arranjos e rearranjos que garantem a manutenção e reprodução do poder político local. Dessa forma, materializam processos de poder político de longa duração, que se sobrepõem até mesmo a projetos político partidários. “Transitam pelos partidos de diferentes matizes na medida em que isso lhes permita alinhamentos cujo objetivo é a manutenção do poder e das relações sociais que eles representam e reproduzem” (FIUZA, 2016, p. 156).

A interpenetração entre interesses públicos e privados, ou ainda, a instrumentalização da máquina pública para atendimento de interesses privados de grupos economicamente dominantes é característica elementar dos Estados capitalistas.

Ainda que Faoro (1993) tenha desenvolvido o conceito de patrimonialismo³⁷ como uma particularidade da formação do Estado capitalista brasileiro, estudos recentes, como o de Souza (2015), possibilitam considerar que esta não é uma exclusividade brasileira, mas fundamento de qualquer Estado capitalista³⁸.

O argumento de Souza (2015) é de que o desenvolvimento do pensamento social brasileiro (“colonizado até o osso”, nas palavras do autor), incorre em uma falsa oposição entre Estado demonizado e mercado como reino da virtude e eficiência ao justificar que os problemas brasileiros decorrem da “corrupção apenas do Estado” e não da grotesca concentração da riqueza social em pouquíssimas mãos. O autor sustenta que não existe fortuna de brasileiro que não tenha sido construída à sombra de financiamentos e privilégios estatais, nem corrupção estatal sistemática sem conivência e estímulo do mercado.

Sua tese é de que a interpretação da realidade social brasileira que se tornou dominante no século XX envolve a articulação de noções de personalismo/patrimonialismo que justificam uma suposta singularidade cultural e social pré-moderna na sociedade. Essa “pré-modernidade” seria o núcleo de noções correntes, como o “jeitinho brasileiro”, da visão do Brasil e das sociedades latino-americanas como funcionando a partir de uma hierarquia comandada pelo “capital social de relações pessoais”. Esse capital de relação com pessoas influentes seria o fundamento do personalismo e do patrimonialismo, os quais, combinados, constituem a singularidade cultural política brasileira (SOUZA, 2015, p. 29).

As marcas das sociedades patrimonialistas seriam o “primitivo”, “pessoal” e “corrupto” em contraposição às sociedades centrais “modernas”, “impessoais” e

³⁷ O conceito de patrimonialismo, na literatura brasileira, foi desenvolvido a partir da perspectiva weberiana e tem em Raymundo Faoro, com sua obra *Os Donos do Poder* (1993), uma referência fundamental. Para o autor, Estados de “capitalismo politicamente orientado” são aqueles em que a política é o valor que ocupa o lugar de destaque nas relações de poder, de modo que o patrimonialismo inverte as determinações inerentes ao próprio capitalismo, quando “[...] faz da economia um apêndice do poder público” (FAORO, 1993, p. 17). Trata-se de uma forma de dominação política que tem como característica principal a ausência de distinção entre o público e o privado, de modo que os interesses particulares dos detentores do poder se sobressaem aos interesses públicos, coletivos da sociedade. Ao objetivarem os interesses particulares e personalistas dos detentores do poder, as práticas patrimonialistas legitimam a ocupação da elite econômica nas esferas públicas e resultam em relações como o coronelismo e o clientelismo – expressões desta estrutura de poder historicamente estabelecida no Estado brasileiro.

³⁸ Para o autor, “o tema do patrimonialismo, precisamente por sua aparência de ‘crítica radical’, dramatiza um conflito aparente e falso, entre mercado idealizado e Estado ‘corrupto’, sob o preço de deixar à sombra todas as contradições sociais de uma sociedade – e nela incluindo tanto seu mercado quanto seu Estado –, que naturaliza desigualdades sociais abissais e um cotidiano de carência e exclusão. Essa é a efetiva função social da tese do patrimonialismo no Brasil” (SOUZA, 2015, p. 35).

“confiáveis”. O autor defende a tese de um “racismo científico” que divide “gente” superior, das sociedades avançadas, e “subgente” inferior, das sociedades latino-americanas e periféricas. “O que outrora era legitimado como diferença racial e biológica passa a ser obtido pela noção de ‘estoque cultural’ – em um caso, o das sociedades do Atlântico Norte, cognitiva e moralmente superior, e, no exemplo das sociedades latino-americanas, cognitiva e moralmente inferior” (SOUZA, 2015, p. 25). Interpretação que se caracteriza como uma forma de “racismo culturalista” velado por utilizar como explicação para as hierarquias certo “estoque cultural”, que seria a causa e também a legitimação da desigualdade entre indivíduos e nações.

Todavia, há a ressalva de que este déficit de capacidade de explicação não é apenas brasileiro. A teoria social contemporânea não atenta para o que há de universal na reprodução simbólica de todo o capitalismo. Por isso, o autor propõe reconstruir as bases para uma “teoria crítica da modernização” que perceba os mecanismos simbólicos classificatórios operantes em qualquer contexto capitalista³⁹.

Ainda que mobilizando outras categorias, fundamentadas em distintos referenciais teóricos (como “capital social” e “dominação simbólica”) é possível estabelecer diálogo entre as considerações de Souza (2015) e os fundamentos gramscianos. As relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil no Brasil correspondem a formas e conteúdos característicos de sociedades capitalistas “ocidentalizadas” (sem desconsiderar a particularidade histórica, econômica, social, política e cultural do país), aquelas em que a dominação econômica não se reflete de forma “mecânica” no Estado, mas é mediada pelas relações estabelecidas na sociedade civil.

O que significa levar em conta a dominação hegemônica que uma classe exerce sobre a outra. Hegemonia que é forjada não apenas na esfera econômica e imposta pela coerção por meio da sociedade política, mas que é fundamentalmente estabelecida pela dominação pelo consenso dos governados. Consenso este elaborado nas instâncias da sociedade civil enquanto momento componente do Estado capitalista ocidental moderno.

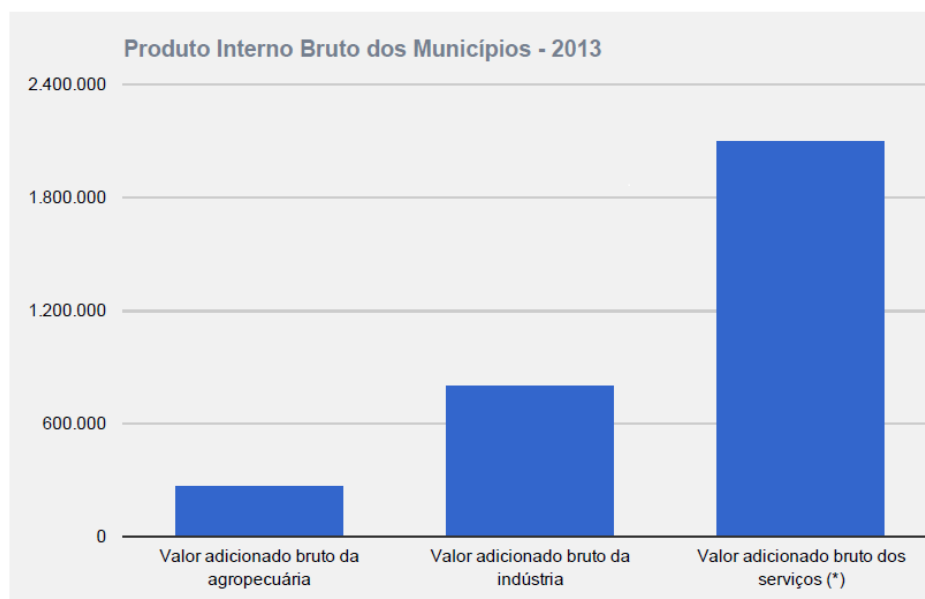
³⁹ “Não será a corrupção – definida como vantagem privilegiada em um contexto de presumida igualdade – uma parte fundamental e indissociável de todo sistema econômico-político moderno? Junto com a tese da ‘sociedade corrupta’ não se introduz também a tese de ‘povos corruptos’? Não se está, por baixo do pano e sem alarde, ‘essencializando’ o conjunto das sociedades periféricas e seus habitantes com um tipo de ‘racismo’ criado, propagado e legitimado cientificamente?” (SOUZA, 2015, p. 150).

Traçar a trajetória histórica de constituição de elementos econômicos, sociais, políticos e culturais de Guarapuava permite visualizar a materialização da função de classe que o Estado assume ao ser ocupado pelas elites econômicas locais. Assim como a função que organismos da sociedade civil (enquanto dimensão também constitutiva do Estado “ampliado”) desempenham na elaboração de consensos que possibilitem tal dominação. Permite, também, constatar que esta não é uma característica exclusiva do Estado brasileiro, ou do município de Guarapuava, o que significa negar formas veladas de inferiorização explicadas por meio de argumentos da cultura política. O que se nota nas relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil em Guarapuava, no estado do Paraná e no Brasil é manifestação da função de classe assumida pelos Estados em sociedades capitalistas, mediadas por singularidades locais as quais serão analisadas na sequência do trabalho.

4.1.1 Indicadores econômicos e sociais de Guarapuava

O relato histórico acerca dos ciclos econômicos do município revela que, desde os seus primórdios, a economia se baseia na agropecuária. Atualmente, a análise da composição do Produto Interno Bruto (PIB) mostra que, apesar de ainda fortemente baseada na produção agropecuária, a cidade se sustenta economicamente no setor de serviços e comércio, conforme o Gráfico 1 a seguir, o que configura o município como polo regional de prestação de serviços.

GRÁFICO 1 – Produto Interno Bruto de Guarapuava



Fonte: IBGE (2010).

De acordo com a análise de Silva (2005) sobre o setor industrial, a região de Guarapuava segue a lógica estadual em termos da agroindústria, mas com características mais precárias em função de sua composição por segmentos tradicionais tecnologicamente não inovativos, como agroindústrias extensivas e extrativas voltadas para os gêneros madeireiro, de papel e papelão, de alimentos e químico.

Para a autora, ainda que significativo em termos de geração de empregos, a forma como o setor industrial se caracteriza no município tende à baixa dinamização da economia, tanto pela produção (em nível primário) quanto pelo pagamento de baixos salários em função da desqualificação da mão de obra característica do tipo de indústria predominante na cidade. Isso faz com que boa parte da mão de obra qualificada e melhor remunerada se dirija para outras regiões do Paraná e do Brasil.

No Paraná, mesmo com a modernização da estrutura produtiva, o setor industrial permaneceu, majoritariamente, voltado à agroindústria como fator significativo de sustentação econômica, especialmente no interior do estado. Com a modernização da agricultura, a indústria também se desenvolveu no campo, processo gerador de problemas sociais relacionados ao êxodo rural e à precariedade da urbanização. De modo que a “[...] indústria entra à montante (insumos e equipamentos) e à jusante do processo produtivo (transformação do produto), ou seja, a produção agrícola está presente nas duas pontas do processo industrial” (SILVA, 2005, p. 130).

A preponderância de baixos salários diminui o poder de consumo no município, afetando o setor de serviços e comércio, o qual, apesar disso, é o mais expressivo em Guarapuava em termos de número de empresas e de empregos ofertados, e coloca a cidade como centro prestador de serviços e comércio para sua região.

A análise da composição do PIB municipal não destoa da composição estadual, conforme demonstra o Gráfico 2:

GRÁFICO 2 – Composição do PIB municipal



Fonte: IPARDES (2010).

De acordo com dados do IparDES (2010), a economia paranaense é a quarta maior do país, respondendo atualmente por 6,3% do PIB nacional, com uma renda per capita de R\$ 30,3 mil em 2013, acima do valor de 26,4 mil referente ao Brasil. Os valores do município mostram um PIB per capita abaixo do estadual e nacional, de 23,6 mil.

A análise feita por Favaro (2014) é de que a alta concentração fundiária historicamente estabelecida, aliada a uma economia baseada no setor de serviços e na agropecuária, reflete no PIB do município, que é um dos mais baixos do Paraná.

Para Silva (2005, p. 88), evidencia-se a diferenciada forma de ocupação do Centro-Sul do estado, a qual, apesar de mais antiga, não se desenvolveu como as outras regiões. “Mais recentemente, inclusive, parece ser apenas o respaldo das dinâmicas econômicas dessas, sem um projeto próprio de desenvolvimento”. Ao que a autora atribui aos determinantes históricos de formação do território, caracterizados pela

[...] concentração fundiária; a chegada tardia de imigrantes estrangeiros; a ausência de comunicação mais estreita com outras regiões; a dinâmica econômica vinculada a pecuária extensiva; a indústria extrativa e pouco expressiva economicamente; a política vinculada a práticas conservadoras, personalistas, de poder familiar, especialmente ligada a propriedade da terra etc. (SILVA, 2005, p. 88).

Em síntese, é possível dizer que o município apresenta uma diversidade de formas organizativas e produtivas que se contrapõem e se complementam com a hegemonia política e econômica de agricultores ligados ao agronegócio exportador (FAVARO, 2014). E que a concentração de renda, característica desse processo histórico, somada à atual falta de dinamismo e de presença de diferentes forças locais na economia, faz com que a cidade seja marcada por fortes desigualdades sociais.

Em outras palavras, o crescimento econômico não acompanhado de distribuição de renda por meio de políticas públicas acarreta baixos índices de desenvolvimento social. O que pode ser demonstrado pela análise de indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e o Índice de Gini, conforme a Tabela 1:

TABELA 1 – Indicadores Sociais do município de Guarapuava (PR)

DESENVOLVIMENTO HUMANO E RENDA	FONTE	DATA	MUNICÍPIO	ESTADO
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH-M	PNUD/IPEA/FJP	2010	0,731	0,749
Índice de Gini da Renda Domiciliar <i>Per Capita</i>	IBGE	2010	0,5555	0,5416

Fonte: ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano é uma variável elaborada pelas Nações Unidas e calculada a partir da conjunção de dados relacionados à longevidade da população, acesso à educação e renda. Nota-se que o município possui um IDH-M inferior à média estadual, ocupando a 78ª posição no ranking dos 399 municípios paranaenses e a 933ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDH-M. Ao ser localizada no Estado, a região de Guarapuava possui oito dos dez municípios com os menores indicadores de desenvolvimento humano.

Já o Índice de Gini mede o grau de concentração de renda, apontando diferenças entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Varia numericamente de 0 a 1,

sendo que 0 representa uma situação de total igualdade e 1 significa completa desigualdade de renda. O dado apresentado na Tabela 1 demonstra que o município possui um índice (0,55) maior que o indicador estadual (0,54), o que significa maior concentração de renda e, conseqüentemente, desigualdade social, conforme pode ser visualizado mais detalhadamente na Tabela 2.

TABELA 2 – Guarapuava: percentagem da renda apropriada por extratos da população

Espacialidades	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais pobres	Percentual da renda apropriada pelos 40% mais pobres	Percentual da renda apropriada pelos 60% mais pobres	Percentual da renda apropriada pelos 80% mais pobres	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos	Percentual da renda apropriada pelos 10% mais ricos
	2010	2010	2010	2010	2010	2010
Brasil	2,41	8,59	19,23	36,60	63,40	48,93
Guarapuava (PR)	3,75	11,17	22,78	40,47	59,53	45,56

Fonte: ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2010).

A desigualdade na distribuição de renda é evidenciada ao analisar sua apropriação comparativamente ao PIB per capita municipal, contabilizado em US\$ 3.692,67, com valores maiores que municípios como Cascavel (US\$ 3.466,23) e Ponta Grossa (US\$ 3.144,50), por exemplo. Isso significa que, ao ser comparado ao percentual de renda apropriada pela população, a distribuição se dá de maneira bastante desigual, com 80% a população mais pobre do município apropriando-se de 40,47% da renda, enquanto os 20% mais ricos detêm 59,53%.

O percentual de pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza totaliza um índice de 11,16% da população, como pode ser visualizado na Tabela 3:

TABELA 3 – Percentual de Renda per capita de pobres e extremamente pobres

% de extremamente pobres	% de pobres	Renda per capita dos extremamente pobres	Renda per capita dos pobres
2,24	8,92	34,30	93,00

Fonte: ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2010).

Dados do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO)⁴⁰ registram que o total de famílias inscritas em dezembro de 2015 era de 20.796, dentre as quais:

- 4.486 com renda per capita familiar de até R\$ 77,00;
- 5.289 com renda per capita familiar entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00;
- 7.687 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 3.334 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

A análise de alguns índices econômicos e de desenvolvimento social da cidade possibilitam um retrato do município, localizado em uma das regiões mais pobres do Paraná. Tratam-se de dados que demonstram as especificidades socioeconômicas recentes, as quais caracterizam Guarapuava como um município de baixo dinamismo econômico e de expressiva desigualdade social.

De acordo com a análise de Favaro (2014), essas evidências são reflexo da forma contraditória como foi historicamente constituído o território guarapuavano, acrescidas pela condução política desenvolvimentista e, contemporaneamente, neodesenvolvimentista hegemônica no país.

A análise de aspectos históricos, econômicos e sociais de Guarapuava serve de subsídio para pensar as relações políticas estabelecidas localmente. Silva (2005), em seu estudo sobre a formação de um território conservador de poder, registra que o poder político em Guarapuava se constitui por uma mescla de grupos político-econômico-familiares, com características tradicionais de dominação. O que vincula a política local a grupos que se unem por meio de uma liderança, optando muito mais pelas pessoas do que pelas instituições, como os partidos políticos.

Essa característica remonta à histórica formação do território nacional, a qual se expressa em âmbito local através da concessão de sesmarias que deram origem às posteriores propriedades rurais da região e, contemporaneamente, descendentes de famílias da cidade possuem terras advindas desse processo. Famílias que tradicionalmente ocupam posições de poder econômico e político no município.

⁴⁰ O Cadastro Único para Programas Sociais reúne informações socioeconômicas das famílias brasileiras de baixa renda – aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. No entanto, é importante registrar que a pobreza, enquanto categoria multidimensional, não pode ser medida levando em conta apenas fatores relacionados à renda. Os dados apresentados neste estudo servem de pano de fundo para um retrato da condição socioeconômica do município com a finalidade de subsidiar a análise das relações sociopolíticas que se estabelecem a partir dessas características.

Ou seja, a constituição histórica procedente de formas sociais mais arcaicas, com fortes tradições rurais (áreas pecuaristas e agrícolas pouco modernizadas ou modernizadas recentemente) se sustenta por meio de relações políticas conservadoras.

É nesse jogo político de contradições, conflitos e uniões que se destacam os grupos do poder político local. São as ideologias e as demagogias de um processo que, apesar de democrático no sentido do direito de escolha, demonstra condutas do individualismo, do poder pessoal e de um grupo em detrimento da grande maioria. [...] com a proeminência do traço pessoal sobre as disposições estatutárias, bem como sobre as de caráter ideológico (SILVA, 2005, p. 183).

Tratam-se de elementos vinculados ao poder político local que explicitam as contradições e disputas entre os principais grupos políticos que interferem no desenvolvimento do município. Pois, a permanência no poder depende da manutenção e não da mudança da estrutura existente.

Sendo assim, configura-se um território conservador de poder na medida em que este é apropriado por grupos político-econômicos hegemônicos conservadores. Sendo assim, as relações políticas locais se baseiam em práticas clientelistas, marcadas pela personificação do poder, com baixa mediação das instituições e com o direcionamento de se preservar a “ordem” estabelecida (SILVA, 2005).

Tais elementos se somam à interpretação gramsciana de Estado e sociedade civil na medida em que expressam seu caráter de interdependência no processo de conquista da hegemonia e de elaboração de consensos por meio das instituições privadas localizadas na sociedade civil, as quais desempenham a função de produtoras e reprodutoras das relações sociais, subsidiando a manutenção de determinantes estruturais.

Do mesmo modo, os condicionantes locais são formados pelos condicionantes nacionais no que diz respeito à construção democrática no país, evidenciando no contexto local a disputa de diferentes projetos políticos manifestos nas várias formas de relacionamento estabelecidos entre Estado e sociedade civil na contemporaneidade.

Por isso, aprofundar a investigação acerca da configuração e do conteúdo político expresso pelas organizações civis em Guarapuava se alia a uma perspectiva de superar visões generalizantes e homogeneizadoras da sociedade civil. No sentido de empreender análises que possibilitem elaborar sínteses geradoras de novos direcionamentos prático-políticos. Além disso, o contexto ampliado se constitui em

fundamento para a configuração organizacional da sociedade civil no município, o que é desenvolvido na sequência do trabalho.

O exposto até aqui foi uma revisão conceitual do termo sociedade civil a partir de um enfoque gramsciano e de manifestações contextuais em âmbito nacional e local. Na sequência, apresenta-se a trajetória desenvolvida para delimitação do campo de pesquisa e aproximação ao objeto de estudo.

4.2 RECORTE DO CAMPO DE PESQUISA E APROXIMAÇÃO AO OBJETO DE ESTUDO: TIPOLOGIA DAS ORGANIZAÇÕES CIVIS

Na definição operacional de trabalho proposta neste estudo são articuladas premissas macro da análise estrutural gramsciana com categorias micro, trabalhadas pelos estudiosos da realidade brasileira na análise de organizações da sociedade civil. Em concordância com o argumento de que:

Por meio da análise da conjuntura política e das forças sociais presentes em certos contextos podemos observar a relação entre os **níveis macro e micro**. Este procedimento é extremamente importante na atualidade, pois com a globalização pode-se perder a perspectiva da **microanálise** do social e se olhar apenas para as grandes transformações nas macroestruturas – sociais, econômicas, políticas, etc. (GOHN, 2006, p. 254 – *grifo nosso*).

De uma concepção ampla de sociedade civil – em Gramsci – parte-se para uma aceção mais específica, referente ao que neste estudo tem sido chamado de *organizações da sociedade civil* – constituidoras de um universo vasto e heterogêneo. O que interessa para esta pesquisa em termos de aproximação com o objeto de estudo é a possibilidade de investigar questões relativas ao papel desempenhado pelos segmentos organizados da sociedade civil e sua relação com a democracia em Guarapuava.

As organizações civis compõem um contexto de processos político-sociais na medida em que são expressões de potenciais da sociedade civil, espaços coletivos não-institucionalizados que se situam na esfera pública não-governamental, ou não-estatal (GOHN, 2006). Ou ainda, nas palavras de Sobotka (2002), as organizações civis seriam o lado formal da esfera pública.

As relações entre sociedade civil e democracia são vistas como constitutivas de processos de fortalecimento mútuo e interdependente. De acordo com Lüchmann (2011), há certo consenso na literatura sobre a contribuição das organizações civis para

a qualificação da democracia. Pois, além de mobilizarem forças em prol de interesses e direitos individuais, preencheriam, de forma substantiva, requisitos considerados fundamentais para o estabelecimento de uma sociedade democrática. Potencial que se manifesta, por exemplo, na defesa de demandas de grupos mais vulneráveis e excluídos; no caráter pedagógico da promoção de processos de educação política; na denúncia de relações de poder; ao promover e ocupar os espaços de cogestão de políticas públicas, enriquecendo as bases da participação e da representação política nas democracias contemporâneas.

Silva (2006) segue a mesma linha de raciocínio acerca dos diversos enfoques de análise da construção democrática que enfatizam a relação positiva entre organização societária e democratização. Sendo o potencial dessa organização manifesto na contribuição pedagógica ao exercício da cidadania; na possibilidade de expressão pública de representações e interesses sociais; no controle e orientação da ação estatal; por meio do desenvolvimento de relações de confiança e envolvimento coletivo; por exemplo. As organizações sociais desempenhariam, desse modo, um papel intrinsecamente positivo para a democracia.

Contudo, nem todas as organizações promovem, a todo tempo, essas características. O problema de abordagens homogeneizadoras e normativas da sociedade civil é o de apontar efeitos democráticos onde eles não existem. O reconhecimento de que diferentes tipos de organizações podem gerar distintos efeitos democráticos evita a expectativa de que a mesma organização combine todas as virtudes por vezes atribuídas à sociedade civil. Em vez disso, organizações que desempenham um tipo de função podem, por razões variadas, não conseguir desenvolver outras. “Algumas são importantes para o exercício da governança, outras para desenvolver habilidades cívicas ou de resistência e assim por diante” (LÜCHAMNN, 2014, p. 173).

Revela-se, então, a importância de superar apreensões essencialistas e unificadoras da sociedade civil e percebê-la como espaço de diversidade, de relações de poder e de conflitos, onde se encontram e intervêm sujeitos de diversas orientações e intencionalidades e que mantêm diferentes relações com a democracia (SILVA, 2006).

Num campo complexo e plural, as organizações desempenham distintas atividades e funções – assumem diversas formas e expressam diferentes conteúdos. Dessa maneira, é necessário distinguir as múltiplas contribuições democráticas que podem exercer (LÜCHMANN, 2011). Pois, ao generalizar a atuação das organizações

da sociedade civil, incorre-se no risco de, além de constatar efeitos democráticos onde eles não existem, também não considerar contribuições à democracia em organizações que são descartadas, *a priori*, em função de perspectivas teóricas e ideológicas (LÜCHAMNN, 2014).

Em síntese, as variadas organizações da sociedade civil podem provocar efeitos similares por razões e meios distintos, além de também gerarem efeitos não democráticos. No universo organizacional da sociedade civil, manifestam-se inegáveis desigualdades, conflitos e relações de poder. Práticas dedicadas à participação política e aparentemente democráticas podem mascarar, em nome do interesse geral ou do bem comum, interesses antidemocráticos. “Os riscos de manipulação e de monopolização em função de recursos vinculados a dinheiro, poder e prestígio são constitutivos dessa complexidade social” (LÜCHMANN, 2014, p. 173).

Neste ínterim, adquirem lugar de destaque as diversas possibilidades de organização da sociedade civil no atual contexto de estruturação política do país. A partir do rearranjo democrático pactuado na Constituição Federal de 1988, é possível se organizar e se expressar, no âmbito da sociedade civil, de maneiras diferentes. Dentre as quais podem-se citar movimentos sociais, associações e fundações das mais diversas, o heterogêneo universo das Organizações Não Governamentais, fóruns, organizações populares, entidades assistenciais, dentre outras possibilidades.

Soma-se a essa pluralidade de formas uma complexidade relativa ao conteúdo expresso – em termos de democracia – pela sociedade civil brasileira, marcada por características como clientelismo, autoritarismo, heteronomia ante atores políticos e governamentais, etc. Particularidade que problematiza uma vinculação natural e direta entre organização civil e democratização (SILVA, 2006). Daí a importância de analisar e especificar, no interior desse campo complexo e plural, os diferentes tipos de organizações civis e seus distintos (e muitas vezes contraditórios) efeitos democráticos.

Tendo em vista os benefícios democráticos produzidos ou potencialmente existentes nas organizações civis, o que se propõe é analisar este tema de forma mais detalhada empiricamente, superando generalizações homogeneizadoras, normativas e, por vezes, fetichizadas acerca da sociedade civil.

O percurso desta pesquisa impôs, portanto, a necessidade de caracterizar o universo organizacional da sociedade civil em Guarapuava para, a partir dele, identificar

e explorar analiticamente as práticas das organizações e suas relações com a democracia.

A necessidade de caracterização das organizações da sociedade civil com relação ao conteúdo de suas práticas gerou uma questão teórico-metodológica correspondente à tipologia/classificação⁴¹ das organizações. Para tanto, foi elaborada uma tipologia própria para classificação das organizações, que anseia atender aos propósitos da pesquisa. Tal esforço empreendido se dá a partir de uma reflexão fundamentada em categorias que emergiram de manifestações concretas das próprias organizações no contexto local do município de Guarapuava, aliada aos estudos realizados por Teixeira (2008) e Sobotka (2002).

A elaboração de uma tipologia das organizações tem o objetivo de possibilitar um recorte neste campo complexo e plural, de modo que seja possível analisar sua maior ou menor potencialidade de promover distintos efeitos democráticos, identificando diferenças substantivas entre elas.

Para tal procedimento de pesquisa recorre-se ao pressuposto gramsciano quando reflete sobre a ciência e o método científico:

O equívoco em torno dos termos ‘ciência’ e ‘científico’ nasceu do fato de que elas assumiram seu significado a partir de um grupo determinado de ciências, precisamente das ciências naturais e físicas. Chamou-se de ‘científico’ todo método que fosse análogo ao método de pesquisa e de exame das ciências naturais, transformadas em ciências por excelência, as ciência-fetice. Não existem ciências por excelência e não existe um método por excelência, ‘um método em si’. **Toda pesquisa científica cria para si um método adequado, uma lógica própria, cuja generalidade e universalidade consiste apenas em ser ‘conforme ao fim’** (GRAMSCI, 2006, p. 234 – *grifo nosso*).

O foco deste estudo está em pesquisar organizações da sociedade civil que tenham um caráter de ação política, que criam e desenvolvem um campo político de forças sociais na sociedade civil, ainda que não necessariamente, ou imediatamente, contribuam para o aprofundamento de uma democracia substantiva.

Nesse contexto, identificam-se organizações que politizam demandas socioeconômicas, políticas e/ou culturais, e, em um contraponto, também organizações

⁴¹ Muitos estudos em que seus autores se dedicaram ao estabelecimento de tipologias de segmentos organizacionais da sociedade civil podem ser citados. No campo dos movimentos sociais: Lavalle (2006); Sobotka (2002); Teixeira (2008); Gohn (2006; 2008; 2009). No campo das ONGs: Scherer-Warren (1994; 1996); Petras (2000); Teixeira (2000); Landim (1993); Boschi (1987) – para pautar alguns. A fim de atender ao objetivo da pesquisa, foi elaborada uma tipologia própria para categorização das organizações da sociedade civil em Guarapuava, que permitisse análise em termos de construção democrática.

que se relacionam de forma submissa com o Estado, de modo que as práticas desenvolvidas atendem a objetivos mais imediatos e pontuais.

A leitura gramsciana é a de que a universalização do interesse particular de uma classe para o conjunto da sociedade (transmutado em interesse geral) acontece por meio da hegemonia conquistada por uma dominação duplamente constituída pela coerção (operacionalizada no âmbito da sociedade política) e do consenso (na esfera da sociedade civil). O significado político/conteúdo das práticas desenvolvidas pelas organizações civis é estabelecido a partir da função que elas têm enquanto “aparelhos privados de hegemonia” no processo de elaboração de consensos.

Sendo assim, em Gramsci (2002), é possível considerar a democracia enquanto procedimento indispensável em processos de disputa pela hegemonia. E, para a construção de uma “sociedade regulada”, nas palavras do autor, é preciso superar a concepção liberal minimalista de democracia, aprofundando seu significado substantivo. O movimento deve ocorrer no âmbito da sociedade civil para, progressivamente, tomar espaço na sociedade política e se tornar hegemônico – ser dirigente antes de passar a ser dominante e, depois, ser dominante, mas continuar como dirigente.

Diante das várias formas de organizações civis existentes na contemporaneidade, no contexto brasileiro, os indicadores do caráter das organizações, neste estudo, se relacionam: a) aos objetivos a que se propõem e b) ao tipo de prática desenvolvida.

A partir desta classificação espera-se que seja possível diferenciar organizações e submetê-las a uma crítica a respeito da contribuição delas para a democracia, retirando o foco da classificação das organizações a partir de sua forma jurídica para colocá-lo na efetiva atuação dos agentes inseridos em seu contexto social específico. O Quadro 2 apresenta a categorização elaborada, que classifica as organizações em fins públicos, fins coletivos e de fins mútuos e de autoajuda.

QUADRO 2 – Tipologia das organizações civis

Organizações civis de fins públicos	Inclui-se a grande maioria das ONGs de serviço, ONGs de movimentos sociais defensores de interesses difusos ou de ações representativas, algumas fundações, parte importante da filantropia empresarial, eclesial e privada, associações de moradores, associações socioambientais, dentre outras.
Organizações civis de fins coletivos	Inserem-se determinadas formas de cooperativas, sindicatos, associações de classe, grupos formalizados de interesses, associações profissionais, associações esportivas, associações de produtores; associações empresariais; organizações de economia solidária; associações educacionais; associações Culturais/Artísticas.
Organizações civis de fins mútuos e de autoajuda	Abarca grupos de autoajuda, associações mutualistas, associações recreativas e boa parte da filantropia empresarial e eclesial, na medida em que projetam sobre os destinatários a expectativa de atitudes responsivas.

Fonte: SOBOTKA (2002); TEIXEIRA (2008).

Organização: A autora.

A diferenciação das organizações a partir dos seus objetivos as classifica de acordo com o significado político das suas práticas⁴². As organizações civis de *fins públicos* seriam aquelas que desenvolvem ações que extrapolam o universo imediato dos sujeitos que as compõem, que de alguma forma politizam ações mediatas relacionadas à noção de interesse público. Enquanto as organizações civis de *fins coletivos* e de *fins mútuos* reproduzem práticas voltadas para o atendimento de interesses dos sujeitos que as compõem, de forma mais restrita e imediata. Por isso, neste estudo, o critério de classificação para análise será com relação às organizações civis de fins públicos, tendo em vista o objetivo de analisar perspectivas de construção democrática.

Ressalta-se que, embora nenhuma classificação seja capaz de responder à multiplicidade de atividades que, em geral, as organizações realizam, a categorização proposta objetiva construir um modo de descrição do social que apreenda as organizações da sociedade civil de maneira ampla, considerando sua diversidade e que,

⁴² Entendendo que são as práticas desenvolvidas que possibilitam caracterizar a identidade das organizações, para além de seus objetivos formalmente declarados.

ao mesmo tempo, contemple o recorte proposto relativo ao caráter democrático da sociedade em suas relações com o Estado (TEIXEIRA, 2008).

Essa gama de possibilidades de organização configura um contexto de relações complexas estabelecidas na tríade Estado/mercado/sociedade civil que possibilitam identificar o conteúdo político das ações desenvolvidas. Esferas nem sempre passíveis de distinção imediata, pois articuladas organicamente no sócio metabolismo da realidade cotidiana.

Adotar uma perspectiva relacional na análise da sociedade civil possibilita o rompimento com noções de uma “natureza” preestabelecida e coloca a necessidade de analisar, em cada configuração empírica específica, como a sociedade civil se constitui na e pela relação com outras dimensões da realidade social. O que implica a rejeição de que existiria uma sociedade civil de características pré-definidas, mas sim assumindo diferentes configurações, expressando características específicas e, até mesmo, contraditórias (SILVA, 2006, p. 160).

No âmbito das relações estabelecidas entre organizações da sociedade civil com o Estado, citam-se as possibilidades de financiamento por meio de convênios e isenção de impostos; a inserção em mecanismos institucionalizados de democracia participativa, como os conselhos e conferências; ou ainda a participação política não institucionalizada, exercida na forma de reivindicações de movimentos sociais, por exemplo.

Nas relações da sociedade civil estabelecidas com o mercado, identificam-se as formas de filantropia empresarial (ações relacionadas à responsabilidade social empresarial). Formas de apoio/financiamento de ações de organizações da sociedade civil utilizadas, muitas vezes, como ferramenta de gestão empresarial, *marketing* social e também de isenção de impostos.

Somam-se a este contexto as relações estabelecidas no âmbito da própria sociedade civil, com demais organizações, no sentido de vínculos de solidariedade social, convergência ou oposição de projetos ideo-sócio-políticos.

Ao considerar o pressuposto de que a sociedade civil se constitui enquanto espaço privilegiado de construção de laços de uma cidadania autenticamente democrática, orientada para a instituição de formas de sociabilidade igualitárias (TEIXEIRA, 2008), traçar um panorama da configuração da sociedade civil – conhecer seu *modus operandi* – e analisar o conteúdo político das práticas que desenvolve é

fundamental para se pensar o contexto de um país democrático. Isso porque a realidade de uma democracia substantiva, que supere o procedimento operacional e alcance efetividade na diluição do poder relativo à vida comum, demanda por uma sociedade civil instrumentalizada para tanto.

Sem perder de vista o argumento de que não há uma relação unívoca entre sociedade civil e construção democrática. Ao contrário, ela é singularizada conforme distintos contextos locais analisados, os quais, ao longo de sua trajetória, constituíram configurações específicas nas quais e pelas quais se definem as relações entre os agentes da sociedade civil e a democratização da esfera pública (SILVA, 2006).

Além disso, é preciso considerar que há diferenças substantivas nos impactos democráticos das organizações civis. Para Lüchmann (2014, p. 173), “[...] tendo em vista a variedade deste fenômeno, os potenciais benefícios democráticos das associações necessitam ser testados empiricamente, considerando-se seus diferentes contextos sociais”, por meio da análise da variação de seus efeitos democráticos, ou ainda, do *conteúdo* político que expressam.

Retomar os fundamentos do conceito teórico de Estado e sociedade civil traz à tona uma pluralidade de interpretações diante do esforço de refletir sobre a realidade social contemporânea, a partir dos referenciais clássicos da filosofia política moderna. Fundamentação clássica que influencia as diferentes formas de pensar as relações sociopolíticas na contemporaneidade.

O debate acerca da imprecisão/indefinição de alguns conceitos, como ONGs, “terceiro setor” e esfera pública, por exemplo, evidencia a necessidade de definir e conceituar um conjunto de fenômenos que assumem a forma de organizações da sociedade civil – conforme trabalhado no capítulo anterior.

A fundamentação teórica de Estado e sociedade civil em Gramsci pressupõe a impossibilidade de considerar essas esferas como separadas uma da outra. Isso significa interpretar o Estado como permeado pela disputa de interesses presentes na sociedade civil, ou ainda, pela própria sociedade civil. Significa, além disso, compreender a sociedade civil como uma esfera de manifestação não apenas de interesses privados e particularistas, mas também como *locus* de formação dos consensos necessários à manutenção do pacto social, como promotora da legitimidade do poder estatal, e como potencial espaço de elaboração de novos consensos.

O cenário político brasileiro tem demonstrado a importância do debate sobre a relação Estado/Sociedade Civil, dos pactos sociais – que precisam ser pensados e reformulados a partir das vocalizações e expressões da sociedade civil – argumento que pode ser reforçado se citadas as manifestações em massa desencadeadas em junho de 2013. E, com o intuito de aprofundar as análises acerca da formação democrática brasileira, este estudo se dedica à problematização a respeito do que permanece no organismo social e político para além dos momentos imediatos de manifestações públicas.

Ao considerar a sociedade civil o conteúdo ético do Estado, o argumento gramsciano defende a elevação moral e intelectual da sociedade civil, para que assim esteja instrumentalizada para ocupar espaços e operar processos de transformação na esfera estatal e, conseqüentemente, na sociedade como um todo.

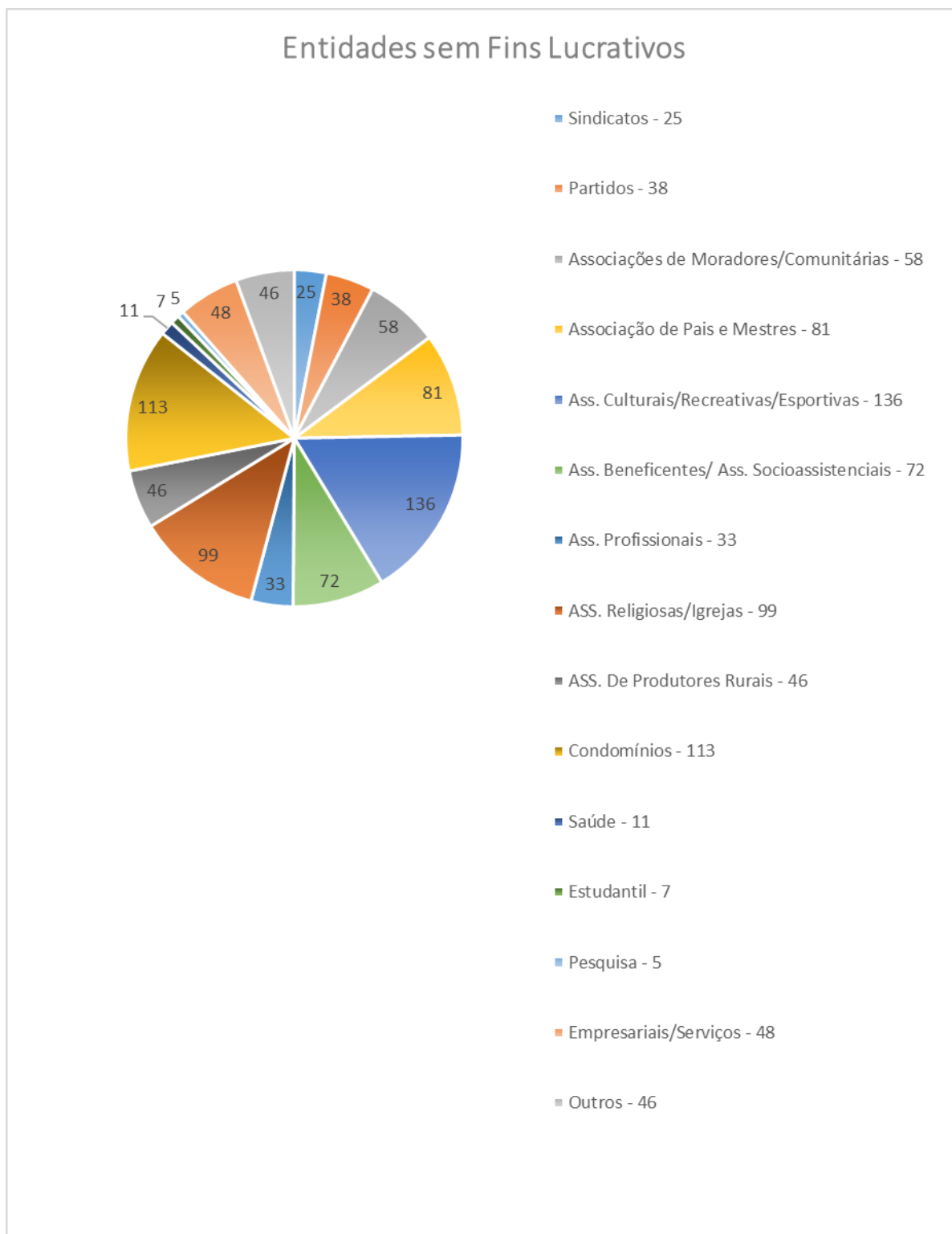
4.3 CONFIGURAÇÃO DO UNIVERSO ORGANIZACIONAL DA SOCIEDADE CIVIL EM GUARAPUAVA – A *FORMA*

4.3.1 Panorama da organização civil e amostra da pesquisa

A partir do caminho trilhado de sucessivas aproximações ao objeto de estudo e de recorte do campo de pesquisa foram coletados dados empíricos⁴³. A fim de atender ao objetivo do estudo, bem como seguir a metodologia proposta, a primeira fase de aproximação com o universo empírico se deu através de dados disponibilizados pelo Cadastro de Pessoa Jurídica da Receita Federal, a partir do qual se contabilizou um quantitativo de 818 registros de entidades sem fins lucrativos em Guarapuava, ilustrado no Gráfico 3.

⁴³ Alguns dos dados apresentados foram coletados com o auxílio da equipe do Projeto de Extensão “Democracia e controle social: perspectivas e vivências no município de Guarapuava-PR” – ligado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), o qual tinha como objetivo desenvolver ações de fortalecimento do controle social exercido pela sociedade civil no município.

GRÁFICO 3 – Entidades sem fins lucrativos



Fonte: Cadastro de Pessoa Jurídica da Receita Federal
Organização: A autora.

O Gráfico 3 permite visualizar a diversidade de expressões de organizações civis, tendo um quantitativo bastante expressivo de associações de pais e mestres; associações

culturais/recreativas/esportivas; associações religiosas/igrejas; e condomínios. Como o objeto da pesquisa se circunscreve a organizações civis de fins públicos, essa listagem de entidades sem fins lucrativos serviu como uma primeira aproximação ao universo da pesquisa.

A organização/agregação dos dados seguiu a identificação conforme consta no Cadastro de Pessoa Jurídica da Receita Federal, sem detalhamentos sobre quais entidades de fato são ativas ou, ainda, qualificações relativas a objetivos e práticas desenvolvidas. Por isso, a necessidade metodológica de agregar outras fontes de dados.

Na sequência do processo investigativo, foi utilizada a técnica “bola de neve” para, a partir da manifestação empírica, identificar quais organizações atuam no município. A definição das organizações pesquisadas não se deu *a priori*, mas empiricamente a partir de informações obtidas junto a instituições locais, como a Câmara Municipal de Vereadores (por meio das leis de Utilidade Pública Municipal), a Secretaria dos Conselhos (entidades cadastradas nos conselhos municipais) e dados do Instituto GRPCOM (relação de ONGs cadastradas)⁴⁴. Tais informações serviram como ponto de partida para delimitação do universo organizacional da sociedade civil no município. Informações básicas das instituições foram registradas por meio de um formulário de cadastro (APÊNDICE A) e estão organizadas no Quadro 3, classificados conforme a auto identificação no momento da realização do cadastro.

⁴⁴ O acesso às leis municipais de Utilidade Pública é disponibilizado na página da Câmara de Vereadores de Guarapuava (endereço eletrônico: <http://www.guarapuava.pr.leg.br>). E as informações obtidas junto à Secretaria dos Conselhos e ao Instituto GRPCOM foram fornecidas por funcionários, no ano de 2015.

QUADRO 3 – Organizações identificadas na etapa “bola de neve”

Segmento	Nome
ONGs	Caritas Socialis
	Instituto Educacional Dom Bosco
	Centro de Nutrição Renascer
	Centro Educacional João Paulo II
	Instituto GRPCOM
	Observatório Social de Guarapuava
	Associação Canaã de Proteção aos Menores
	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Guarapuava (APAE)
	Associação Beneficente das Senhoras de Entre Rios (ABSER)
	Associação Centro-Oeste do Paraná de Estudo e Combate ao Câncer (ACOPECC)
	Associação de Apoio às Famílias com Hanseníase (A.F.H.)
	Serviço de Obras Sociais Ayrton Haensch (SOS)
	Sociedade de Proteção aos Animais de Guarapuava (SPAG)
	Albergue Noturno Frederico Oganamn
	Instituto Amanhecer Sem Fome (IASF)
	Associação de Estudos, Pesquisas e Auxílio aos Portadores de Alzheimer (AEPAPA)
	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos de Guarapuava
	Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava ADFG
	Associação de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Humano Outro Olhar
	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais de Guarapuava (APADEVI)
	Projeção – Projeto Jovens em Ação
	Associação Canaã
	Associação de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Humano Outro Olhar
	TOTAL: 24
Associações de Moradores	União Guarapuavana das Associações de Moradores – UGAM
	Associação de Moradores Jardim das Américas
	Associação de Moradores Bairro Morro Alto
	Associação Comunitária da Vila Paz e Bem
	Associação de Moradores Bairro Primavera
	Associação de Moradores do Residencial 2000
	Associação de Moradores do Cristo Rei (SANCREI)
	Associação de Moradores do Bairro Santana
	Associação de Moradores Vila São João
	Associação de Moradores Tancredo Neves
	Associação Comunitária Boqueirão
	Associação de Moradores Núcleo Morar Melhor

Segmento	Nome
	Associação de Moradores Parque das Árvores e Vila Bom Jardim
	Associação Comunitária Jardim Esperança
	Associação Comunitária Vila Operária
	Associação de Moradores da Vila Mattos Leão
	Associação de Moradores Rouxinol
	Associação de Moradores Entre Rios
	Associação de Moradores do Núcleo Santa Cruz
	Associação de Moradores Tupinambá
	Associação de Moradores da Vila São Miguel e São Jorge
	Associação de Moradores do Jardim Pinheirinho
	Associação de Moradores do Bairro Industrial Xarquinho
	Associação de Moradores do Bairro Alto Cascavel
	TOTAL: 24
Movimentos Sociais	Centro Missionário de Apoio ao Camponato Antonio Tavares Pereira (CEMPO)
	Movimento de Mulheres da Primavera
	Movimento de Mulheres Alto da XV
	Coletivo Feminista Cláudia da Silva
	Assembleia Nacional dos Estudantes Livre (ANEL)
	TOTAL: 05

Fonte: Formulário de Cadastro.

Organização: A autora.

O levantamento inicial elaborado a partir das informações da pesquisa documental (Cadastro Pessoa Jurídica da Receita Federal) em conjunto com os dados coletados empiricamente (*snowball*) delineia um panorama (uma “fotografia”) do universo organizacional da sociedade civil em Guarapuava – e foi o ponto de partida para identificação das organizações atuantes, bem como para seleção da amostra da pesquisa.

A classificação enquanto organizações civis de fins públicos (conforme a tipologia desenvolvida para os fins do estudo) serviu como critério de seleção para inclusão ao quadro de amostra da pesquisa, demonstrado no Quadro 4:

QUADRO 4 – Amostra da pesquisa

ORGANIZAÇÕES CÍVIS DE FINS PÚBLICOS	Nome	Ano de Fundação
	Caritas Socialis	1970
	Instituto Educacional Dom Bosco	1989
	Centro de Nutrição Renascer	1994
	Centro Educacional João Paulo II	1996
	Observatório Social de Guarapuava	2009
	União Guarapuavana das Associações de Moradores (UGAM)	1987
	Associação de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Humano Outro Olhar	2008
	Centro Missionário de Apoio ao Campesinato Antonio Tavares Pereira (CEMPO)	2007
	Movimento de Mulheres da Primavera	2004
	TOTAL: 09	

Fonte: Formulário de Cadastro.

Organização: A autora.

Registra-se que a proposta de investigar o universo de organização da sociedade civil constitui-se em um desafio na medida em que se trata de uma realidade intensamente dinâmica. Desse modo, é preciso considerar que esta pesquisa é datada temporalmente, ou seja, a realidade aqui apresentada está sujeita a alterações no tempo.

A análise acerca do ano de fundação das organizações possibilita visualizar um crescimento de instituições a partir da década de 1990, as quais, se somadas às fundadas na década de 2000, totalizam um percentual de 66%. O que pode ser diretamente relacionado com o período de redemocratização do país e ao contexto de expansão da sociedade civil brasileira e mostra que, em se tratando de um contexto local, a realidade social do município de Guarapuava seguiu a configuração nacional. O *boom* no crescimento do associativismo civil nesse período, além de expressar a retomada dos direitos políticos de liberdade associativa, corresponde também à expectativa e possibilidade de ser co-partícipe e/ou co-gestora das políticas sociais.

3.3.2 Área de atuação, objetivos e práticas desenvolvidas

Apresentam-se, na sequência, dois quadros que sistematizam: a área de atuação; e os principais objetivos declarados e práticas desenvolvidas pelas organizações.

QUADRO 5 – Área de atuação

Nome	Área de Atuação
Caritas Socialis	Política pública de Assistência Social.
Instituto Educacional Dom Bosco	Programas de assistência social em regime de apoio socioeducativo em meio aberto, incluindo atividades de educação profissional. Destinam-se a crianças, adolescentes, jovens e adultos oriundos de famílias de baixa renda, que apresentam situação de vulnerabilidade social.
Centro de Nutrição Renascer	Assistência Social com ações de segurança alimentar e nutricional.
Centro Educacional João Paulo II	Atua com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.
Observatório Social de Guarapuava	Controle Social.
UGAM	Luta por direitos, participação, mobilização.
CEMPO	Apoio articulador dos movimentos do campo aos movimentos sociais. Trabalha com três eixos: Movimentos históricos (MST); Agroecologia; e Comunidades tradicionais.
Movimento de Mulheres da Primavera	Atua em defesa dos direitos das mulheres, seu protagonismo e emancipação. Reivindicam políticas públicas para as mulheres no município, como creches, combate à violência e participação política.
Outro Olhar	Atividades de Associações de Defesa de Direitos Sociais. Atuação com a questão indígena.

Fonte: Formulário de Cadastro.

Organização: a autora.

O traço comum entre todas as organizações, no que diz respeito à área de atuação, é a vinculação à defesa de direitos sociais, dentre os quais podem ser nominados o direito à assistência social, à segurança alimentar e nutricional, de crianças e adolescentes, das populações urbanas e rurais, de mulheres e população indígena. Mesmo o Observatório Social, que se vincula mais explicitamente à defesa do direito à participação política, não se desloca da questão dos direitos sociais, pois o que propõe em suas ações é o controle social democrático de políticas públicas.

A organização civil em torno da defesa de direitos sociais é característica do momento histórico em que estão inseridas. Após a democratização do país, com o reestabelecimento das liberdades civis e institucionalização democrática, o foco das mobilizações populares incide sobre a questão da desigualdade social e a tentativa de estruturação de um Estado Social, conforme pactuado na Constituição Federal de 1988.

Nota-se, contudo, uma distinção com relação à forma de atuação nessas áreas, relacionada à natureza das organizações no que diz respeito à prestação de serviços. Dentre

aquelas que oferecem serviços socioassistenciais (Caritas Socialis, Instituto Educacional Dom Bosco, Centro de Nutrição Renascer e Centro Educacional João Paulo II), a política social de inserção que predomina é a de Assistência Social.

São os contornos de um cenário de organizações civis criadas e mobilizadas enquanto prestadoras de serviços socioassistenciais. Constituem-se em organizações privadas, sem fins lucrativos, que são inseridas no âmbito das políticas sociais e desempenham uma forma particular de *participação* da sociedade civil – que ocorre por meio da execução de serviços no âmbito das políticas sociais.

Esta configuração de organizações civis prestadoras de serviços no âmbito das políticas sociais ocorre em função da forma de estruturação da proteção social brasileira. A CF/88 traz consigo mudanças no paradigma da proteção social no país, a qual, pela primeira vez em sua história, passa a ser considerada um direito de cidadania e dever do Estado. Contudo, também se define que a proteção social não é uma função exclusiva estatal e, em um contexto de hegemonia de uma perspectiva neoliberal de Estado e sociedade civil, as ações na área da proteção social são diluídas entre ações públicas governamentais/estatais e ações públicas não governamentais/civis.

Especificamente no campo da Assistência Social, a não exclusividade de atuação do Estado é bastante característica em função da particularidade histórica dessa área, marcada pela filantropia religiosa e pelo voluntariado, além de estar na raiz de relações da cultura política, como o assistencialismo e o clientelismo.

Mas, nem todas as organizações civis, em função de sua natureza, são prestadoras de serviços. Há as que desenvolvem ações de mobilização, organização, fortalecimento, educação para a cidadania – desempenhando outras formas de *participação* sociopolítica, de ações mais combativas de luta por direitos de segmentos subalternizados da sociedade. É o caso do Observatório Social de Guarapuava, do Movimentos de Mulheres da Primavera, da Associação Outro Olhar, da UGAM e do CEMPO.

Vale ressaltar que as áreas de atuação não são exclusivas, ou seja, organizações que atuam como prestadoras de serviços no âmbito da política de Assistência Social também desenvolvem ações de mobilização popular em defesa de direitos de grupos subalternos, por exemplo.

QUADRO 6 – Objetivos declarados e principais práticas desenvolvidas

Organização	Objetivos	Práticas desenvolvidas
Caritas Socialis	Oportunizar um espaço de acolhida para crianças e adolescentes e suas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e risco pessoal e social, através de ações individuais, coletivas e de atendimento/acompanhamento sócio familiar, visando à prevenção, promoção, defesa do direito da criança e do adolescente e à convivência familiar e comunitária e, ainda, assessorar e capacitar de forma continuada lideranças e grupos comunitários, criando a abertura de espaços e oportunidades para o exercício da cidadania ativa e fortalecimento da organização, autonomia e protagonismo do usuário.	Proteção Social Básica: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos dos diversos ciclos de vida, dos 6 anos à terceira idade e intrafamiliar. Oficinas de identificação de habilidades para o mundo do trabalho. Assessoramento técnico, político, administrativo e financeiro à Pastoral da Criança, com planejamento temático específico.
Instituto Educacional Dom Bosco	Acolher crianças, adolescentes e jovens, envolvendo suas famílias e a comunidade, buscando a promoção e formação integral, com ênfase na formação humana, profissional, social e ético-político. Oportunizar o acesso a diferentes formas de expressão cultural, visando à ampliação do seu universo de informações e contribuindo integralmente para o seu processo de desenvolvimento.	Incentivo à educação profissional juvenil; promoção ao protagonismo familiar; profissionalização de adultos e aprendizes.
Centro de Nutrição Renascer	Prestar apoio sociofamiliar às famílias e promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das crianças, prioritariamente na faixa etária de 0 a 6 anos. Promover ações e serviços para atendimento e prevenção de sequelas decorrentes da deficiência mental e do atraso de desenvolvimento neuropsicomotor em crianças de 0 a 6 anos, visando à reabilitação e habilitação; capacitar e assistir as famílias das crianças atendidas, na busca da garantia de uma alimentação saudável e um padrão nutricional satisfatório.	Atendimento de crianças em situação de insegurança alimentar e nutricional, oriundas de famílias em situação de extrema pobreza. O serviço fornece atendimento pediátrico, a fim de evitar estados de desnutrição e amenizar quadros de insegurança alimentar e nutricional que venham a causar riscos futuros ao desenvolvimento da criança. Desenvolve ações de educação alimentar e nutricional; de promoção e apoio sócio familiar, através de encontros formativos e cursos profissionalizantes; serviços de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e prevenção de situações de exclusão social e de risco, em especial a violência doméstica e o trabalho infantil; ações de capacitação profissional; oferta de cursos de informática para adolescentes, cujas famílias se encontram em

Organização	Objetivos	Práticas desenvolvidas
		situação de vulnerabilidade social; atendimento às crianças com Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (autismo); serviços de reabilitação social da criança com deficiência na comunidade.
Centro Educacional João Paulo II	Promover e desenvolver atividades culturais, educacionais, esportivas e assistenciais, de caráter preventivo, protetivo e proativo às crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social e pessoal.	Realiza suas atividades conforme os objetivos da Proteção Social Básica, na prevenção de situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. As ações destinam-se à população que se encontra em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário acesso aos serviços públicos e da fragilização dos vínculos afetivos.
Observatório Social de Guarapuava	Atuar como organismo de apoio à comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e à qualidade dos serviços prestados.	Desenvolve ações de controle social por meio do monitoramento das licitações (prioridade editais da saúde e educação); monitoramento legislativo (acompanhamento das sessões da câmara e tabulação das proposições); desenvolve ações de educação fiscal em escolas; e participa nos conselhos municipais de saúde, Concidade e de segurança alimentar e nutricional.
UGAM	Fortalecer as associações de moradores do município.	Levantamento de demandas da comunidade e encaminhamento para poder público; assessoramento das associações de moradores; participação de conselhos municipais.
CEMPO	Articular os movimentos sociais do campo; contribuir para formação, análise de conjuntura; promover agendas coletivas.	Potencializa espaços para encontro e troca de experiências entre movimentos sociais do campo.
Movimento de Mulheres da Primavera	Promover a emancipação das mulheres nas esferas financeira, emocional e política, com foco no equilíbrio de gênero na sociedade.	Realiza anualmente a Romaria da Mulher, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, como um ato de denúncia das necessidades e opressão das mulheres, e o anúncio de que um mundo com equilíbrio de gênero é possível. Realiza também o Encontro das Mulheres que Lutam e Sonham como um espaço de formação feminista. Articula na cidade a Campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência de gênero”, que movimenta diversas entidades, organizações, poder público e imprensa.

Organização	Objetivos	Práticas desenvolvidas
		Além disso, as integrantes têm formação contínua em política, direitos das mulheres, violência doméstica e familiar, autonomia feminina, saúde, autoestima e desenvolvimento pessoal.
Outro Olhar	Desenvolver, implantar, coordenar, executar e apoiar projetos, programas, convênios, planos de ações que visem ao desenvolvimento integral de pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade social. Tendo como missão promover o desenvolvimento humano através da interação social, cultural e econômica de comunidades indígenas e não indígenas utilizando os princípios da ecologia social.	Projetos de educação popular. Projetos de geração de renda (linha de óleos essenciais de plantas medicinais, artesanato). Projetos de organização social (Rede Solidária Popyguá, realização de grupos solidários tratando de temas transversais, como uso de álcool e drogas, violência, questões culturais, apoio aos jovens). Todas as ações realizadas incentivam a busca pela autonomia, a produção para autoconsumo, a geração de renda, o resgate cultural, a preocupação com o meio ambiente, formação e capacitação, embasadas pelos princípios da ecologia social, que considera o ser humano como um todo, no meio em que está inserido. Além disso, incentiva o uso das tecnologias de comunicação e informação como forma de expressão da cultura e da realidade das comunidades, com o propósito de criar espaços de discussões e difusão dos fatos e acontecimentos locais para o restante do mundo.

Fonte: Formulário de Cadastro.

Organização: A autora.

Uma síntese das práticas desenvolvidas aliada aos objetivos declarados pelas organizações é necessária ao se partir do entendimento de que se tratam de informações complementares. Isso fundamentado no pressuposto de que o repertório de atuação de uma organização não pode ser definido apenas pela declaração de seus objetivos, mas também pelas práticas que efetivamente desenvolve.

De modo geral, nota-se que o relato das práticas desenvolvidas pelas organizações alinha-se aos objetivos propostos e podem ser agregados em:

- *Objetivos e práticas socioeducativas*: educação para a cidadania; formação humana, profissional, social e ético-política; acesso a diferentes formas de expressão cultural; ações de educação fiscal; ações de formação feminista; projetos de educação popular com povos indígenas.
- *Objetivos e práticas socioassistenciais*: acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e suas famílias; promoção de melhoria da qualidade de vida de crianças em situação de insegurança alimentar e nutricional; serviços de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; serviços de reabilitação social de crianças com deficiência na comunidade.
- *Objetivos e práticas de geração de renda*: promoção de autonomia e inclusão social; oficinas e cursos de profissionalização; projetos de geração de renda com povos indígenas.
- *Objetivos e práticas de organização social/participação política*: acompanhamento da execução de serviços públicos, ações de controle social; fortalecimento de outras organizações, como associações de moradores e movimentos sociais do campo; participação em conselhos de políticas públicas; levantamento de demandas da comunidade e encaminhamento para o poder público; assessoramento de associações e movimentos sociais; mobilizações em defesa da igualdade de gênero; mobilizações de combate à violência contra a mulher; projetos de organização social com povos indígenas.

A análise dos objetivos declarados e das práticas desenvolvidas também possibilitou a identificação das organizações como tendo fins públicos, coletivos ou mútuos, conforme a tipologia desenvolvida para a inclusão na amostra da pesquisa. A partir dessa aproximação com a área de atuação, os objetivos e as práticas desenvolvidas, partiu-se para uma investigação mais detalhada do *modus operandi* das organizações pesquisadas, o que está apresentado na sequência.

4.4 PERFIL DAS ORGANIZAÇÕES CIVIS GUARAPUAVANAS

O panorama delineado serviu como referência/fundamento para a etapa seguinte proposta na metodologia da pesquisa, qual seja traçar um perfil acerca da: a) forma de organização interna; b) das práticas desenvolvidas; e c) das relações estabelecidas entre si e com o Estado.

Investigar determinadas características a respeito da forma de configuração assumida pelas organizações permite superar visões generalizantes da sociedade civil, bem como extrair elementos que fazem diferença com relação à questão democrática. Considerando que as organizações diferem em seus padrões de decisão interna, na maior ou menor capacidade de inclusão de membros, nas suas relações com outras organizações e com o Estado, nas práticas que desenvolve, no escopo de suas funções e responsabilidades, etc.

A construção de marcos analíticos que permitam capturar a pluralidade do universo organizacional da sociedade civil implica na identificação de ambiguidades e limites desse campo, das desigualdades de poder e de recursos, das influências dos respectivos contextos e das relações que estabelecem com outros atores e instituições políticas, assim como identificar os efetivos e potenciais contributos democráticos de suas ações (LÜCHMANN, 2011).

3.4.1 Organização interna

Com relação à estruturação e organização interna, três não possuem sede própria: Observatório Social de Guarapuava, UGAM e CEMPO. A precariedade na infraestrutura, como a falta de uma sede, pode prejudicar o funcionamento e a inter-relação dos envolvidos, além de ser um fator que dificulta a construção da identidade, podendo afetar a qualidade das práticas desenvolvidas.

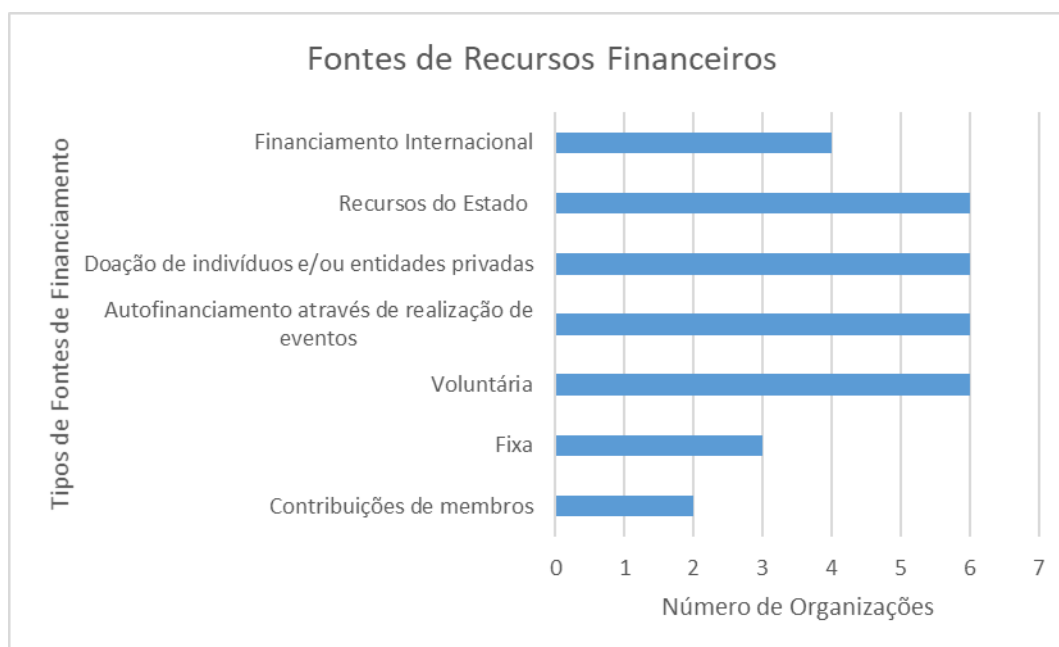
No que diz respeito à organização hierárquica, a maioria absoluta se estrutura por meio de diretorias eleitas em assembleias pelos participantes formais da organização, com mandatos que variam de 2 a 4 anos. Com exceção do CEMPO, que se organiza por meio de um colegiado formado por representantes indicados pelos movimentos articulados na organização.

Expressam uma dinâmica hierárquica com certa rotatividade de pessoas ocupando os cargos de diretoria, conforme a organização interna de cada contexto. Escolha de líderes por meio de processos decisórios coletivos e rotatividade dos ocupantes dos postos de liderança são elementos de democracia na organização interna. Importa refletir, de forma mais

qualitativa, se e de que forma essa estrutura democrática formal interna tem rebatimentos nas práticas desenvolvidas e contribui para democratização de relações que extrapolam o contexto interno (APÊNDICE D).

Com relação às fontes de recursos, nota-se que são variadas, provenientes da contribuição de membros; de forma fixa, por mantenedores mensais; e/ou de forma voluntária e esporádica. O autofinanciamento através da realização de eventos é bastante recorrente, assim como a doação de indivíduos e/ou entidades privadas. Há, ainda, menção ao acesso de recursos do Estado e de financiamento de entidades internacionais, conforme o Gráfico 4.

GRÁFICO 4 – Tipos de Fontes de Financiamento



Fonte: Questionário Perfil.
Organização: A autora.

Montaño (2014), ao contextualizar a criação das Organizações Não Governamentais no Brasil, traça uma trajetória que é marcada justamente pela questão da natureza do financiamento dessas organizações. Contextualizadas historicamente pelo desenvolvimentismo é que elas surgem e se expandem na América Latina, entre os anos 1950 e 1980. No Brasil, a partir da redemocratização, são abertas novas possibilidades de atuação à organização civil, para além dos movimentos sociais – como partidos políticos, sindicatos e ONGs as quais, nesse contexto, passam a ser portadoras dos interesses sociais, por meio da assimilação dos objetivos dos movimentos sociais.

Organismos multilaterais, como a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a OEA (Organização dos Estados Americanos) comungam a missão de organizar e promover uma “Cooperação Internacional” para o “desenvolvimento” dos países “subdesenvolvidos”. E, para elaboração de consenso e legitimidade desse processo, há a necessidade de envolvimento da população desses países, o que passa a ocorrer por meio da organização de movimentos sociais e populares. Contudo, mediante a impossibilidade de destinar recursos diretamente aos movimentos sociais e às populações, as ONGs se tornaram um dos principais destinos de recursos do capital internacional, direcionado para o financiamento de projetos desenvolvimentistas articulados às demandas sociais, políticas e até econômicas dos movimentos. “Quer dizer, as ONGs recebiam os recursos da cooperação e com eles financiavam seus projetos de ação, cujos objetivos eram importados das demandas dos movimentos sociais” (MONTAÑO, 2014, p. 67).

A esta relação ONGs/Movimentos Sociais o autor denomina de “articulação embrionária”, operada por uma dupla transferência: de objetivos dos movimentos sociais para as ONGs e de recursos das ONGs para os movimentos sociais. Articulação que sofre significativas alterações a partir da década de 1970, mediante um contexto de crise capitalista, fim do bloco socialista e transformações neoliberais. O que leva o grande capital e o imperialismo a interromperem o processo desenvolvimentista para a América Latina e focalizarem sua atenção nos países asiáticos e do leste europeu, o qual, após o fim da experiência soviética, passa a ser um destino privilegiado dos recursos internacionais.

O ‘desenvolvimentismo’ (industrial e social) na América Latina, financiado a partir da ‘Cooperação Internacional’ e processado pelos governos regionais e pelas ONGs como intermediários financeiros, articulando a participação popular mediante os Movimentos Sociais, que adicionam aos interesses do capital nesse processo, os interesses das populações subalternas, é abandonado. No seu lugar, com o redirecionamento dos recursos para o financiamento da adequação dos países da ex-URSS ao mercado ‘global’ capitalista, surge para nossa região o chamado ‘neodesenvolvimentismo’ orientado a ‘empoderar’, estimular e promover os sujeitos nas respostas aos seus próprios problemas, num processo de autorresponsabilização dos mesmos, desresponsabilizando o Estado e desonerando o capital (MONTAÑO, 2014, p. 79).

O contexto brasileiro da década de 1990 é emblemático nesse sentido. A condução neoliberal do governo FHC é de estreitamento da função social do Estado, desresponsabilizando-o da ação social, e criando, paralelamente, o Programa Comunidade Solidária, conduzido pela então primeira-dama Ruth Cardoso, e com o objetivo de promover o

crescimento do “terceiro setor”. A partir desse contexto são regulamentados, por meio de legislações, mecanismos de facilitação para criação de ONGs, bem como transferência de dinheiro público sem licitação ou controle social de sua aprovação ou destino (MONTAÑO, 2014).

Nesse processo, as ONGs se separam dos movimentos sociais e, ao romper com esse laço histórico fundamental, deixam de se orientar pelas necessidades e demandas dos movimentos para serem elas mesmas as portadoras dos interesses populares, constituídas enquanto “sociedade civil organizada” e assimilando um direcionamento neoliberal de organização societária.

Por se tratarem de organizações “sem fins lucrativos”, as organizações civis, em geral, não produzem receitas suficientes para manterem o seu funcionamento. Entre finais da década de 1950 e meados dos anos 1980, se sustentavam predominantemente com o financiamento da “Cooperação Internacional”. Contudo, com as mudanças a partir do contexto das crises capitalista e do “bloco socialista”, o financiamento para o “desenvolvimento” latino-americano diminuiu consideravelmente e foi redirecionado para os países da ex-URSS (visando à sua adequação e incorporação ao mercado capitalista mundial). Esse contexto gerou a necessidade de as organizações recorrerem a outras fontes de financiamento (MONTAÑO, 2014).

Com as alterações na política, prioridades e destino de financiamento dos órgãos internacionais, a fonte dos recursos, a partir da década de 1980, mudou substancialmente, passando de grandes entidades doadoras para pequenos e médios contribuintes. Realidade que se nota explicitamente no contexto organizacional em tela, quando observada a diversidade de fontes de financiamento. Essa variação na natureza das fontes orçamentárias gera um movimento de identificação de quem são os contribuintes, bem como o convencimento/prestação de contas acerca do bom uso dos recursos.

A captação de recursos (*fund raising*) torna-se, assim, uma atividade essencial das ONGs, passando inclusive a condicionar a orientação de sua filosofia e missão, levando a uma perda de identidade, descaracterizadora e condicionadora dos objetivos das organizações. Ou seja, com o redirecionamento do financiamento da “Cooperação Internacional”, não mais focalizado no “desenvolvimento” da América Latina, a relação intrínseca das ONGs com os movimentos sociais é alterada e, diante da necessidade de novas fontes de financiamento, é estabelecida uma nova relação de “parceria” entre as ONGs e o Estado e/ou capital, impondo-

as a necessidade de se adequar aos interesses, prazos e prioridades das instituições financiadoras, readequando seus objetivos e missão, a partir das condicionalidades postas pelos “parceiros” financiadores.

No contexto empírico estudado, a pluralidade de fontes de financiamento se dá tanto com relação a recursos públicos acessados de variadas formas (como fundos específicos de políticas sociais e destinação do imposto de renda, por exemplo) quanto à pluralidade de fontes localizadas na esfera privada (como organizações religiosas, trabalhistas e empresariais⁴⁵). Além do desenvolvimento de estratégias para captação de recursos, como a realização de eventos e promoções.

Ainda que localizadas na esfera privada, no âmbito da organização civil, por se tratarem de entidades que desempenham ações com fins públicos, financiadas por variadas fontes orçamentárias (pública e privada), todas relatam realizar prestação pública da captação e execução orçamentária.

No que diz respeito às formas de prestação de contas, a maioria (88%) realiza de maneira sistemática e regular aos associados; às entidades financiadoras (77%) e a órgãos fiscalizadores do Estado (66%). O Observatório Social, pela natureza de sua atuação, realiza prestação de contas quadrimestrais públicas, abertas à comunidade. O tipo de prestação de contas também é variado e, na maioria dos casos, ocorre de mais de uma maneira, por meio de balanço e/ou livro-caixa (55%), relatórios de atividades e financeiros (66%), conselho fiscal (55%); e predominantemente por meio de assembleias (66%). Duas citaram prestar contas também por meio do SIT – Sistema Integrado do Tribunal de Contas⁴⁶, em virtude de acessarem recursos públicos.

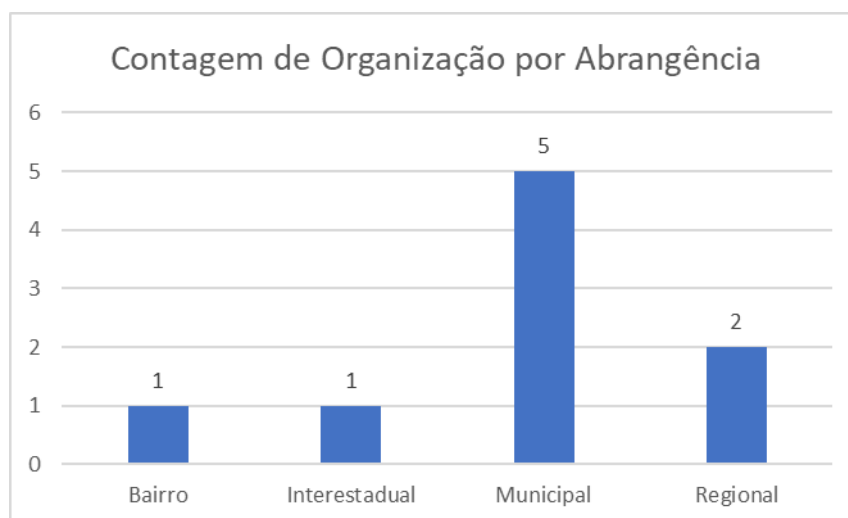
⁴⁵ As empresas privadas encontram na “doação” de recursos a essas organizações uma forma de reduzir impostos e beneficiar a imagem do seu produto com estratégias de “marketing social”. Sobre a isenção de impostos: “A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, inciso VI, alínea c, estabelece a Isenção de Impostos sobre o patrimônio, renda ou serviço às instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos. O Decreto n. 91.030, de 5 de março de 1985, regula essas isenções fiscais, beneficiando entidades sem fins lucrativos que promovam atividades com fins culturais, científicos e assistenciais” (MONTAÑO, 2014, p. 83).

⁴⁶ O SIT é o sistema informatizado de prestação de contas de transferências voluntárias, instituído em 2011 pela Resolução n. 28/2011 do Tribunal de Contas do Paraná. A partir de 2012, a utilização do SIT se tornou obrigatória para os órgãos repassadores e para os entes públicos ou entidades privadas que recebem recursos de convênios, acordos, parcerias e outros instrumentos similares. Trata-se da regulamentação de requisitos para a formalização, execução, acompanhamento e prestação de contas do ato de transferência e o respectivo encaminhamento ao Tribunal de Contas das informações relativas às transferências de recursos estadual e municipal, da administração pública direta e indireta, repassados mediante convênio, Termo de Parceria, Contrato de Gestão ou outro instrumento congênere celebrado em regime de colaboração, às entidades privadas sem fins lucrativos, inclusive àquelas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP e Organizações Sociais – OS, à pessoa jurídica de direito público ou privado federal, estadual ou municipal.

Tratam-se de entidades privadas, mas, em função de terem parte de seu orçamento proveniente de fontes públicas, necessitam prestar contas da utilização deste recurso. Aplicação esta que também é regulamentada de acordo com a fonte do recurso, por exemplo, no caso de acessar o Fundo da Infância e Adolescência – FIA (Caritas Socialis, Instituto Educacional Dom Bosco, Centro de Nutrição Renascer e Centro Educacional João Paulo II), a entidade precisa seguir os critérios de aplicação estabelecidos pela legislação que regulamenta a área e prestar contas, dentre outros órgãos, também ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.

Com relação ao território de atuação, o Centro Educacional João Paulo II tem abrangência territorial delimitada ao bairro em que atua. Instituto Educacional Dom Bosco, Centro de Nutrição Renascer, Centro Educacional João Paulo II, Observatório Social e Movimento de Mulheres da Primavera têm atuação de abrangência municipal. Caritas Socialis e CEMPO atuam com inserção regional e apenas a Associação Outro Olhar abrange um território de atuação interestadual (determinado pela característica do trabalho desenvolvido pela associação, em aldeias indígenas).

Gráfico 5 – Contagem de Organização por Abrangência



Fonte: Questionário Perfil.
Organização: A autora.

Noções de espaço e de território têm sido revisitadas por vários autores e integram um quadro de referência necessário para a abordagem das expressões territorializadas das relações sociais. Atualmente, as políticas sociais brasileiras se pautam pela noção de território enquanto unidade de referência para o conhecimento da realidade e desenvolvimento de

ações. Nesse sentido, território é compreendido como “espaço habitado” (SANTOS, 2002), fruto da interação entre os homens, síntese de relações sociais. Por isso, as unidades territoriais de análise não podem ser recortadas como mera paisagem que prescinde da ação humana, equipamentos e artefatos econômicos e sociais.

A concepção de território, nesse sentido, inclui tanto o que se chama de “natureza” quanto a materialidade e as ações socioculturais e econômico-políticas que devem ser consideradas em sua dinamicidade e em seus componentes históricos – o território como campo de intervenção do Estado e da sociedade civil.

Como superação de uma abordagem estática do espaço, procura-se salientar que na análise do território, em qualquer escala, é necessário levar em conta o seu próprio uso pelos sujeitos, ou seja, a relação entre este e a população. Desse modo, a noção de “território de vivência” ultrapassa a noção de território como espaço administrativo, circunscrito a um limite artificialmente definido em um mapa. Embora esta seja uma ferramenta necessária para determinadas funções de gestão, não se pode tomá-la como a única referência no processo de territorialização de uma política pública.

O território enquanto unidade de análise deve ser apreendido também em sua relação com o contexto nacional mais amplo, bem como com a dinâmica econômica e social da região em que está inserido. É o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o aperfeiçoe (BRASIL, 2008).

Quanto à inserção territorial das organizações pesquisadas, estão predominantemente localizadas ao âmbito municipal de atuação. Contudo, observou-se que não há uma articulação mais sistemática e fortalecida com os equipamentos de políticas públicas (governamentais ou não) localizados no território em que atuam⁴⁷. A questão da (des)articulação das organizações entre si e com o Estado reemerge nas análises relacionais realizadas na etapa metodológica seguinte da pesquisa.

⁴⁷ Em ação de intervenção realizada pelo projeto de extensão desenvolvido concomitantemente à pesquisa (agosto/2016), as organizações foram convidadas a participar de um momento de reflexão acerca da inserção/articulação territorial, bem como identificar quais os equipamentos de políticas públicas existentes no seu território de atuação e as possibilidades de desenvolvimento de ações articuladas territorialmente.

4.4.2 Práticas desenvolvidas

Com relação à forma de atuação das organizações, a participação dos envolvidos mescla-se entre filiação formal (com vínculo empregatício) e de forma espontânea (de vinculação voluntária). A questão do voluntariado no âmbito da prestação de serviços socioassistenciais atribui contornos específicos ao quadro das políticas sociais.

Uma vez inseridas como prestadoras de serviços públicos, as organizações precisam lidar com a precariedade e instabilidade de recursos e uma das alternativas encontradas é o apelo à solidariedade social, não apenas na forma de captação orçamentária, mas também no desenvolvimento de ações por pessoas que se voluntariam para tal.

Entra em cena o apelo à filantropia e o discurso da cidadania enquanto possibilidade de enfrentamento à questão social na forma de ações diretas desenvolvidas por indivíduos ou organizações “socialmente responsáveis”. O que deturpa a noção de direito social, deslocado do âmbito da responsabilidade estatal e transferido para a esfera filantrópica. Em lugar da identificação enquanto cidadãos de direitos, os usuários dos serviços são identificados e submetidos a diversas formas de interpretação, conforme o entendimento das organizações acerca dos beneficiários de seus serviços.

Nos depoimentos coletados esta questão relativa ao entendimento de que o serviço (no caso daquelas que prestam serviços) se constitui em um direito vem à tona na fala dos representantes das organizações. Mais um elemento da complexidade que se descortina ao se superarem interpretações deterministas nesse campo. Ainda que constituidoras de um projeto neoliberal de destituição de direitos sociais, as organizações reproduzem o discurso de que o que fazem deveria ser assumido pelo Estado e de que prestam serviços que são direitos sociais.

E, para viabilizar a continuidade das ações, algumas organizações acabam por contratar um quadro mínimo de profissionais. Vínculo empregatício muitas vezes estabelecido na forma de parceria com o poder público, por meio da contratação de servidores para atuarem em organizações privadas.

O que difere da natureza das ações de reivindicação desenvolvidas pelas organizações relacionadas à mobilização social, em que a forma de participação dos envolvidos raramente envolve vínculos empregatícios, mas se dá por meio da agregação espontânea dos envolvidos com as causas para as quais as organizações se mobilizam.

O número de participantes arrolados diretamente nas ações realizadas pelas organizações varia de 10 a 40 pessoas, não contabilizados os participantes eventuais ou as mobilizações públicas realizadas. Do que se extrai um total (aproximado) de 427 pessoas envolvidas diretamente no trabalho desenvolvido pelas organizações civis pesquisadas (aproximadamente 0,26% do número de habitantes do município). E, com exceção do Observatório Social, as demais organizações são compostas, majoritariamente, por mulheres (APÊNDICE E).

Pelo fato de se tratarem de organizações, em sua maioria, vinculadas a áreas de cuidado e assistência social, este dado traz à tona uma questão de gênero – acerca do papel historicamente delegado e ocupado pela mulher na sociedade.

As discussões de gênero no âmbito do pensamento feminista, ainda que constituídas por variadas vertentes, se agregam em torno do consenso acerca do caráter social, histórico e cultural na formação dos comportamentos de gênero. Ou seja, as características e papéis atribuídos a homens e mulheres não são naturais, mas *engendrados* socialmente.

Nesse processo de engendramento, regras de comportamento e ação são delimitadas para homens e mulheres, sendo estas colocadas em uma situação de subalternidade. De modo que a dominação masculina⁴⁸ se manifesta em diferentes níveis da organização social, sendo notável na divisão sexual do trabalho.

Esta forma de divisão do trabalho social decorre das relações sociais de sexo e é adaptada historicamente e a cada sociedade. Caracteriza-se pela destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, e a organização se baseia em dois princípios: o de *separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o de *hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Princípios estes válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço, e que são aplicados mediante um processo de legitimação, a ideologia naturalista, a qual reduz o gênero ao sexo biológico, e as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

⁴⁸ Nas palavras de Bourdieu (2002), “A História não se pode limitar, por exemplo, a registrar a exclusão das mulheres desta ou daquela profissão [...] deve também registrar e explicar a reprodução e as hierarquias e as disposições hierárquicas que favorecem e levam as mulheres a contribuírem para a sua exclusão dos lugares de que estão, de qualquer modo, excluídas. [...] O estado do sistema dos agentes e das instituições – família, Igreja, Estado, Escola, etc – que, com pesos e meios diferentes, em momentos diferentes, contribuíram para erradicar mais ou menos completamente da história as relações de dominação masculina”.

Caracterizada pela distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e profissões, as reflexões a respeito da divisão sexual do trabalho abrangem questões relacionadas aos processos mediante os quais as sociedades utilizam dessa diferenciação para hierarquizar as atividades e, conseqüentemente, os sexos.

A teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais e a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e reforça os estereótipos das relações sociais de sexo.

Além disso, é redutora a dicotomia trabalho produtivo/reprodutivo, uma vez que o trabalho reprodutivo subsidia o desenvolvimento produtivo. Ou seja, não é uma questão de apenas reconhecer o valor do trabalho reprodutivo e a desigualdade e dominação de gênero inerente a ele, mas de desvelar o fato de que ele se constitui em elemento fundamental para a reprodução das relações de produção.

Essa divisão sexual do trabalho se manifesta também no contexto das organizações da sociedade civil, ao serem compostas por mulheres não apenas no seu quadro de vinculação voluntária, mas principalmente na vinculação formal/trabalhista.

No que diz respeito à forma de atuação, dos dados apresentados no Gráfico 6 destaca-se o fato de que todas desenvolvem atividades com grupos, ainda que atendendo a objetivos variados. Do que é possível deduzir um elemento de particularidade da organização civil analisada, relativo ao desenvolvimento de ações que privilegiam espaços de coletividade, e não de ações individualizadas.

GRÁFICO 6 – Forma de atuação da organização



Fonte: Questionário Perfil.

Organização: A autora.

Nota-se uma pluralidade no que diz respeito às atividades desenvolvidas, que se mesclam e se complementam e vão desde seminários e palestras e o desenvolvimento de estudos e pesquisas, passando pela prestação de serviços socioassistenciais e realização de atividades recreativas e/ou esportivas com o público atendido.

Nas especificações, há o relato de cursos de iniciação para o trabalho, participação da rede socioassistencial do município, monitoramento do legislativo e de licitações, promoção de espaço de articulação e assessoria a movimentos sociais, organização de mobilizações, campanhas, romarias e realização de dias de campo e eventos de intercâmbio.

Percebe-se que, conforme a natureza e os objetivos da organização, a forma de atuação é delineada. Aquelas vinculadas ao âmbito socioassistencial desenvolvem ações mais ligadas à prestação de serviços e as de mobilização social se ligam a uma dimensão de reivindicação. Destaca-se, contudo, a incoerência que seria limitar o espectro de atuação das organizações, de forma predeterminada e restritiva. Ou seja, ainda que realizem ações de cunho predominantemente socioassistencial, ONGs, por exemplo, também desenvolvem práticas de mobilização social. Assim como movimentos sociais, também, em determinados momentos, realizam ações socioassistenciais e de ajuda mútua.

Justamente por se tratarem de organizações civis de fins públicos, sem fins lucrativos e inseridas em um espectro de atuação socioassistencial e/ou de mobilização social, nenhuma relatou a prestação de serviços pagos. Esta informação, somada aos dados anteriormente apresentados, relativos ao financiamento das organizações, sintetiza um contexto de organizações que desenvolvem atividades sem ônus para o público-alvo participante, de modo que precisam angariar recursos advindos de outras fontes – públicas e privadas.

Durante as assembleias/reuniões com todos os participantes, apenas três (Caritas Socialis, Observatório Social e Outro Olhar) não tratam de assuntos administrativos/burocráticos, sendo esses abordados apenas nos encontros da diretoria. Já temas de gestão interna, como escolha de representantes, programas, estratégias, etc. são abordados com todos os participantes das organizações, com exceção do Observatório Social, que relatou tratar apenas de assuntos externos (articulação, parcerias, redes, intervenções), ficando as outras questões a cargo da diretoria.

Este elemento é marcador do caráter democrático interno das organizações. Ainda que organizadas hierarquicamente na distribuição de cargos e funções, relatam certo nível de discussão e tomada de decisões envolvendo todos os participantes.

Nos depoimentos analisados posteriormente, é possível verificar que, em alguns casos, também o público-alvo das ações desenvolvidas é estimulado a participar de momentos de reflexão e discussão acerca de sua representação por parte das organizações, em espaços como os conselhos e conferências, por exemplo.

Este item do perfil traçado se dedicou a especificar as práticas desenvolvidas pelas organizações civis pesquisadas. Para tanto, foram coletadas informações acerca da *forma* de participação dos envolvidos (se de vinculação formal ou informal); do número de participantes (divididos entre homens e mulheres); das formas de atuação da organização; e dos assuntos decididos coletivamente com todos os participantes.

Do que foi possível depurar que o universo civil organizacional pesquisado se mostra bastante plural no que diz respeito às práticas desenvolvidas, mesclando formas de vinculação empregatícia e voluntária; com um número de membros predominantemente feminino; desenvolvendo ações de mobilização, educação e assistência social; e organizado internamente de maneira democrática. Os dados a seguir extrapolam o contexto interno das organizações para tratar das relações que estabelecem entre si e com o Estado.

4.4.3 Relações estabelecidas entre si e com o Estado

Ao serem questionadas acerca do contato com partidos políticos, apenas uma organização (CEMPO) respondeu positivamente, sendo a relação por afinidade política, na realização de análise de conjuntura e concessão de espaço físico para realizar suas atividades. Todas as outras relataram não ter parcerias com partidos políticos. Este dado trouxe à tona a necessidade de, na etapa de realização das entrevistas, investigar de forma mais qualitativa os motivos desse distanciamento.

Já a parceria com entidades religiosas é mais recorrente, tendo apenas (02) se manifestado negativamente – UGAM e Outro Olhar – conforme Quadro 7. A influência religiosa, da Igreja Católica, em especial, é fundamental no quadro organizacional civil brasileiro. Faz-se presente de várias maneiras, desde a disponibilidade de recursos humanos e financeiros para o funcionamento das organizações, até o assessoramento de pessoal. Teixeira (2008, p. 84), ao estudar o associativismo civil no estado da Bahia, constata dado semelhante: “[...] esta influência está presente em vários movimentos históricos, desde a criação das CEBs, que estimulavam o engajamento dos cristãos, até a criação de ONGs que davam suporte material e de formação”.

No contexto organizacional pesquisado, nota-se que a relação com entidades religiosas se dá na forma de financiamento e de criação de espaços para reflexão e manifestação política, como é o caso das romarias promovidas pelo Movimento de Mulheres da Primavera, por exemplo.

Mas, o dado mais expressivo se manifesta no fato de que, das organizações que prestam serviços socioassistenciais (Caritas Socialis, Instituto Educacional Dom Bosco, Centro de Nutrição Renascer e Centro Educacional João Paulo II), todas têm alguma vinculação religiosa – seja no financiamento e, sobretudo, tendo a Igreja como *lócus* de criação da entidade.

No Brasil, o histórico mimetismo reproduzido entre assistência social, filantropia e benemerência faz com que, entre conceitos, políticas e práticas, seja difícil distinguir compromissos e competências de cada uma dessas áreas. “Entendidas como sinônimos, porque de fato escondem – na relação Estado-sociedade – a responsabilidade pela violenta desigualdade social que caracteriza o país” (MESTRINER, 2001, p. 14).

A Igreja católica tradicionalmente dominou o setor da filantropia e lhe atribui o sentido da caridade e da benemerência, de modo que o termo acaba sendo uma laicização da

concepção católica da caridade. Na relação com um Estado intencionalmente subsumido da obrigatoriedade quanto aos direitos sociais e apoiada pelas novas teses trazidas pelas encíclicas papais⁴⁹, a Igreja investe nessa aliança nos momentos estratégicos de crise, de forma a expandir sua doutrina e seu poder⁵⁰.

Para difundir seu ideário e projeto de cristianização da sociedade, amplia e diversifica seu repertório de atuação, principalmente por meio do movimento laico e da criação de instituições sociais. Sua “força disciplinadora” é acionada pelo Estado para colaborar com a estabilidade das relações sociais, especialmente em contextos de crise política. O que faz com que acabe disputando subliminarmente com o Estado o controle social e ideológico sobre a sociedade.

Os rebatimentos dessa relação Estado/filantropia religiosa são ainda muito expressivos no contexto da assistência social, mesmo com sua formalização enquanto política pública. O que é demonstrado empiricamente na configuração do universo organizacional pesquisado em Guarapuava e qualitativamente explorado na sequência do estudo.

QUADRO 7 – Parcerias com entidades religiosas

Organização	Como
Caritas Socialis	Igreja Católica; irmãs coordenam o trabalho – caridade social.
Instituto Educacional Dom Bosco	Entidade mantenedora – Igreja Católica.
Centro de Nutrição Renascer	Somente na contribuição financeira, sem intervenções religiosas.
Centro Educacional João Paulo II	Igreja Católica – Comunidade São Luiz Gonzaga – Ordem dos Salesianos.
Observatório Social	Mitra Diocesana de Guarapuava e Conselho dos Pastores de Guarapuava (participam das discussões).
CEMPO	Pastoral da Terra. Financiamento da Missão Franciscana Alemã.

⁴⁹ “Com base na encíclica social *Quadragesimo Anno* (1931), que vai confirmar quarenta anos depois os princípios da encíclica *Rerum Novarum* (1891), a Igreja procurará desenvolver um ‘projeto de cristianização’ da sociedade, munindo principalmente o movimento laico com uma série de programas e respostas aos problemas sociais, pautando a justiça social nos princípios da cristandade. Segundo este projeto, a tarefa de cristianização deverá se dar pela redução das distâncias sociais, harmonização das classes em conflito, restabelecendo entre elas relações de cooperação. Para tanto, deverá livrar o proletariado de liderança negativas e ordenar as relações de produção a partir da restauração ‘dos costumes cristãos’, que impeçam a exploração e a ambição excessiva por riqueza” (MESTRINER, 2001, p. 109).

⁵⁰ “A Igreja católica, expulsa por fortes estados em três ciclos da revolução burguesa – a reforma luterana e as revoluções inglesa e francesa – tentará principalmente até o início da Segunda Guerra Mundial, articular um novo projeto de hegemonia em todo o mundo, diferente do anterior prevalente ‘bloco católico feudal’ e adequado às novas condições. [...] A Igreja não retoma seu papel totalizador do anterior bloco católico-feudal, mas retoma agências fundamentais das sociedades civis, como a escola, e reforça sua posição doutrinária e normativa no interior da formação social” (MESTRINER, 2001, p. 108).

Movimento de Mulheres da Primavera	Romaria.
UGAM	Não tem parceria com entidades religiosas.
Outro Olhar	Não tem parceria com entidades religiosas.

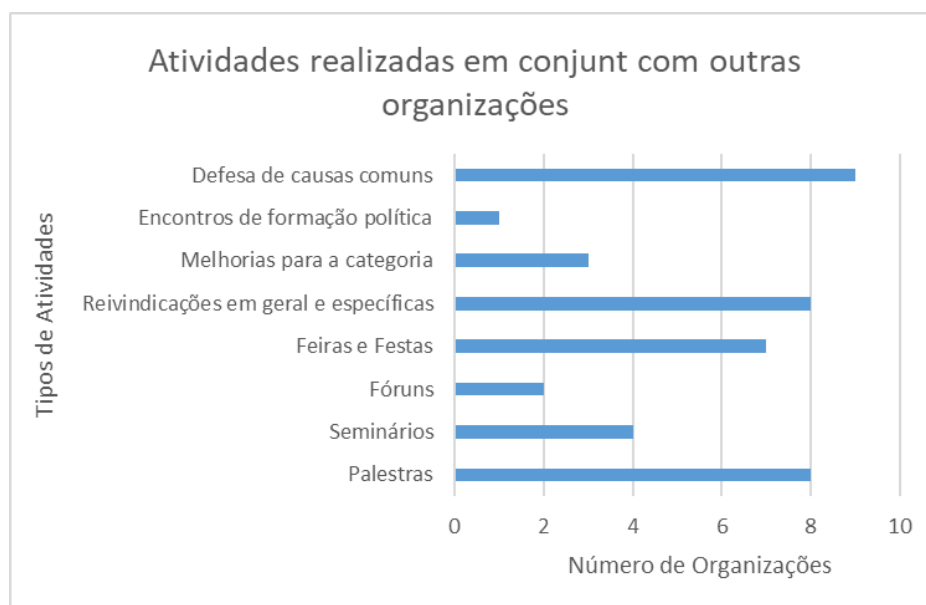
Fonte: Questionário Perfil.

Organização: A autora.

Ao se relacionarem com órgãos internacionais, (04) relataram parceria na forma de financiamento orçamentário (Caritas Socialis, Centro Educacional João Paulo II, CEMPO e Outro Olhar), o que ocorre na forma de doação de pessoas físicas, mobilizadas pela igreja; e por meio de programas de voluntariado de “apadrinhamento” de crianças. Essa característica aparece como resquício do contexto de origem e proliferação de Organizações Não Governamentais em meados do século XX na América Latina, em que órgãos da “Cooperação Internacional” financiavam ações de desenvolvimento social em países “subdesenvolvidos”, conforme tratado anteriormente. O fato de as fontes de financiamento internacional se vincularem a órgãos religiosos (e se resgatados os dados acerca da pluralidade de fontes orçamentárias) é demonstrativo de que se tratam de recursos residuais desse processo. O contexto atual de múltiplas fontes orçamentárias impõe às organizações o estabelecimento de relações de “parceira” tanto com o Estado, ao inserirem-se no âmbito das políticas sociais, quanto com o capital privado.

As atividades realizadas em conjunto com outras organizações são bastante variadas, sendo citadas: palestras, seminários, fóruns, feiras e festas, reivindicações em geral e específicas, melhorias para a categoria, defesa de causas comuns, e encontros de formação política (Gráfico 7). Contudo, no relato das entrevistas esse dado é qualificado e permite constatar que a relação desenvolvida no seio da própria sociedade civil é bastante fragilizada em termos de vínculos, caracterizando-se mais no âmbito de parcerias pontuais, com dificuldades de diálogo no próprio território de atuação e ausência de uma rede de relacionamentos bem articulada.

GRÁFICO 7 – Atividades realizadas em conjunto com outras organizações



Fonte: Questionário Perfil.

Organização: A autora.

Todas recebem algum tipo de assessoria jurídica, administrativa e/ou contábil. E (02) relataram obter também assessoria política (CEMPO e Movimento de Mulheres da Primavera) por meio de parcerias com universidade e partido político. As assessorias são fundamentais para o funcionamento das organizações, pois, em função de sua natureza não governamental e não empresarial, acabam contando com um quadro de recursos humanos bastante reduzido, com vínculos de voluntariado que se manifestam também dessa forma.

QUADRO 8 – Tipo de assessoria

Organização	Como acontece
Caritas Socialis	Jurídica e contábil. Serviço pago.
Instituto Educacional Dom Bosco	Da matriz e do município (Secretaria de Assistência Social). Orientações, formações e reuniões.
Centro de Nutrição Renascer	Administrativa e jurídica. Voluntária.
Centro Educacional João Paulo II	Inspetoria – contabilidade.
Observatório Social	Cursos de capacitação. Parcerias com SEBRAE, Instituto GRPCOM e OS Brasil.
UGAM	Assessoria jurídica voluntária.
Outro Olhar	Assessoria de planejamento e execução de atividades. Auditorias financeiras.
CEMPO	Contábil e de formação política. Parceria com partido político e universidade.
Movimento de Mulheres da	Palestras de professores da Unicentro. Assessoria

Primavera	jurídica com a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres.
-----------	---

Fonte: Questionário Perfil.

Organização: A autora.

Ao serem questionadas sobre o tipo de relação que mantém com órgãos públicos, relataram a realização de discussões, promoção de eventos, realização de campanhas, seminários, cursos de capacitação profissional, busca por melhorias para os bairros, dentre outras. Nota-se que as ações se circunscrevem ao âmbito socioeducativo, socioassistencial e de geração de renda, num viés de complementaridade das práticas desenvolvidas pelas organizações. Esse dado também é qualificado na sequência das análises, pois foi necessário investigar detalhadamente como se dão os vínculos relacionais com o poder público local.

Ainda circunscrito ao tipo de relação que estabelece com o poder público, no que diz respeito à participação política em processos decisórios que se pretendem democráticos, todas relatam participar de conselhos de políticas públicas. O que é compreensível quando resgatados os dados acerca das áreas de atuação das organizações, que explicitam o direto envolvimento com o campo dos direitos sociais.

Os conselhos de políticas públicas se constituem em arranjos de participação institucionalizada junto ao Estado. Criados a partir do processo de redemocratização, impõem ao poder público o estabelecimento de órgãos colegiados que agreguem segmentos organizados da sociedade civil envolvidos diretamente com as áreas setoriais das políticas sociais. Objetivam o exercício do controle social democrático, enquanto espaços de deliberação relativa a processos decisórios sobre as políticas às quais se relacionam.

Justamente por se inserirem em um campo de disputas pelo poder de decisão no âmbito das relações Estado/Sociedade Civil, esses espaços, apesar de dotados de imenso potencial democratizante, são perpassados, também, pelos traços histórico-culturais constitutivos das relações sociopolíticas brasileiras. Nas palavras de Iamamoto (2002, p. 31 – *grifo da autora*)

É preciso ter clareza que a qualidade da participação nesses espaços públicos não está definida *a priori*, porque são espaços de disputa. Podem abrigar experiências democráticas, que propiciem o aprendizado de um tipo de socialização diferente, que permita viver a dimensão do coletivo, propiciem o compartilhamento do poder e a intervenção em processos decisórios. Mas podem também alimentar velhos coronelismos, vícios populistas e clientelistas no trato da coisa pública.

Ou seja, se constituem em espaços que podem reproduzir tanto práticas de renovação democrática quanto de conservadorismo político. Estudos específicos se dedicam a apreender as dinâmicas relacionais reproduzidas nesses espaços⁵¹. Nesta pesquisa, o foco de análise recai não sobre os conselhos em si, mas sobre o significado que as organizações atribuem à sua inserção nesses espaços.

No contexto empírico estudado, as organizações citam que se vinculam a conselhos das seguintes áreas: Saúde, Criança e Adolescente, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Trabalho e Emprego, Conselho da Cidade, Meio Ambiente, Cultura, Habitação, Educação, Segurança Pública e Conselho da Mulher – sendo o Conselho Municipal de Assistência Social o mais recorrente, conforme o Quadro 9.

Também relacionado a formas de participação política, mas em formatos não institucionalizados e mais espontâneos, o Quadro 10 demonstra o envolvimento em atos mobilizatórios. Com exceção de apenas uma organização (Outro Olhar), todas relatam participar de mobilizações públicas. Foram citadas participações em audiências públicas; campanhas em defesa de direitos de segmentos populacionais, como crianças e adolescentes, mulheres, quilombolas e população negra; campanhas contra a corrupção; e mobilizações em defesa da reforma agrária.

Sobre a categoria mobilização, Gohn (2008) destaca seu caráter de novidade do ponto de vista das análises sobre os movimentos e ações coletivas na América Latina do novo milênio. Justamente por isso, trata-se de uma categoria com pouco tratamento específico por parte da sociologia do século XX. Na formulação feita pela autora, a mobilização social

[...] refere-se a ativações que visam mudança de comportamentos ou adesão a dados programas ou projetos sociais [...] envolve uma série de processos que objetivam mudança de comportamento, aquisição de novos valores, acesso a meios de inclusão social, etc. Apela-se para a adesão do outro numa dada ação social, com um certo sentido já configurado. Nesta acepção, **mobilização é uma categoria gêmea de participação. Desmobilização será justamente o bloqueio à participação** (GOHN, 2008, p. 65 – *grifo nosso*).

O contexto das mobilizações em massa/de rua desencadeadas a partir de 2013 no Brasil foi trabalhado no capítulo anterior. O que se nota, no entanto, a partir da análise do contexto organizacional civil de Guarapuava, é que a mobilização pública se coloca, assim

⁵¹ Sobre a temática consultar Behring; Boschetti (2011) e Tatagiba (2002).

como a participação nos conselhos, como uma constante no repertório de atuação das organizações. Por isso, essas questões foram retomadas nas categorias analíticas do estudo.

QUADRO 9 – Participação em conselhos municipal/estadual/nacional

Organização	Quais
Caritas Socialis	Saúde; Criança e Adolescente; Assistência Social; Segurança Alimentar e Nutricional.
Instituto Educacional Dom Bosco	Trabalho e Emprego; Criança e Adolescente; Assistência Social.
Centro de Nutrição Renascer	Criança e Adolescente; Assistência Social.
Centro Educacional João Paulo II	Criança e Adolescente; Assistência Social.
Observatório Social	Saúde; Conselho da Cidade; Segurança Alimentar e Nutricional.
UGAM	Saúde; Meio Ambiente; Cultura; Assistência Social; Habitação; Conselho da Cidade; Segurança Alimentar e Nutricional.
Outro Olhar	Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional – CORESAN.
CEMPO	Conselho Municipal e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.
Movimento de Mulheres da Primavera	Conselho da Mulher.

Fonte: Questionário Perfil.

Organização: A autora.

QUADRO 10 – Participação em mobilizações públicas

Organização	Quais
Caritas Socialis	Audiências públicas; mobilizações de rua contra a violência; rede de proteção à criança e ao adolescente e mobilização da rede intersetorial no território em que atua.
Instituto Educacional Dom Bosco	Mobilizações em defesa aos direitos da criança e do adolescente.
Centro de Nutrição Renascer	Campanha 18 de Maio contra a exploração sexual infantil; contra a redução da maioridade penal e marcha das vadias.
Centro Educacional João Paulo II	Dia do combate à violência contra criança e adolescente e comitê contra a redução da maioridade penal.

Observatório Social	Abaixo assinado – 10 medidas contra a corrupção. Coleta de assinaturas com relação ao aumento do número de vereadores; manifestações públicas (rua). Contra a PEC 37 e contra a corrupção.
UGAM	Comitê 9840; audiências públicas; conferências (defendendo negros e quilombolas do município); conferência nacional da saúde.
CEMPO	Marchas em defesa da reforma agrária, como o Abril Vermelho. Mobilizações das mulheres camponesas. Mobilizações com quilombolas.
Movimento de Mulheres da Primavera	Comparecendo nas mobilizações, eventos, campanhas, passeatas, abaixo-assinado, mobilizações em redes sociais.
Outro Olhar	Não participa.

Fonte: Questionário Perfil.

Organização: A autora.

O que se propôs neste item foi delinear um perfil de **organização, atuação, e relacional** das organizações civis de Guarapuava⁵², do qual foi possível extrair elementos acerca de seu *modus operandi*. No que diz respeito à **organização** interna, se destaca a escolha de líderes por meio de processos decisórios coletivos e a rotatividade dos ocupantes dos postos de liderança como elementos de democracia interna; as fontes de recursos são variadas (públicas e privadas), o que acarreta a necessidade de prestação de contas sistemáticas e regulares; a inserção territorial é predominantemente municipal, sem maiores articulações com outras formas organização no território em que se inserem.

A **atuação** se mostra bastante variada entre a realização de seminários e palestras, desenvolvimento de estudos e pesquisas, prestação de serviços socioassistenciais e promoção de atividades recreativas e/ou esportivas para o público atendido. Desenvolvem atividades coletivas com grupos, que atendem a objetivos variados, podendo ser ações de mobilização, educação e assistência social, por exemplo. A participação dos envolvidos é mesclada entre filiação formal (com vínculo trabalhista) e de forma espontânea (voluntária) e composta majoritariamente por mulheres.

E nas **relações estabelecidas entre si** se destaca a ausência quase absoluta de parceria com partidos políticos, em contraste com uma recorrência expressiva de parcerias com entidades religiosas. Enquanto nas **relações estabelecidas com o Estado** sobressai a

⁵² Reitera-se a relevância e originalidade da pesquisa diante da inexistência de um trabalho de coleta, organização e análise dos dados reunidos acerca do contexto local estudado.

unanimidade de participação em conselhos de políticas e em atividades de mobilizações públicas.

Um dos intuitos desta pesquisa é justamente investigar os rebatimentos que a atual configuração do universo organizacional civil tem nas relações democráticas, para o que os dados do perfil traçado serviram de subsídio para as análises realizadas na sequência. A fim de aprofundar a investigação da realidade foram feitas entrevistas semiestruturadas (como metodologia de coleta de dados qualitativos) com representantes das organizações selecionadas para pesquisa. Os depoimentos coletados foram organizados em categorias analíticas emergentes do contexto empírico em articulação com o referencial teórico.

4.5 SOCIEDADE CIVIL E DEMOCRACIA: O CONTEÚDO POLÍTICO DAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS PELAS ORGANIZAÇÕES CIVIS EM GUARAPUAVA

Uma vez delimitado o panorama geral das organizações da sociedade civil no município (*forma*), partiu-se para a investigação e análise do *conteúdo* político produzido da organização civil local – por meio dos depoimentos coletados junto às organizações civis de fins públicos e da análise interpretativa do referencial teórico.

Conforme a metodologia proposta para o estudo, as entrevistas foram realizadas com dois ou mais sujeitos representantes das organizações, com vistas a uma apreensão mais impessoal e menos individualizada acerca das ações desenvolvidas.

QUADRO 11 – Representantes das organizações que responderam às entrevistas

Organização	Sujeitos representantes	Data de realização da entrevista
Caritas Socialis	Assistente Social e Educadora Social	11/10/2016
Instituto Educacional Dom Bosco	Assistente Social e Administradora	30/08/2017
Centro de Nutrição Renascer	Assistente Social e Administradora	18/05/2016
Centro Educacional João Paulo II	Assistente Social e Psicóloga	16/11/2016
Observatório Social de Guarapuava	Presidente e Secretária Executiva	22/02/2016
União Guarapuavana das Associações de Moradores (UGAM)	Presidente e Representante da Associação no Conselho Estadual	26/04/2016
Associação de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento Humano Outro Olhar	Assistente Social e Educadora popular/Administradora	17/11/2016
Centro Missionário de Apoio ao Camponato Antonio Tavares Pereira (CEMPO)	Integrantes de movimentos sociais que compõem a articulação (três)	01/03/2016
Movimento de Mulheres da Primavera	Presidente e Integrantes do movimento (três)	23/03/2017

A metodologia orientada pela análise de conteúdo dos depoimentos resultou na elaboração de três categorias analíticas (com base no pensamento gramsciano): Uma

sociedade civil “gelatinosa”; O âmbito da “pequena política” e Uma “Democracia disfarçada”.

4.5.1 Uma sociedade civil “gelatinosa”

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. **O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se erguia uma robusta cadeia de fortalezas e de casamatas;** em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isso exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, 2007, p. 262 – grifo nosso).

*Há o desejo de que haja mais organização, porque se não tiver a parte civil, só o governo, vira um Estado opressor, sempre é preciso estar **equilibrando as forças**, porque senão você não tem diálogo, se tem um Estado que manda e o resto que obedece. Então precisa ter essa correlação de forças atuando e pressionando e agindo para que o Estado democrático exista (OUTRO OLHAR – grifo nosso).*

Conforme o conteúdo desenvolvido anteriormente, com referência aos elementos conceituais que fundamentam o processo investigativo, a noção gramsciana de sociedade civil inscreve-se no pensamento marxista de forma a ir além de interpretações maniqueístas e economicistas⁵³. O que significa inscrever a importância da subjetividade política em processos de transformações sociais, não mecanizadas por transformações (estruturais) econômicas.

Conforme explica Simionatto (1997, p. 01), Gramsci não entende a política como simples reflexo da economia, mas como esfera mediadora entre a produção material e a reprodução da vida humana. Do que se desenvolve o princípio de totalidade: não se trata do predomínio de questões políticas, econômicas ou culturais, mas de considerar as “especificidades e determinações desses momentos parciais e seus encadeamentos recíprocos”.

⁵³ “Embora a obra gramsciana não contemple uma exaustiva discussão sobre as determinações econômicas, nela encontramos outros elementos, ao lado da esfera infra-estrutural, que nos ajudam a compreender a realidade presente. A centralidade dessa obra é marcada pelo estudo dos fenômenos superestruturais, da esfera da política e da cultura e suas expressões no âmbito da ordem capitalista. Gramsci colabora, assim, para a crítica ontológica de outras esferas do ser social que não a estritamente econômica” (SIMIONATTO, 1997, p. 01).

Perspectiva de totalidade que possibilita o reconhecimento de que a sociedade civil desempenha funções determinantes na relação de dominação entre as classes sociais, constituída como esfera da atividade política por excelência, lugar em que aparecem em cena as organizações denominadas privadas (mas com funções públicas). No recorte deste estudo, o foco se direciona para análise de algumas expressões de movimentos sociais, associações civis e Organizações Não Governamentais, constituidoras do universo organizacional civil de Guarapuava.

Os elementos contextuais nacionais desenvolvidos tendo como referência o processo de socialização da política no Brasil no capítulo anterior (especialmente a noção de “processo” e “projeto” de redemocratização) demonstram essa “justa relação” entre determinantes estruturais/econômicos e superestruturais/da disputa política.

No processo de investigação acerca de como os sujeitos caracterizam, de maneira geral, a sociedade civil em Guarapuava, emergiu a percepção de um contexto marcado pelo **conservadorismo** e pela **desarticulação**. Elementos de determinação ligada à forma como historicamente se delinearam as relações entre Estado e sociedade civil no Brasil e também à singularidade dessas relações no contexto local estudado.

*De forma geral a sociedade civil guarapuavana é **conservadora**. Quando eu falo da sociedade civil conservadora, quando falo sociedade é mais a elite de Guarapuava. Mas em Guarapuava tem movimentos sociais que são de esquerda, tem uma diversidade, mas a administração é conservadora [...]. Há alguns anos atrás, quando eu morava lá em uma determinada comunidade, [um político local] ia lá comprar voto, com uma lata de tinta comprava a comunidade inteira. O pessoal é coronel, voto de cabresto há muitos anos, é conservadora no último (CEMPO, 2016 – grifo nosso).*

*Acho que é muito **conservadora**, muito assistencialista, com poucas organizações com uma ideologia, que não ficam só com aquela ideologia do Estado, com políticas prontas (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).*

“Conservadorismo” é uma expressão de uso corrente na contemporaneidade, utilizada para caracterizar ideias e práticas de determinados grupos. Mobilizada tanto com referência à vida cotidiana (valores e comportamentos individuais ou grupais) quanto em estudos aprofundados dedicados aos diferentes aspectos desse fenômeno histórico (SHIMANSKI, 2007).

Surge, enquanto corrente de pensamento, na Europa, no século XVIII. Constitui-se como resposta teórica e conceitual⁵⁴ às ideias iluministas, com posições políticas marcadamente antimodernas, antirrepublicanas e antiliberais. De modo que é possível caracterizar o conservadorismo como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade, identificados pelo desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, que acarretaram profundas mudanças sócio-insitucionais e culturais (SOUZA, 2015).

A mentalidade conservadora norteia-se pela experiência do passado, seguindo o princípio de que a existência possui um valor positivo legitimado na sua reprodução lenta e gradual (MERCADANTE, 1980). Ou seja, ao passado é atribuído importância fundamental na construção do presente e à tradição o papel de dar sustentação e significado a costumes e práticas sociais – por meio dos quais o passado fala com o presente (SCHIMANSKI, 2007).

De modo que conservadorismo e tradicionalismo podem ser referenciados como faces de uma mesma moeda. Pois, é por meio das tradições que os indivíduos reproduzem de forma “naturalizada” suas funções na sociedade. Mercadante (1980, p. 227) explica que a mentalidade conservadora não contém, em geral, uma predisposição teorizante, o que significa que é o conhecimento tradicional prático, incorporado ao sistema de valores, que fornece as razões e o sentido para as ações. “As reações conservadoras diante dos fatores imanes e situações determinadas consistiriam em atitudes habituais, e nesta situação o pensamento tranquilamente aceita o existente, como se fosse a exata ordem das coisas e do mundo”.

De forma sutil, esse conhecimento tradicional, na forma de costumes e valores, acaba, muitas vezes, sendo imposto aos indivíduos como verdade, ditando as formas de comportamento social e definindo os papéis sociais. Assim, nas sociedades conservadoras os padrões de comportamento são introjetados na vida cotidiana dos grupos sociais, onde os indivíduos passam a agir desta ou daquela maneira sem refletir sobre suas ações, com base nas tradições (SCHIMANSKI, 2007, p. 52).

A tradição tem, portanto, a função de legitimar a ordem vigente das coisas, como uma forma de não se questionar o porquê da estruturação da vida cotidiana. O que tem

⁵⁴ “Foi através de Edmund Burke que surgiram as primeiras ideias e reflexões relacionadas ao tema, fazendo com que a chamada doutrina conservadora ganhasse um corpo teórico e conceitual. [...] Desde então, diferentes autores têm abordado a temática do conservadorismo e suas influências nas sociedades atuais” (SCHIMANSKI, 2007, p. 23).

consequência em processos de aceitação e passividade dos indivíduos frente a situações que são assimiladas como naturais. Nas palavras de Souza (2015, p. 16), “[...] a condição de sobrevivência histórica de uma tradição é sua capacidade de fornecer subsídios úteis à reprodução das sociedades”.

Gramsci (2007) comenta essa suposta “naturalidade” e “neutralidade” da conservação do passado:

Interessantes estes conceitos de ‘convencional’, ‘artificial’, etc., aplicados a certas manifestações históricas: ‘convencional’ e ‘artificial’ são implicitamente contrapostos a ‘natural’, isto é, a um esquema ‘conservador’ verdadeiramente convencional e artificial porque a realidade o destruiu. Na verdade, os piores ‘cientificistas’ são os reacionários que preconizam uma ‘evolução’ a seu gosto e só admitem a importância e a eficácia da intervenção da vontade humana poderosamente organizada e concentrada quando é reacionária, quando tende a restaurar o que passou, **como se o que passou e foi destruído não fosse tão ‘ideológico’, ‘abstrato’, ‘convencional’, etc., quanto o que até agora não se efetivou, e até mesmo muito mais** (GRAMSCI, 2007, p. 173 – *grifo nosso*).

Desempenha a tradição, então, uma função pedagógica sobre os sujeitos, mediada pela produção de valores difundidos e incorporados como uma “segunda natureza”, que transforma comportamentos em hábitos e costumes inquestionados, e que são imprescindíveis para inserção do indivíduo na sociedade (SOUZA, 2015). O que se contrapõe à concepção gramsciana de filosofia da práxis, para a qual não existe uma “natureza humana” fixa e imutável, mas corresponde a um “conjunto das relações sociais historicamente determinadas” (GRAMSCI, 2007, p. 56).

A autoridade e o conhecimento tradicional, em sociedades conservadoras, legitimam a ordem social estabelecida, concebida como verdade inquestionável. Nesse âmbito, o indivíduo, em busca de se adaptar ao sistema, acaba por aceitar a realidade como ela é, sem perspectivas de transformação. Em outras palavras, a prática conservadora utiliza o conhecimento tradicional para a manutenção do *status quo* (SCHIMANSKI, 2007).

Desse modo, “[...] o conservadorismo, a partir da autoridade tradicional, busca o controle sociopolítico e econômico e a não-efetivação da emancipação dos indivíduos, como forma de manter as estruturas de poder” (SCHIMANSKI, 2007, p. 40). Coerção que é mediada pela autoridade tradicional da família, da Igreja e, sobretudo, do Estado, os quais atuam na contenção dos impulsos irracionais dos indivíduos, na regulação e

modelagem de comportamentos “adequados”. O indivíduo, socialmente pressionado, incorpora um sistema de valores imposto como verdade legitimada pela autoridade tradicional das instituições.

É possível, desse modo, reconhecer o conservadorismo como uma das expressões do senso comum, na medida em que assimila a autoridade tradicional como justificadora de práticas conservadoras de reprodução da ordem social vigente. Trata-se de reconhecê-lo enquanto “[...] expressão da consciência imediata que prevalece em uma certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, os valores determinantes que têm por fundamento as relações sociais determinantes” (IASI, 2015, p. 03). Ou ainda, nas palavras de Gramsci (2007, p. 197), como “[...] concepção tradicional popular do mundo, aquilo que pedestremente se chama de ‘instinto’ e que, ele próprio, é somente uma conquista histórica primitiva e elementar”.

É necessária a ressalva de que, ainda que todo senso comum expresse relações sociais determinantes, nem todo senso comum é conservador. Sua característica de imediateidade incorpora também reações a situações de injustiça ou intoleráveis, bem como a necessidade de solidariedade entre os que vivem as mesmas situações – elementos que constituem um núcleo saudável do senso comum, o que no léxico gramsciano é denominado de bom senso. “Entretanto, tais características também são cruzadas pela luta de classes, isto é, podem ser elementos basilares da constituição de uma consciência de classe dos trabalhadores ou de formação de uma ação política conservadora” (IASI, 2015, p. 04). Ou seja, os elementos do discurso ideológico conservador produzem a função do reconhecimento com os elementos da consciência imediata reificada, com o senso comum e a elaboração da consciência de classe se constitui em um processo de rompimento com o senso comum, de elevação deste a bom senso (ainda que sempre partindo dele).

O Brasil, inserido no contexto mundial, recebe influências do pensamento conservador, o que interfere diretamente na sua formação sociopolítica e econômica. Ao se enraizar, repercute no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira em geral, com expressões singularizadas em contextos locais.

Em seu processo de formação nacional, o Brasil desenvolve uma mentalidade conservadora particularizada por feições conciliatórias. Como reflexo das faces mercantil e feudal do domínio, o conservadorismo brasileiro teve que conciliar o

liberalismo econômico com a escravatura, ajustando-os à realidade do país. No processo de elaboração das instituições políticas ficou estabelecida uma “[...] conciliação, também institucionalmente, entre um liberalismo nas relações externas de produção e uma economia escravista nas relações internas de produção” (MERCADANTE, 1980, p. 89). De modo que tradição e liberdade fincam raízes na psicologia do homem singular brasileiro, o que delineia uma realidade essencialmente marcada por regras tradicionais conservadoras.

Diante de processos de correlações de forças e de inevitáveis mudanças, algumas reformas são assimiladas enquanto importantes estratégias de prevenção de situações revolucionárias, o que é característico de sociedades conservadoras. Trata-se de mudanças localizadas, específicas, transitórias, pontuais, paulatinas, conduzidas nos estritos limites do tradicionalismo, já devidamente testado e experimentado empiricamente (SOUZA, 2015). Ao seguir a lógica da reação à transformação, o conservadorismo assimila algumas reformas sociais, desde que não afetem a estrutura da sociedade vigente. Caracteriza-se pela apropriação de elementos novos, mas dentro de uma perspectiva anterior.

Essa postura política de reformar para conservar é historicamente reproduzida no Brasil. Em uma realidade marcada pela modernização conservadora capitaneada pelo Estado, as classes dirigentes promovem reformas que objetivam a manutenção da ordem em contextos de conflitos sociais, conduzindo o destino nacional conforme seus interesses imediatos de classe. O que pode ser percebido, inclusive, em processos ditos revolucionários, como a Revolução da Independência, a Revolução de 1930, a Revolução de 1964 – “[...] qualificam-se como revolução movimentos políticos que somente encontram sua razão de ser na forma intenção de evitá-la” (SCHIMANSKI, 2007, p. 71). Essa particularidade de modernizar econômica, social e politicamente o país sem, no entanto, romper com as estruturas de poder estabelecidas manifesta as características de processos de revolução passiva, conforme o léxico gramsciano.

Entender a dinâmica histórica que envolve esses fatos torna-se imprescindível para que se possa compreender de que forma o conservadorismo, vinculado às práticas aristocráticas, e a modernidade, apreendida ao ideário liberal, irão influenciar no destino nacional, cujas consequências podem ser sentidas ainda hoje, tendo em vista que o modelo de desenvolvimento econômico, político e social implantado pela classe dominante, no Brasil, tanto enquanto colônia como, posteriormente, na

formação do Estado nacional, reflete no quadro de desigualdade social existente no país (SCHIMANSKI, 2007, p. 69).

O contexto de Guarapuava reflete as marcas desse conservadorismo, com singularidades próprias. Os estudos de Silva (2005) e Fiuza (2016) são exemplos de pesquisas dedicadas especificamente à análise das formas de manifestação do conservadorismo local.

Silva (2005) se dedica à investigação dos aspectos que possibilitam caracterizar Guarapuava como um território conservador. A tese desenvolvida pela pesquisadora é de que a região apresenta características políticas e econômicas, refletidas em valores socioculturais, que levam à formação do que denomina de “território conservador de poder”.

O primeiro aspecto de sua abordagem se relaciona ao processo de ocupação e formação territorial, de colonização antiga luso-brasileira, sem a presença, em sua origem, de imigrantes estrangeiros. O que impediu o contato com outras culturas e modos de vida no processo de constituição societária, tendo como modelo a sociedade escravista e a relação de mandonismo entre senhor e escravo. A chegada de migrantes e imigrantes ao território acontece tardiamente e, ainda que influenciem na transformação de diversos aspectos da vida local, não foram capazes de romper com algumas barreiras já solidificadas na sociedade tradicional. A qual manteve seus valores e percebe os das demais populações como estranhos, justamente por representarem ameaça à sua hegemonia.

Outro elemento, também relacionado à forma de ocupação e formação territorial, remonta ao fato de que, na região, como em boa parte do Brasil, houve a concessão de grandes extensões de terra, as sesmarias, o que originou a composição de latifúndios e impediu o acesso à terra pelas classes subalternas. O que singulariza a região é a permanência das grandes propriedades e dos problemas decorrentes da manutenção do latifúndio. O sistema de sesmarias deu origem a praticamente todas as posteriores propriedades rurais da região e, ainda hoje, descendentes de diversas famílias da cidade são possuidoras de terras daí remanescentes (SILVA, 2005).

Aspecto que se liga às formas de exploração da terra, conforme ciclos historicamente desenvolvidos sem uma maior participação dos desprovidos dos meios de produção; o que tem consequências no empobrecimento regional. Conforme Fávoro

(2014, p. 153): “[...] mais recentemente, as monoculturas ou culturas para exportação, apesar de induzirem a uma dinâmica econômica mais intensa, exaurem o latifúndio pecuarista, mas ampliam o latifúndio agrícola, mantendo, da mesma forma, a estrutura fundiária concentrada”.

Soma-se a esse cenário a baixa dinamicidade de outros setores da economia, como a indústria madeireira, atividade industrial mais expressiva da região. Na síntese de Fávares (2014, p. 153), “[...] ligada a ramos tradicionais e comercializada praticamente sem agregação de valor, a atividade é pouco geradora de renda e empregos se comparada aos setores de comércio e serviços (que, apesar dos empregos, também são pouco dinâmicos)”. A maioria dos empregos gerados na indústria são de mão de obra pouco qualificada, conseqüentemente, com baixos salários. Aspectos que justificam o empobrecimento local e um atraso socioeconômico se comparado o município a outros de similar importância regional.

Como decorrência desses aspectos, Silva (2005) chega a duas considerações: de que conservadoras, como sinônimo de atraso econômico tecnológico, são algumas formas de produção, reflexo das ações de parte da sociedade, e não a sociedade guarapuavana. Assim como são conservadoras as relações políticas desenvolvidas entre os grupos no poder.

Constatação esta que se alinha à perspectiva gramsciana de disputa da hegemonia, a qual, ao reconhecer a dimensão mediadora que a política exerce entre a determinação superestrutural e a reprodução da vida humana, põe em tela possibilidades de rupturas, ainda que “moleculares” (LUIZ, 2011). Deste reconhecimento é que se nega a noção homogeneizadora e despolitizante de sociedades essencialmente conservadoras e inevitavelmente contestadoras.

Para Silva (2005), a análise de territórios conservadores de poder deve considerar ainda as relações constitutivas do poder político local somadas às especificidades de fatores econômicos, históricos, geográficos e culturais que sustentaram e sustentam essas relações. A permanência dos grupos dominantes na ocupação do poder político depende da conservação e não da mudança da estrutura existente. As relações políticas conservadoras se manifestam em práticas clientelistas, na troca de favores, na personificação do poder, sem ou com pouca mediação de instituições, e na intenção de preservar a “ordem” estabelecida.

Uma das singularidades assumidas pelo conservadorismo em Guarapuava é a manutenção de linhagens familiares na ocupação do poder político local, que atravessa décadas. Fiuza (2016) se dedicou à investigação desse fenômeno e constata que é de fácil verificação a presença majoritária das mesmas famílias ocupantes dos cargos públicos na cidade desde o período imperial, avançando sobre a primeira república e chegando, com rearranjos de poder, até a atualidade – resistindo inclusive à institucionalização democrática.

Na verdade, as transformações ocorridas ao longo do tempo em termos político-econômicos não foram capazes de afetar, por completo, os poderes hegemônicos seculares de alguns grupos, que se sustentam na permanência, em ideologias conservadoras, impedindo mudanças. São grupos arraigados as origens como forma de manutenção do poder. Nesse universo, o conservadorismo é utilizado como uma forma de proteção, em particular no que se refere a aceitação de outros no grupo ou na sua inserção em novos contextos sociais (SILVA, 2005, p. 102).

O elemento conservador se faz presente nas relações de poder estabelecidas por alguns grupos com tradição de domínio local, seja política e/ou econômica. E certamente é a esse contexto que se referem as impressões dos sujeitos da pesquisa ao caracterizarem a sociedade civil guarapuavana como “conservadora”.

Em síntese, é preciso levar em conta que territórios conservadores de poder são formados historicamente. O que significa tomar como base o processo singular de constituição socioeconômica da região, que está interligado a relações políticas e culturais. O depoimento do sujeito de pesquisa revela essa percepção acerca do processo histórico de formação de uma cultura política de pouca participação:

*[...] Eu acredito que essa falta de articulação, essa pouca articulação, é mais pela cultura da participação política, não só nesse viés econômico, mas quando se fala que o guarapuavano não participa, por que será que ele não participa? É uma cultura, uma formação histórica, que veio lá do coronelismo, ‘eu mando você obedece’. Então vem daí essa não participação, esse não interesse, não é só o cidadão em si, não dá pra culpabilizar o indivíduo, **é uma construção histórica, por isso não tem essa participação**. Por isso a gente tem uma dificuldade de ter a participação da população, da sociedade. Mas o papel do Observatório também é estimular essa participação, acredito que com essas discussões, com a participação em conselhos, em palestras, os projetos de Educação Fiscal, é um meio da gente romper com essa cultura de não participação política (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).*

Tal contexto não foge ao cenário nacional interpretado por Ianni (2004) que, ao revisitar alguns períodos da história do Brasil, demonstra as raízes autoritárias do

Estado se sobrepondo à sociedade e aos interesses do povo, não poucas vezes por meio da coerção violenta das manifestações populares, além da “criminalização da questão social”, da interferência, por meio da cultura, na produção de valores e representações a respeito das lutas sociais. Ou seja, além de se valer do aparato do poder estatal, com leis e uso do monopólio da violência, também na elaboração de consensos na esfera da cultura, das concepções/valorações dos comportamentos “fora da ordem”.

O resgate de três marcos históricos tradicionalmente trabalhados na sociologia brasileira (a Revolução de 1930 e a modernização capitalista do país; o golpe de 1964 e a ditadura militar; e o processo de redemocratização do país) demonstra o desenrolar de uma espécie de contrarrevolução burguesa permanente, ou o que o léxico gramsciano conceitua como “revolução passiva”. A repressão violenta é recorrente como resposta das classes dominantes, por meio do aparato estatal, aos movimentos de ascensão popular, urbanos ou rurais. E, em momentos extremos, nem as conquistas democráticas básicas da própria burguesia são preservadas.

Não obstante as experiências democráticas reais, independentemente da forma jurídico-política de poder estatal delineada na Constituição, a verdade é que **o autoritarismo predomina ao longo da história do Brasil**. Sob governos eleitos ou golpistas, civis, militares ou mesclados de militares e paisanos, em geral predomina o Estado de forma autoritária, ou predominantemente ditatorial. E subsiste a sensação de território ocupado; de povo conquistado. Subsiste a impressão de que os governantes são conquistadores (IANNI, 2004, p. 222 – *grifo nosso*).

Duriguetto; Silva; Souza (2009) corroboram com essa interpretação de que, no Brasil, a intervenção estatal no processo de modernização capitalista engendrou uma dinâmica social de incorporação das ações e demandas das classes subalternas sob a lógica da repressão, do clientelismo, do paternalismo e do autoritarismo. Esse padrão relacional estabelecido entre o Estado e as demandas e organizações das classes subalternas tem expressão direta no plano político e resulta na recorrente exclusão da participação popular nos processos de decisão política.

Essa também é a interpretação de Simionatto (1997), para quem o capitalismo no Brasil é marcado por um forte processo de exclusão das classes subalternizadas de qualquer forma de cidadania.

A acumulação interna do capital fortalecia-se e engendrava relações sociais capitalistas, dinamizando a economia sob a égide do capital industrial, criando um grande quadro ilusório de ascensão social. Posto em marcha por vias sinuosas, o crescimento econômico aprofundou as contradições já existentes, desencadeou novos conflitos sociais e marginalizou a participação popular (SIMIONATTO, 1997, p. 02).

Conforme trabalhado no capítulo anterior, o Estado brasileiro desempenhou papel decisivo no processo de modernização capitalista do país, operado de forma antidemocrática, com exclusão da participação popular, soluções autoritárias, de “cima para baixo”, que possibilitaram a hegemonia de interesses oligárquicos, burgueses e imperialistas. O traço antidemocrático da modernização política e econômica é expresso pela “[...] conciliação entre os interesses econômicos das frações das classes dominantes, pela mediação do poder estatal e pela exclusão das forças populares, que se dá seja pela via da repressão, seja pela da cooptação” (DURIGUETTO; SILVA; SOUZA, 2009). Eficientes mecanismos de transformismo acionados contra a insurreição da sociedade civil.

Nesse sentido, o velho **transformismo**, expressão das forças coercitivas, vai sendo gradativamente mesclado ao ‘consenso ativo’, caminho para a conservação do poder e para a manutenção das relações sociais vigentes. Isso porque, de um lado, ocorrem atitudes, tomadas ‘pelo alto’, para fortalecer projetos de interesse dos grupos dominantes, onde o ‘Executivo’ completa ‘por cima’ suas ações, sob o pretexto da existência de certos ‘constrangimentos legais’ que impedem a agilização da administração financeira do país; de outro, o Estado age a partir do consentimento ativo das classes que formam a base de constituição da hegemonia, que abrem mão de seus projetos em nome de um projeto universal abstrato (SIMIONATTO, 1997, p. 05 – *grifo nosso*).

A noção gramsciana de “revolução passiva”, ao ser mobilizada na interpretação desses fenômenos, traz à tona a presença conjunta de dois momentos: o de “reação” e o de “renovação”. A reação ocorre diante de conjunturas instáveis e de mudanças inevitáveis, em processos de correlação de forças; trata-se da reação das classes dominantes a possibilidades de transformações efetivas de “baixo para cima”. E, para “restaurar” o equilíbrio precedente, vê-se obrigada a “renovar” algumas práticas sociais, “[...] antecipando-se a, ou incorporando e controlando ‘por cima’, certas demandas populares com o que aumenta seu poder de controle e cooptação” (DURIGUETTO; SILVA; SOUZA, 2009, p. 15).

Nesse ínterim, se evidencia o papel que historicamente o Estado brasileiro tem desempenhado, no sentido de desestruturação de agências da sociedade civil portadoras

de vontades coletivas e projetos societários alternativos. O conservadorismo anteriormente referido se materializa na forma de um Estado centralizador e autoritário, o que resulta em um sistema político instável, em decorrência da competição entre as elites. A síntese elaborada por Avritzer (2005, p. 569) é de que

Entre 1945 e 1964, o regime político dominante foi uma forma de corporativismo, o qual, depois de um breve período de intenções democráticas, se tornou uma forma autoritária de corporativismo, na qual tanto as eleições regulares quanto os direitos políticos e civis estiveram suspensos. Entre 1945 e 1964, o regime político dominante foi uma forma instável de populismo semidemocrático. Todos os mandatos presidenciais nesse período estiveram sujeitos a algum tipo de questionamento antidemocrático.

Regime político que vivencia, no trânsito do século XX para o século XXI, uma estabilidade da institucionalidade democrática que se confronta com a condução macropolítica neoliberal, bem como com os determinantes da cultura política para efetivação do pacto social constitucionalizado. E, às vésperas de completar três décadas dessa estabilidade institucional, a democracia brasileira é novamente abalada por crises institucionais. O que se tem intentado neste estudo é apreender o papel que a sociedade civil, em uma manifestação empírica localizada, desempenha com relação à democracia. O depoimento abaixo demonstra essa compreensão do sujeito de pesquisa acerca da historicidade dos fenômenos e também a intencionalidade da organização em desenvolver processos que estimulem a construção de uma cultura de participação política:

*[...] Eu acredito que essa falta de articulação, essa pouca articulação, é mais pela cultura da participação política, não só nesse viés econômico, mas quando se fala que o guarapuavano não participa, por que será que ele não participa? É uma cultura, uma formação histórica, que veio lá do coronelismo, 'eu mando você obedece', então vem daí essa não participação, esse não interesse, não é só o cidadão em si, não dá pra culpabilizar o indivíduo, **é uma construção histórica, por isso não tem essa participação**, por isso a gente tem uma dificuldade de ter a participação da população, da sociedade. Mas o papel do Observatório também é estimular essa participação, acredito que com essas discussões, com a participação em conselhos, em palestras, os projetos de Educação Fiscal, é um meio da gente romper com essa cultura de não participação política (OBSEVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).*

Herdeira desse padrão relacional entre Estado e organizações de defesa dos interesses das classes subalternas, a sociedade civil brasileira vivencia um processo de

adensamento e proliferação de movimentos e organizações sociais, ao final da década de 1970. O contexto de “projeto” e “processo” de redemocratização interpretado como mais um episódio que manifesta as características transformistas de “revolução passiva” foi desenvolvido no capítulo anterior. Opera-se, nesse contexto, uma reconfiguração da organização civil, que passa a ocupar os espaços institucionalizados de participação como campo estratégico na luta por direitos de cidadania (DURIGUETTO, 2007).

No entanto, os desdobramentos da institucionalidade democrática adquiriram contornos paradoxais ao sucumbirem Estado e sociedade brasileiros à ofensiva neoliberal. Organizações e movimentos defensores de interesses das classes subalternas são transpassadas por uma lógica despolitizadora e fragmentadora de suas lutas e demandas e, em um processo de “confluência perversa”, a participação política passa a se orientar pela defesa de interesses mais corporativos e setoriais (DAGNINO, 2004).

A partir do reconhecimento do papel desempenhado pelos mecanismos privados da sociedade civil nesse processo, procedeu-se na investigação das relações que as organizações estabelecem entre si na análise do *conteúdo político* fruto desse universo organizacional. Do que foi possível depurar, como ponto de partida, que se relacionam por meio de parcerias pontuais⁵⁵, sem um nexo de planejamento coletivo (característica que vai delineando a condição “gelatinosa” da sociedade civil).

*Talvez a gente tenha um pouco de **distância da sociedade civil organizada de Guarapuava**, talvez a gente não conheça tanto, em função de trabalharmos com um público que é do campo. Então não temos uma proximidade, por exemplo, com uma associação de moradores de bairro. Mas **tem parcerias pontuais**, por exemplo, uma organização das mulheres que se organizam na pastoral da criança resolveu fazer uma discussão sobre segurança alimentar e nos chamaram pra um momento de formação e fomos convidados para estar nesse espaço, sempre mantivemos esse tipo de parcerias. Mas não que tenhamos um conjunto aqui, que façamos um debate amplo (CEMPO, 2016 – grifo nosso).*

*A **relação nossa é da execução mesmo**, de encaminhamento de casos, que aí a gente conhece quem está atuando. Mas temos bastante dificuldade, assim, a gente encaminha, aí falta retorno, tem que ligar de novo [...]. É esse contexto que eu falo, do todo, não tem ainda essa prática do trabalho em rede (CARITAS, 2016 – grifo nosso).*

⁵⁵ “Pontual” aplicado na acepção de “que não se prolonga no tempo ou não se estende à totalidade”, “que indica ausência de duração no tempo”, “que dura somente um instante, um momento”, “que está contido numa situação, num problema específico”. (Fonte: <https://dicionariodoaurelio.com/pontual>).

O Movimento de Mulheres da Primavera relata estabelecer parcerias com segmentos de mulheres de organizações profissionais, com setores da universidade, com a paróquia local, associação de moradores e escolas:

*Nós temos [...] uma proximidade muito grande com vários **segmentos de mulheres**, tem a Comissão da Mulher Contabilista [...], tem o Conselho da Mulher Executiva da ACIG, tem a Comissão da Mulher Advogada. São várias, sem contar que quando a gente precisa de algo a mais a gente tem todo um contato com as universidades, seja a própria Unicentro [...]. E com Sebrae para trazer cursos [...] são várias entidades assim, Sesi, Senai, Sebrae. Tanto eles participam quanto a paróquia, Associação de Moradores, as escolas são muitos parceiros aqui do bairro, né, então tanto eles participam quanto nós participamos quando eles fazem os eventos também. Daí eles convidam e nós participamos também como movimento de mulheres lá para ser uma com todas (MOVIMENTO DE MULHERES DA PRIMAVERA, 2017 – grifo nosso).*

Já o Observatório Social conta com o apoio de sindicatos e cooperativas, efetivado na forma de financiamento da organização, sem maiores interações. Coloca-se como ferramenta da sociedade para fortalecimento do controle social:

*Quando falamos em controle social, é um tema que cabe em qualquer espaço, toda a sociedade civil tem um viés de controle social, **então o Observatório Social participa daquela organização para reforçar o controle social daquela organização**. [...] Nós somos apoiados por vários sindicatos, o sindicato dos bancários é co-fundador, o SISPMUG, o sindicato da construção civil, o sindicato dos metalúrgicos, da madeira. Várias cooperativas nos apoiam, a Cooperativa Agrária, a COAMIG, o SICOOB, o SICREDI. Por ‘falta de perna’, **o que não temos conseguido é interagir com essas organizações**, isso seria o ideal, que essas empresas que nos apoiam, que tivéssemos uma correlação, que estivéssemos trabalhando juntos [...]. As reuniões de prestação de contas do Observatório também se constituem em um espaço de discussões coletivas. Porque, veja bem, o Observatório está aberto, é uma ferramenta da sociedade, só que em função dessas nossas limitações, nós estamos com dificuldade de ir atrás, mas se vierem está aberto, não temos restrição nenhuma, a não ser aquelas duas questões de não serem recursos públicos e não ter coloração partidária, só isso, para o resto estamos abertos (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).*

Apesar dessa aproximação caracterizada como pontual, emerge dos depoimentos um amplo reconhecimento da importância da articulação em **rede**, tanto no sentido de enaltecer as contribuições dessa articulação quanto no de ressaltar a necessidade de fortalecimento dos laços. O depoimento abaixo se mostra otimista quanto à existência de uma rede de apoio entre as instituições prestadoras de serviços socioassistenciais:

Eu vejo que as entidades são bem parceiras, tanto no acolhimento dos usuários que são encaminhados ou recebidos, tanto na questão da doação. Por exemplo, se vem alguma doação destinada para o Renascer e a

*instituição não necessita nesse momento, seja de alimentos, roupas, etc. ligamos para uma entidade que tenha essa necessidade nesse momento e repassamos essa doação. Ou seja, nesse sentido há realmente **uma rede de apoio das instituições entre si** e do acolhimento do usuário. É uma rede, procuramos o serviço em rede para saber da demanda também dos outros. Por isso digo que não é uma coisa só nossa, é uma dificuldade de todos, porque estamos sempre conversando, trocando ideias, fazemos ações em conjunto [...] (RENASCER, 2016 – grifo nosso).*

Alguns contributos acerca do conceito de rede⁵⁶ a definem como “[...] conjunto de unidades sociais e de relações, diretas ou indiretas, entre essas unidades sociais”, as quais podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos, informais ou formais, como associações, empresas, países. “As relações entre os elementos da rede podem ser transações monetárias, trocas de bens e serviços, transmissão de informações, podem envolver interação face a face ou não, podem ser permanentes ou episódicas” (PORTUGAL, 2007, p. 24).

Uma rede pode ser o resultado do processo de agregação de várias organizações afins em torno de um interesse comum. O termo remete à ideia de “[...] articulação, conexão, vínculos, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços” (BOURGUIGNON, 2001, p. 04). Pode ser mobilizado enquanto simbologia para análise de relações sociais, correspondendo a situações de permanência, e não a articulações temporárias (pontuais).

Remete, ainda, à interação entre pessoas, instituições, famílias, municípios ou estados mobilizados coletivamente em torno de um objetivo comum que melhor seria viabilizado por meio do estabelecimento de parcerias. A formação de redes pode se manifestar em campos diversos: empresas, políticas públicas, movimentos sociais, apoio social e psicológico, etc. (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013).

Bourguignon (2001) elabora um quadro classificativo de redes sociais e explica que, em um mesmo contexto são possíveis diferentes formas de manifestações de redes e que uma não exclui a existência da outra.

⁵⁶ “Rede” enquanto conceito e parâmetro de análise perpassa visões díspares e abordagens diferenciadas que remetem a diferentes matrizes teóricas. Para uma abordagem ampliada sobre o conceito de rede na teoria sociológica, consultar Portugal (2007).

QUADRO 12 – Classificação das Redes Sociais

TIPOS DE REDE
REDE SOCIAL ESPONTÂNEA: constituída pelo núcleo familiar, pela vizinhança, pela comunidade e pela Igreja. São consideradas as redes primárias, sustentadas em princípios como cooperação, afetividade e solidariedade.
REDES SÓCIO-COMUNITÁRIAS: constituída por agentes filantrópicos, organizações comunitárias, associações de bairros, entre outros que objetivam oferecer serviços assistenciais, organizar comunidades e grupos sociais.
REDE SOCIAL MOVIMENTALISTA: constituída por movimentos sociais de luta pela garantia dos direitos sociais (creche, saúde, educação, habitação, terra...). Caracteriza-se por defender a democracia e a participação popular.
REDES SETORIAIS PÚBLICAS: são aquelas que prestam serviços e programas sociais consagrados pelas políticas públicas, como educação, saúde, assistência social, previdência social, habitação, cultura, lazer, etc.
REDES DE SERVIÇOS PRIVADOS: constituída por serviços especializados na área de educação, saúde, habitação, previdência, e outros que se destinam a atender aos que podem pagar por eles.
REDES REGIONAIS: constituídas pela articulação entre serviços em diversas áreas da política pública e entre municípios de uma mesma região.
REDES INTERSETORIAIS: são aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às necessidades dos segmentos vulnerabilizados socialmente.

Fonte: BOURGUIGNON (2001).

As falas dos sujeitos de pesquisa expressam dois tipos de articulação em rede: vínculos estabelecidos entre organizações da sociedade civil; e redes intersetoriais remetidas ao campo da gestão de políticas públicas. Com relação aos vínculos estabelecidos entre si, os depoimentos fazem menção à estruturação de uma “*Rede do Terceiro Setor*”.

*Agora formalizamos, por meio da articulação do Instituto GRPCOM, a **Rede do Terceiro Setor** em Guarapuava. O objetivo dessa rede é trazer as situações bacanas que acontecem dentro das entidades para as outras. Então é uma parceria que as entidades vão ter sobre onde buscar recursos, etc. Serão reuniões bimestrais e vai ajudar muito, é uma forma de reconhecimento e que vem somar esforços com outras iniciativas (RENASCER, 2016 – grifo nosso).*

*Agora estamos mais próximos devido à **Rede do Terceiro Setor**, então a gente está se reunindo mais. Agora está com o objetivo maior que é a Nota*

Paraná, mas a gente tem os mesmos objetivos, então por que não estarmos juntos? Então a gente está bem mais próximo. Antes nós tínhamos essa questão de proximidade com o Instituto Dom Bosco, com algumas instituições, mas agora a gente está mais próximo de quase todos, todos que participam da rede a gente tem esse contato. [...] Então essa articulação é muito importante e eu acredito que está ficando mais forte. Tem ainda aquela coisa de “eu quero mais”, mas acredito que está diminuindo, está melhorando essa concepção de que “juntos somos mais” (JOÃO PAULO, 2016 – grifo nosso).

A “Rede do Terceiro Setor”, em sua recente e inicial estruturação, é referida como espaço de troca de experiências; estabelecimento de parcerias entre as organizações participantes por meio da realização de ações em conjunto para captação de recursos; o que pode diminuir a competitividade entre as entidades privadas socioassistenciais, existente principalmente em função da disputa por financiamento, tanto no âmbito dos Conselhos, na divisão dos fundos públicos, quanto na concorrência por subsídios privados/voluntários.

Apesar do reconhecimento da importância da articulação do trabalho em rede, fica evidente nos depoimentos coletados que essa é uma relação mais restrita a um tipo específico de organização civil, que são as prestadoras de serviços socioassistenciais. Esse dado se manifesta tanto nas falas dos sujeitos que compõem as redes, reconhecendo essa ausência, quanto na fala dos sujeitos que não se identificam como compondo esses espaços.

O relacionamento é com as entidades socioassistenciais mesmo, o contato com outras formas de organização da sociedade civil é pouco. As vezes em que tentei contato nos bairros, eu não encontrei a pessoa de referência da associação do bairro, para quem sabe buscar alguma melhora para o território... então por desconhecimento acabamos deixando de lado essa parceria, até porque não encontramos pessoas de referência para firmarmos parcerias. E até nos conselhos, vemos que não são expressivas as participações, embora eles tenham cadeira nos conselhos a gente vê que pouco participam. Então ficamos sem essa referência de quem são as pessoas, mais por isso mesmo que talvez não conseguimos esse diálogo (RENASCER, 2016 – grifo nosso).

[...] o trabalho em rede são as entidades. Nós não temos um trabalho em que toda a sociedade possa participar, associação de moradores e outros, etc. (JOÃO PAULO, 2016 – grifo nosso)

A denominação da articulação enquanto uma “Rede do Terceiro Setor” transpõe a assimilação inquestionável dessa terminologia por parte das organizações

civis. Contudo, nem todas se alinham aos objetivos emergentes dessa noção. Como por exemplo, a associação “Outro Olhar”:

[...] tem algumas redes por aí acontecendo [...] mas como a gente falou no início, as organizações aqui da região são muito tradicionais e a gente tem um outro olhar [...] bastante no assistencialismo e o nosso é um pouco diferente, um outro viés... então tem um cuidado da gente se manter participando e construir coisas mais sólidas nesses espaços. Mas os objetivos não são ainda tão comuns, não bate... [...] Formou-se a ‘Rede do Terceiro Setor’ aqui, a gente ficou empolgado e tal, mas nos últimos tempos virou uma coisa só de fundo de recursos, e a gente queria mais... por mais que seja importante, mas é uma coisa, não só isso, poderia ser muito mais que isso. E a gente não se identificou, faltou a empatia (OUTRO OLHAR, 2016).

Apesar de não se alinhar com os objetivos da “Rede do Terceiro Setor” organizada em âmbito local, a associação faz referência à articulação com outras iniciativas, na esfera regional, em que há convergência de perspectivas e objetivos. De modo que se torna inegável a importância atribuída pelas organizações à articulação em redes.

*Essa rede [Popyguá] acho que deu essa identificação, de você ver o teu trabalho e se sentir irmão mesmo [...] e de trabalhar junto. Então **a nível local nós somos frágeis**, não temos essas relações, são bem tênues na verdade, e a nível regional a gente consegue, pelo menos do nosso ponto de vista, ter essa relação mais forte, de conhecimento e para fazer alguma coisa juntos. E é importante porque se você está sozinho, você se sente isolado, desanimado, achando que você sozinho, está lutando contra um monstro enorme, e aí se você tem essas relações, aí você vê “não, é bastante gente seguindo por este caminho”. [...] Então isso fortifica, te dá forças para seguir o caminho, então nesse sentido é importante sim esse reconhecimento, essas redes. Só a nível local que a gente ainda está fraquinho [...]. Recentemente começamos uma parceria com uma rede de agroecologia, porque todo o trabalho, como a gente pensa na sustentabilidade, a gente trabalha pautado pela agroecologia. Então não fazemos florestamento com espécies exóticas, a gente faz reflorestamento com espécies nativas, trabalha a agrofloresta, extrativismo de forma organizada, sustentável. Então a gente começou a fazer parte dessa rede que se chama Rede Paranaense de Agroecologia. São entidades públicas da sociedade civil que trabalham com agroecologia, a maioria são agricultores, alguns com o setor urbano, de hortas urbanas, pra pensar junto em ações e em como uma pode fortalecer a outra. “Ah, eu faço isso, você aquilo” o que a gente pode trocar de experiências e até de produtos mesmo, pra se fortalecer. Ajuda muito, **é uma rede de ajuda mútua**. (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).*

Nota-se, desse modo, que o trabalho em rede no município é mais circunscrito às entidades socioassistenciais, sem maiores envolvimento com outras formas de organização da sociedade civil, como associações de moradores ou movimentos sociais. Do que é possível depurar um padrão relacional marcado pela segmentação entre as

organizações prestadoras de serviços sociais (Caritas Socialis, Instituto Educacional João Paulo II, Instituto Educacional Dom Bosco, Centro de Nutrição Renascer) e as de caráter mais reivindicativo e organizativo (Movimento de Mulheres da Primavera, Centro de Apoio ao Campesinato – CEMPO, Observatório Social, Associação Outro Olhar e União Guarapuavana de Associações de Moradores – UGAM).

E, mesmo no interior desses dois blocos, há o relato da falta de conhecimento mútuo, conforme demonstra o depoimento:

*Primeiro eu acho que nós, como um todo, as organizações, **não conhecemos o trabalho de todos**. Por exemplo, uma atividade que atende idosos não nos visitou ainda, então eu acho que **é aí que começa a não ter esse fortalecimento**. Como que vai se fortalecer se não conhece o trabalho que é feito. Acaba tendo mais proximidade através do Conselho. [...] Na reunião do **Conselho**, algumas pessoas acabam se conhecendo, mas não são todos os integrantes dos conselhos que conhecem todas as entidades, e nem os próprios funcionários das entidades, porque não são todos os funcionários que participam dos conselhos, então eu acho que tem que começar por aí. Se são vinte organizações, “vamos conhecer as outras 19”, o que é o trabalho, “será que nós conhecemos as outras organizações?” Eu acredito que não. [...] Até mesmo porque a gente atende às vezes o “Joãozinho”, ele vem aqui, vai lá no Renascer, no S.O.S, e aí acaba fazendo às vezes as mesmas ações, acaba “reutilizando” aquele usuário, porque conta aqui, conta lá, conta acolá, se a gente não tiver essa ação em conjunto [...] Já se pensou na reunião da Rede do Terceiro Setor de cada reunião ser feita em uma instituição, mas a gente não conseguiu levar isso adiante. Até em uma próxima reunião precisamos lembrar isso, porque a gente virou a “Nota Paraná”, só virou isso agora, então tem que dar uma retomada de qual o objetivo da Rede, a campanha é uma das coisas, mas tem muitas outras que a gente pode colocar em prática (JOÃO PAULO, 2016 – grifo nosso).*

Na percepção dos sujeitos, o conhecimento mútuo do trabalho realizado pelas organizações parceiras é elemento primordial para o fortalecimento da sociedade civil e também no respeito aos usuários dos serviços. Destacam os conselhos como espaço privilegiado desse encontro, mas que ainda não se efetiva de forma a considerarem satisfatório. Assim como a “Rede do Terceiro Setor”, a qual, a princípio, se organizou tendo este como um dos objetivos, mas que hoje concentra suas ações na estratégia de captação de recursos financeiros por meio do programa “Nota Paraná”⁵⁷. Sobre a

⁵⁷ Programa criado pelo Governo do Estado do Paraná com o objetivo de incentivar os consumidores a exigirem a entrega do documento fiscal. Os consumidores que, no momento da compra, solicitarem a inclusão do número de seu CPF no documento fiscal acumulam créditos e concorrem a prêmios em dinheiro. As entidades sem fins lucrativos que atuam nas áreas de assistência social, cultural, esportiva, saúde, defesa e proteção animal podem se beneficiar do Programa Nota Paraná recebendo créditos e bilhetes para concorrer aos sorteios a partir de documentos fiscais relativos às suas aquisições próprias; doação de documentos fiscais sem identificação, depositados em urnas nos estabelecimentos e

relação com outras formas de organização civil, respondem: “*Não existe, infelizmente. Até mesmo aqui, a associação de bairro está ocupada por uma família, estava destruída, porque não existe associação. Então não tem muito essa ligação*” (JOÃO PAULO, 2016).

Nota-se que a tentativa de articulação das ações em rede se dá enquanto iniciativa organizada a partir de uma instituição privada (Instituto GRPCOM⁵⁸) e não por meio da gestão pública. Ou seja, o movimento de articulação em rede acontece, ainda que precário, mais localizado no âmbito da própria sociedade civil. A vinculação com os órgãos governamentais prestadores de serviços é fragilizada, assim como a organização intersetorial. O que se soma à percepção acerca da falta de um envolvimento mais efetivo dos órgãos governamentais nos espaços e momentos em que há a tentativa de organizar as ações nas áreas das políticas sociais em rede no município.

*Entre a sociedade civil a gente consegue fazer esse trabalho bem, com a rede do município é uma coisa que a gente está começando a articular. A sociedade civil já está mais articulada, ela consegue estar mais fortalecida, mas com o município a gente está começando a encaminhar. Mesmo que tem todo o processo da própria equipe técnica do município, faz pouco tempo que o município consegue ter essa equipe técnica em cada CRAS, em cada segmento, então agora que a gente está começando. Mas eu acredito que **tem muito ainda o que fortalecer**, é uma coisa que está engatinhando [...]. **Com a sociedade civil é mais fácil**, a luta nossa é a mesma, os mesmos desafios, as mesmas buscas, mesmo financeiro. Então com o município já é um pouco mais diferente, a gente tem um pouco essa dificuldade, mas eu acredito que já se caminhou muito desde o início que eu comecei a trabalhar aqui. Faz cinco anos que estou aqui, então faz uns três, dois anos que a gente vê que a mudança está sendo bem melhor, com a própria rede socioassistencial do município (DOM BOSCO, 2017 – grifo nosso).*

***Nem sempre temos esse retorno da rede, que é bem fragilizada, principalmente a área intersetorial.** Na Assistência a gente já sente um fortalecimento maior, mas tem as fragilidades, por os territórios serem muito grandes e as equipes serem pequenas, mas a gente já consegue uma sustentação maior. Mas na área intersetorial, principalmente na área de saúde e educação, temos ainda bastante desafios para ter retorno (CARITAS, 2016 – grifo nosso).*

digitados no sistema Nota Paraná; e doação de documentos fiscais sem identificação realizada pelos próprios consumidores a favor da entidade por meio do sistema da Nota Paraná (Fonte: http://www.notaparana.pr.gov.br/modules/discussoes/discussao.php?cod_discussao=4).

⁵⁸ Ligado ao Grupo Paranaense de Comunicação (RPC), se auto identifica como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuante nas áreas de educação e cultura e fortalecimento do terceiro setor (Fonte: <http://institutogrpcom.org.br/sobre/>).

A noção de rede aqui evocada remete a uma segunda acepção, relacionada ao campo da gestão de políticas públicas. As redes intersetoriais se inserem no âmbito da ressignificação da proteção social e sua consequente gestão a partir do processo de democratização da sociedade brasileira. Inscrevem-se no contexto da modernização das políticas sociais pactuada na CF/88, no sentido de mudança do paradigma das necessidades para a concepção dos direitos fundamentais (NEVES, 2009).

Nesse contexto, surge a questão da descentralização político administrativa das políticas sociais, assimilada tanto por intencionalidades de democratização da gestão social quanto por intencionalidades de redução do gasto social do Estado.

A adoção da estratégia de descentralização nos países latino-americanos acontece contextualizada por crises político-econômicas e emerge como sinônimo de democratização, com vistas à transferência de poder e de funções administrativas para outras esferas do governo. Contudo, conforme a concepção do papel do Estado adotada pelos governos, o seu conceito varia substantivamente (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013).

De modo que diferentes apropriações acerca da descentralização na gestão das políticas sociais se colocam em tela. Por um lado, a perspectiva constitucional de descentralização da gestão pública, democratizando a relação do Estado centralizador, abrindo maiores possibilidades de participação da sociedade civil, bem como de interferência das esferas estaduais e municipais na condução das políticas de acordo com as particularidades dos diferentes territórios. Apresenta-se como alternativa com o potencial de conjugar esforços para democratização das políticas públicas, incentivar e institucionalizar a participação da sociedade civil nos processos decisórios.

Em contraponto a uma perspectiva neoliberal que, ao defender a desoneração do Estado na execução das políticas sociais, a transfere para o âmbito da sociedade civil. Difunde-se aqui a noção de “terceiro setor”, em que o Estado deveria estabelecer uma nova relação com a sociedade, articulando o público e o privado mediante a interação do estatal com diversos segmentos da sociedade na implementação das políticas sociais. Trata-se do contexto de desmonte do Estado Intervencionista e de reprivatização das formas de enfrentamento da questão social, o que é promovido pelas reformas neoliberais. Processo de transferência de responsabilidades estatais para o setor privado (mercantil ou não mercantil) que gera mercantilização dos serviços sociais para os que conseguem, de alguma maneira, pagar por eles, e de refilantropização para os que não

podem arcar com os serviços e acabam por acessá-los nas organizações sociais (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013).

Do ponto de vista neoliberal, as redes têm valor estratégico, sobretudo porque seu modelo de organização possibilita identificar os constrangimentos do contexto atual, facilitando o compartilhamento de recursos, práticas e saberes entre as instituições, de maneira a maximizar a efetividade de suas ações e alcançar a eficácia e a eficiência das ações. Por outro lado, no caso dos movimentos sociais, em uma perspectiva progressista, a rede está mais orientada para a construção de uma nova relação entre Estado e sociedade, apontando para ampliação da democratização e da participação da população nos processos decisórios (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 119).

Ou seja, ambas perspectivas advogam o léxico da participação e da cidadania. E, a pender por um ou outro lado, a intersetorialidade se inscreve como um fato que é consequência da descentralização. Remetida aos processos de gestão pública, se tornou requisito de implementação das políticas setoriais enquanto estratégia de articulação entre as diferentes políticas e também entre os setores governamental e não governamental prestadores de serviços sociais. Pois, além de cada área da política pública ter uma rede própria de instituições e/ou serviços, existem também organizações privadas que atuam de forma paralela às demais políticas e muitas vezes atendendo aos mesmos usuários (BOURGUIGNON, 2001).

A noção das ações articuladas em rede emerge a partir da intersetorialidade como princípio que corresponde à compreensão da complexidade dos fenômenos que são objeto das políticas sociais e de superação da sua tradicional setorialização no Brasil. A perspectiva de entrelaçamento a que evoca a palavra ganha materialidade por meio da cooperação estabelecida entre órgãos governamentais em seus variados setores e organizações da sociedade civil prestadoras de serviços e/ou defensoras de direitos sociais. No plano das políticas públicas, corresponde à ação articulada e integrada entre as diversas organizações governamentais e não governamentais que atuam nas políticas sociais (NEVES, 2009). E, inferido como conotativo do caráter “gelatinoso” da sociedade civil, é justamente à falta desse tipo de articulação intersetorial, sem uma relação forte com o Estado, que remetem os depoimentos dos sujeitos de pesquisa.

Para Pereira e Teixeira (2013, p. 121), redes intersetoriais são aquelas que “[...] compartilham serviços das organizações governamentais, não governamentais, do setor

privado e até mesmo da comunidade, tendo em vista o atendimento integral das demandas sociais”. Em síntese, pode-se dizer que,

A noção de intersectorialidade surgiu ligada ao conceito de rede, a qual emergiu como uma nova concepção de gestão contrária à setorialização e à especialização, propondo, por outro lado, integração, articulação dos saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos. Cabe ressaltar que a descentralização estabeleceu-se como categoria precursora da intersectorialidade, pois, na medida em que ela propõe transferência de poder, especialmente para o nível municipal, a intersectorialidade aparece como uma estratégia de gestão integrada para a abordagem dos problemas sociais, respeitando a autonomia de cada ator envolvido no processo. Nesse sentido, pela via da descentralização cabe, principalmente aos gestores municipais, o papel de operacionalizar o desenvolvimento de ações intersectoriais no âmbito da gestão das políticas sociais (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013, p. 122).

Contudo, a implantação integrada das diversas políticas sociais não depende apenas da vontade política de quem tem o poder e os recursos disponíveis, pois é preciso considerar que cada política setorial tem seus interesses e práticas histórico e culturalmente estabelecidos. Desse modo, para que haja a articulação das políticas sociais, emerge a necessidade de mudança de práticas, padrões, valores e cultura organizacional das instituições públicas gestoras das políticas sociais (JUNQUEIRA, 2004). A partir do exposto pelos sujeitos da pesquisa é possível constatar que a organização de uma gestão pública intersectorial no município ainda se constitui num desafio, apesar do reconhecimento de sua importância na efetivação das políticas públicas.

Além de questões operacionais ligadas à institucionalização de uma rede intersectorial, como o conhecimento do que é feito pelos atores em uma mesma área, somam-se, enquanto desafios que se impõem, elementos culturais relativos à gestão pública. Uma vez que essa nova forma de atuar implica mudanças nas práticas e na cultura das organizações gestoras das políticas sociais (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013). E, além do peso que a cultura exerce, a vontade política dos sujeitos envolvidos também é determinante no processo de modernização da gestão.

De modo que é preciso reconhecer que a intersectorialidade proposta a partir do processo de descentralização se depara, por vezes, com a resistência de grupos de interesses e exige dos atores envolvidos uma mudança cultural no trato com os demais serviços governamentais e não governamentais, inseridos em um ambiente

tradicionalmente setorial e agravado por uma cultura política marcada por ações de caráter clientelista, paternalista e assistencialista (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013).

É possível afirmar que a intersectorialidade não diz respeito apenas a uma estratégia técnica, administrativa ou de boa prática gerencial, mas a um processo eminentemente político, vivo e conflituoso, que envolve interesses competitivos, jogo de poderes, mudanças culturais e de estruturação da gestão pública (PEREIRA, 2014). Por isso é tão enfatizada a sua importância pelos sujeitos da pesquisa.

O eixo de análise desenvolvido até aqui partiu da identificação de uma sociedade civil caracterizada como conservadora; que se relaciona de forma pontual; expressando o reconhecimento da importância da articulação em redes (das organizações entre si e de forma intersectorial); o que desemboca, contraditoriamente, na segunda característica remetida à sociedade civil em Guarapuava, marcada pela **desarticulação**.

*É bem **desarticulada**, não existe aquele elo. Às vezes tem interesses de alguns grupos, mas não são unidas, poderiam ser mais. É cada um no seu canto, acho que poderiam ser unidas, até porque muitas lutam pelas mesmas coisas, mas não existe esse elo (UGAM, 2016 – grifo nosso).*

*[Falta] esse olhar macro, esse olhar na luta pela política pública, sem uma preocupação tão grande com o se manter. Visualizar esse todo e lutar mais juntos. Porque a luta acaba sendo muito fragmentada. Muita coisa que funciona aqui nesse município é graças à sociedade civil. Em linhas gerais eu falaria assim. O terceiro setor aqui tem cumprido o seu papel, e as tentativas frágeis de caminhar mais junto. Eu vejo que a sociedade se expressa, está presente nos fatos, nos acontecimentos, mas ainda ‘apagando fogo’, de forma emergencial, ainda não está conseguindo atingir os problemas estruturais que temos no município. E isso por **falta de articulação**, porque sozinho a gente não dá conta de fazer isso. Essa falta de mobilização mesmo, de pensar mais conjuntamente, de um planejamento estratégico para o município, de forma mais conjunta mesmo, incluindo também o poder público. Cada um pensa sozinho lá no seu território, na sua comunidade, na sua localidade (CARITAS, 2016 – grifo nosso).*

*O grande problema de Guarapuava é justamente a **falta de articulação**. O Observatório de certa forma faz o papel de articulação quando chama as entidades para discutir alguns assuntos relevantes. Mas eu até brinco que ‘o guarapuavano não gosta de Guarapuava’, porque a maioria das pessoas que se preocupam com Guarapuava são os de fora, o guarapuavano não se preocupa. Eu não sou sociólogo nem nada, então não consigo ter uma visão clara do que é esse conformismo, esse comodismo (OBSEVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).*

*Eu vejo que é heterogênea. Algumas são proativas, algumas não se veem como parceiras, até mesmo pela questão do recurso, ‘porque você conseguiu mais e eu menos’, tem ainda essa cultura e **falta de entendimento de que todas estamos em prol de um único objetivo**. Então não é algo que possamos dizer que hoje todas estão em grande sintonia, temos entidades que estão em*

sintonia maior, mas sabemos que existe essa correlação de forças entre as instituições. É uma questão cultural, ou falta de entendimento das pessoas que estão à frente... então é bem heterogêneo. [...] Pouco participativa, esmorecida (RENASCER, 2016 – grifo nosso).

***Frágil.** Acho que ela desenvolve um trabalho que é importante, mas que ainda precisa se fortalecer enquanto sociedade. [...] O que falta, acredito, é fortalecer. É articular. Acho que é possível, com certeza (JOÃO PAULO, 2016 – grifo nosso).*

Gramsci (2007, p. 194), ao considerar questões relativas à “espontaneidade” e direção consciente das classes sociais, afirma se tratar de um fenômeno multilateral, e acentua que não existe na história espontaneidade “pura”. Ou seja, os movimentos organizativos da sociedade civil expressam uma “multiplicidade” de elementos de “direção consciente”, que, contudo, não ultrapassam o nível do senso comum. Por isso são “espontâneos”: “[...] no sentido de que não se devem a uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente, mas que se formaram através da experiência cotidiana iluminada pelo ‘senso comum’” (GRAMSCI, 2007, p. 197).

Manifesta-se o reconhecimento de que a história das classes subalternas é fragmentada, desagregada, episódica, particularista e atravessada por ideologias conservadoras. Entretanto, a partir da práxis política é possível superar essa fragmentação e modo de pensar desagregado em uma unicidade de pensamento crítico e coerente. “São expressões de ‘conformismo e resistência’, de determinismo e voluntarismo, de senso comum e de bom senso que se inscrevem na prática cotidiana e que podem ser resgatadas [...] como possibilidades concretas na construção de uma nova racionalidade” (SIMIONATTO, 1997, p. 06).

A destoar da maioria da percepção dos demais sujeitos, as representantes do Instituto Educacional Dom Bosco e do Movimento de Mulheres da Primavera se mostram mais otimistas, ainda que a articulação visualizada seja restrita aos segmentos com que atuam (adolescentes e mulheres).

*Eu acredito que ela é muito **articulada**, busca sempre estar melhorando e busca ser vista pela sociedade em prol do objetivo nosso que é o foco do nosso público, que é a vulnerabilidade social. Eu vejo que todas elas são articuladas, que todas buscam pelo trabalho em conjunto. Ela é militante, corre atrás e briga pelo que quer. [...] Nós achamos que hoje é uma relação fortalecida. Hoje nós temos essa articulação. Já não existe mais essa demanda de conflitos, de achar que a minha é melhor, então cada uma realiza o seu trabalho e tenta ajudar a outra entidade também de várias formas. Até, inclusive, às vezes acontece. Ah, tem um projeto a nível*

*estadual, que a entidade que pode atender, que pode ser contemplada é nós, então **essa articulação é feita em rede**, onde eles nos ajudam, onde a gente encaminha projetos. Então hoje eu vejo que de um tempo para cá essa articulação está muito boa, muito próximo, é um trabalho de companheirismo mesmo, já que o nosso foco é o mesmo, é a proteção, é o direito daqueles que mais precisam, que estão em vulnerabilidade (DOM BOSCO, 2017 – grifo nosso).*

*Eu, no meu ponto de vista, não sei se sou muito otimista, eu acho que ela é articulada. Eu acho assim pelos resultados que a gente tem, pela caminhada, sabe, elas são muito parceiras, **pelo menos no segmento das mulheres** eu considero. [...] Mas eu acho que ela tem uma articulação assim que eu gosto dessa articulação que tem aqui. Me alegra sabe, dá esperança. [...] Eu acho que Guarapuava, que tem um histórico de conservadorismo, tá se reunindo, falando coisas. [...] Precisa participar mais. Precisa se organizar mais, são pequenos grupos né, pequenas assim que fazem dar resultado, mas eu acho que precisa de mais envolvimento de Guarapuava (MOVIMENTO DE MULHERES, 2017 – grifo nosso).*

Ou seja, mesmo que insipiente, há alguma forma de articulação entre as organizações, e esse envolvimento é elemento de motivação e fortalecimento. Sendo possível incluir, junto aos achados da pesquisa, também pistas de caminhos para fortalecer a organização civil.

*[...] Um exemplo, a entidade que está lá em Entre Rios, com a vila dos brasileiros, ela já grita lá no Conselho que está terrível lá, mas ninguém se propõe a sentar e fazer um planejamento, que com certeza a realidade que está se manifestando lá também está aqui, porque os nossos usuários transitam. Nesse sentido que falta alguém que coordene isso, que se desperte e puxe essa discussão, que no conselho acaba não dando tempo. **Talvez construir um fórum das entidades**, e que daí não poderia ser só da área da assistência, para que esse planejamento aconteça é preciso perceber quantas outras entidades têm, que atuam isoladamente (CARITAS, 2016 – grifo nosso).*

Desde a relação com a gestão pública das políticas sociais, enquanto elemento de manifestação concreta de uma cultura política conservadora e um Estado historicamente autoritário, o que se sobressai é o reconhecimento da necessidade de mudanças no modo de conceber e intervir na realidade.

A noção gramsciana de hegemonia enquanto “direção intelectual e moral” reconhece que essa direção não é exercida apenas na estrutura econômica e na organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar e conhecer, no campo das ideias e da cultura (SIMIONATTO, 1997). Para Gramsci (2002), o significado de cultura liga-se à incorporação de uma “concepção de vida e do homem”, a qual fundamenta um modo de viver.

Mas o que significa “cultura” nesse caso? Significa, indubitavelmente, uma coerente, unitária e nacionalmente difundida “concepção da vida e do homem”, uma “religião laica”, uma filosofia que tenha se transformado precisamente em “cultura”, isto é, que tenha gerado uma ética, um modo de viver, um comportamento cívico e individual (GRAMSCI, 2002, p. 63).

De modo que se faz necessário trabalhar para a construção de uma nova cultura, que possibilite a superação da tradicional “separação entre cultura moderna e cultura popular” e constitua a expressão política de uma “nova sociedade”. Sendo esses os determinantes propriamente culturais da luta hegemônica (BARATTA, 2017, p. 172). Ou seja, em Gramsci, a luta hegemônica, além de se inscrever na esfera produtiva, é indissociável da luta por uma nova cultura, justamente por compreender que a estrutura da sociedade é fortemente determinada por ideias e valores.

Ao recuperar a esfera da cultura, compreendida como *locus* do desenvolvimento da consciência crítica do ser social, e que possibilita sua intervenção na realidade, há o reconhecimento de que a luta pela emancipação política das classes subalternas não se esgota no terreno econômico. “Pois, dadas as condições de subalternidade intelectual às quais sempre estiveram submetidas as classes trabalhadoras”, põe-se em tela a necessidade de elaboração de um “[...] novo projeto cultural que propicie o desenvolvimento de uma vivência democrática independente do domínio ideológico da classe burguesa” (SIMIONATTO, 1997, p. 3).

Nesse ínterim é que se coloca a necessidade de uma “reforma intelectual e moral”, de elevação do conhecimento, do senso comum da classe subalterna em bom senso, como elemento de disputa pela hegemonia (LUIZ, 2011). No entanto, essa “reforma intelectual e moral” não se desvincula de processos de socialização da economia e da política. Ou seja, “o avanço da democratização política é, ao mesmo tempo, condição e resultado de um processo de transformação também nas esferas econômica e social” (SIMIONATTO, 1997, p. 05).

O projeto político-social voltado para o fortalecimento da ordem econômica confere ao Estado, no entanto, um forte potencial de cooptação e supremacia, provocando, no campo ideológico, a consequente despolitização das classes subalternas. **Essa prática, marcadamente conservadora, antidemocrática e excludente**, leva a burguesia a fazer e refazer suas alianças, a romper os elos que unem as classes e seus dirigentes, tornando-as cúmplices da dominação burguesa e cerceando as possibilidades de formação de organizações revolucionárias (SIMIONATTO, 1997, p. 05 – *grifo nosso*).

Contudo, a participação política dos segmentos populares na política local comporta o potencial de ruptura com o poder conservador, no que se manifesta a inegável importância da luta pela criação de espaços de participação popular e de ações governamentais que incentivem, e não bloqueiem, a organização da sociedade civil. O depoimento a seguir manifesta esse entendimento acerca da necessidade de um “equilíbrio de forças”:

*Há o desejo de que haja mais organização, porque se não tiver a parte civil, só o governo, vira um Estado opressor, sempre é preciso estar **equilibrando as forças**, porque senão você não tem diálogo, se tem um Estado que manda e o resto que obedece. Então precisa ter essa correlação de forças atuando e pressionando e agindo para que o Estado democrático exista (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).*

A perspectiva gramsciana defende que a conquista da hegemonia ocorre nas complexas ramificações da sociedade civil. Argumento que se fundamenta na sua interpretação não como um campo exclusivo da classe dominante, mas também espaço de luta dos segmentos subalternizados e excluídos.

A sociedade civil, de fato, além de ser um campo aberto à livre iniciativa e ao associativismo, tem uma função decisiva na gestação de novos projetos ideológico-culturais e uma relação dialética com a sociedade política. Não pode ser imaginada como agindo no vácuo, uma vez que suas atuações acabam alimentando as lutas populares para recriar um Estado democrático ou se revelam aliadas a projetos neoliberais que anulam sua emancipação (SEMERARO, 2006, p. 186).

O substrato dos elementos extraídos dos depoimentos (conservadorismo, cultura de não participação política, fragmentação, desarticulação) é o que permite a alusão da sociedade civil guarapuavana como “gelatinosa”.

Aqui, a expressão “sociedade civil gelatinosa” é *parafraseada* da obra gramsciana (e apropriada à realidade analisada) ao fazer referência às características assumidas pela sociedade civil em sociedades “orientais”. Ao retomar a distinção feita por Gramsci entre sociedades “ocidentais” e “orientais” tem-se que a diferença entre uma e outra não se refere à localização geográfica, mas ao nível de ampliação do Estado, de socialização da política e de autonomia da sociedade civil.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se erguia uma robusta cadeia de fortalezas e de casamatas; em medida

diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isso exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, 2007, p. 262).

Correspondem a formas de dominar, a mundos historicamente diferentes, realidades humanas que não coincidem, a ponto de poderem representar mundos civis reciprocamente estranhos e distantes. No “ocidente”, os métodos de “revolução passiva” e de “reformismo conservador” assumem contornos mais complexos e sofisticados, inaugurando novas formas autoritárias de neutralização das oposições, vulgarização da cultura e despolitização das massas populares (SEMERARO, 2006).

Evidentemente, a sociedade brasileira contemporânea se identifica com a caracterização de uma sociedade de relações econômicas e sociopolíticas “ocidentalizadas”. Ainda que de particularidade marcada pelo progresso das forças produtivas e modernização da estrutura social operadas “de cima para baixo”, por meio da conciliação entre frações das classes dominantes. O resultado desse processo se manifesta em algumas características da modernização econômico-social do país, como a conservação do latifúndio, a dependência do imperialismo e, sobretudo, o afastamento das forças populares das decisões políticas nacionais significativas (COUTINHO, 2007).

Contudo, o viés interpretativo aqui desenvolvido é de que o **conservadorismo** e a **desarticulação** evidenciados nos depoimentos são resultado de um padrão relacional entre Estado e sociedade civil historicamente estabelecido de “cima para baixo”. O que se apresenta em recorrentes episódios da historiografia brasileira, consequência de um processo de exclusão das massas na participação da vida política.

Essa subsunção da sociedade civil ao Estado é operada de forma sistemática e por múltiplas vias, desde a repressão explicitamente violenta até na conformação das vontades. Interpretação subsidiada pela formulação gramsciana relativa à função pedagógica do Estado na dominação hegemônica, ou seja, sobre o papel que o aparato estatal brasileiro desempenha no processo de participação política de segmentos subalternizados da sociedade civil.

O Estado [...] repousa sobre uma base cultural protegido por uma malha sólida contra as revoluções, contra as irrupções violentas, e sua ação, que é a mesma do grupo social dominante, é vasta e capilarizada. Sua hegemonia conforma massas humanas de cidadãos, porque estão ligadas ao modo de vida burguês e a ele consentem e aderem. Nesse sentido, a hegemonia não significa apenas a subordinação de uma classe em relação à outra, mas a **capacidade das classes na construção de uma visão de mundo**

(SIMIONATTO, 1997, p. 05 – *grifo nosso*).

Importante frisar que esta interpretação de sociedade civil “gelatinosa” não se alinha com argumentos que desqualificam a sociedade brasileira e, por isso, defendem a necessidade de um Estado forte, autoritário, que se sobrepõe aos interesses societários. Pelo contrário, é a constatação justamente da consequência desse histórico autoritarismo do Estado, que resulta, acrescido de outros determinantes (como o neoliberalismo), em uma sociedade civil pouco articulada. E que, quando se organiza, expressa as determinações sócio-históricas e ideopolíticas particulares do contexto brasileiro, com expressões singularizadas localmente.

Ao analisar as relações estabelecidas entre si e como caracterizam a sociedade civil guarapuavana de uma forma geral, emerge nas falas dos entrevistados um universo civil organizacional marcado pelo conservadorismo; que é refletido na forma pontual como as organizações se relacionam entre si; do que manifestam o reconhecimento da necessidade (e da vontade) de uma maior articulação das ações em rede; elementos que expressam uma cultura de não participação política; e a caracterizam como desarticulada. Como consequência, essa sociedade civil “gelatinosa”, ao se relacionar com o Estado, produz um *conteúdo* político localizado no âmbito da “pequena política”.

4.5.2 O âmbito da “pequena política”

Grande política (alta política) – pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, **é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política** (GRAMSCI, 2007, p. 21 – *grifo nosso*).

[...] Eu percebo que a gente fica na margem, falando da burocracia e fica nisso. E isso eu sinto que empobrece muito as ações, porque rejeita automaticamente e não se busca essa riqueza. [...] Claro que o Estado precisa avançar muito, mas nós temos que avançar também, no pensamento, na abertura. E se nós só rejeitamos, isso desresponsabiliza ainda mais o Estado, fica cada vez mais ausente (CARITAS, 2016 – *grifo nosso*).

As análises empreendidas nesta categoria têm como ponto de partida o reconhecimento da hegemonia do bloco histórico neoliberal na contemporaneidade, o

que serve de fundamento para se pensar acerca da função que os organismos privados da sociedade civil exercem nesse arranjo societário.

O conceito gramsciano de bloco histórico possibilita uma interpretação desenrolada pelo viés de totalidade que vincula economia e política, na unidade entre estrutura e superestrutura⁵⁹. Para Gramsci (1999, p. 250), trata-se da reciprocidade do processo dialético real entre ambas, em que “[...] o conjunto complexo e contraditório das superestruturas é o reflexo do conjunto das relações sociais de produção”.

A noção de bloco histórico dá materialidade à função que os elementos subjetivos desempenham na conformação econômica e política de uma determinada fase do modo de produção capitalista. E, a partir disso, é possível pensar como são elaborados os laços que mantêm unidas estrutura e superestrutura (CASTELO, 2013). A identificação entre o conteúdo econômico-social e a forma ético-política permite apreender o valor concreto e histórico das superestruturas na filosofia da práxis.

A análise destas afirmações, creio, conduz ao fortalecimento da concepção de ‘bloco histórico’, no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as formas materiais (GRAMSCI, 1999, p. 238).

Trata-se de perceber que a força das classes dominantes não se apoia apenas no controle da economia, mas, também, em complexas iniciativas políticas e culturais. Reconhecer a dimensão da subjetividade da política no desenvolvimento das relações sociais, ou ainda, que a dominação estabelecida no âmbito superestrutural da sociedade civil impõe limites à dominação econômica, em contextos de sociedades “ocidentais”. Ou seja, para Gramsci (1999, p. 238), fatos de cultura e de pensamento são tidos como elementos de domínio político para o momento da hegemonia e do consenso, “[...] como forma necessária do bloco histórico concreto”.

Essa articulação da estrutura e da superestrutura em uma totalidade historicamente determinada, como uma conjunção de fatores objetivos e subjetivos,

⁵⁹ A partir de uma perspectiva dialética hegeliana, Gramsci trabalha com duplas de conceitos que não devem ser entendidos como uma dualidade excludente, mas como unidade de contrários. “Esta observação vale para diversas categorias presentes em sua obra, tais como Estado ampliado (sociedade civil e sociedade política), bloco histórico (base e superestrutura), revolução (guerra de manobra e guerra de posição), crise orgânica (economia e de hegemonia) e supremacia (hegemonia e ditadura, ou consenso e coerção)” (CASTELO, 2013, p. 50).

materiais e imateriais, como a economia, política, cultura, artes, etc. é que permite identificar sua oposição a interpretações do marxismo como uma “[...] ciência das estruturas econômicas, que determinaria as superestruturas como um reflexo direto e mecânico das bases materiais” (CASTELO, 2013, p. 58).

[...] elementos presentes na superestrutura são capazes de interferir na dinâmica da estrutura e conferir uma nova direção à realidade, processualidade esta que não seria determinada única e exclusivamente pelas contradições entre as relações sociais de produção e o avanço das forças produtivas (CASTELO, 2013, p. 59).

Em síntese, o conceito de bloco histórico permite identificar fases históricas de um modo de produção (estrutura + superestrutura, ou condicionantes econômicos e políticos). E, particularmente ao que corresponde à atualidade das relações sociais, possibilita compreender a formação do bloco histórico capitalista neoliberal.

O reconhecimento de uma crise orgânica do capital em meados da década de 1970 é tomado como referência para uma breve retomada do processo de emergência do neoliberalismo como paradigma explicativo e determinante do real. Crise orgânica compreendida como constituída por uma fratura entre a estrutura e a superestrutura, o que ocorre em função de contradições emergentes em momentos em que a superestrutura se desenvolve de forma dissonante da estrutura (PORTA, 2017, p. 163). Nas palavras de Gramsci (2007, p. 184): “Se a classe dominante perde o consenso, ou seja, não é mais ‘dirigente’, mas unicamente ‘dominante’, detentora da pura força coercitiva, isto significa exatamente que as grandes massas se destacaram das ideologias tradicionais, não acreditam mais no que antes acreditavam [...]”.

Tratar a crise do capitalismo desse período como orgânica significa levar em conta tanto as questões políticas e culturais quanto as econômicas. De acordo com Castelo (2013), a crise capitalista dos anos 1970 se tornou orgânica em razão da confluência de duas tensões: o conjunto de uma crise de hegemonia (correspondente às disputas no âmbito da geopolítica de forças do Terceiro Mundo para romper com o imperialismo), com um colapso de superprodução e queda da taxa de lucro. O que resultou na dissolução do bloco histórico fordista-keynesiano.

Emerge, então, o projeto neoliberal como estratégia das classes dominantes com o objetivo de construir um novo bloco histórico após a crise orgânica dos anos 1970. O neoliberalismo surge como ideologia concebida por intelectuais orgânicos das classes

dominantes, como uma “reforma intelectual e moral” sob a direção da burguesia, que, a partir do contexto de crise orgânica vivenciado, difunde uma “cultura de crise” constituidora da base material de seu consenso (SIMIONATTO, 1997, p. 05).

A explicação neoliberal para a crise capitalista foca a culpabilização da organização da classe trabalhadora como criadora de distúrbios nos mecanismos de ajustes naturais do mercado, o que forçaria o excessivo aumento dos gastos sociais do Estado. Interpretação que desvia a análise das causas centrais dos problemas sociais emergentes da transição entre o bloco histórico fordista-keynesiano e o neoliberal, para atribuir à classe trabalhadora e à intervenção social do Estado a responsabilidade pela crise (CASTELO, 2013).

Seu ideário econômico e político é expresso nos princípios da economia de mercado, na regulação estatal mínima e em uma concepção cultural que condiciona liberdade política à liberdade econômica (MOTA, 1999). Torna-se hegemônico justamente porque se trata de algo que vai muito além de um simples “ajuste”, mas funda um tipo específico de sociedade, caracterizada por “[...] políticas conservadoras, sociedades fragmentadas, marginalização de massas, ruptura do tecido social e desagregação dos mecanismos de integração, capitulação da soberania nacional, degradação da política, etc.” (BORÓN, 1995, p. 109).

Conforme Simionatto (1997, p. 05), há a formação de uma cultura que substitui a relação estatal pela livre regulação do mercado. “Nessa ótica, a classe burguesa busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um ‘consenso ativo’ em nome de uma falsa visão universal da realidade social”. Essa elaboração de consensos inerente à dominação hegemônica é desenvolvida em um contexto de fragmentação e segmentação, objetiva e subjetivamente, da classe trabalhadora e, consequentemente, de desregulamentação dos direitos sociais.

Dentre os resultantes desse projeto está a fragilização dos vínculos trabalhistas e a precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

No neoliberalismo, verifica-se uma brutal regressão nas configurações do trabalho com o ressurgimento de processos de trabalho artesanais, familiares, informais, autônomos, do ‘mercado negro’ (que envolve o tráfico de pessoas), muitos deles baseados em força de trabalho infantil, escrava, feminina e de imigrantes ilegais. [...] Muitas dessas formas de trabalho não encontram qualquer tipo de proteção social ou de direitos trabalhistas, resultando no empobrecimento físico, social e psíquico dos trabalhadores enquanto indivíduos de classe (CASTELO, 2013, p. 177-178).

Como consequência da precarização do mundo do trabalho em diversas esferas, operam-se processos de heterogeneização, complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, o que resulta no seu enfraquecimento político e ideológico. Contexto que possibilita o desmonte neoliberal do Estado Social, nas variadas conjunturas nacionais. Em face da recuperação da economia, assiste-se ao declínio do social (OLIVEIRA, 1995).

Consequentemente, e de forma mais expressiva a partir dos anos 1990, há a generalização de diversas expressões da questão social, como o desemprego estrutural, a queda dos salários, o aumento do pauperismo, a perda dos direitos sociais dos trabalhadores, o crescimento das enfermidades trabalhistas (com destaque para as doenças mentais), etc. Diante do que o pensamento neoliberal incorpora o tema da questão social em suas pesquisas e ações políticas.

O desmonte do Estado de Bem-Estar Social na era neoliberal não se opera de todo, pois o Estado se mantém atuando nas expressões mais agudas da questão social. Contudo, há uma refuncionalização das estruturas da sociedade política e da sociedade civil com relação às políticas sociais, “[...] para intervir consensual e coercitivamente nas áreas econômicas, políticas, sociais e culturais, conservando sua atuação classista e sua importância na manutenção da ordem” (CASTELO, 2013, p. 224).

O Estado, no bloco histórico neoliberal, fortalece novos aparelhos privados de hegemonia, que acabam por refuncionalizar o Estado ampliado burguês, por meio de formas modernas de serviços sociais. O que ocorre por meio de uma instrumentalização da “participação da sociedade civil” aos seus interesses – há um campo de disputa entre o projeto neoliberal e o democrático-participativo na assimilação de conceitos como participação e sociedade civil, conforme trabalhado no capítulo anterior.

A apropriação ideológica dessas categorias, em nome da cidadania e na defesa de que o Estado deveria se retrair da proteção social, é tomada ao avesso do sentido gramsciano de sociedade civil, “[...] na medida em que é deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado” (SIMIONATTO, 1998, p. 59), resultando em uma progressiva “refilantropização” (YAZBECK, 1995) das formas de assistência social e limitação da organização civil ao âmbito da “pequena política”.

Imersa nesse “caldo” cultural e sociopolítico, a sociedade civil se move e vai delineando padrões relacionais com o poder público em âmbito local. Ou, as formas de relação entre Estado e sociedade civil expressam os fundamentos do bloco histórico neoliberal e do “Estado ampliado burguês”. Padrões relacionais que se manifestam de duas principais formas: relações mediadas pelas políticas sociais (“de mãos dadas com o Estado”); e por meio de reivindicações (“em direção ao Estado”).

*No nosso caso, **nos relacionamos com o Estado pela via das políticas públicas, única e exclusivamente.** Então tudo que a legislação prevê seguimos à risca, tudo de maneira muito correta, muito transparente, sem pedir favores. Não é favorecimento algum, tudo que nós buscamos é dentro do que está previsto, seja através de projetos, editais, tudo por essa via, essa é a nossa relação com o Estado. E esses editais nós analisamos se realmente temos aquela demanda, porque depois você vai acessar um recurso que vai ter que prestar conta, então tem que ser algo que realmente tenha a demanda, porque você sabe que vai ter que utilizar em um período “x” e vai ter que prestar contas daquilo que utilizou. Sempre temos esse cuidado de manter essa relação via políticas públicas mesmo. Conhecemos que tem outras organizações que tem o seu favoritismo por outros canais e nós não, estamos direcionados na política de assistência social e dentro daquilo que a entidade consegue executar a contento, ela se propõe realizar, porque sabe que ao final ela vai ser responsabilizada, por isso temos esse cuidado de não atender a outras situações (RENASCER, 2016 – grifo nosso).*

*[...] **Nós executamos política pública. E a política pública é responsabilidade do Estado.** Então nesse sentido não tem como não se relacionar com o Estado (CARITAS, 2016 – grifo nosso).*

*A gente, como entidade filantrópica, a gente depende do município como o município depende da gente. Muito mais a gente do que eles, porque a responsabilidade por uma criança e um adolescente é totalmente do Estado. **Estado e município teriam que fazer o trabalho que nós fazemos.** Mas, como eles não fazem, a gente tem as obras sociais, tem o terceiro setor que desenvolve esse trabalho. Então a gente tem que buscar essa parceria. A gente tem que ter uma convivência amigável com eles, não envolvendo política, mas sim envolvendo o objetivo do trabalho, que é o adolescente e jovem. Então a gente tenta buscar sempre esse convívio com eles, sem envolver uma ou outra questão... a gente tem que ser amigo de todos, porque a gente precisa de todos. [...] Então eu vejo que com o município a gente tem essa parceria. Pouco, no sentido de que poderia fazer bem mais, como a gente vê que esse trabalho seria do município, seria do Estado, mas a gente faz isso particular, né, então talvez teria que ter mais incentivo sim, por parte do município, por parte do estado. De ajuda financeira mesmo, de ajuda de pessoas nesse trabalho, então com isso a gente sente falta sim (DOM BOSCO, 2017 – grifo nosso).*

*O contato mais próximo é com a Secretaria de Assistência, **por a gente estar atuando dentro dessa política.** [...] É um contato mais pontual na verdade. Outra coisa que nós temos também são dois funcionários cedidos pela prefeitura, de serviços gerais, há anos. [...] Mas realmente pra sentar e discutir as demandas que a gente tem, não (JOÃO PAULO, 2016 – grifo nosso).*

É possível perceber um padrão relacional de uma sociedade civil “de mãos dadas com o Estado”, no sentido de se colocar como “parceira” na execução de políticas públicas. O que se sobressai nos depoimentos é o reconhecimento de que desempenham uma função de dever estatal: “[...] *Nós executamos política pública. E a política pública é responsabilidade do Estado*”; “[...] *Estado e município teriam que fazer o trabalho que nós fazemos*”.

De acordo com Castelo (2013), o neoliberalismo, apesar da força, encontrou resistências na sua aplicação “pura”, tanto dos subalternos quanto de frações das classes dominantes. O que acarretou em um desenvolvimento neoliberal desigual em diferentes formações econômico-sociais.

O capítulo anterior abordou os contornos particulares que o neoliberalismo assume na realidade brasileira, em um contexto de redemocratização e redefinição das funções estatais, especialmente no que diz respeito aos direitos sociais assimilados constitucionalmente como direitos de cidadania e dever do Estado.

Oliveira (1995, p. 26) fala de um “neoliberalismo à brasileira”, o qual enfrentou, paradoxalmente, uma sociedade civil capaz de responder e se organizar contra o ataque neoliberal. “Na contramão do movimento descensional da economia, houve setores e houve lugares onde a organização da sociedade estava dando respostas à desorganização e à dilapidação do Estado”. Ainda que sem incorrer em afirmações ingênuas, o que ocorreu é que a sociedade civil brasileira, na década de 1990, conseguiu barrar, através de suas organizações mais potentes, o avanço pleno do neoliberalismo no país.

Contudo, essa tonalidade específica do “neoliberalismo à brasileira”, dada pela vitalidade de uma sociedade civil mobilizada em um contexto de recente redemocratização, não impediu sua instrumentalização⁶⁰ para compor a hegemonia do bloco histórico neoliberal. No que se manifesta uma expressão da “grande política” às avessas do que analisava Gramsci: grande no que se refere ao seu impacto, mas “pequena” no sentido de sua substância.

⁶⁰ “Instrumentalização” da sociedade civil aqui apreendida na acepção de “aparelhar”; “fazer com que fique operacional”; “servir-se de algo como meio ou instrumento para atingir seus fins” (Fonte: <https://www.priberam.pt/dlpo/instrumentalizada>). No sentido de refletir criticamente sobre um determinado modo de ser que a sociedade civil adquire no interior das relações sociais, sendo convertida em instrumento, em meio de manutenção da ordem. Relacionado à funcionalidade atribuída e assumida pela sociedade civil, desempenhando a função, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, de reprodução das relações capitalistas de produção, inseridas no bloco histórico neoliberal.

O movimento contraditório do real permite visualizar que os sujeitos representantes de organizações civis que desempenham a função de “privatização” dos direitos sociais manifestam uma clareza acerca de ser o trabalho que desenvolvem uma obrigatoriedade estatal. Em função da ausência do Estado na efetivação dos direitos sociais, há um movimento de incentivo, e mais, de proposição de “parcerias” público-privadas para atender às expressões mais agudas da questão social, aquelas que não são possíveis de serem supridas em outros âmbitos privados de proteção social, como a família ou o mercado.

Desse modo, a principal interface de relacionamento das organizações civis com o Estado acontece mediada pelas políticas sociais, inseridas no contexto de um Estado ampliado neoliberal, exercendo funções de proteção social. Justamente por isso, o Estado financia, de alguma maneira, essas organizações que estão “de mãos dadas” com ele.

*Porque o governo não tem condição de manter esse público, ele não tem essa condição. Ele não tem obrigação nenhuma de nos ajudar, não tem obrigação nenhuma, mas ao mesmo tempo, ele não tem como atender esse público na rede municipal [...]. Então o **município, o governo, depende das entidades para ter esse trabalho efetivo** também. E ao mesmo tempo eles têm que apoiar. Obrigação eles não têm, mas eles têm que apoiar. [...] Hoje, enquanto instituição, sessenta por cento é autonomia da entidade, com recursos e doações. Digamos assim, que a gente não depende exclusivamente do poder público para isso, podemos manter um atendimento menor, mas é essa parceria porque ele depende de nós também. **Enquanto poder público ele depende da instituição.** [...] E a gente sabe que se não fosse as entidades o que seria do município, né? Não só entidade que trabalha com criança e adolescente, mas a entidade que trabalha com idoso, a entidade que trabalha com deficientes físicos, visuais, a gente sabe... o que seria? Que caos seria? **Então por mais que a responsabilidade é do Estado, ele tem que abrir brecha dentro da política dele e buscar essa parceria e apoiar as entidades** (DOM BOSCO, 2017 – grifo nosso).*

*Na verdade, nós prestamos um serviço que ele deveria estar prestando. É importante para eles essa colaboração, porque, por exemplo, se hoje fecha uma entidade, o município que precisa agir, que precisa prestar esse serviço. Então o que seria mais interessante, ele prestar o serviço ou auxiliar quem presta esse serviço? [...] É dever do Estado. A gente acaba assumindo esse papel que em grande parte seria do Estado, é dever da sociedade também, mas **o Estado tem o dever de estar atendendo essa demanda que a gente atende.** Às vezes a gente pensa até que na nossa área tem várias, mas tem áreas que é bem mais deficiente, por exemplo, deficiência, o que o município tem de atendimento? Idoso? Média e alta complexidade? É bem complicado porque o pessoal fica meio que omissos dessas demandas (JOÃO PAULO, 2016 – grifo nosso).*

*No meu entendimento **porque eles devem reconhecer que a gente faz um trabalho que talvez fosse obrigação do Estado**, então uma pequena*

contribuição é o mínimo que se faça. Porque se você pensar que talvez o desenvolvimento deveria ser função das secretarias, que tem a secretaria de cultura e educação, e pensar esse desenvolvimento, talvez seria função, e a gente ocupa esse espaço porque ele não é ocupado. Tinha um colega que dizia que a sociedade ocupa os espaços que estão desocupados, então se tem uma organização social trabalhando, é porque ali está faltando a ação do Estado talvez. Como a gente trabalha para o desenvolvimento humano, seria, sim, o Estado que deveria fazer esse serviço, mas existe um buraco muito grande, né, e com a tendência dos governos a se enxugarem, vai sempre ter mais espaço para esse trabalho que deveria ser do Estado. O Estado está aí para nivelar, para fazer as relações equitativas. E se você tem de um lado uma população à margem, o estado teria que ter a obrigação de fazer os recursos, a educação, as possibilidades chegarem a essa população marginalizada. Se não faz, alguém faz... então a gente meio que ocupa esses espaços (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).

Os três depoimentos são exemplares da realidade social vivenciada sob a hegemonia neoliberal de deslegitimação da intervenção estatal no campo dos direitos sociais, o que contribui para a precarização do mundo do trabalho e resulta na degradação das condições de vida das populações, especialmente dos segmentos mais vulnerabilizados da sociedade (como é o caso do público envolvido pelas organizações pesquisadas: crianças e adolescentes, povos indígenas, mulheres, famílias em situação de pobreza, etc.).

Para exemplificar essa realidade em nível local, além da remissão aos elementos contextuais apresentados no capítulo anterior, dados do Censo Demográfico/IBGE (2010) registram um percentual de 3,2% da população do município vivendo em extrema pobreza. Estima-se que 1.336 famílias estejam em situação de insegurança alimentar e nutricional⁶¹, sendo 1.215 na área urbana e 121 na área rural, o que representa 4.002 pessoas. Ao ser localizada no Estado, a região de Guarapuava possui oito dos dez municípios com os menores indicadores de desenvolvimento humano (IDH). A taxa média de homicídio de mulheres, de acordo com o Mapa da Violência⁶² (2015) é de 6,5 mulheres/ano, o que coloca a cidade na 373ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros.

Os depoimentos demonstram que o recuo do Estado face a essa realidade não acontece de todo, mas sua ação no atendimento às expressões da questão social é

⁶¹ Dados do MapaINSAN, estudo elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário em 2014, que consiste na realização do mapeamento das famílias incluídas no Cadastro Único nas quais ainda persiste a insegurança alimentar e nutricional, considerando o índice de desnutrição de crianças menores de 5 anos acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF).

⁶² Fonte: Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em www.mapadaviolencia.org.br.

refuncionalizada ao “terceirizar” para a sociedade civil a prestação de alguns serviços sociais. Os usuários são sujeitos de direitos e público destinatário de políticas públicas. Contudo, ao acessarem os serviços e benefícios em entidades privadas (que ainda que desempenhem funções públicas, não deixam de ser privadas), estão submetidos aos valores, exigências, rotina, enfim, à subjetividade privada – que no contexto estudado é predominantemente filantrópica e com vínculos religiosos. O que transmuta “sujeitos de direitos” em “sujeitos de filantropia”.

A realidade brasileira é expressa nas realidades municipais, de modo que os depoimentos dos sujeitos possibilitam fazer análises afirmativas de que o Estado não está apenas fazendo menos, mas ao exercer o papel de facilitador, regulador e, frequentemente, financiador das atividades desses organismos, sua função é alterada. Esse tipo de relação, ainda que vise ao enfrentamento de problemáticas sociais, produz como efeito um *conteúdo* político que marca a atuação da sociedade civil no campo da satisfação de necessidades. Não há transição do hoje para o amanhã, ou da superação das mazelas no cotidiano para as expectativas. Operam no hoje, nas urgências, e não em direção a garantias futuras (YAZBECK, 1995). O que acaba localizando a atuação das organizações da sociedade civil no campo da “pequena política”.

Os dados apresentados no perfil traçado anteriormente demonstram que o financiamento público não é a principal fonte orçamentária das organizações, as quais se mantêm com uma multiplicidade de fontes de recursos (públicos e privados). Todavia, quando questionados se poderiam subsistir sem acessar financiamento público, os depoimentos a seguir demonstram que, em alguns casos, há certa dependência financeira:

*É difícil, até pelo sentido, nós somos uma entidade filantrópica, como entidade filantrópica nós temos alguns benefícios, então nós temos isenções, de taxas, de impostos, de encargos, principalmente de folha de pagamento. Nós temos essas isenções porque o nosso trabalho é cem por cento gratuito. [...] Já ajuda muito, porque se nós perdermos, como o governo federal quer extinguir a maior parte das entidades filantrópicas, se tirar os impostos para as entidades elas vão fechar, as sedes vão fechar, porque não têm condições de manter. [...] Mas sem os recursos públicos fica difícil, digamos assim que teria que reduzir o número de atendimentos em mais de cinquenta por cento. [...] **Um depende do outro.** As entidades privadas dependem do poder público, assim como o poder público depende das entidades privadas. Tem que existir essa parceria, porque senão nem uma nem outra consegue se manter sozinha (DOM BOSCO, 2017 – grifo nosso).*

*Se for pensar no fundo da Assistência Social acho que até conseguiria, mas sem o Fundo da Infância e da Adolescência não, porque é o que paga os funcionários. Para a entidade todo auxílio, todo 'cem reais' é importante. Na nossa inspetoria é cobrada bastante essa questão da sustentabilidade financeira, mas a gente bate o pé de que **não é bem assim pra gente conseguir essa autonomia, não tem como a gente andar com as nossas próprias pernas**. Não é tão simples assim. Então a gente tem esses recursos e eu acho que sem a gente não conseguiria. Ainda não... (JOÃO PAULO, 2016 – grifo nosso).*

Relacionam-se com o Estado tendo como tônica a inserção nas políticas sociais, de forma a preencher lacunas de proteção social, o que não lhes garante autonomia, mas o caráter de uma construção histórica que convive com a centralidade do Estado formal num Estado informal (SPOSATI; RODRIGUES, 1995), ou, no léxico gramsciano, o Estado ampliado sob direção e domínio neoliberal.

Do que é possível perceber uma relação de codependência: o poder público necessita das entidades socioassistenciais no atendimento às demandas sociais; e (algumas) organizações dependem dos recursos públicos que acessam para subsistirem. Por isso uma relação “de mãos dadas com o Estado” e que possibilita pensar em que medida esse corpo de práticas emerge como iniciativa genuinamente civil ou como uma extensão do Estado. Ou seja, aparelhos privados de hegemonia justamente porque geram um campo na sociedade civil que é criado pelo Estado no fortalecimento de determinadas práticas de agentes sociais privados sem fins lucrativos. Visualiza-se a dissolução dos termos que criam um dualismo entre Estado e sociedade civil, sendo perceptível o poder de domínio superestrutural que germina deste e se reproduz naquela.

Segundo Medeiros (2007), a aproximação com o Estado pode representar um alargamento da base de atuação das organizações civis, sendo possível expandir suas ações para setores até então dominados majoritariamente pela ação estatal. Contudo, o acesso a fundos públicos, ainda que seja uma possível solução para a crise de financiamento das organizações, pode suscitar questões advindas da assimetria política entre as partes envolvidas nessa relação. Ou seja, ao mesmo tempo em que se aproximam do Estado com vistas a incorporar à agenda política as demandas daqueles que defendem, se deparam com a necessidade de proteger constantemente sua autonomia.

E existem as organizações que não acessam recursos públicos, o que é um elemento importante no que diz respeito à autonomia de atuação. O que se nota, no que se refere à questão do financiamento, é uma diferença com relação ao tipo de ação

desenvolvida pelas organizações, pois, para as que têm uma atuação predominantemente reivindicativa (“em direção ao Estado”), é importante manter certa independência diante do Estado, por isso, não utilizam financiamento público.

*Aí o velho dilema das organizações da sociedade civil, né. A gente não tem convênio com o município, nem estado e atualmente nem com o governo federal. A gente recebe patrocínios, doações, de entidades de fora do Brasil, em outros países e organizações aqui do Brasil. E a gente concorre em editais, então saiu lá um edital que a gente acha que se encaixa com a nossa linha de atuação e então a gente concorre. É uma constante, né, e também uma dificuldade, porque a gente não tem alguém que se dedique exclusivamente para essa atividade de captação de recursos. [...] Mas **não temos nenhum recurso estatal nem municipal**. Temos algumas doações de associados e colaboradores, mas é dessa forma, sempre muito apertado (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).*

*Ah pois nós sobrevivemos sem ele né. [...] **O movimento não pode perder a essência dele, ele tem que ser independente** [...]. A gente não pode perder a nossa voz, o nosso objetivo, por que a gente existe [...]. Senão não existia movimento social. [...] A gente tem que ter a liberdade para falar algum assunto que às vezes que não vai agradar todo mundo, mas a gente tem que ter essa liberdade. E movimento social precisa ser dessa forma senão não tem razão de existir (MOVIMENTO DE MULHERES, 2017 – grifo nosso).*

*Como o objetivo do nosso trabalho é o controle social dos gastos públicos, então obviamente que **recurso público nem pensar**. Porque o Observatório tem justamente essa exigência, primeiro, todos os membros da diretoria não podem fazer parte de partido político, para não ter qualquer tipo de direcionamento. Somos políticos, mas apartidários, não temos coloração partidária e não podemos receber recurso público de qualquer espécie, porque senão ficamos vinculados. A ideia do Observatório é que ele tenha **uma fonte de recursos que lhe dê toda a independência possível**, e percebemos isso no fato de que muitas das decisões que o Observatório toma, ele só consegue tomar porque é independente. [...] A hora que tiver que fazer suas manifestações tem que fazer despido de qualquer comprometimento, tem que ter comprometimento com o que ele faz sim, mas sem qualquer tipo de influência. O Observatório tem essa característica e é assim que ele funciona, a partir do momento que não for mais assim não funciona mais o Observatório (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).*

Uma aproximação com a conceituação teórica de movimentos sociais caracteriza-os pela ação-direta como parte do fenômeno de socialização da política (DOIMO, 1995), como possibilidade de interlocução com o Estado para além das instituições políticas clássicas. De acordo com Ammann (1991), o ponto de clivagem de um movimento social é a contestação e o protesto, pois carrega o germe da insatisfação e da resistência contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade.

Por isso, coletividades de caráter promocional não se caracterizam como movimentos sociais se não têm o viés contestatório como premissa. Para além do debate em torno do tema, se “novos” ou “velhos” movimentos sociais⁶³, o consensual é que pressupõem o confronto para além da mera cooperação com o Estado. Inscrevem-se no coração das relações sociais – que passam pelas relações de produção – e são contra determinados aspectos dessas relações que se posicionam. O adversário visível pode ser o Estado ou outros representantes da exploração, enquanto responsáveis por relações sociais indesejadas.

A referida “autonomia” das organizações aqui identificadas como se posicionando “em direção ao Estado” não significa ausência de relação, mas diz respeito à qualidade desta, à forma como os sujeitos se colocam nela e à natureza dos vínculos. Nota-se uma preocupação com a manutenção de certa independência, “[...] *O movimento não pode perder a essência dele, ele tem que ser independente*”, justamente para poderem exercer suas práticas reivindicativas, “[...] *uma fonte de recursos que lhe dê toda a independência possível*”. O desafio é construir uma relação com o Estado sem confundir-se com ele.

Uma vez que promovem ações de caráter público, os sujeitos foram questionados se e como o poder público municipal acompanha as práticas desenvolvidas pelas organizações. As respostas demonstram que, no que se refere às instituições que realizam ações mais identificadas como “de mãos dadas com o Estado”, contrariamente do que se poderia esperar em relações de “parceria”, não há um acompanhamento estatal mais qualitativo das práticas desenvolvidas.

*Tem um acompanhamento da assistência, uma **fiscalização**. Há um acompanhamento das secretarias, com aquelas que temos parcerias esse processo de acompanhamento é mais continuado, mas dizer que é proativa, que aconteça, não acontece. Até nessa parceria do município, sentimos que **o município quer cobrar a entidade como se sua fosse**, mas não quer dar a contribuição que ele deveria dar para que a entidade possa subsistir. E a entidade, lógico, sabemos, a entidade tem que ter a sua autonomia, não pode viver apenas de recursos públicos, mas o município está muito longe de*

⁶³ “A expressão insatisfatória ‘novos movimentos sociais’ agrupa uma série de lutas altamente diversas: urbanas, ecológicas, antiautoritárias, anti-institucionais, feministas, antirraciais, étnicas, regionais ou de minorias sexuais. O denominador comum de todas elas seria sua diferenciação das lutas dos trabalhadores, consideradas como lutas ‘de classe’” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 243). A respeito da temática dos “novos movimentos sociais” concorda-se com os autores e sua defesa da necessidade de criação de uma cadeia de equivalência entre as várias lutas democráticas contra diferentes formas de dominação; de criação de um novo projeto hegemônico da esquerda que enfrente tanto questões de “redistribuição” quanto de “reconhecimento”.

atender essas entidades. É como se as ONGs fossem deles, do município, e tivessem a obrigação de trabalhar para o município, e é totalmente o inverso, porque estamos fazendo um trabalho, abraçando uma causa que na verdade é de responsabilidade do Estado, do município, do governo. Acabam as organizações abraçando e muitas vezes ficamos descobertos de alguns serviços que deveriam ser atendidos pelo município. E a sociedade civil se vê obrigada a chamar para si a responsabilidade, mas o município cobra como se fôssemos funcionários deles, como se a gestão fosse deles, mas não é, gosto de frisar isso, que eles não têm ingerência alguma sobre o nosso trabalho. Nós somos parceiros deles, deveria ser o contrário, mas não temos esse retorno esperado (RENASCER, 2016 – grifo nosso).

*Pela organização do Sistema Único de Assistência Social existe o Cadastro Nacional das Entidades e o próprio sistema exige ter essa visita anual. Em 2014 foi organizado esse cadastro e agora anualmente o órgão gestor precisa fazer essa visita para acompanhamento. Acontece por causa disso. E é mais uma formalidade. [...] ou **fiscalização do recurso**. Mais em função do Tribunal de Contas. [...] tem a gestora do fundo, que faz esse acompanhamento, **mas só da questão financeira, não de qualificação da atividade**, que hoje a gente tem essa exigência de qualificar a política. [...] Eles deveriam nos acompanhar, mas é ao contrário, eles buscam referência em nós. [...] É o reflexo de que as entidades no município estão à frente da política pública, porque assumiram essa responsabilidade de cobrir o que o Estado não assumiu por anos, e hoje se vive esse reflexo. A gente busca trazer eles para dentro, tentar fazer com que a referência não seja só na teoria. **Mas a gente sente esse reflexo de um Estado ausente** ainda, apesar de todo avanço que teve, de contratação de equipe técnica, muito em função de que os territórios são muito grandes, então a demanda é extrema também. Ainda não está se dando conta de ter esse processo de monitoramento e avaliação [...]. A gente tem que pensar nos conteúdos que estão chegando dentro dos serviços, e pensar capacitações que deem ferramentas para atender isso (CARITAS, 2016 – grifo nosso).*

*Hoje eles acompanham através da secretaria de assistência. Nós prestamos contas para eles, no sentido assim, de dizer o número de atendidos, temos um cadastro lá com eles de atendimento. Então essa parceria que nós temos com eles é através da secretaria de assistência, que eles estão mais próximos, mais ligados realmente verificando o nosso trabalho. [...] Os próprios conselhos fazem o acompanhamento das nossas ações aqui dentro. **A gente tem que prestar contas de tudo** (DOM BOSCO, 2017 – grifo nosso).*

*Tem uma funcionária que vem conferir a prestação de contas, relativo ao Fundo da Assistência. **Com relação à execução do recurso, só isso** [...]. Acho que dentro do Conselho está se caminhando para acompanhar todas as entidades, algumas já foram acompanhadas, mas ainda não chegou até todas (JOÃO PAULO, 2016 – grifo nosso).*

É possível perceber que o movimento do Estado em direção à sociedade acontece, quase que exclusivamente, na forma de fiscalização da aplicação dos recursos públicos financeiros acessados pelas organizações: “[...] *com relação à execução do recurso, só isso*”. Sendo apontada pelos sujeitos a necessidade de que houvesse um acompanhamento acerca da qualidade das ações desenvolvidas: “[...] *fiscalização* [...]”

só da questão financeira, não de qualificação da atividade”⁶⁴. O conteúdo produto desse padrão relacional é a desresponsabilização estatal e a privatização do atendimento às expressões da questão social. O que é paradoxalmente contrário ao pacto constitucional, mas em conformidade com a ampliação do Estado no bloco histórico neoliberal (“[...] a gente sente esse reflexo de um Estado ausente”).

A assimilação da sociedade civil pelo léxico neoliberal como um “terceiro setor” foi abordada no capítulo anterior e permite identificar uma racionalidade desarticuladora e fragmentadora da totalidade social, que desvincula a sociedade civil da base econômica da sociedade. O que, ao “des-economizar” as relações sociais, também as desconectam dos conflitos delas derivados, promovendo uma despolitização que homogeneíza a contraditória e conflitiva sociedade civil, que passa de espaço de luta pela hegemonia para uma noção abstrata de “terceiro setor” (MONTAÑO, 2014).

“Instrumentalizadas para executar políticas sociais sem Estado e dissociando o público do Estado como quer o liberalismo, [...] correm o risco de perder a visão de totalidade e de se transformarem em empresas governadas pelo pragmatismo” (SEMERARO, 2006, p. 186), o que acaba por minar a capacidade para a “grande política”.

Já no caso das organizações que não prestam serviços socioassistenciais, mas desenvolvem ações mais reivindicativas, “em direção ao Estado”, constata-se um padrão relacional marcado por um movimento que é da sociedade em direção ao Estado, nunca o contrário.

Alguns vereadores esporadicamente vêm nas prestações de contas do Observatório. Porque veja bem, a prestação de contas é aberta, eles não vêm não é porque não são convidados [...]. Se o Observatório exige transparência, ele tem que ser o primeiro de todos a ser transparente. É nesse viés que nós trabalhamos, por isso fazemos prestação de contas, mostramos tudo que nós gastamos, de onde vem o dinheiro, quem nos ajuda, a gente se expõe, o que foi feito, o que não foi feito (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016).

Não acompanha. *Antes tinha uma Secretaria de Assuntos Comunitários que eles extinguiram tudo. Como eu disse, na época do [ex-prefeito] tinham pessoas específicas para isso, funcionava, mas hoje não tem nada. Inclusive na última reunião que tivemos com o prefeito ele disse que não queria que expuséssemos os secretários nas reuniões das associações de moradores, pra não colocar eles em saia justa, porque a gente iria cobrar as coisas e ele*

⁶⁴ Há ainda a referência aos conselhos como espaço onde ocorre essa interlocução entre Estado e sociedade civil, questão que será trilhada na próxima categoria analítica.

disse que não ia mandar, então como vamos reivindicar as coisas? Tinha a ouvidoria que até funcionava um pouco, mas tiraram porque começou a aparecer muitas demandas. O poder público não gosta muito dessas reuniões que são feitas. [...] Agora quando chega perto da eleição, aí eles correm atrás das associações (UGAM, 2016 – grifo nosso).

O único é pela FUNAI, que é um órgão estatal, que tem uns acompanhamentos locais. A gente procura mais eles do que eles a gente (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).

*O relacionamento com o estado hoje é de **independência**, não tem um controle deles sobre nós, querer saber o que a gente está pensando, falando, não (MOVIMENTO DE MULHERES, 2017 – grifo nosso).*

Em se tratando de organizações que desenvolvem ações que pressionam o Estado para o atendimento às demandas que representam, o desejado, em um contexto democrático, é justamente que não haja interferência na autonomia e liberdade de organização e reivindicação da sociedade civil. Pois, além de ser um “[...] campo aberto à livre iniciativa e ao associativismo, tem função decisiva na gestação de novos projetos ideológico-culturais e uma relação dialética com a sociedade política”. Os efeitos de sua atuação podem tanto alimentar lutas populares para reelaboração de um Estado democrático quanto se revelarem aliadas a projetos neoliberais que anulam sua emancipação (SEMERARO, 2006, p. 186).

O desenvolvimento do termo sociedade civil se relaciona à ênfase nas iniciativas “privadas” vindas da base da sociedade. Em um país marcado por um Estado centralizador, falar em sociedade civil significa pensar naquilo que potencialmente emerge do organismo social sem o controle explícito do Estado. Disso deriva o critério para seleção das organizações estudadas, acrescido a este fator de “espontaneidade” e “independência” ao desenvolverem ações com fins públicos.

Conforme Semeraro (2006, p. 234), essas organizações ainda estão longe de tornar “permanente” sua vitória porque padecem de elementos de fugacidade, precariedade, fragmentação, dispersão, imediatismo, voluntarismo. “Ainda que expressiva, de fato, a grande constelação das suas formas não consegue encontrar caminhos para organizar suas forças em torno de um projeto aglutinador e hegemônico”.

E, se o poder público não acompanha de maneira mais qualitativa as ações desenvolvidas, também não há uma coordenação/gestão na elaboração das propostas de atuação nas áreas de inserção das organizações – em consonância com o que

demonstrou a categoria anterior a respeito da questão da (não) articulação intersetorial do trabalho em rede no município.

Cada um elabora a sua estratégia de atuação. Tem a questão do Comdica e do Conselho de Assistência Social, a gente tem que mandar o plano de atuação, tem um modelo, mas cada um elabora o seu. [...] Por isso eu acho que a Rede tem ainda o poder de fazer muito mais, na questão das discussões e resolução dos casos, realmente tornar mais ampla essa parte. Já existe uma rede, agora acho que falta mais uma estruturação e ligação das atividades (JOÃO PAULO, 2016 – grifo nosso).

*Não é muita novidade pra nós que em alguns lugares ainda tem essas coisas de querer fazer as coisas meio **de cima para baixo**. [...] Agora, no município de Guarapuava, essa questão da elaboração dos planos, de planejar, elaborar uma política é muito **antidemocrática**, você não consegue quebrar esse coco. No município ainda falta muito a organização da sociedade civil. [...] Há um processo seletivo, de exclusão mesmo da classe trabalhadora, e em algum lugar esse projeto é elaborado para acontecer assim, só que isso é muito antidemocrático e nós não conseguimos quebrar isso ainda (CEMPO, 2016 – grifo nosso).*

*Falando do município e não da entidade, **não tem participação**, eu acho que é aleatório até. Eu não sei como eles conseguem fazer o plano de ação, fico preocupada com isso... O município deixa muito a desejar, claro que para tudo demanda recursos, então se não está lá no PPA, na Lei Orçamentária, não tem como executar. Então não adianta o município dizer que vai fazer mil atividades se não está no plano. Não contemplou, sinto muito, não vai acontecer. [...] **Porque quando eles fazem o plano, não fazem em conjunto, por exemplo, com as entidades**, que sabem exatamente qual é a demanda, o que precisa ser feito, e o município acaba fazendo meio por conta, sem diálogo com as entidades. Mesmo com o conselho, a coisa vai pronta, quando vai para a votação do conselho, seja da assistência, seja da criança, eles já levam montados os planos e muitos conselheiros, talvez por desconhecimento, votam a favor. Coisas que poderiam ser pensadas de forma que viesse a atender mesmo a demanda do público e acaba que vão recursos para onde nem precisa, e o que precisa mesmo fica descoberto (RENASCER, 2016 – grifo nosso).*

“Cada um elabora a sua estratégia de atuação”; “fazer as coisas meio de cima para baixo”; “não tem participação”; “ não fazem em conjunto” – esses fragmentos reforçam o entendimento de que o planejamento das políticas públicas é, na percepção dos sujeitos, caracterizado como antidemocrático em função da pouca participação das organizações da sociedade civil e também do não envolvimento dos usuários dos serviços. Manifestam-se aqui, novamente, os traços de um padrão relacional estabelecido “de cima para baixo”.

Outro elemento que se destaca nos depoimentos é um fator de democracia interna das organizações, ao possibilitarem a participação do público atendido no planejamento de suas ações.

*[...] No final do ano a gente faz avaliação e já propõe para eles estarem pensando no que gostariam de estar fazendo no ano seguinte, e a partir disso a gente pensa num projeto pra atender. [...] Do diálogo surgem muitas demandas, principalmente com criança e adolescente... A demanda é deles, **nós trabalhamos a partir da demanda deles**. Nós pensamos em temas a partir da fala deles (JOÃO PAULO, 2016 – grifo nosso).*

No âmbito da entidade há participação do público-alvo atendido, fazemos reuniões com eles uma ou duas vezes por ano, porque não conseguimos reunir todos no mesmo espaço, a instituição tem uma estrutura pequena, e essa demanda é ouvida por meio da escuta qualificada desse usuário. Esses grupos de apoio, esses serviços de convivência levantam demandas para os educadores e a partir dessa demanda pensamos um plano de ação para o ano futuro. Ou seja, ações que vêm ao encontro da realidade do usuário, as demandas reprimidas que esse usuário está apresentando na instituição. Então ele contribui significativamente, porque os projetos e programas não são pensados somente pela equipe técnica e sim para eles, porque estamos fazendo um serviço para eles (RENASCER, 2016 – grifo nosso).

O que produz um *conteúdo político* de contribuição para democratização, ao possibilitarem que os sujeitos usuários vocalizem demandas que são inseridas, evidentemente que com limitações, ao planejamento de atuação. Tal elemento demonstra que, mesmo instrumentalizados aos interesses neoliberais, os mecanismos privados da sociedade civil também têm o potencial de desenvolver funções contra-hegemônicas, que podem contribuir para a construção coletiva da cidadania, compreendida enquanto possibilidade de reconhecimento da capacidade de protagonismo dos sujeitos.

O que sugere um campo fértil de lutas e possibilidades de enfrentamento de desigualdades, pois são relações que ocorrem em um campo de fluidez e não deixam de conter também a potencialidade para o exercício do protagonismo histórico de segmentos excluídos. A positividade das relações estabelecidas se localiza justamente na manifestação desse potencial, de espaço aberto a múltiplos protagonismos, podendo revelar táticas de resistência à subalternidade (SPOSATI; RODRIGUES, 1995).

Também manifestando potencialidades para o exercício do protagonismo e da cidadania, há o relato da experiência do Movimento de Mulheres da Primavera com a inserção no poder político representativo por meio da eleição de uma representante do movimento como vereadora e, posteriormente, como vice-prefeita.

*Uma outra questão forte que nós levantamos também foi essa questão da **participação da mulher na política**. A gente fazia as reuniões, via os problemas e chegava no ponto que a gente parava ali, então precisava de alguém que fale a linguagem da mulher, que entenda as dores das mulheres.*

Não basta ser mulher para estar lá, tem que ser uma mulher comprometida com as ações, com as dores, e olhe com olhar da mulher, para criar políticas públicas voltadas para as mulheres. Daí foi aí que nós começamos articulação de que as mulheres precisavam estar também nessa questão política [...]. Então depois de muita luta, muita conversa sobre a necessidade, ela entrou como vereadora, mas nós não deixamos ela sozinha [...] (MOVIMENTO DE MULHERES DA PRIMAVERA, 2017 – grifo nosso).

Em um movimento “em direção ao Estado” se destaca o conteúdo político produzido principalmente no que diz respeito à participação no mandato de representação e a criação de políticas públicas em âmbito municipal:

Nós íamos de casa em casa pedindo voto. [...] As mulheres todas eram voluntárias. Chegava no sábado à tarde, no domingo, a gente arregaçava as mangas e ia casa por casa. As mulheres. E ainda a gente reclamava porque os homens ficavam lá tomando cerveja e não iam nas casas bater na porta. [...] Diziam que estavam junto, mas não iam bater na porta, convencer e pedir voto (MOVIMENTO DE MULHERES DA PRIMAVERA, 2017).

*Quando tinha as votações importantes da Câmara, quando ela entrava com um projeto, a gente se organizava aqui no bairro e ia para a Câmara de Vereadores. [...] **Mas tudo isso dialogado no movimento**, nas reuniões de domingo, nas reuniões em que um ligava para o outro, naquele tempo eu não tinha WhatsApp ainda né [...]. É igual a gente contou, a gente fazia os projetos mais polêmicos, a gente ia tudo lá as mulheres, nós estávamos lá, com a nossa camisetinha da romaria, com a camiseta lilás. E não só com o movimento, a gente está falando do movimento, mas com toda comunidade, o mandato fazia reunião nos bairros uma vez no mês, **todo mês tinha uma reunião do GAM [Grupo de Apoio ao Mandato]** no bairro (MOVIMENTO DE MULHERES DA PRIMAVERA, 2017 – grifo nosso).*

*E entre as ações importantes que aconteceram e tudo mais, agora mais recentemente foi a Secretaria da Mulher, que nós como movimento tinha muita dificuldade na questão de como atender essas mulheres. Desde sempre a situação de violência era bem gritante aqui no bairro e em toda Guarapuava, mas nós não tínhamos a quem recorrer na época [...], existia muita queixa e nós não tínhamos para quem recorrer. Aí é que pensamos que precisava ter a **Secretaria de Políticas para Mulheres** em Guarapuava, e graças a Deus deu certo a **Casa Abrigo** também, agora temos a quem pedir socorro nas horas difíceis (MOVIMENTO DE MULHERES DA PRIMAVERA, 2017 – grifo nosso).*

O uso de canais tradicionais de participação política “em direção ao Estado” é reconhecido pelo movimento como uma estratégia legítima de atuação na defesa de seus interesses. Conforme destaca Semeraro (2006, p. 187), “[...] os riscos e as ambiguidades presentes no complexo quadro da sociedade civil contemporânea, não podem conduzir a considerá-la âmbito exclusivo das estratégias neoliberais”. A perspectiva gramsciana permite reconhecer a sociedade civil como espaço de luta para construção da hegemonia pelos dominados. Disputa que acontece nas complexas ramificações da sociedade civil, com suas “iniciativas e inovações, com suas pressões políticas, com sua interlocução

com o Estado e os partidos [...], podem se tornar instrumentos fundamentais de resistência e de questionamento político, formando pessoas capazes de pensar, estudar, dirigir e controlar quem dirige” (SEMERARO 2006, p. 188).

Manifestam-se aqui padrões relacionais que apontam para alternativas emancipatórias, o que dialoga com a hipótese gramsciana de fortalecimento dos aparelhos privados de hegemonia que têm o potencial de resistência à ordem hegemônica imposta e de elaboração de novos consensos. De acordo com Nogueira (1998, p. 93 – *grifo nosso*):

[...] a sociedade civil é o *locus* principal para uma requalificação radical da ‘sociedade política’ e, nestes termos, para a organização ou revitalização do espaço público [...]. Para o que é preciso romper, antes de tudo, com qualquer modalidade de sociedade civil hipostasiada, vista como o ‘oposto’ virtuoso ou a negação do Estado, como a instância que por si só conteria o impulso renovador de todas as coisas. A sociedade civil, diria Gramsci, **só é virtuosa quando pensada em seus nexos com o Estado**, quando consegue condicionar o Estado por meio da política.

Contrapondo esse movimento de relação com o Estado por meio da inserção em canais tradicionais de participação política, o depoimento a seguir demarca uma diferença de percepção, no sentido de “rejeição” ao Estado.

*E em função da burocracia excessiva que o Estado traz para dentro das entidades, eu percebo que se criou na estrutura das entidades uma **rejeição para com o Estado**. Quando se fala em algo organizado pelo Estado, criou-se uma rejeição automática, porque as entidades foram quase que massacradas por tanta burocracia, hoje já reduziu muito, mas ainda temos. [...] Mas eu percebo que ainda precisamos avançar nessa relação de olhar o Estado como algo que é o suporte, ele é o guarda-chuva da política pública. E dentro do Estado, principalmente falando da área da Assistência Social que a gente acompanha mais, tem muito potencial técnico dentro desse Estado, que pensa a política, que pensa instrumentos e que nós enquanto entidades precisamos nos aproximar dessas ferramentas, trazer essas ferramentas, essa riqueza. [...] Eu percebo que a gente fica na margem, falando da burocracia e fica nisso. E isso eu sinto que empobrece muito as ações, porque rejeita automaticamente e não se busca essa riqueza. [...] Claro que o Estado precisa avançar muito, mas nós temos que avançar também, no pensamento, na abertura. E se nós só rejeitamos, isso desresponsabiliza ainda mais o Estado, fica cada vez mais ausente (CARITAS, 2016 – grifo nosso).*

Embora reconheça a negação do Estado, há o posicionamento a favor da necessidade de superar essa visão, de ampliar canais de relacionamento, de adentrar o Estado, reconhecendo-o como campo de luta e disputas, a ser ocupado pelos representantes dos subalternos, das variadas formas que o arranjo institucional

democrático permite: junto às instituições tradicionais de representação política e/ou por meio da inserção nos canais institucionalizados de participação das políticas públicas.

A concepção gramsciana de “Estado ético” diz respeito ao progressivo movimento de “absorção da sociedade política pela sociedade civil”, que, ao adotar funções estatais, se torna cada vez mais “autoregulada”. E, para assumir essa dimensão estatal, o que significa transcender a esfera da “pequena política” e se projetar no sentido da “grande política”, é preciso superar a “aversão” ao Estado, tido como o “outro” da sociedade civil, considerada instância das virtudes cívicas, enquanto o Estado é “demonizado”. Nas palavras de Semeraro (2006, p. 187):

Analisar a sociedade civil e sua relação inseparável do Estado, particularmente no Brasil, implica empreender com espírito dialético operações cuidadosas para discernir que ‘nem tudo o que faz parte da sociedade civil é ‘bom’ (ela pode, por exemplo, ser hegemônica pela direita) e nem tudo o que vem do Estado é ‘ruim’ (ele pode expressar instâncias universais que se originam na luta das classes subalternas).

Emerge da realidade das relações analisadas a interferência (facilitadora ou bloqueadora) que o Estado exerce sobre as organizações. O que pode ser visualizado nos depoimentos acerca do retorno às demandas direcionadas ao poder público.

*Esse é o problema do retorno, justamente a ideia do **sigilo**. Então para a Câmara, vários procedimentos que não estavam muito de acordo o Observatório fez requerimento pedindo para rever e isso não teve retorno. A Câmara não tem esse costume ou essa visão de informar. A Prefeitura, via de regra, o que temos solicitado pela Lei de Acesso à Informação⁶⁵, até para sustentar algum procedimento nosso, via de regra tem atendido. [...] Dependendo da situação a gente consegue um bom retorno, e a Câmara nesse sentido, ela peca nisso, no retorno de nossas petições que a gente encaminha lá, fundamentado ‘bonitinho’, mas que **não interessa politicamente**, sei lá, não vou entrar no mérito agora, e **não há o retorno, nem sim nem não**, esse que é o grande problema. Sim ou não, teria que ter o retorno (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).*

Fazemos as reuniões periódicas, dessas reuniões saem as solicitações do que precisa e dessas solicitações fazemos ofícios e mandamos para a Prefeitura, para as Secretarias. Mas normalmente é dessa forma que se encaminham as

⁶⁵ A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A Lei se aplica aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive aos Tribunais de Conta e Ministério Público. Entidades privadas sem fins lucrativos também são obrigadas a dar publicidade a informações referentes ao recebimento e à destinação dos recursos públicos por elas acessados (Fonte: <http://www.acessoainformacao.gov.br/assuntos/conheca-seu-direito/a-lei-de-acesso-a-informacao>).

*demandas, não fazemos muitas mobilizações, protestos, já tiveram alguns, mas a gente não usa muito isso porque acha que não vai dar resultado. A imprensa vai gostar disso, mas vai desgastar o gestor, a pessoa que está lá, e efetivamente não vai resolver. Então acho que fazendo as reivindicações com ofícios, mais formalmente, e se a Prefeitura não dá um retorno plausível a gente vai até o Ministério Público, temos as portas abertas com eles. [...] A gente encaminha ofício, mas **nem sempre respondem, e quando respondem é sempre negativo** (UGAM, 2016 – grifo nosso).*

*Depende, às vezes é mais moroso, às vezes conseguimos uma resposta mais clara, mas depende da situação que é encaminhada, mas **sempre temos uma resposta. Nem que seja negativa**, temos respostas, até porque temos esse bom relacionamento e **isso é também de relacionamento**, eles sabem do trabalho sério que a entidade presta, então também se obrigam a dar esse retorno, mesmo que seja negativo (RENASCER, 2016 – grifo nosso).*

*É um ofício, geralmente a gente encaminha um ofício e depois faz um contato direto. [...] E a gente tem essa abertura com o prefeito, com a Câmara de Vereadores, com os secretários, a gente tem essa abertura sim. [...] Alguns a gente tem que ser bem direto. Alguns a gente tem que ir muitas vezes lá. Alguns a gente tem que apelar, às vezes, de conversar e tal. Mas geralmente assim, também a gente tem consciência do que a gente pede. Então o que a gente pede geralmente é atendido. Talvez não integral, cem por cento, mas uma parte eles sempre nos ajudam. Uma parte eles sempre contribuem, colaboram conosco sim. **Algum retorno nós sempre temos** (DOM BOSCO, 2017 – grifo nosso).*

Nota-se que, conforme a natureza da relação (se de “parceria” ou “reivindicação”), difere o retorno das demandas encaminhadas ao poder público municipal. A oficialização das reivindicações por meio de ofícios compõe o repertório de atuação de todas, contudo, Observatório Social e UGAM relatam que suas solicitações muitas vezes sequer têm resposta, ainda que negativa. Já os outros dois depoimentos demonstram um melhor fluxo de comunicação entre as organizações e o poder público.

Um balanço entre um padrão relacional e outro permite visualizar a conformação que o Estado exerce sobre a organização civil. Nos casos em que predominam relações “de mãos dadas” com o Estado se manifestam mecanismos de integração e cooperação (ainda que sempre referida como limitada e insuficiente). Já aquelas que se projetam “em direção ao Estado” revelam um repertório de atuação marcado predominantemente pela disputa democrática mediada por mecanismos de repressão e exclusão, marcas de autoritarismo.

O Estado, em sua materialização no poder público local, ao mesmo tempo em que legitima esse tipo de relação de “parceria”, planta obstáculos (na forma de exclusão,

não abertura ao diálogo, não incentivo) à manifestação de outras formas de relacionamento, ligadas a questões que se aproximem à “grande política”.

Identifica-se a convivência de formas desiguais de relacionamento que se manifesta na dualidade de processos que atravessam a administração pública conforme a natureza das relações estabelecidas. Entidades socioassistenciais e movimentos sociais atuam com foco em diferentes objetivos e sob distintos contextos, recursos e condições. Dagnino et al (2006, p. 38) chamam a atenção para os variados tipos de relacionamento, sendo que a “[...] heterogeneidade da sociedade civil e do Estado configura um mapa extraordinariamente complexo de possibilidades de colaboração e confronto”. Podendo o potencial criativo da sociedade civil tanto ser constrangido quanto facilitado por políticas governamentais.

E, se as diferentes *formas* de aproximação com o poder público geram diferentes *conteúdos*, é importante lançar o olhar para os momentos de enfrentamento e conflitos. Pois, na relação hegemônica, o processo de elaboração do consentimento não é imune a resistências.

Há o problema da retaliação. [...] Porque este **mito da retaliação é usado como forma de domínio interno**, e acho que tem tudo a ver justamente com a falta de modelo de gestão, da profissionalização do serviço público. [...] E aí se cria esse mito do medo, da retaliação. Qual é a retaliação? O funcionário concursado tem estabilidade, tem irredutibilidade de salário e imobabilidade imotivada, então medo do que mesmo? Justamente por isso que se criou a estabilidade de emprego, para combater esse tipo de situação. [...] Hoje nós temos um bom trânsito, mas já houve situações em que o Observatório já foi até **processado pela administração pública municipal** por calúnia. Hoje não, hoje nós trabalhamos de forma bem mais aberta, acho que isso está superado. [...] Outro momento seria a situação das contas da saúde, esse foi um ponto marcante. A participação no conselho de saúde e a reprovação das contas do município no ano passado. Esse também foi um fato marcante, não porque desaprovamos as contas pelo simples fato de desaprovar, mas porque estava errado, e o conselho serve e responde por isso (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).

[...] O que nós tentamos não são fatos contra pessoas, mas são fatos que apontam para a garantia da política pública, que apontam algumas falhas de direção em muitos momentos. E isso é muito levado pelo lado pessoal, então falta maturidade de quem está na gestão de se abrir para um processo democrático mesmo, de abertura, de crescimento. A gente faz essa discussão com a equipe técnica que assessora os gestores, eles também aderem, concordam, só que **essa questão da retaliação acaba emudecendo a equipe técnica** também. A ação se dá nos bastidores e não de forma aberta, legítima e democrática. [...] A gente percebe uma gestão mais preocupada não com a construção de uma política pública, mas a defesa mais de pensamentos políticos partidários. Uma visão da política ainda como fraternidade, como assistencialismo, e esses embates são muito fortes ainda. E a gente percebe que por essa força de coerção que tem, que está fragilizando muito as entidades, estão ficando com medo, ninguém fala nada, por essa pressão, por ter envolvido Ministério Público, são poucos que têm coragem de contrapor isso, de falar, e eu sinto um momento de enfraquecimento do controle social, por essa força de coerção mesmo, não só da assistência, está indo pra outros conselhos, refletindo isso. [...] Pelas retaliações que a gente teve no Conselho, teve retaliações, teve ameaças. Eu estou participando da reunião, [...] vou com a capacidade técnica e não levo nada para o lado pessoal, porque senão já teria desistido. Porque eu sei que é importante na minha atuação com os usuários, e também para tentar garantir algumas coisas que estão sendo manipuladas [...]. Eu assumo esse compromisso pela verdade mesmo. Mas é bem truncada a relação. [...] Até nessa questão de liberação de materiais, a gente percebe quais entidades recebem primeiro, quem questiona sempre recebe depois. São sinais assim, que em pleno 2016 é ridículo ter isso ainda. Eles estão ali trabalhando e recebendo do nosso dinheiro, então deveriam estar a serviço da população e não de si mesmos (CARITAS, 2016 – grifo nosso).

Os conflitos são críticas, às vezes via imprensa. Que o poder público a gente sabe que ele direciona às vezes, desqualificando o movimento nesse sentido, assim que é o enfrentamento, né? Você começa a incomodar com uma questão e às vezes não é prioridade deles daquele momento. [...] Nós, como movimento, sofremos para entrar no Conselho Municipal [...] eles têm um certo preconceito com as mulheres de bairro, nós sofremos para ser incluídas lá [...]. Eu estava de vereadora, sabe quando você tem que bater o pé ali para nós fazermos parte? Eles **fizeram nota de repúdio porque não queriam que o movimento de mulheres participasse do Conselho Municipal da Mulher**. [...] Uma organização do movimento, não é sombra e água fresca. Sempre você tem que ir abrindo o caminho, abrindo o caminho por aqui, por ali, não dá aqui, você vai ali, e marcando presença para poder os direitos acontecerem. Foi isso que a gente fez lá (MOVIMENTO DE MULHERES, 2017 – grifo nosso).

[...] falando da relação com o Estado, com as autoridades, sempre foi conflituosa, todo esse tempo é muito embate, muita resistência, não querem ouvir falar da gente na Câmara de Vereadores, ‘imagina o MST chegando aqui em Guarapuava, isso é uma loucura!’. Tanto que recentemente quando fizemos uma conversa com o bispo, ele disse que achava super importante o trabalho social, mas ‘eu não tenho como dizer lá dentro da Igreja, da Catedral, que o MST está aqui’. Então sempre teve uma resistência, o embate sempre foi em todos os níveis. Desde uma pequena coisa, como por exemplo as feiras, fazia uma feira, estava lá a vigilância sanitária querendo multar, já começava por aí, desde as pequenas coisas até o nível mais alto sempre foi resistência, persistência e muitos grupos não resistiam a esse processo [...]. **Então nós temos esse cuidado também de não se machucar sem ter necessidade, porque perseguição já temos de sobra** (CEMPO, 2016 – grifo nosso).

A riqueza dos depoimentos permite perceber o quanto o campo dos direitos sociais é perpassado por intensas correlações de forças. Mesmo nos casos em que a *forma* de relação predominante é de “parceria”, nota-se que o *conteúdo* produto dessa relação não é homogêneo, abarcando também conflitos gerados tanto pela disputa de recursos quanto pela tentativa de inscreverem suas vontades no processo decisório das políticas sociais – com o intuito de democratizar as relações.

Ao tentarem se mover “em direção ao Estado”, as organizações enfrentam situações de repressão, relatadas pelos sujeitos na forma de “retaliações” pessoais (elemento recorrente nos depoimentos). No processo de forja da dominação hegemônica, se estabelece uma relação de consenso que não suplanta a coerção. Ou seja, a hegemonia não deixa de conter o elemento de domínio.

A hegemonia gramsciana é, por isso, um tipo de direção consensual sobre os que aceitam ou consentem, e inclui uma dimensão coercitiva sobre os que se recusam, ou seja, os que extrapolam os meios de oposição considerados legítimos pelo grupo hegemônico; mas essa dimensão é episódica, e, normalmente, a hegemonia se resume num tipo de dominação que é predominantemente (ainda que não inteiramente) consensual (SECCO, 2006, p. 44).

De acordo com Gramsci (1999, p. 399), toda relação de hegemonia é necessariamente pedagógica: “[...] existe em toda a sociedade no seu conjunto e em todo indivíduo com relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados”. Dominação hegemônica que é encarnada no Estado Integral, o qual, ao incorporar o aparelho hegemônico, exerce função “organizativa” ou de “conexão” – o que é visível nas análises empreendidas até aqui acerca das relações estabelecidas entre os “aparelhos privados” da sociedade civil com a sociedade política (materializada pelo poder público local).

Os depoimentos permitem identificar alguns mecanismos de entrave à participação política mobilizados pelo Estado: além da referida retaliação, na forma de perseguições pessoais (“[...] *essa questão da retaliação acaba emudecendo a equipe técnica*”); a judicialização de conflitos, que manifesta a função de coerção inerente à sociedade política (“*o Observatório já foi até processado pela administração pública municipal*”); a burocratização da administração pública também como estratégia de impedimento do acesso ao campo estatal; e até a negação da participação em instâncias de controle social (“[...] *fizeram nota de repúdio porque não queriam que o movimento*

de mulheres participasse do Conselho Municipal da Mulher”). Elementos que dão pistas dos determinantes que inscrevem a atuação da sociedade civil à esfera da “pequena política”.

Gramsci conceitua o termo **política** em dois sentidos, um “amplo” e outro “restrito”, os quais designam distintas esferas da atuação política.

Grande política (alta política) – pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, **é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política** (GRAMSCI, 2007, p. 21 – *grifo nosso*).

Em sua acepção “ampla”, a “grande política” é identificada com a universalidade e a orientação consciente para a totalidade das relações subjetivas e objetivas, compreende elementos relacionados à fundação de novos Estados, ações que intencionam modificar ou preservar a ordem social.

Já a esfera da “pequena política” corresponde a questões parciais e cotidianas colocadas no âmbito de uma estrutura já estabelecida. Nas palavras de Coutinho (2007, p. 92), “a ‘pequena política’ poderia ser facilmente identificada com a práxis manipulatória, passiva, que sofre o determinismo ao invés de superá-lo, enquanto a ‘grande política’ [...] é o momento da afirmação da teleologia, da liberdade”.

O conceito restrito de política abarca o conjunto das práticas e objetivações diretamente ligadas às relações de poder entre governantes e governados (COUTINHO, 2017). Expressa processos caracterizados pelo conjunto de ações vinculadas a questões parciais e cotidianas, como, por exemplo, regras de funcionamento da política (DURIGUETTO, 2007).

Apropriando-se desses conceitos, Martorano (2011) argumenta que a qualidade da participação se relaciona ao grau em que ela se desenvolve, ou seja, pode ocorrer tanto na esfera da micropolítica quanto na da macropolítica. Sem dúvida que se tratam de momentos interdependentes, mas, há que se admitir a primazia da segunda quando os objetivos de ação se vinculam a transformações societárias.

Em outras palavras, não se trata de desconsiderar os efeitos da microesfera de atuação política sobre as estruturas macro, mas de ter a perspectiva de que seus efeitos são inferiores do que os produzidos pela segunda sobre a primeira. A microparticipação contribui para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da política democrática, no entanto, sua efetividade depende do envolvimento dos agentes e grupos sociais na macroesfera política. Desconsiderar esta relação e/ou hierarquia entre as duas esferas faz com que as análises percam sua complexidade (MARTORANO, 2011).

O binômio conceitual pequena-grande política é mobilizado aqui como parâmetro de análise de relações concretas. Acrescido às nuances de “pequena política” inferidas ao longo da categoria, o espectro de atuação se manifesta também em algumas das perspectivas de continuidade do relacionamento com o poder público municipal expressas pelos sujeitos:

*Acho que **precisa que eles ouçam mais a população**, que se crie um elo, que vão nas associações, ouçam as associações, ouçam as reivindicações, não são assim coisas grandiosas. Tem um bairro que precisa de médico, tem bairro que precisa de asfalto, são coisas que vão ajudar o gestor. O pessoal até assume o compromisso, mas assume a eleição eles esquecem. Muitas vezes vão fazer uma obra num bairro, que às vezes a população não quer aquela obra, querem uma outra obra, então desencontra com a vontade da população (UGAM, 2016 – grifo nosso).*

*Eu acho que **poderia ter uma parceria melhor**, financeira, com o financiamento das entidades. A gente fala, assim, que dinheiro tem, ele não é bem investido. Mas poderia ter uma parceria melhor nesse financiamento e, também, nos próprios encaminhamentos, porque hoje se a gente precisar do poder público um encaminhamento de psicólogo, por exemplo, nós não temos (DOM BOSCO, 2017 – grifo nosso).*

***Gostaríamos que fosse mais efetivo**, desde os editais, e também a questão burocrática, menos burocrático, que pudesse acessar de uma forma mais fácil, até mesmo as pessoas lá dentro que às vezes não se identificam tanto com a causa e acabam cortando não só recursos, mas acesso também (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).*

Ao ter sua esfera de atuação limitada a questões parciais e cotidianas, ocorre um progressivo esvaziamento da sociedade civil, cujo repertório de atuação preconiza demandas referentes à execução das políticas sociais. Realidade sintonizada com a determinação neoliberal de Estado e sociedade civil e que se manifesta em reivindicações mais imediatas, pontuais e particularistas, centradas em demandas por serviços que compõem as relações analisadas.

Simionatto (1997) explica que a elaboração da hegemonia por meio de uma projeção de universalidade imposta pelo Estado fragiliza a perspectiva de totalidade das lutas empreendidas pelos segmentos subalternizados. Pela despolitização e fragmentação de suas formas de expressão, suas lutas particulares não se articulam em vontades universais.

Não se trata de negar a imprescindível importância da batalha por direitos fundamentais básicos. Mas sim de frisar a necessidade de vinculação a projetos globais de sociedade, num movimento de superação do momento “egoístico-passional” para o “ético-político”:

Pode-se empregar a expressão ‘catarse’ para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’ e da ‘necessidade à liberdade’ (GRAMSCI, 1999, p. 314).

Trata-se de atentar para que as lutas cotidianas não se restrinjam a “[...] reformas pontuais, desencarnadas de um projeto totalizador, acabando por perder-se no vazio” (SIMIONATTO, 1997, s.p.). Contudo, tanto o resgate da categoria hegemonia quanto a realidade emergente das falas dos sujeitos demonstram que a sociedade civil se constitui como palco de um pluralismo de organismos coletivos “privados”, que produzem uma heterogeneidade de *conteúdos* políticos.

Há iniciativas que fazem um movimento “em direção ao Estado” e que tentam imprimir mudanças no padrão relacional “de cima para baixo” historicamente reproduzido no Brasil. De modo que a inscrição ao âmbito da “pequena política” não ocorre de maneira homogênea, mas manifesta nuances, expressas por noções e posicionamentos, que se aproximam do campo da “grande política”.

*[...] Formação, organização e mobilização são três vertentes da nossa missão para esses que estão desassistidos. Até porque o agronegócio tem suas escolas, a Unicentro, por exemplo, tem um setor do agronegócio, mas não tem setor dos Povos e Comunidades Tradicionais. Então alguém tem que ter postura na sociedade para fazer isso. [...] A CEMPO em si é o campesinato que está ao redor dela, esse povo camponês de diversas culturas e modos de vida, aí tem os povos tradicionais, os agroecologistas, os movimentos sociais e outros, que fazem esse conjunto que, **nessa democracia disfarçada brasileira, o que há mesmo é uma disputa de projetos**. Uma disputa de projetos entre o campesinato, nós, e o povo do agronegócio, que tem tudo e nós não temos nada. **Então nós nos organizamos em movimentos, associações, para debater o nosso projeto e propor para o Estado uma política que atenda aos nossos interesses, porque***

essa que está posta não é a que nos enquadra. [...] Mas é isso que está em disputa, projetos que se organizam, cada um de um lado, não que sejamos inimigos, mas temos projetos totalmente diferentes. [...] Nós queremos mudar essa relação do Estado com a sociedade civil. [...] A primeira questão é que o governo não tem estrutura para nos atender, está sucateado, os espaços do poder público que poderiam servir para nós, começam com falta de gente, faz muitos anos que não faz um concurso pra determinado departamento que tem tudo a ver conosco, não tem gente, não tem estrutura, não tem orçamento. A política nacional [de Povos e Comunidades Tradicionais] não tem orçamento, só tem a política, mas não tem orçamento... Então esbarra nessas coisas, a estrutura do Estado pra nós, o Estado está preparado para atender outros, não nós (CEMPO, 2016 – grifo nosso).

A gente precisa refletir a prática, se a nossa intervenção está gerando emancipação, ou nós estamos mantendo a população na dependência. Que representação isso está tendo para melhoria da qualidade de vida? Porque é um dado que preocupa muito no município é que hoje nós temos 65 mil pessoas em situação de pobreza ou de extrema pobreza, é muita gente! Com quase 200 anos de história, se não tivesse tido a intervenção das entidades, provavelmente estaria um caos essa realidade, mas acho que nós estamos num estágio que precisa avançar. O atendimento emergencial básico já saturou. A população está há muito tempo mantida nessa extrema pobreza, tem que fazer algo para sair disso. E as propostas de intervenção da gestão pública às vezes não olham para esse público, porque traz empresas, traz shopping, e em quais meios desses da economia a nossa população consegue entrar? Então eles vão permanecer nisso se não olhar pra eles. [...] Meu sonho é que a sociedade civil se fortalecesse mais no sentido de mobilização social, de controle social e não tanto de atendimento. Porque para nós seria um dado que a responsabilidade do Estado estaria acontecendo efetivamente. Então às vezes eu até falo, que nós vamos chegar no pico do nosso trabalho como Caritas Socialis no dia em que a gente precisar fechar ela (CARITAS, 2016 – grifo nosso).

Como não temos um modelo de gestão e consequentemente não temos profissionalização do serviço público, [...] então não tem capacitação nenhuma, é sempre na base do improviso, sempre parece que estão iniciando o Estado ontem [...]. O Observatório trabalha no preventivo, sempre brinco ‘não trabalha com o retrovisor, trabalha com o para-brisa’, fiscalizar é trabalhar com o retrovisor, fiscalizar é olhar aquilo que já foi feito, isso é fiscalizar, olhar pelo retrovisor, olhar para o passado. A prevenção é olhar para frente, ver o que está acontecendo e buscar corrigir. [...] A coisa não é institucionalizada, a coisa é pessoalizada, as pessoas é que tratam, não a instituição. Isso que é o grande problema, nós temos que quebrar esse paradigma e começar a trabalhar institucionalmente (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).

A noção de hegemonia abarca as possibilidades de elaboração de outras hegemonias, de disputas hegemônicas. O que é expresso nas falas dos sujeitos: “[...] nos organizamos em movimentos, associações, para debater o nosso projeto e propor para o Estado uma política que atenda aos nossos interesses, porque essa que está posta não é a que nos enquadra”; “[...] que a sociedade civil se fortalecesse mais no sentido de mobilização social, de controle social e não tanto de atendimento”; “[...] nós temos

que quebrar esse paradigma e começar a trabalhar institucionalmente”. Posicionamentos no sentido de defesa de projetos societários e disputa pelo Estado (tensões de projetos menos visíveis imediatamente, mas existentes nas diversas organizações políticas em luta pela hegemonia); a favor do fortalecimento do controle social em detrimento da execução das políticas sociais; e numa leitura da administração pública que supera o imediatismo, no sentido de sua profissionalização e institucionalização.

Ao separar economia e política, Estado e sociedade civil, a concepção neoliberal esvazia a política do seu vigor e potencialidade de atuação orientada para macrotransformações sociais (CASTELO, 2013). O que difere da perspectiva de totalidade contida no pensamento gramsciano, para o qual “tudo é política”: todas as formas de práxis comportam a possibilidade do momento catártico, a potencialidade da passagem da esfera da manipulação imediata (de recepção passiva da realidade), para a dimensão da totalidade, da transformação ativa do mundo social. A centralidade da política instituída por Gramsci aponta para um aspecto essencial do ser social, o momento da articulação entre subjetividade e objetividade, entre liberdade e causalidade, entre particularidade e universalidade (COUTINHO, 2017).

Conforme Semeraro (2006, p. 100), o desenvolvimento dos elementos da subjetividade política é a contribuição mais significativa de Gramsci ao marxismo contemporâneo. Juntamente com a análise crítica da realidade objetiva, há o resgate das dimensões subjetivas, do valor insubstituível da luta política. Trata-se da compreensão de que a “determinação” das condições objetivas sobre a ação política ocorre “apenas *in negativo*”, ao limitarem o campo de ação dos sujeitos, o que não impede de todo sua liberdade de iniciativa. O sujeito político é “[...] instituído pela ação política, pelas capacidades de iniciativa e de organizações socializadoras que souber criar” (SEMERARO, 2006 p. 58).

A dimensão subjetiva e o momento ético-político, para Gramsci, não são o resultado de um efeito mecânico proveniente de estruturas objetivas nem se identificam com alguma ideia pré-determinada que dirige a história misteriosamente, mas são a expressão mais elevada do projeto hegemônico de sociedade que as classes subalternas são capazes de construir quando se constituem como sujeitos conscientes e ativos (SEMERARO, 2006, p. 102).

A sociedade civil, na concepção gramsciana, é terreno de poder e, portanto, campo da ação política. Comporta, no âmbito local estudado, aparelhos privados de

hegemonia de matizes político-ideológicos tanto progressistas quanto conservadores. A superação da aparência dos fenômenos possibilitou notar o amplo espectro de intencionalidades presentes nas organizações estudadas. Pois, ainda que predominantemente localizadas no âmbito da “pequena política” (fruto de um projeto hegemônico de direção e dominação), manifestam concepções e práticas de resistência à instrumentalização da sociedade civil sob o bloco histórico neoliberal.

A identificação das potencialidades de embates por outros padrões relacionais possibilita tecer análises que extrapolam visões homogeneizadoras da sociedade civil. Ainda que manifestando debilidades e contradições, não se pode negar sua capacidade criativa, uma vez que o aparelho hegemônico está atravessado pelo primado da luta de classes (LIGUORI, 2007).

O que se propôs na análise desta categoria foi o aprofundamento da discussão relacionada às *formas* de relacionamento estabelecidas com o Estado e o *conteúdo* produto dessa relação. A realidade estudada expressou dois padrões relacionais predominantes: “de mãos dadas com o Estado” e “em direção ao Estado”, os quais se materializam, respectivamente, na forma de “parcerias” e/ou “reivindicações”. Ao se inserirem no âmbito das políticas sociais como prestadoras de serviços, e por se tratar de um dever estatal, algumas organizações civis acessam recursos públicos que complementam o financiamento das suas ações. Contudo, o que explicitaram os sujeitos foi que o acompanhamento do Estado se restringe à fiscalização da aplicação desses recursos, sem realizar o controle do conteúdo dos serviços prestados.

Demonstrando a complexidade das relações sociopolíticas, cita-se o potencial democratizador que as organizações abarcam ao promoverem o exercício do protagonismo dos segmentos subalternizados envolvidos em suas ações. E, ainda a manifestar potencialidades, a eleição de representante do movimento social para o poder legislativo e executivo.

No tecer das análises foi possível também perceber que o Estado exerce influência facilitadora ou bloqueadora à participação da sociedade civil, o que é relacionado à natureza da relação estabelecida, se de “parceria” ou de “reivindicação”. No processo de dominação hegemônica há momentos de conflitos, expressos sobretudo na forma de “retaliações” pessoais e fechamento da máquina estatal para inscrição de demandas.

De modo que o substrato do *conteúdo* produto das relações estabelecidas entre as organizações civis estudadas e o poder público municipal circunscreve sua atuação ao âmbito da “pequena política” – com a importante ressalva de que isso não é homogêneo, mas existem nuances de perspectivas contra-hegemônicas que podem ser aprimoradas.

E, novamente, essa identificação com o âmbito da “pequena política” não significa desvalorizar a sociedade civil – e a esse respeito se mobilizam dois argumentos: primeiro, o de que as lutas parciais e procedimentais relacionadas à “pequena política” são imprescindíveis para que sejam possíveis as disputas no campo da “grande política”. Ou seja, ainda que não devam se constituir como o fim último da ação política, são o terreno fundacional a ser conquistado. Segundo, justamente porque não se deve esquecer que “é grande política reduzir tudo a pequena política”. Faz parte do mecanismo de domínio de um grupo sobre toda a sociedade o ataque aos processos de luta que contenham uma dimensão global no sentido de reduzi-los a questões particulares, desligadas da totalidade social.

Conforme Simionatto (1997, p. 09 – *grifo nosso*):

A relação dialética entre social e político, político e econômico, Estado e sociedade, público e privado, depende, em grande medida, da reafirmação desses organismos, de sua capacidade de fazer política, **enraizando práticas sociais que possibilitem estabelecer novas contratualidades na dinâmica societária.**

E é nesse ponto que se mostra a importância da elaboração de um outro entendimento acerca da sociedade civil e do Estado. De uma perspectiva de totalidade que supere a separação (ideologicamente operada) entre economia e política e que resgate a dimensão política – em sentido “amplo” – da sociedade civil. Trata-se de demarcar elementos de ruptura e superação das concepções dominantes e operar novas sínteses, no sentido de uma repolitização da sociedade civil (SEMERARO, 2006).

O *conteúdo* político expresso pelo contexto de organização civil em Guarapuava demonstra algumas nuances da função superestrutural que a sociedade civil cumpre no bloco histórico neoliberal, em uma manifestação empírica local. Mobilizar a noção de hegemonia (na relação complementar entre consenso e coerção) permite compreender como isso não ocorre de forma homogênea, tampouco sem resistências. E, se a hegemonia neoliberal, para ser possível, depende da instrumentalização da sociedade civil, isso é refletido no tipo de democracia produto desse processo.

4.5.3 Uma “democracia disfarçada”

[...] pretende-se que sempre existam governados e governantes ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, **parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico**, correspondente a certas condições? (GRAMSCI, 2007, p. 325 – *grifo nosso*)

[...] nessa **democracia disfarçada** brasileira, o que há mesmo é uma disputa de projetos. [...] Então nós nos organizamos em movimentos, associações, para debater o nosso projeto e propor para o Estado uma política que atenda aos nossos interesses, porque essa que está posta não é a que nos enquadra (CEMPO, 2016 – *grifo nosso*)

O norte para o qual se orientam as análises desta categoria é estabelecido no sentido de identificar perspectivas de construção democrática a partir da manifestação do que os sujeitos de pesquisa (representantes de organizações da sociedade civil) expressam a respeito do tema. A fundamentação teórico-metodológica da investigação permite tomar o pensamento como parte integrante da realidade, numa ligação inseparável entre agir e conhecer. Bem como considerar a leitura dos fatos e a compreensão das coisas não como abstrações aleatórias e assépticas, mas derivadas da trama sociopolítica na qual se situam os indivíduos (SEMERARO, 2006).

Assim como a categoria “sociedade civil”, a categoria “democracia” é denotada de múltiplos significados, os quais exprimem intencionalidades em disputa. O fundamento conceitual de democracia desenvolvido nos capítulos anteriores a concebe articulada à noção gramsciana de hegemonia. Perspectiva que possibilita tratar a temática de uma forma não-restritiva, mas criticamente com relação aos seus fundamentos teóricos, ideológicos, prático-políticos e valorativos. Ou seja, considerada como construção de um alternativo projeto societário hegemônico, radicalmente democrático.

Entre os muitos significados de democracia, parece-me que o mais realista e concreto é aquele que se pode deduzir **em conexão com o conceito de ‘hegemonia’**. No sistema hegemônico, existe democracia entre o grupo dirigente e os grupos dirigidos na medida em que o desenvolvimento da economia, e, por conseguinte da legislação, que exprime este desenvolvimento, favorece a **passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente** (GRAMSCI, 1989, p. 183 – *grifo nosso*).

Nos depoimentos analisados emergem, essencialmente, noções de democracia relacionadas a um *conteúdo* de justiça social e soberania popular; mediadas pela

vontade de que as *formas* de participação democrática sejam efetivamente diluidoras de poder.

*A democracia deveria ser o **governo do povo e para o povo**, mas não é. [...] É aquela famosa frase ‘democratizar a democracia’, porque é só para alguns, se é só para alguns, não é democracia. [...] O **acesso à justiça, à saúde, educação, são exemplos de falta de democracia**. [...] E a democracia é justamente o contrário, é você exercer o teu papel efetivo, é cobrar das autoridades para que façam seu papel, esse que é o fundamento. [...] Democracia é fazer as coisas funcionarem (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).*

*Democracia, eu penso assim, que é todo **poder que emana do povo**, aquele poder em que o povo não tem apenas o direito de receber, mas de se fazer presente em espaços que venham a construir políticas, direitos (RENASCER, 2016 – grifo nosso).*

*[...] **todos terem a mesma condição de acesso** a bens, serviços, condições dignas de vida, isso é democracia. [...] Democracia não pode excluir ninguém, eu vejo, senão não é democracia (CARITAS, 2016 – grifo nosso).*

*Democracia é uma instituição pública e civil com direitos equitativos, em que **o público faz os balanços entre os interesses privados** e que eles fiquem equilibrados, que não penda nem para um lado, nem para outro (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).*

*[...] Eu entendo democracia onde há participação. Onde o problema vem discutido, pronto, de lá pra cá, isso não é democracia. Não consigo admitir democracia que não ‘abra o pacote’, tem que abrir. Isso não significa que para fazer o debate democrático não tenha liderança, a democracia pode e deve ter lideranças que coordenam o debate democrático. Mas **não tem democracia sem a participação popular** (CEMPO, 2016 – grifo nosso).*

A noção de “vontade geral” pode ser mobilizada com relação à questão da soberania da vontade popular expressa pelos sujeitos como definidora do que entendem por democracia. Gramsci reelabora essa categoria rousseauiana⁶⁶ e sublinha a dupla determinação (subjéctiva e objectiva) da vontade⁶⁷: o momento da direcção consciente em oposição à mera espontaneidade, de elaboração de um consenso activo e racional; articulado dialeticamente com as determinações que provêm da realidade objectiva, em particular das relações sociais de produção.

⁶⁶ “Vontade geral” compreendida como a predominância do interesse comum, o que não significa “vontade de todos”, esta identificada como a soma das vontades particulares. O liberalismo se relaciona à vontade de todos, enquanto a democracia se relaciona à vontade geral.

⁶⁷ Para Coutinho (2011, p. 136), Gramsci supera dialeticamente, no sentido de conservar, mas também de levar a um nível superior, “[...] as concepções de vontade geral tanto de Rousseau como de Hegel, marcadas, respectivamente, por uma unilateralidade subjéctivista e objectivista. Essa superação passa, decerto, pela assimilação por Gramsci da herança de Marx”.

Ao propor a problemática: “quando é possível dizer que existem condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular?”, o autor traz à tona a necessidade da “análise histórica e econômica da estrutura social do país em questão” (GRAMSCI, 2007, p. 17), propondo uma noção de que a vontade é histórica e economicamente determinada, atravessada por contradições sociais.

Nesse ínterim, a concepção de vontade é identificada com a atividade política, à qual o autor atribui a capacidade de superar “[...] tanto o idealismo subjetivo quanto o materialismo mecanicista vulgar, os quais veem apenas, respectivamente, ou a determinação subjetiva ou aquela objetiva da vontade” (COUTINHO, 2011, p. 136). Numa articulação dialética entre teleologia e causalidade.

A finalidade da instituição da vontade geral é o bem comum, base sobre a qual a sociedade deve ser governada. Em outras palavras, a prioridade da vontade geral é o fundamento da legitimidade de uma ordem social legítima que “[...] sem se limitar à conservação dos interesses econômico-corporativos – é capaz de construir uma vontade geral ético-política, que garanta o ideal republicano da prioridade do público sobre o privado” (COUTINHO, 2007, p. 252).

Essa prioridade da vontade geral (ou “vontade coletiva nacional-popular”) sobre a vontade singular ou particular se conecta com o conceito de hegemonia, que significa justamente a passagem do momento “ético-corporativo” (ou “egoístico-passional”) para o “ético-político” (ou universal). Ou seja, a capacidade de domínio e direção que é a condição para a formação de um bloco histórico que articula numa totalidade diferentes grupos sociais (GRAMSCI, 2007). Em outras palavras, a hegemonia gramsciana se materializa na criação dessa vontade coletiva que expressa o interesse comum. “[...] Numa relação hegemônica, revela-se sempre uma prioridade da vontade geral sobre a vontade singular ou particular, ou do interesse comum ou público sobre o interesse individual ou privado” (COUTINHO, 2007, p. 272).

A prioridade do público sobre o privado, ou o predomínio da vontade geral, se estabelece como critério de avaliação da legitimidade de qualquer ordenamento político-social sendo, para além da necessária definição das “regras do jogo”, a essência da democracia e do republicanismo. Ou seja, a democracia implica a elaboração de uma vontade geral, o que pressupõe um consenso (expresso em um contrato), tanto sobre conteúdos quanto a respeito de procedimentos (COUTINHO, 2011).

Se a condição de legitimidade de um regime de governo que se pretende democrático deve emanar da efetividade da soberania popular, o que os sujeitos manifestam em suas falas é que a soberania dessa vontade coletiva acaba por atribuir à democracia o pressuposto da igualdade entre os cidadãos. Ou seja, ao trazerem à tona a questão do equilíbrio de acesso às condições básicas de sobrevivência, os depoimentos demonstram uma noção de democracia associada à justiça social: “[...] *todos terem acesso a condições dignas de vida*” (CARITAS, 2016).

Trata-se de uma noção de legitimidade referida ao conjunto da ordem social e não apenas ao seu nível especificamente político – quanto ao seu *conteúdo*, não limitado ao procedimento/*forma*. Uma não redução da democracia ao procedimentalismo, às igualdades formais, aos direitos civis e políticos, mas a extensão de sua potencialidade distributiva, tanto simbólica quanto material, abrangendo os direitos econômicos, sociais e culturais.

O que se manifesta na fala dos sujeitos é um componente democrático fundado na noção de direitos iguais e de soberania popular. Para Laclau; Mouffe (2015), a luta política pela democracia traz consigo a crítica à desigualdade econômica, que leva à reivindicação de novos direitos. Essa ampliação da esfera dos direitos, ao incluir os direitos sociais à noção de cidadania, afeta também a noção de democracia. Ou seja, pobreza, falta de educação e grandes disparidades nas condições de vida, por exemplo, passam a ser concebidas como ofensas à liberdade democrática.

Em contextos de extremada desigualdade social, como é o caso brasileiro, o contrato social perde legitimidade e revela sua iniquidade ao ser instrumento da consolidação de uma ordem social não igualitária e, portanto, ilegítima. Os elementos conceituais desenvolvidos no primeiro capítulo tratam justamente desse esvaziamento do conteúdo social da democracia e da sua instrumentalização ao liberalismo, o que acarreta a perda da validade do contrato social de soberania popular.

Coutinho (2011, p. 33), partindo do ideal democrático de Rousseau – o de uma sociedade na qual ninguém seja tão pobre que tenha que se vender, nem ninguém seja tão rico que possa comprar alguém – e identificando sua influência no pensamento gramsciano, argumenta se tratarem de dois pressupostos que implicam um ao outro: “[...] não pode haver predomínio da vontade geral (do interesse comum) numa

sociedade em que a desigualdade de riqueza e propriedade leve cada um a atuar apenas segundo seu egoísta interesse privado”.

O esvaziamento teórico e prático do conceito de democracia no liberalismo a define de modo minimalista, simplificada no respeito às “regras do jogo”, também elas minimalistas, as quais, por isso mesmo, não põem em questão os fundamentos substantivos da ordem social. A definição correta da noção de vontade geral é indispensável para que seja fundado efetivamente um conceito universal, e não apenas procedimental de democracia.

[...] somente depois de resolvida a questão da propriedade, ou seja, quando já estruturados os fundamentos de uma ordem econômico-social que assegure as bases materiais da igualdade, é possível colocar a questão do predomínio da vontade geral e, por conseguinte, a fundação de uma verdadeira soberania (a constituição do povo como sujeito coletivo). Em outras palavras: **somente depois de terem sido resolvidos os problemas contenciosos da ordem legítima é que podem ser solucionadas as questões relativas aos procedimentos formais.** [...] Enquanto o conteúdo social garante a gestação de um interesse comum que se expressa na vontade geral, os procedimentos formais – as ‘regras do jogo’ da soberania popular – asseguram o predomínio de tal interesse na ação do Estado (COUTINHO, 2011, p. 35 – *grifo nosso*).

Para que uma ordem social seja legitimada democraticamente, coloca-se como pressuposto uma formação econômico-social igualitária, o que remete ao conteúdo social da democracia, que supera o estritamente político. Depois de reconhecida a incompatibilidade estrutural entre desigualdade e democracia pauta-se o predomínio de uma vontade geral na direção do Estado, ou seja, a definição de uma ordem social legítima como uma sociedade autogovernada pelo conjunto dos cidadãos. Retomando o expresso pelos sujeitos de pesquisa: “[...] *democracia deveria ser o governo do povo para o povo*” (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016).

Em síntese, toma-se como pressuposto que uma ordem social legítima se assenta em uma formação econômico social igualitária (incompatibilidade estrutural entre desigualdade e democracia). Posteriormente, e também como pressuposto da ordem social legítima, coloca-se a questão da existência de uma vontade geral e seu predomínio na direção do Estado. Em face de o ideal democrático de Rousseau ser ainda um horizonte distante, é preciso elaborar noções alternativas (contra-hegemônicas) de democracia.

Ao se considerar suas virtualidades redistributivas e pautar a questão da justiça social, emerge o debate em torno da tensão entre capitalismo e democracia.

O capitalismo só se sente seguro se governado por quem tem capital ou se identifica com suas ‘necessidades’, enquanto a democracia é idealmente o governo das maiorias que não têm capital nem razões para se identificar com as ‘necessidades’ do capitalismo, bem pelo contrário. **O conflito é, no fundo, um conflito de classes**, pois as classes que se identificam com as necessidades do capitalismo (basicamente, a burguesia) são minoritárias em relação às classes (classes médias, trabalhadores e classes populares em geral) que têm outros interesses cuja satisfação colide com as necessidades do capitalismo (SANTOS, 2016, p. 191 – *grifo nosso*).

Tensão essa que é equacionada, na atual configuração hegemônica de democracia, através da restrição de formas de participação e soberania ampliadas em favor de um consenso em torno de procedimentos eleitorais para formação de governos elitistas. Logo, radicalizar a democracia significa intensificar sua tensão contra o capitalismo, “[...] para ela ser credível, tem de transformar-se num princípio que abranja toda a realidade social, não apenas o sistema político” (SANTOS, 2016, p. 163).

Para tanto, mobiliza-se uma noção não hegemônica de democracia, que supera o minimalismo liberal viabilizado pelo capitalismo e a concebe em uma acepção substantiva, implicada a uma igualdade efetiva entre os membros de uma comunidade fundada na vontade geral. Um conceito de democracia que a amplia para além das instituições formais, contemplando todo o ordenamento societário. Que transcende um entendimento que a reduz a procedimentos de possibilidade de escolha entre diferentes elites através de eleições competitivas e periódicas, e a projeta como meio de disputa por outras hegemonias. A perspectiva gramsciana, ao assimilar democracia e hegemonia, traz à tona a perspectiva de construção de um novo projeto civilizatório, capaz de construir uma democracia “de baixo para cima”, com determinações nas relações econômicas, políticas e sociais.

O capitalismo, ao limitar e reduzir a democracia a um método, a subtrai de seu conteúdo substantivo. De modo que a igualdade política (cidadania) na democracia capitalista não somente coexiste com a desigualdade socioeconômica, mas também a deixa fundamentalmente intacta. Um tipo de cidadania que se baseia na ideia de participação, mas que a bloqueia ao não possibilitar os pressupostos objetivos e subjetivos para tanto. Ao que remete a noção de democracia expressa na fala: “*eu entendo democracia onde há participação [...], não tem democracia sem participação popular*” (CEMPO, 2016).

A desigualdade, a partir do terreno das relações econômicas (das relações sociais de produção), estende-se à superestrutura política. E, ao se manterem os fundamentos anti-igualitários da formação econômico-social, a ordem política fundada pelo contrato social corresponde a essa determinação. A realidade brasileira expressa justamente esse esvaziamento do conteúdo social da democracia.

Se a legitimidade popular da redemocratização no Brasil se fundamentava na pretensão de integrar social e politicamente as massas, essa aspiração é frustrada ao se aplicarem as “políticas de ajuste” impostas pela dominação heterônoma. O paradoxal contexto da democracia e da sociedade civil brasileira a partir década de 1990, conforme os elementos contextuais desenvolvidos no capítulo anterior, possibilita refletir criticamente acerca da legitimidade do pacto constitucional mitigado pela hegemonia de um bloco histórico neoliberal. Paradoxal porque manifesta as correlações de forças em disputa na realidade, de modo que o arranjo institucional democrático brasileiro, a expressar a vontade de soberania popular e justiça social, acaba mesclando possibilidades de participação direta dos cidadãos à democracia representativa.

A perspectiva gramsciana de democracia a evoca em íntima conexão à questão da hegemonia, à possibilidade de disputa democrática e passagem dos “grupos dirigidos ao grupo dirigente”. Para Gramsci (2007), a vontade coletiva se torna universal por meio do partido político, ao qual o autor atribui a tarefa de direção e organização das massas, de articulação de interesses universais, portador do potencial de criação de um novo ordenamento social.

O partido político se configura como “o mecanismo que cumpre, na sociedade civil, a mesma função que o Estado cumpre, em medida maior, na sociedade política”, que é a ligação entre intelectuais orgânicos de um grupo social e intelectuais tradicionais. Essa função de articulação consiste na elevação do “econômico-corporativo” à esfera do “ético-político” (VOZA, 2017, p. 427). Em outras palavras, Gramsci pensa o partido como instituição ético-política que “[...] possui a tarefa permanente de organizar politicamente a classe e ajudá-la na luta pela construção da hegemonia” (SIMIONATTO, 1997, p. 10).

No centro do raciocínio gramsciano está a imprescindibilidade do partido político na moderna política de massa, a qual “extingue o Estado federação de classes, mas certas formas de vida interna das classes subalternas renascem como partido,

sindicato, associação de cultura” (FILIPPINI, 2017, p. 604). Assimilado como o “moderno Príncipe”, o partido tem, então, uma projeção estatal. O que define sua atividade é a vontade de “fundar um novo tipo de Estado” na medida em que se constitui para esse fim (GRAMSCI, 2007, p. 59). Ao corresponder a uma antecipação de outra ordem social, o partido revolucionário seria potencialmente o Estado das classes subalternas, o lugar no qual a vontade coletiva se faz coerente ao colocar a questão fundamental de uma nova ordem política.

Contudo, ao considerar que, “[...] numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal”, as funções desempenhadas por esse “moderno Príncipe” são extrapoladas das maneiras tradicionais de coordenação partidária para serem reproduzidas em outras formas de organização civil. O que significa que a noção de partido, em Gramsci, compreende várias nuances, que vão desde organizações estruturadas de massa até jornais, por exemplo. O autor reconhece a “multiplicidade de sociedades particulares, de caráter duplo, natural e contratual ou voluntário” que constituem o “aparato hegemônico de um grupo social sobre o resto da população” (GRAMSCI, 2007, p. 253).

Desde a etapa anterior de aproximação ao universo de pesquisa e elaboração do Perfil das organizações da sociedade civil em Guarapuava, um dado que chamou a atenção foi a não relação, quase que generalizada, das organizações pesquisadas com partidos políticos. A partir do que, na realização das entrevistas, se buscou qualificar essa informação e compreender as nuances que perpassam essa (não) relação.

O partido é etéreo, de quem é o partido? [...] Porque aquela questão que as pessoas falam, que ‘o povo não sabe votar’, o povo não sabe votar por culpa dos partidos, porque quem indica os candidatos são os partidos, isso ninguém fala. Depois que indicou, você tem que votar naquela listinha. Então a ideia é, nos dê bons candidatos e nós teremos bons eleitos, escolham os melhores e nós vamos escolher os melhores dos melhores (OBSEVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).

A UGAM é apartidária. [...] quem quiser pode vir, não somos direcionados a um partido só, todo mundo vai participando. Mas não tem parcerias com partidos, eles nos usam só, a gente acaba servindo como um instrumento para eles, como cabo eleitoral mesmo, para conseguir votos. [...] Então é bem oxigenado, tem vários membros que participam de vários partidos, a UGAM é apartidária, mas os membros podem participar livremente (UGAM, 2016 – grifo nosso).

*A entidade é bem **apartidária** mesmo, não temos uma representatividade de partidos políticos. Pelo contrário, em épocas políticas os candidatos vêm atrás de nós, com aquela visão errada ainda..., porém, a gente recebe, acolhe de maneira igual, mas não tem nenhum partido que favoreça ou desfavoreça a entidade, **a relação é zero realmente**, porque não acontece. Não sei nem nominar quais partidos nos procuram, com quais teríamos algum vínculo, porque não existe essa relação. A entidade tenta levar isso bem transparente para não ter nenhuma amarra política nas ações. Pela transparência das deliberações, dos programas, dos projetos que temos na instituição, optamos por não ter essa interferência política, não ter nenhum candidato, nenhum representante de algum partido que venha favorecer ou desfavorecer a entidade, o que permite que tenhamos uma boa relação com todos (RENASCER, 2016 – grifo nosso).*

*A gente não tem nenhum partido, o que a gente tem são alguns princípios, de que com algumas coisas a gente concorda, com algumas ideologias a gente concorda e outras não. Mas isso não oficializado em nenhum partido, mas em ética e princípio de existência. É **apartidário** (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).*

O desenho da organização institucional do Estado moderno ainda é fundamentalmente centrado na figura do partido político – este enquanto a instituição da sociedade civil que faz a mediação no sistema democrático representativo entre a sociedade e o Estado. Contudo, substancialmente, a partir do que os depoimentos revelam, e também, ao serem analisados os desdobramentos políticos no cenário nacional e internacional, constata-se um deslocamento entre a instituição partido político e o conjunto da sociedade.

É marcante na fala dos sujeitos um posicionamento que eles denominam de “*apartidário*”, nota-se, porém, que não se trata de uma postura “antipartidária”. Ou seja, as organizações não estabelecem vínculos relacionais com partidos políticos, mas também não negam o seu papel e importância, inclusive com relatos de que alguns membros, individualmente, são filiados a siglas.

A importância relegada por Gramsci ao partido político junto às classes (especialmente as subalternizadas), de exercer função de elaboração de uma concepção de mundo, na identificação de “relações antagônicas e das contradições que perpassam a sociedade, bem como das formas possíveis para sua superação” (SIMIONATTO, 1997, p. 10), é desmantelada diante do que emerge do contexto local analisado, que retrata um cenário de inegável fragilidade dos vínculos dos partidos com o conjunto da vida social.

No entanto, essa (não) relação com partidos políticos não significa uma negação da política, o que é possível perceber em manifestações como no depoimento a seguir, em que citam a realização de reflexões e “análise de conjuntura” política:

Na essência da instituição a gente não defende política partidária, porque aqui a gente atende as pessoas que estão inseridas nos mais diversos partidos. Mas a gente trata da importância que os partidos têm. E tenta fazer com eles a leitura dos interesses que eles estão defendendo, se é interesse público mesmo, de política pública, ou são interesses próprios, de permanência e perpetuação no poder. A gente tenta fazer essa análise de uma conjuntura maior, e não direciona para o público alvo. Mas eles mesmos, com as leituras, já conseguem saber qual é o partido que está mais de acordo com o projeto que vem mais ao encontro da necessidade deles. [...] É nesse sentido mais que a gente atua nesse processo partidário. [...] A gente sempre trabalhou com essa consciência, de nunca ficar devendo favor para ninguém. Com essa consciência de que quem está na gestão está com a responsabilidade de executar a política pública, independente se for do partido A, B ou C [...]. Queremos estar abertos a questionar todos. Não ficar com ‘o rabo preso’. Com o nosso público aqui também, a gente faz um processo reflexivo com eles, por exemplo, das eleições municipais agora, foi feito todo um histórico, de como foi até então, famílias no poder, que impacto isso dá na vida deles também (CARITAS, 2016 – grifo nosso).

Quando Gramsci (2007, p. 253) fala que na atual política moderna de massas “ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal”, e também que “todos os membros de um partido político devam ser considerados como intelectuais”, percebem-se elementos que possibilitam atribuir uma dimensão de análise do papel desempenhado pelas organizações analisadas enquanto aparelhos privados de hegemonia. Ou seja, ainda que não estabelecendo vínculos relacionais com as tradicionais organizações políticas coletivas, cumprem um papel que acaba por ser diretivo, organizativo e educativo – funções atribuídas à acepção ampla de “intelectual” definida no pensamento gramsciano. Outro exemplo se manifesta no seguinte depoimento:

Nós temos no movimento, uns dois ou três partidos que o pessoal participa. Tem meninas do movimento que estão filiadas, tem meninas que não estão filiadas. [...] A gente tem essa consciência, né, sempre trouxemos para o movimento de mulheres a importância de ter algumas de nós filiadas a um partido político [...]. Mas essa proximidade com os partidos é bem difícil, eu considero assim, os partidos são fechados, são direcionados, eles sabem quem eles querem eleger, que não são mulheres, na maioria das vezes [...]. No geral, quando eles veem que alguém está se saindo, se destacando em alguma coisa, eles já começam a tesourar as mulheres. São poucos os partidos que as lideranças são mulheres, mais são os homens mesmo, e eles acabam pegando as mulheres só para ser ‘laranja’ na época de campanha. Então a gente percebe muito isso nos partidos sabe, acho que isso é uma

queixa de todas, independente se é de esquerda ou de direita, os partidos são mais ou menos iguais [...]. Por mais que a gente não esteja na política, mas um dos nossos planejamentos tem esse foco na participação política, a gente pretende ter essa formação, essa discussão com as mulheres sobre as mulheres eleitas, eleger mais mulheres. Mudar o imaginário de que a mulher pode também estar na política. [...] Nós sonhamos, né, que cada vez mais mulheres com formação vão ocupando esses espaços (MOVIMENTO DE MULHERES DA PRIMAVERA, 2017).

Mulheres, indígenas, crianças e adolescentes, famílias em situação de pobreza, marginalizados do meio rural e urbano, são alguns dos segmentos populacionais (subalternizados) representados/envolvidos nas organizações pesquisadas. O depoimento acima exemplifica o movimento realizado no sentido de inscrever representantes de suas bandeiras de luta no sistema democrático representativo.

A rápida difusão da conflitualidade social para relações cada vez mais numerosas e complexas é característica das sociedades industriais avançadas, em que a subordinação ao capital ocorre por múltiplos domínios. “[...] Não é somente como vendedor da força de trabalho que o indivíduo é subordinado ao capital, mas também através de sua incorporação a uma multidão de outras relações sociais”, de modo que não há um só campo da vida individual e coletiva que escape ao domínio das relações capitalistas (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 245).

Contexto a partir do qual se impõe a necessidade do reconhecimento da pluralidade de antagonismos agrupados sob o rótulo de “luta dos trabalhadores”. Suas demandas não podem ser reduzidas a um antagonismo singular (capital X trabalho), tampouco a pluralidade dessas esferas de dominação pode ser negligenciada na elaboração de um projeto alternativo de hegemonia.

Ou seja, a disputa democrática pela hegemonia precisa articular distintas formas de resistência à subordinação na luta contra diferentes tipos de desigualdade. No debate entre a luta “cultural” e a luta política “real” (culturalismo X luta de classes) é central a necessidade de criação de uma cadeia de equivalência entre as várias lutas democráticas contra variadas formas de subordinação. O que significa empreender esforços de articulação das demandas “identitárias” às dos trabalhadores, num novo projeto hegemônico de esquerda (LACLAU; MOUFFE, 2015).

A disputa política com aspirações hegemônicas pode se mobilizar em uma pluralidade de planos, através de cadeias de equivalência, vinculadas estruturalmente a outras questões. A defesa da autonomia das lutas desses segmentos pode ser

equacionada em um projeto hegemônico plural, disputado por meio da (radicalização) da democracia.

Abre-se, desse modo, uma série de possibilidades no terreno da própria democracia. Os meios de resistência às variadas formas de subordinação são polissêmicos e podem ser articulados por uma diversidade de lógicas políticas refletidas, por exemplo, nos padrões relacionais estabelecidos com o Estado, na forma de “parceria” e/ou de “reivindicação”, conforme a categoria anterior.

Trata-se de um entendimento de que o discurso democrático precisa se dispor a articular diversas formas de resistência à subordinação, de modo a assimilar a luta contra diferentes tipos de desigualdades. A constituição de uma alternativa hegemônica de esquerda deve advir de um processo complexo de convergência e construção política, fundamentada na pluralidade de lutas democráticas. O conjunto plural de forças progressistas é portador do potencial de fortalecer uma consciência ético-política necessária à criação de um novo bloco histórico (SIMIONATTO, 1997). Do que se impõe a importância da atuação política das organizações civis para o aprofundamento do processo democrático, o que é evidenciado na fala acerca da luta pela representatividade da mulher na política, por exemplo.

Ao mencionar que essa é uma questão presente em todos os partidos, “*independe se é de esquerda ou de direita, os partidos são mais ou menos iguais*”, tornam-se notáveis os limites que esses segmentos têm de enfrentar no âmbito da democracia representativa. Percepção que converge com o depoimento a seguir acerca do esvaziamento da direção ideológica exercida pelos partidos em relação aos eleitores:

Tentamos buscar o diálogo com quem é mais afinado com a nossa proposta, igual também é a outra ala da sociedade, eles têm as pessoas de confiança deles e nós temos as pessoas que são da nossa confiança. Mas também não dá para se iludir muito com a questão política de modo geral, e os partidos não conseguem dar direção ideológica para os seus eleitores. Os caras viram donos dos mandatos deles, se distanciam da proposta original do partido. Porque depois quem faz é o eleito do partido, ou deixa de fazer, e o partido não tem esse controle. [...] É onde menos apostamos [o movimento social], nesse setor. [...] E aí também tem uma coisa que também é tática, é jogo, porque política é jogo, não adianta a gente achar que não é, que é assim ‘não se mistura política com os movimentos’, nós já achamos que tem que misturar, não a politicagem, mas a política séria, a proposta ideológica daquele segmento. [...] A gente é muito acusado, ‘isso é tudo coisa do tal partido’, acho que não dá pra misturar, cada um tem que fazer as coisas no seu devido lugar, o partido não pode intervir nas decisões do movimento de forma alguma. Ele pode ser um possível aliado para alguns momentos. [...] O que a gente busca é politizar essas informações, fazer com que isso chegue

*minimamente nas pessoas, na base. Temos um pouco esse papel de trazer informação, um pouco disso que consegue agregar alguma informação [...]. Todos têm receio quando se fala de política, não passamos ainda esse momento de compreender que a política é o que acontece no dia a dia de certa forma [...]. Claro que assim, se tem uma demanda, precisamos colocar um projeto em discussão na Assembleia, numa Câmara de Vereadores, a gente vai procurar quem mais ou menos se identifica com a nossa questão, provavelmente um partido de esquerda. [...] Mas é aí que vem a **estratégia**, se eu tenho que aprovar um projeto na Assembleia mas sei que a maioria dos deputados não topam com esse projeto. Então se eu pegar um deputado que tem uma minoria lá na Assembleia e colocar na mão dele, ele vai defender e não vai aprovar, porque já tem uma briga política pessoal, de interesses ali dentro. E se uma proposta de maior interesse nosso, bem-feitinha, entrar por aquele deputado, não vai passar. Então tem que ter estratégia (CEMPO, 2016 – grifo nosso).*

A questão da representação se apresenta como uma problemática aos partidos, sejam eles ligados às classes dominantes ou às instâncias dos grupos subalternos. Cospito (2017) explica que os partidos se organizam a partir de eventos históricos importantes para os grupos sociais que representam, mas nem sempre são capazes de se adaptar às novas épocas ou fases históricas, ou conseguem acompanhar o desenvolvimento das relações gerais de forças. O que gera crises e pode acarretar na perda de sua base social de sustentação.

Como consequência da globalização neoliberal, os partidos, enquanto organismos de representação de interesses coletivos, perderam o controle da agenda política. O que abre um fosso entre seus programas e sua prática política efetiva, aumentando cada vez mais sua deslegitimação (SANTOS, 2007).

Na organização da democracia representativa liberal se articulam dois fundamentos: a ideia da autorização (por meio do voto) e a de prestação de contas (transparência). Há, contudo, a predominância de uma em detrimento de outra – o que ocorre nesse modelo de organização social é a reprodução da autorização, com pouca ou quase nula prestação de contas. “Dado que a prestação de contas não acontece, a autorização entra em crise por meio de duas patologias muito fortes: a da representação – os representados não se sentem representados por seus representantes – e a da participação – o abstencionismo crescente” (SANTOS, 2007, p. 91). Em sociedades marcadas pela desigualdade social e culturalmente muito diversas, como é o caso da realidade brasileira, a representação soluciona um problema de escala, mas resolve muito mal questões de prestação de contas e de representatividade de identidades coletivas.

A diversidade de organizações civis atuantes na esfera pública na contemporaneidade, pela intensidade que emprestam às reivindicações temáticas dos segmentos que representam, são fundamentais para a inscrição de interesses progressistas na agenda política. Por isso, encontrar formas de articulação entre partidos e demais aparelhos privados de hegemonia pode ampliar e qualificar processos de socialização da política.

Na realidade contemporânea, desempenham papéis fundamentais não só o partido enquanto esfera de representação política, mas também as formas de democracia direta. A instauração de uma outra dinâmica democrática, através da ampliação e qualificação dos mecanismos de participativos, pode atuar na recuperação da legitimidade do partido como representante de interesses coletivos, principalmente se o que se deseja é a construção de um projeto radicalmente voltado à socialização do poder econômico e político (SIMIONATTO, 1997).

Ao olhar para o contexto brasileiro, essa patologia da representação (quando os representados não se reconhecem nos representantes) se revela nitidamente. Os manifestantes de junho/2013, ao ocuparem as ruas com gritos de “não nos representam”, traziam à tona a frustração com os limites da democracia liberal representativa. As fragilidades institucionais da democracia brasileira desencadeadas desde então reforçam o argumento da necessidade de um outro projeto hegemônico de democracia (substantiva/radical).

A despeito de uma postura de não relação com partidos políticos das organizações pesquisadas, da ideia de que têm de se manter autônomas, essa fragilidade de vínculos, reitera-se, não significa uma negação da política, ou da vontade de participação democrática. O que é perceptível na absoluta inserção em espaços institucionalizados de participação, como os conselhos de políticas públicas.

*[...] Nos conselhos o bicho pega [...], a gente tem gritado alto, e quando eu digo isso também é literalmente, e nunca se tem deixado de discutir o que se tem que discutir, que é o **interesse público**, aquilo que é bom pra todos, porque para alguns já está. [...] A ideia do conselho é para **tirar e peso político da decisão e formulação da política pública**, e não só tirar como garantir a continuidade. [...] Mas, como isso não é trabalhado, cai na ‘mesmice’ da não profissionalização do serviço público, ele acaba sendo ‘chapeado’, que quer dizer, você acaba colocando ‘chapa branca’ na sociedade civil, o funcionário público entra como representante de uma entidade da sociedade civil e aí quebra a paridade porque ele é vinculado à administração e está lá para isso mesmo, ‘chapa branqueamento’ dos conselhos. [...] Mas nunca foi trabalhado isso, esse espaço é rico demais,*

deveria ser trabalhado de uma forma mais... e a sociedade deveria discutir mais isso e aproveitar esse espaço. É um espaço de participação social por excelência, só que acaba se distorcendo e perdendo a finalidade, justamente por essa falta de se tratar dele com a importância que de fato ele é. Seria muito interessante esses conselhos funcionando a contento, porque efetivamente eles têm a participação da sociedade civil na formulação das políticas públicas específicas, na fiscalização, no acompanhamento e na própria execução. É de uma riqueza a toda prova, isso que é interessante, se funcionasse. **Mas entre ele não funcionar e tendo, ainda é melhor não funcionar!** (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).

[...] até porque os conselhos precisam ter uma secretaria executiva, e essa secretaria executiva muitas vezes dá a impressão de que intencionalmente foi trocada a pessoa que era a responsável por articular as reuniões dos conselhos. Está bem frágil. Daqui a pouco os conselhos estão dentro da gestão, que é para não se questionar nada. Muitas vezes, como entidades, nós não somos olhados como parceiros, porque a execução deveria ser, somos parceiros e estamos aí em função das demandas que têm. Mas somos olhados como incômodo. Principalmente nos últimos anos. [...] **A vivência da democracia está muito limitada ainda.** Até pela nossa postura nos conselhos, somos visualizadas como as que incomodam; e a gente fala, propõe, os outros conselheiros aderem, mas a gestão se afasta mais, não tem essa abertura (CARITAS, 2016 – grifo nosso).

Na verdade, o que faz essa aproximação maior das entidades é a participação nos conselhos. Ali que a gente visualiza e compartilha o que acontece. O que dificulta eu acho que ainda é essa competitividade do recurso do FIA no município, que acaba individualizando a luta. Acho que esse é um fator negativo que afasta as entidades, porque a gente não está na luta por uma proposta de política pública, de cofinanciamento garantido para tudo e para todos, mas ainda está muito no 'eu quero me salvar'. [...] Então tudo isso nós vamos apontando, só que não tem uma gestão que está preocupada com isso e que leve isso avante, então acaba morrendo a discussão ali no Conselho. [...] Porque, **tudo que acontece dentro da política pública, muito é pressão do controle social.** Então eu vejo essa dificuldade ainda, de cada um 'no seu quadrado', lutando sozinho. [...] Falta uma preocupação maior de visão macro, do que eu preciso pra que a política pública realmente aconteça, tem que ter cofinanciamento, tem que ter gestão, tem que ter capacidade de execução, tem que ter muita coisa. Então fica muito voltado para o atendimento pontual, local e falta muito essa abertura mesmo, de mobilização, de fortalecimento. E daí fica cada um sofrendo sozinho (CARITAS, 2016 – grifo nosso).

Participamos das conferências, dos conselhos, mas é pontual, eles não abrem muito [...] A gente pode até elencar algum problema, mas não decide, fica na mão deles ver a possibilidade de resolver aquilo. **Participa, mas não decide.** [...] Às vezes os conselhos, eles montam de uma maneira que fica atrelado somente para aprovar o que o governo quer, então você tem que ter uma imparcialidade e poder dizer não... (UGAM, 2016 – grifo nosso).

Para dar um exemplo concreto, é o conselho de segurança alimentar que falamos antes. Nós vamos nas reuniões, debatemos, tudo bonitinho, **mas quem decide depois não somos nós.** Mesmo o que a Conferência decida. Por isso, na minha concepção, Guarapuava é um município antidemocrático (CEMPO, 2016 – grifo nosso).

Os conselhos fazem parte do processo de “socialização da política” e de “ampliação do Estado” no Brasil. A orientação participativa da CF/88 faz com que a participação social seja uma das protagonistas da democratização brasileira. Contudo, o que as análises desses mecanismos têm revelado é um potencial democratizador ainda por ser desenvolvido. Circunscrito à realidade estudada, os sujeitos citam algumas limitações desses espaços, como: cooptação pelo poder público; falta de profissionalização e de estrutura administrativa para funcionamento; conflitos com representantes governamentais e com a gestão das políticas públicas; participação focada apenas na disputa por recursos financeiros; e não efetividade das deliberações. São elementos que podem ser relacionados com os pressupostos acerca do entendimento do que seja a democracia manifestado pelos sujeitos, remetidos à igualdade/justiça social e à soberania popular/predominância do interesse público sobre o privado. E que, ao não se identificarem esses fundamentos nos espaços de democracia participativa, vai se justificando a percepção de uma “*democracia disfarçada*” expressa pelos sujeitos sobre a realidade local.

Quando os sujeitos se referem a uma participação somente “*opinativa*”, mas que não decide, é evidenciado o esvaziamento da substância democrática desses espaços institucionalizados de participação política e prevalece uma definição de democracia que serve para legitimar um regime no qual a participação poderia ser virtualmente inexistente. Ou seja, no âmbito da hegemonia neoliberal e sob fortes determinações neoconservadoras, embora o ideal democrático não seja abertamente atacado, a noção de democracia é redefinida, de modo a restringir seu campo de aplicação e limitar a participação a uma esfera cada vez mais estreita, em um movimento de esvaziá-la de toda substância (LACLAU; MOUFFE, 2015).

A percepção dos sujeitos em relação às reais possibilidades de que sua participação efetivamente influencie o processo decisório é elemento decisivo no sentido de estimular ou inibir a inserção nos institutos democráticos. “Caso isso aconteça, esse elemento será um fator de impulsionamento da participação; caso não, irá diminuir podendo até desaparecer” (MATORANO, 2011, p. 138).

Para Santos (2016, p. 21), “[...] a democracia participativa perdeu muito de seu impulso contra-hegemônico inicial, em muitas situações foi instrumentalizada, cooptada, deixou-se burocratizar, não se renovou em termos sociais nem em termos

geracionais”. De acordo com o autor, o pior que pode acontecer à democracia participativa é “ter todos os defeitos da democracia representativa e nenhuma de suas virtudes”.

Segundo Silveira (2017), o problema histórico da América Latina é a não efetividade da democracia, o que é reflexo de um projeto colonizador que disputa o território latino-americano como campo de manobra de interesses globais. No Brasil, conforme as análises da categoria anterior, os efeitos da reprodução de ciclos de autoritarismo engendram uma cultura política autoritária que, ao se chocar com institutos de democracia participativa, acaba por transformá-los em burocracia sem diluição do poder. Além disso, as esferas deliberativas de decisão foram institucionalizadas circunscritas às políticas sociais, sem interferência na política econômica. O que faz com que a democracia participativa seja fragmentada pela setorialidade e institucionalidade das políticas sociais.

A percepção que os representantes das organizações estudadas têm desses espaços indica esse esvaziamento, e isso é percebido duplamente: ao apontarem os limites enfrentados à efetiva diluição de poder (tanto relacionados aos embates com o poder público quanto à não qualidade da participação dos setores não-governamentais); e ao expressarem que a inserção nos conselhos (assim como a relação com partidos políticos) tem um caráter estratégico, que se soma a outros repertórios de atuação para o alcance das suas intencionalidades.

*O Movimento de Mulheres conseguiu levar essa questão das mulheres do bairro para o centro, digamos assim né, [...] no Conselho Municipal da Mulher, quando a gente participava do Conselho Municipal, a gente ia nas reuniões e vinha pra casa e pensava: ‘nossa, gente, o que que nós fomos fazer lá?’. **Porque eles não pautavam as coisas das mulheres dos bairros, e a gente tinha toda a realidade do bairro.** São mulheres, claro, na realidade delas, professoras de universidade, e tudo mais, advogadas, **elas realmente não tinham a realidade dos bairros, quem levava isso para lá era a gente** (MOVIMENTO DE MULHERES, 2017 – grifo nosso).*

*[...] Nós estamos lá como representantes dessa entidade, então o central aqui são os nossos usuários, nós vamos em nome deles também. Então de **trazer esse retorno do que acontece nos conselhos.** [...] Nesse sentido, a gente busca compartilhar tudo o que acontece, o que é deliberado, o que vai atingir eles, o que não vai atingir eles. Tudo o que vem aqui a gente compartilha, o que vem do recurso público, para eles participarem, o que foi comprado com um dinheiro que é deles. **Então tudo é compartilhado, nesse sentido da questão da transparência, que gera um processo democrático** (CARITAS, 2016 – grifo nosso).*

*[...] A gente participa, participa dos conselhos, das mobilizações, e a partir daí a gente leva as nossas reivindicações. As nossas no sentido do atendimento do nosso público, quais são as necessidades. E não só do público nosso aqui atendido, como também da comunidade, porque uma das coisas que a gente procura fazer é não se fechar nos muros aqui, é abrir a entidade para a comunidade. Tanto que várias vezes é cedido espaço para reuniões populares, para outras atividades também, então a gente busca esse trabalho também da comunidade e vai ver quais são as prioridades também dessa comunidade. [...] **Acho que é esse trabalho democrático que a entidade faz, essa formação mesmo.** E essas reivindicações que são levadas para o poder público também (DOM BOSCO, 2017 – grifo nosso).*

A engenharia institucional democrática brasileira é complexa e sofisticada. Nesse arranjo, a democracia representativa assimila elementos de participação, assim como a democracia participativa tem elementos de representação. As falas dos sujeitos de pesquisa expressam o papel representativo exercido pelas organizações ao se inserirem nos conselhos, o que acontece também em duplo movimento: no sentido de pautarem os interesses dos segmentos que representam (da sociedade civil em direção ao Estado), exemplificado no trecho “[...] *elas realmente não tinham a realidade dos bairros, quem levava isso para lá era a gente*”; e ao fazerem o “caminho de volta”, no sentido de socialização das informações com o público representado (“[...] *trazer esse retorno do que acontece nos conselhos [...] a gente busca compartilhar tudo o que acontece*”).

No complexo processo de “socialização da política” intensificado no Brasil a partir da institucionalidade democrática, os aparelhos privados de hegemonia adquirem diversificadas formas, resultantes de intencionalidades em disputa (ora respondendo a impulsos democráticos ora instrumentalizadas ao neoliberalismo), conforme os conteúdos desenvolvidos anteriormente. A essa pluralidade de formas proliferada na sociedade civil se somam novos institutos democráticos de participação junto à esfera estatal, através desses novos sujeitos políticos, que fazem emergir, a partir “de baixo”, outras maneiras de vivência em sociedade.

A ampliação da esfera pública indica que o “o elemento Estado-coerção” entra em “processo de esgotamento à medida que se afirmam elementos cada vez mais conspícuos de sociedade regulada (ou Estado ético, ou sociedade civil)” (GRAMSCI, 2007, p. 244). O que corresponde à possibilidade, pela ampliação da sociedade civil e da democracia, de substituição progressiva das funções de domínio e coerção pelas de

hegemonia e consenso, de “reabsorção da sociedade política na sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, p. 223).

Diante da pluralidade e heterogeneidade das formas e conteúdos produzidos na sociedade civil, a perspectiva gramsciana permite refletir criticamente sobre o papel fundamental que os aparelhos privados de hegemonia exercem na interface com o Estado. Principalmente na elaboração de uma vontade geral/coletiva, de diminuição dos poderes coercitivos do Estado e de definição da prioridade do público sobre o privado (SIMIONATTO, 1997).

Para quem sempre teve um Estado de fora e do alto, como nos países colonizados, a visão de Gramsci subverte o modo de entender a política dominante e incita forças sociais populares a passar da sujeição à subjetivação. Lutando sem trégua por seus direitos, criando um ‘novo tipo de regime representativo’, inventando uma nova maneira de governar que não acabe se transformando em gestão mais eficiente do capitalismo, os subalternos podem se desvencilhar do sistema de desigualdade estrutural e combinada, revolucionando a concepção de poder fundado sobre a acumulação e a violência, potencializando não apenas a cultura e a participação política mas criando também condições reais para se apropriar das riquezas do seu território, do sistema produtivo e social, e chegar a reconfigurar o Estado e o poder em sentido efetivamente popular e democrático (SEMERARO, 2006, p. 172).

O atual nível de complexidade social impõe a necessidade de reapropriação da democracia em termos contra-hegemônicos, e uma das possibilidades para tanto é a articulação entre mecanismos das democracias representativa e participativa. Essa articulação faria com que os mecanismos “tradicionais” de representação indireta adquirissem uma nova função, ampliando seu grau de representatividade, produzindo uma síntese política dos vários sujeitos coletivos. “E essa síntese é imprescindível se não se quer que tais sujeitos coletivos se coagulem ao nível da defesa corporativa de interesses puramente grupais e particularistas, reproduzindo assim em outro nível a atomização da sociedade civil que serve objetivamente à perpetuação do domínio burguês” (COUTINHO, 1984, p. 30).

*Quando se fala em democracia e participação, uma coisa que eu sempre lembro é de uma das falas de um dos vereadores de que ‘a população me elege e eu faço o que eu quiser’. **Democracia é a ideia de poder do povo e participação, está constituído na nossa lei que participação é um direito,** mas a visão enquanto poder público é que ‘se a população me elegeu eu posso fazer o que quiser, não se intrometam!’. Ai quando começa uma movimentação por parte da sociedade civil, eles se sentem incomodados, na verdade deveria ser justamente o contrário, ‘nossa, que bom, começaram a*

exercer o controle social, entender o que é democracia, o que é participação, o que é cidadania', mas não, começou a pegar no pé não está legal [...] (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso)

*Essa questão da representação, de toda a democracia que escolheu, que elegeu e que pôs lá. **Os interesses pessoais partidários muitas vezes comprometem os direitos básicos, inclusive da população.** [...] Eu vejo assim, é uma perspectiva, é para isso que eu luto, dentro da entidade e em todos os espaços que eu estou, eu acredito que a gente precisa devolver a política de assistência social para quem é de direito, que é para o usuário. E eu percebo que por vaidades, por busca de poder, por interesses políticos partidários, tira-se esse direito do usuário e não dá nem o direito de participar dos processos de decisão, de acesso ao direito que é dele, **se desvia esse direito para outros interesses.** Eu acredito nisso e trabalho para isso e quero cada vez mais trabalhar nessa ideia que é de devolver o que é de direito do usuário, ele é o mais importante na política, então toda nossa discussão tem que estar centrada para o que é a necessidade dele e não para outros interesses. E é isso que acaba acontecendo dentro do processo de gestão e de controle social, olhando para outras demandas ou para outros interesses e não para a necessidade do usuário ser suprida. [...] Na minha gestão, quando eu atuei no conselho, a gente focou muito nessa possibilidade de participação do usuário, porque quem decide dentro da política de Assistência Social ou são os técnicos, ou é o gestor, mas será que é isso que o usuário quer? É isso que ele precisa? Isso eu vejo como um grande desafio. Hoje eu atuo na comissão do Bolsa Família, quem vivencia a problemática do programa de transferência de renda é a população, são os usuários, e tenho lutado muito para em cada reunião trazer a representação dos usuários de cada território, e não tem sido fácil, eles dizem que esquecem de chamar, ou não dão vale transporte, porque muitos usuários não têm condições, **são ferramentas que o Estado precisa assumir, pra possibilitar a participação.** Então é uma luta que tem que ser incansável, e a gente dá passinhos de tartaruga ainda nesse sentido. E a política existe para eles, senão não deveria existir, para manter cabide de emprego para a primeira-dama, para isso não deveria existir [...]. É muito estranho, nesse momento que deveria dar o vale transporte para trazer a participação, muitas vezes não acontece, mas em alguns momentos... por que será que quando tem as campanhas eleitorais, aí eles são procurados? Então não é uma situação de sujeitos de direitos (CARITAS, 2016 – grifo nosso).*

A partir do relato dos sujeitos, que exprimem alguns dos limites da relação democrática com o poder público local, é que se defende a necessidade de refundar o relacionamento dos representantes com os representados, bem como lutar pela qualificação dos institutos participativos de deliberação e resistir à mera reprodução das mesmas lógicas predominantes na democracia liberal representativa nesses espaços.

Conforme Santos (2016, p. 139), a democracia representativa é uma questão importante, mas apenas uma parte de uma tradição democrática muito mais ampla, na qual cabem outras concepções e práticas democráticas. “A democracia política (representativa) não é falsa; é pouca, insuficiente, e essa insuficiência só pode ser superada pela articulação da democracia política com outros tipos de democracia e

outros campos de democratização”. Os limites da representação podem ser superados ao se articularem a mecanismos qualificados de participação direta.

Trata-se de um empreendimento no sentido de desconstruir a naturalização da democracia liberal representativa e legitimar outras formas de deliberação democrática. Procurar novas articulações entre institutos de democracia representativa e participativa e, sobretudo, ampliar os meios de deliberação democrática para além do campo político restrito liberal, que segmenta e despolitiza todas as outras esferas do social (a fábrica, a família, a rua, a religião, a comunidade, a mídia, os saberes, etc.) (SANTOS, 2016, p. 145). Um entendimento de democracia conectada à elaboração de consensos: “[...] no lugar da coerção, quer ela provenha do estado ou do mercado, [...] devemos pôr cada vez mais esferas de consenso, de controle intersubjetivo das interações sociais, ou seja, devemos ir assim construindo uma ordem social cada vez mais contratual e menos coercitiva” (COUTINHO, 2007, p. 278).

Há, contudo, que se reconhecer a importância do pluralismo e das instituições liberal-democráticas – o que não pode ser acrescido do abandono da tentativa de transformar a atual ordem hegemônica (LACLAU; MOUFFE, 2015). A democracia representativa pode ser, no atual contexto histórico, uma forma de resistência à pulsão autoritária, burocrática e antidemocrática que domina as instituições brasileiras.

A conquista da hegemonia com os métodos da democracia somente pode ser operada se construídas relações radicalmente/substantivamente democráticas. Não é possível pensar que a disputa hegemônica terá êxito se localizada no âmbito de uma concepção restrita de democracia (liberal), ainda que esta acione discursos e mecanismos aparentemente “mais democráticos”, como a panaceia dos mecanismos institucionalizados de participação. Evidentemente, tratam-se de espaços dotados de imensa potencialidade, não se coloca isto em questão. Os instrumentos formais/institucionais são fundamentais, não há dúvidas. Contudo, representam um meio, e não um fim em si próprios. Variados estudos⁶⁸ acerca das experiências participativas nos conselhos de direitos e políticas públicas, nas conferências, no orçamento participativo, etc., demonstram o quanto esses instrumentos enfrentam

⁶⁸ Em nível local, citam-se os estudos de Kolody (2012) e Giustina (2013) acerca da temática dos conselhos.

graves limitações diante da cultura política das relações Estado/sociedade civil histórica e estruturalmente estabelecidas.

Sem desvalorizar as instituições públicas, tampouco o protagonismo das organizações civis, a perspectiva gramsciana é a de reelaboração de uma concepção integral de Estado vinculado dialeticamente às dinâmicas político-culturais-hegemônicas da sociedade civil. Por isso, “partido” é tomado em um sentido amplo e não formal, ou seja, na configuração das sociedades ocidentais, os diversos aparelhos privados de hegemonia exercem atribuições semelhantes às que Gramsci conferiu ao “moderno Príncipe”. Funções que são orientadas no sentido de construir de modo ativo uma nova vontade coletiva, de valorização do momento de direção consciente, em oposição à mera espontaneidade.

Os conselhos são citados como espaços privilegiados de encontro/diálogo com o Estado. Ainda que reconhecendo imensas limitações, há a assimilação, por parte das organizações analisadas, da legitimidade dos espaços institucionalizados de participação como canal para se chegar até o Estado e o que se destaca nos depoimentos coletados é o envolvimento dos usuários dos serviços na participação nesses espaços, o que é identificado como *conteúdo político* de contribuição para democracia produzido pelas práticas desenvolvidas.

Manifestando a complexidade das relações em análise, fica evidente que nem só de participação na perspectiva neoliberal se move o autointitulado “terceiro setor”. No movimento contraditório do real, e a expressar a heterogeneidade dos produtos elaborados na sociedade civil, são desenvolvidas práticas que realizam também um potencial democratizante. Elemento que pode ser observado no posicionamento de inserção no debate sobre as decisões governamentais, bem como na organização interna das organizações, ao incorporarem o elemento participativo dos sujeitos à dinâmica organizacional.

*Sempre quando tem uma conferência municipal fazemos uma reunião com os grupos e explicamos qual a dinâmica da conferência. E a partir dessa dinâmica trazemos da realidade o que eles visualizam que é importante, convidamos eles a participarem também. [...] A gente tem a contribuição dele, de ouvir o que ele precisa naquele momento, de sentir da realidade, o que a realidade no momento, no município, está nos trazendo que falta, e o que nós enquanto técnicos poderíamos propor, **para que houvesse deliberações fidedignas com o que os usuários realmente estão precisando.** Então é nesse momento que vamos carregados de informações, porque temos um arsenal maior, uma instrumentalidade maior, para estar deliberando,*

construindo uma proposta que venha ser aprovada na plenária. E o usuário sempre ativo, na Conferência da Criança e do Adolescente nós levamos quatro adolescentes para participar. Então essa construção é gradativa, mas já está crescendo e se fortalecendo junto a nossos usuários. [...] Nós tentamos, na medida do possível, nos trabalhos em grupos, trazer essa importância para os usuários, para que eles se façam presentes nesses espaços deliberativos, para que os jovens tenham isso na mente, de que é importante estar presente lutando pelos seus direitos. [...] A partir do momento em que temos usuários que participam dos conselhos, isso vem em boa parte da demanda que as instituições e os órgãos públicos fazem em relação a esse usuário, onde ele não é somente receptor da política, mas um participante, aquele que vai e se faz ser ouvido (RENASCER, 2016 – grifo nosso).

Levamos as nossas crianças para participar, e os educadores também. Então nós participamos e sempre conversamos com eles e conscientizamos também sobre a importância de eles participarem. E quanto a essa participação eu acredito que é bem ativa, os termos que são levantados, nós colocamos a nossa opinião e participamos ativamente dos debates, das discussões. [...] ***Estar fomentando isso entre os usuários, que eles entendam a importância da participação, que têm direitos, têm voz e têm vez.*** É importante porque muitos não têm essa informação, não chega até eles. Não têm essa noção de que eles podem lutar pelos direitos deles. Então acho que é essa função de que a gente pode estar disseminando essas questões, deixando cada vez eles mais informados, sobre quem eles são e quem eles podem ser na sociedade (JOÃO PAULO, 2016 – grifo nosso).

[...] A gente discute muito com eles a importância de estar indo na Câmara Municipal, onde é aberto para o público, ali não é fechado, ali não é um lugar que ninguém pode entrar. A gente sempre comenta com eles a importância de eles estarem indo, estarem conhecendo, ampliando o conhecimento deles. Tem umas discussões lá que são muito relevantes para eles, eles têm que estar participando. A gente busca levá-los quando a gente pode também. [...] No Comdica tem um adolescente que está acompanhando desde o início do ano. O próprio Comdica está buscando fazer com que esses adolescentes vão para o conselho, porque ali é discutido a política da criança e do adolescente. ***E a gente busca incentivar os nossos adolescentes a estarem participando dessas questões.*** [...] E também a gente participa, assim, da parte política mesmo, da conscientização do nosso público, do público atendido. [...] Aquela frase de ‘bons cristãos e honestos cidadãos’, é nesse sentido, gerar conscientização no nosso público, de que ele é um cidadão, que ele tem direitos, que ele tem deveres, e nesse sentido a gente pode atuar politicamente. ***Então a gente faz vários trabalhos com eles nessa formação também*** (DOM BOSCO, 2017 – grifo nosso).

Ao se constituírem em espaços que, ainda que “molecularmente”, proporcionam a inserção direta dos sujeitos atendidos nos institutos de participação junto ao Estado, as organizações revelam um campo potencial a ser explorado, no sentido do aprofundamento das práticas educativas orientadas para a participação democrática.

Prática educativa que pode ser analisada com relação à sua dimensão micropolítica e enraizamento social. Realizada com sujeitos em situação de vulnerabilidade econômica, social, política e cultural (o que se manifesta em dimensões

materiais e imateriais da constituição dos indivíduos inseridos no processo de sociabilidade), abrange uma riqueza de possibilidades de elaboração de outras concepções de mundo, especialmente na desnaturalização da subalternidade na consciência dos indivíduos.

Para Gramsci, o conceito de “vontade coletiva” está estritamente ligado ao de “reforma intelectual e moral” no processo de elaboração de projetos alternativos de hegemonia. Trata-se do entendimento de uma prática democrática orientada a elevar intelectual e moralmente as massas, a preparar os sujeitos para práticas de autogoverno e participação direta em cada vez mais campos da vida social. Para Semeraro (2006, p. 59 – *grifo nosso*):

A nova concepção de hegemonia se alimenta de uma contínua relação de conflito e de reciprocidade que os mais diversos grupos estabelecem **democrática e pedagogicamente** na sociedade civil visando o autogoverno e minando qualquer monopólio do poder, seja ele econômico, político ou militar, qualquer sistema heterônomo, coercitivo e autoritário.

Elevação do senso comum, reforma intelectual e moral, que cria uma nova ordem de valores, uma outra concepção de mundo “[...] no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna” (GRAMSCI, 2007, p. 18). O que evoca a uma transformação da cultura, de suas modalidades de produção e difusão. Nas palavras do autor, “[...] reforma intelectual e moral, que é o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional popular, no terreno de uma forma completa e total de civilização moderna” (GRAMSCI, 2002, p. 377). Concepção de “Estado-nacional-popular”, em que o poder se traduz em contornos democráticos substantivos, “[...] de levar as classes trabalhadoras a tomar posse do seu território, das suas riquezas, dos meios de produção e do conhecimento, de modo a elaborar seus próprios desenhos políticos” (SEMERARO, 2006, p. 169).

As práticas educativas orientadas à inserção de sujeitos subalternizados em processos democráticos deliberativos se inscrevem no rol de ações que podem ser aprimoradas em processos de “reforma intelectual e moral”, na elaboração de novos consensos. “[...] Criando subjetividades, mentalidades e formas de organização tão intensamente democráticas que a imposição ditatorial do capitalismo se torna uma violência intolerável e intolerada” (SANTOS, 2016, p. 149).

O que se articula à dimensão pedagógica da hegemonia em Gramsci (2006, p. 399): “[...] toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”. Não como mecanismo de absorção passiva de informações num processo individual, conforme explica Luiz (2011), mas com potencialidade transformadora de conhecimentos e práticas coletivas na construção de uma outra concepção de mundo/criação de uma nova cultura crítica que ultrapasse os limites da cultura dominante. De modo que o pensamento gramsciano manifesta uma preocupação com a “[...] elevação das condições de vida das classes subalternizadas e com sua inclusão no cenário histórico, excluídas que sempre foram dos processos histórico-sociais” (SIMIONATTO, 1998, p. 48).

Os depoimentos expressam um posicionamento e compromisso ético dos sujeitos da pesquisa no sentido de não somente dar visibilidade às demandas defendidas, mas também em dar voz a esses sujeitos por vezes invisibilizados e silenciados social e politicamente.

Temos trabalhado para que pelo menos nosso povo não seja invisível, essa sempre foi uma cultura, de que esse povo já morreu, esse povo já não existe, ou essa luta já acabou. Por isso queremos sempre exigir o nosso direito, a gente também existe e também quer opinar, quer falar, quer propor políticas que sejam de acordo com aquilo que a gente se propõe a fazer. Acho que esse é o nosso compromisso, queremos ser ouvidos e queremos falar sim. Tanto que os espaços nem sempre proporcionam isso, mas a gente sempre buscou (CEMPO, 2016 – grifo nosso).

É dentro dessa participação popular, de chamar para essa participação popular de fazer com que também o município seja mais democrático e nos escute, as nossas demandas [...] A questão da conferência da mulher também é uma coisa que saiu meio que do movimento, porque nós nunca tivemos Conferência da Mulher em Guarapuava porque não tinha verba, nunca tinha verba para fazer a conferência, a partir do momento que ela foi vereadora a gente conseguiu [...]. Como vice-prefeita nós deixamos já no PPA para ter recurso para fazer a conferência. [...] Esse envolvimento, a participação, a organização. Nós, como movimento, a gente tem sempre que incentivar a participação e chamar para participação, esse é o nosso papel e a gente nunca pode perder esse foco, chamar as pessoas para se envolver. Embora a gente não tenha muita resposta, mas não deixar de fazer a nossa parte, de chamar a sociedade para vir participar. [...] Nós dizemos assim, ‘continuaremos lutando até que todas sejamos ouvidas’, que acho que é da Marcha Mundial das Mulheres, daí a gente diz assim, ‘até que elas possam elas mesmas estarem falando’ (MOVIMENTO DE MULHERES, 2017 – grifo nosso).

Essa participação da diversidade, garantir isso e garantir com qualidade, não só como figurante, mas como uma cabeça pensante. [...] Então a gente tem trabalhado nisso, para que haja essa participação. Que seja mais do que estar lá só para cumprir cota. [...] A gente tem um trabalho de assessorar, de trabalhar na comunidade, de capacitar para isso. [...] Mas infelizmente a

gente percebe que, mesmo quando existem cotas para participação das minorias, essa participação nem sempre é qualificada, é uma participação às vezes figurante, mas é melhor que nada! Que com a figuração se começa a pensar. Então ainda valem instrumentos de dar acesso a quem não conseguiria ter acesso. Ainda se precisa desses instrumentos para uma democracia pura, que não sei nem se existe ou se vai existir (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).

As organizações que se orientam por práticas mais reivindicativas, “em direção ao Estado”, conforme a categoria anterior, manifestam posicionamentos mais substantivos acerca do papel democratizador de sua existência. Sem desvalorizar a contribuição que a inserção dos sujeitos nos canais institucionalizados de participação tem no sentido de produção de um conteúdo político democratizador (de aproximação entre os indivíduos e o poder público local), nota-se que os movimentos sociais sinalizam para um horizonte democrático mais radical. No sentido da elaboração de valores e relações sociais promotores de uma participação ativa, autônoma e consciente, não somente nas esferas estritamente estatais, mas difundida no corpo social. Conforme se destaca nos trechos: *“temos trabalhado para que pelo menos nosso povo não seja invisível”; “[...] incentivar a participação e chamar para participação, esse é o nosso papel e a gente nunca pode perder esse foco”; “[...] participação da diversidade, garantir isso e garantir com qualidade, não só como figurante”.*

A proposta gramsciana de transformação social se pauta na “absorção da sociedade política na sociedade civil”, como explica Semeraro (2006, p. 168), protagonismo e educação ético-política que habilitem os sujeitos ao exercício democrático são imprescindíveis, pois “a democracia popular não é garantida pela mera tomada do poder político, nem se pode esperar que as transformações democráticas, econômico-sociais, aconteçam com métodos exclusivamente administrativos”.

O programa da filosofia da práxis desenvolvido por Gramsci, ao atribuir à política (à subjetivação da vontade) valor central na determinação das relações sociais, permite identificá-la para além de um instrumento de dominação ou organização meramente técnico-administrativa, mas como práxis constitutiva de sujeitos que se educam para socialização do poder, leia-se, radicalização da democracia.

Dentre as organizações pesquisadas, enquanto aparelhos privados de hegemonia, é possível identificar a assimilação dialética de elementos contra-hegemônicos, ao

exercerem função de educação, organização e conexão dos sujeitos envolvidos em suas práticas, constituindo campos de democratização social.

*O que entendemos por democracia no movimento, primeira coisa é socializar o máximo o tema antes de encaminhá-lo. Fazer o encaminhamento da questão, de um tema que está sendo discutido, antes de encaminhar. Essa coisa do socializar as propostas, isso em tudo, porque quem tem a palavra, a última palavra mesmo na comunidade é a pessoa do movimento, é o sujeito. Isso para nós é democracia. [...] Além dessa questão da participação que está ligada aos processos construídos pelos grupos, dos sujeitos. A partir da mobilização de um movimento acabam se criando processos e esses processos aparecem as lideranças que vão coordenando, e é o princípio da participação e da informação, onde todos são sujeitos dessa história, nos processos construídos. [...] **Acho que não só a participação em si, mas o poder de decisão sobre todos os participantes.** Porque eu posso ir num espaço super democrático, onde todas as pessoas participam, **elas participam, mas não decidem nada.** Então acho que o poder de decisão no processo tem que ser vislumbrado, visualizado, por todos. Eu já fui em vários espaços que são democráticos, mas ninguém decide nada (CEMPO, 2016 – grifo nosso).*

[...] Se nossos usuários hoje estão na dependência é porque muitos decidiram por eles nesse processo histórico, foi tirado dele o direito de ser sujeito. E é isso que está muito difícil, devolver para ele esse direito. Isso é uma questão de visão de intervenção, na forma que faço minha intervenção com o usuário eu posso estar gerando mais dependência ou posso estar levando ele a se assumir na sociedade como sujeito (CARITAS, 2016 – grifo nosso).

[...] Construir essas formas de empoderar, ou de dar possibilidade de uma vida digna para todos, para as comunidades marginalizadas hoje. Que elas tenham essa expressão (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).

*Primeiramente eu diria que seria exigir o cumprimento dos nossos direitos, uma das coisas é isso. **Movimento social tem que ser referência impactante,** o que nós sempre fomos. Embora não seja amada, é respeitada, **porque é referência de uma massa importante.** E movimento tem que ser isso, tem que demonstrar que ele não abre mão dos direitos dos pobres (CEMPO, 2016 – grifo nosso).*

Gramsci (2007, p. 290) se posiciona na defesa da luta pela destruição de qualquer conformismo autoritário, “elemento de atraso e estorvo”, e que, pelo desenvolvimento da individualidade e da personalidade crítica, se chegue ao “homem-coletivo”. O que significa a “ideia de que por meio da destruição de uma máquina estatal se possa chegar a criar uma outra mais forte e complexa”. Estatal, novamente a recordar, no sentido integral de sua acepção, não restrito à sociedade política, mas ramificado pelo conjunto da totalidade social por meio dos aparelhos privados de hegemonia.

Fundamento que, aplicado à realidade local em tela, permite valorizar a fundamental importância desse tipo de organização civil, que tem o potencial de operar processos de socialização da política “desde baixo”, de contribuir para a construção de relações sociais substancialmente democráticas, não limitadas à administração técnica e pragmática de políticas sociais em um Estado capitalista.

As organizações pesquisadas desenvolvem abordagens diretas com segmentos subalternizados. Por entre intervenções reguladoras e instrumentais (que são predominantes), há alguma possibilidade de propulsão do protagonismo dos sujeitos, o que precisa ser “acelerado” no sentido de “potencializar o rompimento, nas mais diversas dimensões da vida social, com a lógica/racionalidade instrumental que a perpassa” (LUIZ, 2011, p. 99). E que esta ceda lugar à elevação do conhecimento e consciência críticos e do protagonismo autônomo de sujeitos ou grupos envolvidos em suas ações. O que concorre para a construção de espaços públicos de potencial emancipatório, a partir “de baixo”. No sentido da autorrepresentação das classes subalternas através da criação de uma cultura democrática própria.

Postura de defesa do alargamento da democracia através da socialização da política, pela articulação das várias possibilidades de desenvolvimento de movimentos com potencial emancipatório, o que é ilustrado na fala sobre o tipo de intervenção “*isso é uma questão de visão de intervenção, na forma que faço minha intervenção com o usuário eu posso estar gerando mais dependência ou posso estar levando ele a se assumir na sociedade como sujeito*” (CARITAS).

Movimento que no contexto analisado se manifesta na vontade de qualificação e luta pela efetiva diluição do poder nos institutos democráticos representativos e de participação direta; somado ao aprofundamento de ações educativas orientadas para perspectivas de protagonismo social e político de segmentos subalternizados. O que significa “[...] acreditar na potencialidade e na criatividade humano-social pertencente a uma classe que ‘des-conhece’ a potencialidade de seu protagonismo e a necessidade de reconstrução e ampliação da democracia”, por meio da progressiva abertura de espaços plurais que façam emergir processos coletivos, produtores de “rupturas moleculares”⁶⁹ (LUIZ, 2011, p. 116).

⁶⁹ “Rupturas moleculares” conceituadas pela autora como ações concretas que não necessariamente ou imediatamente rompem com contextos estruturais mais amplos, mas compõem processos orgânicos de

Se o projeto ético-político gramsciano é o de priorizar valores públicos e sociais emancipatórios, isso significa que os que aspiram se tornar dirigentes são chamados a sacrificar interesses imediatos e corporativos e superá-los em uma vontade coletiva nacional-popular. E, na elaboração dessa vontade coletiva a noção de democracia, “em conexão com o conceito de hegemonia”, é radicalizada na desafiadora questão: “[...] pretende-se que sempre existam governados e governantes ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?” (GRAMSCI, 2007, p. 325).

Questão que, para Semeraro (2006), subverte radicalmente a concepção tradicional de política e poder e se constitui no maior desafio político do século XXI.

Não se trata mais de alguns se apropriarem de mecanismos que determinam o destino da maioria. Na democracia radical desenhada nos escritos de Gramsci não se trata de um gerenciamento mais ou menos eficiente da ‘coisa’ pública, de uma administração meramente jurídica e da preservação das ‘regras do jogo’. Os ‘dirigentes’ da nova ‘hegemonia’ [...] são aqueles que trabalham para destruir a atávica relação de poder fundada no binômio superior-inferior, orientam toda a ação política para superar a estrutura ancestral que se cristalizou na forma de governante-governado, dirigente-dirigido, comando-obediência. Com Gramsci, o conceito de democracia assume o sentido mais revolucionário elaborado na mais autêntica tradição marxista (SEMERARO, 2006, p. 60).

O reconhecimento da historicidade da separação dos seres humanos entre governantes e governados, de que não é resultado da “natureza humana”, mas de relações sociais histórico-concretas, estabelece a lógica da superação dessa divisão. Superação que se opera por meio da criação de premissas de ordem intelectual e moral, de uma visão de mundo que instrumentalize as massas na construção de uma sociedade autoregulada. Ou seja, em Gramsci, o substrato da democracia se fundamenta na defesa da elaboração de uma hegemonia que seja educação permanente para o autogoverno. O que requer institutos e instrumentos com características inovadoras, para elaboração de uma configuração mais alta e plena de democracia, pois, há que se acreditar na possibilidade de “formas ‘democráticas’ mais substanciais do que o corrente ‘democratismo’ formal” (GRAMSCI, 2002, p. 202).

grupos e movimentos com expressão social. “Constitui-se como ruptura molecular na instância do grupo, é molecular porque expressa uma luta que se insere no tecido social, sem perder de vista a totalidade da qual é fonte” (LUIZ, 2011, p. 121).

Nessa esperança é que se apoia a insistência na construção de sujeitos historicamente conscientes, ativos e organizados coletivamente, que procuram conquistar a hegemonia com os métodos da democracia. Tendência democrática que supera a noção liberal de cidadania, que, para se universalizar sem impactar as estruturas econômicas, despolitiza as relações sociais e engloba os indivíduos no sistema de democracia liberal.

O pensamento gramsciano destaca os valores ético-políticos, a participação popular, a busca do consenso ativo e o exercício da política como expressão de subjetividade social. Posicionar-se conforme esse fundamento tem um significado teórico não hegemônico no âmbito da produção de conhecimento na contemporaneidade. O que se propôs destacar nas análises realizadas nesta categoria foi justamente a função prático-política desempenhada pelos organismos da sociedade civil com relação à democracia.

Os movimentos sociais, inclusive as ONGs, com suas iniciativas e inovações, com suas pressões políticas, com sua interlocução com o Estado e os partidos, com suas críticas ao mercado e a contestação do poder financeiro, podem se tornar instrumentos fundamentais de resistência e de questionamento político ‘formando pessoas capazes de pensar, estudar, dirigir e controlar quem dirige’ (SEMERARO, 2006, p. 188).

A superação da divisão entre dirigentes e dirigidos, compreendida como negação de relações de poder e dominação desumanizadoras dos indivíduos, ocorre, de acordo com a perspectiva gramsciana, por meio de uma “elevação intelectual e moral”. O que perpassa inclusive as explicações racionais elaboradas acerca das relações sociais. Por isso a importância de desvelar a assimilação neoliberal e neoconservadora de categorias fundamentais como “sociedade civil” e “democracia”.

Ao não identificarem os princípios básicos do que consideram que seja uma sociedade democrática, relacionados principalmente à igualdade/justiça social e soberania do poder popular, os sujeitos remetem a um falseamento da democracia: *“Uma democracia disfarçada”* (CEMPO, 2016); *“No Brasil todo, é só o nome ‘democracia’, mas o que é a vontade do povo é muito pouco”* (UGAM, 2016); *“Estado dito democrático”* (OUTRO OLHAR, 2016); *“É sonhar que nós temos meios democráticos”* (MOVIMENTO DE MULHERES, 2017). Tal percepção está localizada

em todos os depoimentos como uma questão mais abrangente do que o contexto local, mas de ordem nacional.

Então que democracia nós temos? Não temos democracia! Temos um Estado que não funciona e nos custa muito caro. [...] Não é uma questão de Guarapuava, Guarapuava está inserida nesse contexto, com algumas particularidades próprias. [...] Aquilo que está lá na Constituição de que o Brasil é um Estado Democrático de Direito é uma quimera, nós não somos em nada democráticos, porque enquanto houver essas situações de inoperância, não tem jeito (OBSERVATÓRIO SOCIAL, 2016 – grifo nosso).

Na atual conjuntura ela fica em partes. [...] Então nesse sentido penso que seja isso, esse desmonte do acreditar no poder público faz com que a democracia no município de Guarapuava esteja enfraquecida, assim como é no Estado do Paraná, assim como é no Brasil (RENASCER, 2016 – grifo nosso).

Na essência, a democracia não é tão democrática não, deveria, tem todas essas organizações aí, mas se fosse levar ao pé da letra o termo democracia... Ela muitas vezes é direcionada, ela tem os interesses econômicos, a mídia e tudo mais [...]. Primeiramente, acho que as pessoas numa democracia têm que ser livres, né, livres para suas decisões e tudo mais, e a questão na política eu não vejo muito a democracia em Guarapuava [...] nas questões de, por exemplo, da prefeitura, os cargos públicos, isso não existe democracia. Na democracia a pessoa, para trabalhar no cargo, ela tem que ser apta para aquilo, tem que ter formação para aquilo. E a gente vê não só em Guarapuava, estou falando em nível geral, a gente vê muitos jeitinhos políticos, o carguinho lá arranjado para conseguir votos e tudo mais, nesse sentido que eu acho que Guarapuava não é tão democrática assim. [...] É sonhar que nós temos meios democráticos. É sonhar que nós estamos, que nós achamos que falamos (MOVIMENTO DE MULHERES, 2017 – grifo nosso).

A falta de democracia associada à “inoperância do Estado” se soma a elementos analíticos relacionados à particularidade histórica das relações sociopolíticas brasileiras, passíveis de serem consideradas a partir de discussões acerca da cultura política autoritária, elitista e, portanto, antidemocrática, que assinalou o desenvolvimento político, econômico e cultural do país. Ao remeter à concepção neoliberal de Estado (de *forma mínima*), essa “inoperância” com relação à questão social não é um acaso, mas um *conteúdo* político intencionalmente produzido.

Além disso, o silenciamento e a repressão dos segmentos subalternizados são sistematicamente operados pelas estruturas governamentais, por meio de mecanismos de violência física e simbólica, enviesadas em maior ou menor medida, por estratificações socioeconômicas, raciais, sexuais e regionais. Processos de exclusão da fala e privatização do espaço público que significam, em última instância, a negação da política.

Em termos políticos estritos (*forma*), a democracia brasileira é institucionalmente “jovem” e vulnerável a subversões e “golpes” de interrupção de sua institucionalidade. E, em termos sociais (*conteúdo*), tem pouco poder de enfrentamento à dominação do capital, nacional e internacional; parca capacidade de redistribuição de riquezas socialmente produzidas, de diminuição de desigualdades econômicas, sociais, políticas, raciais, de gênero, regionais, culturais, etc.

A defesa de uma democracia alternativa à hegemônica neoliberal é imprescindível diante da necessidade de reverter a tendência de transformações políticas e econômicas operadas em quadros de “revolução passiva”, que geraram uma debilidade histórica da democracia no Brasil, conforme tratado no capítulo anterior.

As tramas do capitalismo e neoliberalismo contemporâneos renovam mecanismos de revolução passiva para manter e avançar seus domínios. Para fazer frente a esse contexto, a esfera pública, pelo espaço moderno de democratização, simboliza a via pela qual a guerra de posição pode se manifestar através de práticas sociais teleologicamente revitalizadas (LUIZ, 2011, p. 104).

Particularidade nacional que se expressa concretamente nas percepções analisadas em âmbito local e que expressam um sentido de codeterminação: ambas esferas são mutuamente influenciadas. Para analisar a generalizada percepção de uma “*democracia disfarçada*” manifestada pelos sujeitos, há que se fazer um movimento crítico-reflexivo que remeta à totalidade do conjunto social, trazendo à tona os múltiplos determinantes da realidade, a partir dos quais se evocam elementos como:

- A inserção colonizada e heterônoma do Brasil no processo de globalização;
- O que engendra o conjunto da vida social sob valores e concepções de mundo legitimadores da dominação hegemônica dessa ordem social;
- Processo que se opera mediatizado por movimentos de resistência e enfrentamento dos setores subalternizados;
- Conflitualidade, por sua vez, administrada pela conjugação de elementos coercitivos e de consenso (dominação e direção);
- Ao que se soma a susceptibilidade do inesperado e (nem sempre) imprevisível: epidemias e catástrofes ambientais, por exemplo.

A esses elementos macro-analíticos se acrescentam as singularidades do contexto local em estudo, conforme os elementos contextuais locais apresentados

anteriormente. Entretanto, assumir uma lógica de codeterminação local-nacional-global permite extrapolar o que é percebido no âmbito das microrrelações e projetá-las não apenas como possibilidades analíticas das relações Estado/sociedade no Brasil, mas também identificando potenciais prospectivos de construção democrática.

Além de relacionada à ineficácia do aparato estatal citada pelos sujeitos de pesquisa, a falta de democracia também é associada à não efetividade da participação:

*Eu acho que não. Aqui em Guarapuava não é democrático, perante nós, das associações, quando fazemos um pedido, não é democrático. Porque se for ver, na democracia, o poder emana do povo, em Guarapuava ele não emana do povo, emana dos comandantes, dos gestores. [...] Então a democracia do governo perante as associações não existe, é muito pouco. Acho que **no Brasil todo, é só o nome 'democracia', mas o que é a vontade do povo é muito pouco**. E o capitalismo sempre imperou, se a pessoa não tiver dinheiro, nem faz voto, é o capitalismo que hoje impera e a democracia fica. [...] Então assim, a democracia para as associações é muito pouco, e quando eles chamam as associações, eles já têm alguma coisa predestinada praquilo, porque às vezes eles precisam de alguma assinatura, usam para ficar democrático. A gente vai porque quer participar, mas [...] tinha que ouvir mais a população, o que realmente a população precisa. Porque muitas vezes vem 'goela abaixo', sem ouvir o que realmente precisa. Há muitos interesses, do vereador, do prefeito, do deputado, há muitos interesses e eles acabam não ouvindo a população. A democracia é só no papel no Brasil, **não existe a democracia aqui**. O povo tem poder, mas os comandantes não vieram do povo, então eles não sabem o que é uma reivindicação do povo, eles foram criados lá em berço de ouro, e o povo precisa começar a mudar nesse sentido, saber como votar. Não votar só em quem tem dinheiro, mas em quem saiba ouvir eles. Até os vereadores, dificilmente um vereador ou outro te ouve, ele só faz quando tem algum interesse. É muito difícil um vereador ir lá no bairro, nem no deles eles vão, eles somem. [...] A gente não quer ajuda, a gente só quer que as reclamações sejam ouvidas, para eles saberem onde trabalharem. **A gente quer um canal de acesso**. E se você ouvir as organizações, quase todas as reclamações são as mesmas, a falta do elo, eles não querem ouvir (UGAM, 2016 – grifo nosso).*

*[...] Não é muito, tem, mas não é como a gente queria. Praticamente eles usam a gente nos momentos que eles querem. [...] **Não tem participação mesmo, é só opinativa**, mas não para dizer mesmo o que vai ser feito. Eles usam muito, a Prefeitura nos usa muito para saber quais as deficiências do município, e aí eles tiram as deficiências e tentam suprir algumas coisas, mas não junto com as associações, eles deixam de ouvir o povo. Acho que um pouco por causa dos vereadores, porque não há interesse deles, eles acham que quando as associações interferem muito no Poder Executivo ou Legislativo, eles acham que a gente tira o poder deles. Eles estão errados nisso, eles não têm interesse que as associações se mobilizem, se organizem. [...] Depois que ganha as eleições o pessoal se afasta, acho que tem medo de cobrança (UGAM, 2016 – grifo nosso).*

*Eu vejo que **ainda tem muito o que crescer a democracia no município, no estado e no Brasil**. Ainda está se engatinhando essa abertura democrática [...]. Mas eu creio que a abertura está bem melhor hoje, de discussões, de conhecimento, a gente tem que buscar isso aí sempre, né, como entidade, como pessoa, como formadores de pessoas que somos, conscientizar de que*

existe uma democracia ainda muito pequena, mas que a gente tem que buscar sim a discussão, a expressar a opinião, eu acho que é por aí [...]. Eu penso que democracia é essa articulação da comunidade, essa articulação de toda a sociedade. Onde todos têm direitos, onde todos têm deveres também a cumprir e todos têm voz. Guarapuava está entrando nisso, está dando mais abertura. A gente vê bastante pelas audiências públicas que têm, pelos fóruns, pelas conferências, não só do social que a gente está, mas em todos os sentidos eu vejo que hoje Guarapuava está mais aberta sim, ela tem um espaço maior onde se pode reivindicar. Para mim, democracia é isso, é esse trabalho coletivo, em que nós temos deveres, nós temos direitos e nós podemos ir atrás e buscar aquilo que é melhor para a comunidade (DOM BOSCO, 2017 – grifo nosso).

*Se na região eu acho que ela é funcional? Não muito. Porque como a gente trabalha com um público já discriminado, ele está à parte de todas as decisões, então não participa efetivamente, por falta de capacidade, capacitação, educação, enfim [...] E a gente tem trabalhado nisso, para que se qualifiquem, que possam participar desse **Estado dito democrático**. **Porque para as comunidades que a gente trabalha não tem sido tão democrático, é muito mais o que sobra do que participação efetiva** (OUTRO OLHAR, 2016 – grifo nosso).*

O que se depura dos depoimentos é uma vontade de participação: “[...] a gente quer um canal de acesso”; aliada à necessidade de efetividade: “*não tem participação mesmo, é só opinativa*”; ao reconhecimento de um processo a ser intensificado: “[...] ainda tem muito o que crescer a democracia no município”; e de que, para as comunidades que representam, não há democracia: “[...] para as comunidades que a gente trabalha não tem sido tão democrático, é muito mais o que sobra do que participação efetiva”.

A hegemonia do bloco histórico neoliberal tratada na categoria anterior tem rebatimentos na questão democrática: ao progressivo processo de esvaziamento e fragmentação das protoformas de luta e referenciais políticos de classe (os institutos representativos das classes trabalhadoras); soma-se a despolitização dos trabalhadores, principalmente através da difusão da “ideologia do medo”, ancorada na precarização do mundo do trabalho. Fragmentação que progressivamente destrói perspectivas de construção de uma “vontade coletiva”, de um momento “ético-político” (SIMIONATTO, 1997).

Nesse contexto, a noção de “participação cidadã” é esvaziada de conteúdo substantivo identificado com a democracia, e desviada para a colaboração entre segmentos de classes, tentando o enfrentamento das mazelas sociais causadas pelo

neoliberalismo, como o aumento das desigualdades sociais decorrentes da liquidação das políticas sociais e da desregulação da economia.

As manifestações acerca de uma “*democracia disfarçada*” associadas ao falseamento da participação democrática expressas nas falas dos sujeitos demonstram que a instrumentalização da participação política acaba por limitar a intenção de inovação democrática iniciada nas experiências de democracia participativa no país.

Além disso, os institutos da democracia representativa também se mostram desgastados devido a uma conjunção de fatores, todos eles convergindo na transformação da democracia liberal em democracia neoliberal – alteração operada sem suspensão nem revisão das constituições vigentes (sem uma repactuação, ainda que formal, do contrato social).

Essa transformação ocorreu, de acordo com Santos (2016, p. 21), por meio de dois processos convergentes: a prevalência do capitalismo financeiro global que “[...] corroeu a soberania dos Estados a ponto de transformar Estados soberanos em presas fáceis de especuladores financeiros e de suas guardas-avançadas, as agências de notação de crédito e o FMI”; e, a concentração de riqueza e a deterioração de direitos econômicos e sociais, o que faz com que “[...] cada vez mais cidadãos passem a viver na dependência de grupos sociais poderosos que têm direito de veto sobre seus modos e suas expectativas de vida, sejam eles filantropos, narcotraficantes, latifundiários industriais, empresas de megaprojetos e de mineração”.

Lógica que submete tudo à primazia do mercado dos valores econômicos, inclusive a perpassar o âmbito das ideologias e convicções políticas, tudo se compra e tudo se vende. A democracia é assimilada em uma perspectiva instrumental, tolerada enquanto serve aos interesses dos grupos dominantes econômica e socialmente. E, a serviço do Estado fraco neoliberal, perde seu poder redistributivo, sendo capaz de conviver, sem maiores conflitos, com situações estruturais de miséria e exclusão social.

Apesar de se inserirem ativamente em espaços de democracia participativa, os depoimentos revelam uma percepção de ineficácia, ou até inexistência da democracia. O que mostra que o potencial inerente ao arranjo democrático participativo, aliado à representação, não se desenvolveu a ponto de modificar esta percepção. Em outras palavras, mesmo exercendo práticas de democracia participativa (*forma*), elas não correspondem ao que expressam em termos de um *conteúdo* substantivo democrático.

Do que se manifesta a necessidade de aprofundar a democracia em suas ramificações pelo conjunto da sociedade, a partir de uma perspectiva ampliada do que ela seja. A tarefa que se coloca, na contemporaneidade, é a de democratizar os diferentes setores da sociedade e enfrentar o desafio “mais provocante posto à política moderna, que é o de abrir caminho às ações [*conscientes e organizadas*] das massas” (SEMERARO, 2006, p. 110 – *acréscimo nosso*).

A continuidade do processo de democratização exige tarefas que podem ser pensadas como “radicalização da democracia”, uma vez já criado o arcabouço de instituições que possibilitam a participação da sociedade civil na gestão da coisa pública. Contudo, essas novas dinâmicas institucionais exigem, para o cumprimento de seu potencial democratizante, a superação da “passividade” da participação (quando não de “simulacros participativos”) para uma situação de participação ativa e efetiva. “Essa situação significa, por um lado, um novo terreno estratégico para o desenvolvimento das lutas e, por outro lado, um novo e mais exigente nível de complexidade no qual os movimentos sociais devem desenvolver sua atividade” (BURGOS, 2007, p. 135).

“Simulacros participativos” expressos nos depoimentos ao relatarem a aproximação do poder público local somente em períodos de campanha eleitoral; ao remeterem a uma participação que é superficial e apenas “opinativa”; ao se sentirem usados para dar legitimidade às ações do poder público desenvolvidas sem uma real participação, etc.

Reconhecer as debilidades da democracia liberal representativa não significa, no entanto, a sua completa negação. Mas a defesa do seu aprofundamento não apenas com relação aos métodos (alargamento e qualificação dos mecanismos de participação), mas ramificada pelas esferas de relações sociais.

Para Laclau; Mouffe (2015, p. 264), além da defesa da “radicalização” da democracia, é preciso urgentemente ampará-la contra as formas que a ameaçam internamente, contra as ofensivas antidemocráticas de ataque aos valores da democracia liberal e do Estado de Bem-Estar Social. “Não é no abandono do terreno democrático, mas, ao contrário, na extensão do campo das lutas democráticas a toda a sociedade civil e ao Estado, que reside a possibilidade de uma estratégia hegemônica de esquerda”.

Também nesse ponto de vista e em uma perspectiva crítica, Duriguetto (2007, p. 226) pondera que nenhuma classe com pretensões hegemônicas pode desconsiderar a

mediação dos direitos em suas estratégias e ações prático-políticas. “No entanto, qualquer projeto efetivo de emancipação tem de descartar o reformismo limitado e colocar como questão fundamental a necessidade de disputar e conquistar o poder de Estado para implementar reformas que abram caminho à socialização da economia e do poder político (DURIGUETTO, 2007, p. 226).

Santos (2016) explica que a história das lutas das classes populares foi se desenvolvendo de modo a revelar que as relações de poder expressas no campo político são apenas uma pequena fração das relações de poder vigentes na sociedade, e que as desigualdades de poder político somente podem ser explicadas se consideradas muitas outras desigualdades de poder, em tantos outros domínios da vida social (na fábrica, em casa, na comunidade, no mercado).

Lógica que se coaduna com a perspectiva gramsciana de democracia, à qual, além de questões institucionais e sociais, é atribuída uma valoração substantiva. Gramsci “percebia, na formação ‘maciça’ das modernas democracias e nas irrefreáveis associações da vida civil, um claro convite a socializar a política e a democratizar o poder subordinando a doutrina da política-potência à concepção da política-hegemonia” (SEMERARO, 2006, p. 94). O que se dirige no sentido de defesa do “interesse comum, de construção de hegemonia no pluralismo, da formação de consensos no interior e a partir dos interesses das classes subalternas presentes na sociedade civil” (DURIGUETTO, 2007, p. 161).

Percepção democrática compreendida enquanto meio legítimo para elaboração e disputa de hegemonias – operada, além do âmbito econômico (imediato), na esfera das mentalidades/concepção de mundo e valores. Se o que possibilita a dominação burguesa é justamente a sua capacidade de transformar em interesse geral os interesses de uma classe sobre outra, para romper com esta dominação é fundamental desnudar, criar estratégias de resistência e enfrentamento e, sobretudo, elaborar novas formas de entendimento acerca das relações sociais (revolução intelectual e moral).

Nesse sentido, a ampliação da democracia não pode ser apenas uma luta institucional, mas deve ocorrer “de baixo para cima”, aliando estratégias de luta institucional e de luta direta. Do que se ressalta a necessidade de formação de sujeitos sociais conscientes e organizados na sociedade civil.

Diante das imensas possibilidades associativas na sociedade contemporânea, “os sistemas modernos de políticas democráticas se medem justamente pela capacidade de desenvolver uma ampla e dinâmica sociedade civil que permita expressar plenamente as aspirações e a participação dos diferentes setores da vida coletiva”. Destaca-se a capacidade criativa e de articulação (relação) entre as diversas associações civis, nas quais os sujeitos podem aprender a “política do autogoverno e a gestação de valores democráticos”. Por isso, a verdadeira função de um Estado democrático deve ser “ética”, “educativa”, de “impulso histórico”, de “elevação intelectual e moral das massas” (SEMERARO, 2006, p. 96).

Por fim, destaca-se o entendimento de democracia, a partir do local pesquisado, como disputa de projetos e um horizonte a ser conquistado:

*Eu acho que Guarapuava não é democrática, olhando no seu todo, de maneira geral. Agora, não que não haja grupos que discutem muito bem a democracia. Por exemplo os professores, não digo todos, mas há uma boa organização dos professores que discute bem a democracia. A CEMPO em si é o campesinato que está ao redor dela, esse povo camponês de diversas culturas e modos de vida, tem os povos tradicionais, os agroecologistas, os movimentos sociais e outros, que fazem esse conjunto que, **nessa democracia disfarçada brasileira, o que há mesmo é uma disputa de projetos**. Uma disputa de projetos entre o campesinato, nós, e o povo do agronegócio que tem tudo e nós não temos nada, no governo federal. Então nós nos organizamos em movimentos, associações, para debater o nosso projeto e propor para o Estado uma política que atenda aos nossos interesses, porque essa que está posta não é a que nos enquadra. [...] Talvez não seja a realidade aqui de Guarapuava, mas eu estou falando desse olhar mais abrangente por causa da minha militância que é mais abrangente do que Guarapuava. Mas é isso que está em disputa, projetos que se organizam, cada um de um lado, não que sejamos inimigos, mas temos projetos totalmente diferentes. **E aí quando eu falo de democracia disfarçada, é porque um governo que prioriza a maior parte do bolo para a minoria da sociedade**. A maioria que produz mais comida sadia, sem veneno, que são os agricultores familiares, os povos tradicionais, o campesinato de forma geral, que produzem a comida brasileira, não têm políticas, não têm recursos, têm migalhas e perseguição. Tudo é difícil para nós, é muito ‘não na cara’ por parte do Estado. Então essas organizações acabam cumprindo um papel fundamental em proporcionar que essa diversidade camponesa se reúna, pagando aluguel de casa, pagando transporte, dando algumas condições para que possamos nos reunir para debater nosso projeto (CEMPO, 2016 – grifo nosso).*

A fala que expressa: “o que há é uma disputa de projetos” (CEMPO) coaduna-se justamente com o nexos entre democracia e hegemonia desenvolvido ao longo deste estudo. Na relação sociedade civil/democracia, o que está em jogo é a disputa hegemônica. O que significa, reforçando, a concorrência pelo estabelecimento de uma

direção econômica, política, moral e intelectual dominante na forma de abordagem da democracia. E também, a compreensão de que todo processo hegemônico abarca em seu seio formas econômicas, políticas e morais alternativas. Com relação à questão democrática, essa lógica implica o reconhecimento de uma percepção hegemônica e a possibilidade de elaboração de concepções contra-hegemônicas.

Esse foi um dos grandes desafios propostos por esta pesquisa: o de trabalhar conceitos (como Estado, sociedade civil, democracia, participação e cidadania) estabelecidos no campo científico e no senso comum sob uma perspectiva neoliberal, a partir de uma fundamentação teórica não hegemônica.

A reflexão crítica acerca do movimento histórico da institucionalidade e substância democráticas brasileiras, mediada pelas manifestações conjunturais contemporâneas, e fundamentada em manifestações empíricas de um contexto local real são elementos que embasam a defesa da validade das abordagens aqui sustentadas.

De acordo com Luiz (2011), o referencial gramsciano é capaz de instrumentalizar teórica e eticamente reflexões de uma racionalidade crítico-dialética, orientadas para formulação de um projeto emancipatório, que processe a elevação política e social da sociedade.

Considerar a historicidade da divisão da sociedade entre governantes e governados, bem como da hegemonia do bloco histórico neoliberal, significa considerar a susceptibilidade do movimento criativo, de potencial latente ou pouco manifesto, “[...] que também constitui as possibilidades realistas de reconstrução do espaço público emancipatório pela via democrática” (LUIZ, 2011, p. 108).

Localizar a democracia como campo de disputa de projetos abre caminho para a superação de práticas restritas ao âmbito da “pequena política”, mas que se projetem para um horizonte emancipatório, que processe a elevação política e social da sociedade.

Luiz (2011, p. 120) concebe a noção de emancipação social em duas dimensões, entendidas como a base fundamental de um projeto alternativo de hegemonia e emancipatório da sociedade: uma dimensão macro, em que “os desafios para enfrentar e edificar a emancipação social passam pela construção de uma democracia radical”, erigida pelo protagonismo e conhecimento (elevação cultural e política) da classe subalterna, “através de uma revolução processual e histórica conquistada por meio de

rupturas moleculares no tecido social, no espaço público”; e uma dimensão molecular, como “efetivação de práticas que contribuam para potencializar o protagonismo consciente e ativo (por intermédio da elevação cultural e política)” dos grupos subalternizados.

Trata-se de negar o espontaneísmo e o fatalismo e projetar, de maneira processual, a elevação da consciência crítica e do protagonismo social autônomo das classes subalternas, pelo desenvolvimento de ações políticas de caráter crítico-democrático em disputa pelo espaço público.

Essa noção de processualidade remete ao entendimento de que a construção de um projeto emancipatório de sociedade não é algo que se opera de forma abrupta, através de uma ação revolucionária imediata, mas pela conquista coletiva e a partir “de baixo”, por meio de processos de “rupturas moleculares” – expressão que Luiz (2011) colhe dos escritos gramscianos e desenvolve como parâmetro analítico para se pensar as possibilidades de elaborações contra-hegemônicas.

Trata-se da transposição de barreiras e obstáculos mediante a elevação do senso comum, de reforma intelectual e moral, projetadas para criação de uma nova ordem de valores nas e pelas classes subalternas. O que se opera por meio de processos pedagógicos e “[...] ações coletivas de reciprocidade, em reconhecimento de problemas comuns, de associação e de multiplicação de forças, através da ocupação de posições e consequente socialização da política, do poder e de questões públicas” (LUIZ, 2011, p. 117).

A autora explica que isso não é prerrogativa de um ente superior, apartado do processo, mas pleno e orgânico das possibilidades reais presentes nos movimentos, organizações, grupos sociais e políticos. Ou seja, elaborado nos e pelos aparelhos privados de hegemonia.

Construção progressiva que reconhece procedimentos e etapas intermediárias, de lutas, ações e espaços construídos no cotidiano. O que permite visualizar historicamente avanços concretos significativos, como as questões de gênero, as conquistas legais em termos de igualdade, diferença e pluralidade de direitos, as várias manifestações da sociedade civil, os espaços de gestão social da vida pública considerados inovadores e que contribuem para a construção de um pensamento cultural e político diferenciado (LUIZ, 2011).

A defesa de uma democracia substantiva e orientada para um horizonte emancipador é a alternativa à hegemonia democrática neoliberal contemporânea. Disputa de projetos societários inscrita no âmbito da “grande política” e localizada na sociedade civil, como o terreno em que se chocam interesses de classe. A categoria hegemonia é acionada para “[...] retraduzir, em termos de uma sociedade civil organizada pelos valores ético-políticos das classes subalternas, a noção de democracia” (DURIGUETTO, 2007, p. 157). Trata-se, então, da defesa da construção da hegemonia de uma democracia popular, que signifique socialização da economia, da cultura e do poder político.

No contexto local analisado, o potencial democratizador da sociedade civil se manifesta ao se projetarem as organizações em direção ao Estado, através de institutos de democracia representativa e participativa (com menor intensidade naquela do que nesta). Mas, principalmente, enquanto “aparelhos privados de hegemonia”, na contribuição para democratização das relações sociais na base da sociedade. O que transparece a complexidade do tema, pois ainda que “gelatinosa” e instrumentalizada pelo neoliberalismo (“pequena política”), é na sociedade civil que se localiza a alternativa de resistência e enfrentamento às forças neoconservadoras reprodutoras de desigualdades e dominação, bem como a possibilidade de elaboração de novos consensos e disputa (sempre democrática) pela hegemonia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese teve o desenvolvimento alicerçado em dois pilares conceituais: Estado/sociedade civil e democracia. Conceitos que foram trabalhados sob um enfoque crítico-reflexivo, com base na perspectiva teórica gramsciana em diálogo com outras interpretações. A partir deste fundamento foram realizadas análises do contexto local do município de Guarapuava (PR).

Desse modo, o norte do estudo foi o objetivo de compreender perspectivas de construção democrática através da análise da forma e do conteúdo de organizações civis de fins públicos.

Para pensar a relação entre sociedade civil e democracia foram mobilizados elementos conceituais (no plano da universalidade da teoria) e, no plano da particularidade e singularidade da realidade estudada, a análise de elementos contextuais nacionais e locais.

A partir da fundamentação teórica da pesquisa, aliada às manifestações empíricas do universo estudado, se tornou possível a identificação de nuances da expressão que “aparelhos privados de hegemonia” assumem sob o bloco histórico neoliberal e captar, dialeticamente, o movimento contraditório do real nas demonstrações de resistência e enfrentamento.

As constatações feitas se baseiam em um contexto de singularidades locais que não deixa de ser, ao mesmo tempo, fundamento e expressão da particularidade nacional e dos macro-fundamentos das relações sociais nas sociedades “ocidentais” contemporâneas (conforme o entendimento gramsciano do termo).

A conceituação gramsciana de Estado Integral não permite nem separar nem identificar Estado e sociedade civil, mas toma-os de maneira profundamente imbricada, como duas faces de um mesmo fenômeno. O que significa considerar sociedade civil e sociedade política como momentos constitutivos e inseparáveis do Estado.

Essa interpretação se difere do paradigma neoliberal hegemônico, que compartimentaliza a realidade em setores estatal, mercantil e civil. Tal fragmentação acaba despolitizando a sociedade civil (ao separá-la do Estado), e a instrumentaliza conforme a direção privatizadora das relações sociais, como consequência e também para legitimar a diminuição do Estado.

A partir desses pressupostos, sociedade civil e democracia, em suas expressões na contemporaneidade e no contexto local estudado, manifestam formas e conteúdos não existentes no período histórico das análises gramscianas. As análises elaboradas remetem aos novos arranjos no interior da sociedade civil do século XXI, que exercem semelhante função de elaboração e difusão de consensos, de aparelhos privados de hegemonia. Desse modo, o que se intentou foi analisar essas expressões mobilizando categorias e conceitos alternativos e críticos às interpretações neoliberais, visando a um horizonte de criação de perspectivas contra-hegemônicas.

Os elementos conceituais desenvolvidos no primeiro capítulo formaram o fundamento a partir do qual foram trabalhados, no segundo capítulo, determinantes históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais das relações estabelecidas entre Estado e sociedade civil no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Configurações sociopolíticas nas quais e pelas quais foram forjados organismos sociais cujas formas predominantes de atuação tendem a conferir um caráter debilmente democrático à sociedade civil local.

A conjunção dos elementos conceituais a um quadro contextual nacional e local possibilitou tecer as análises desenvolvidas. A singularidade do contexto de Guarapuava manifesta uma heterogeneidade de formas e conteúdos expressos pelas organizações civis pesquisadas, o que foi demonstrado na elaboração de um perfil de organização, práticas desenvolvidas e relações estabelecidas entre si e com o Estado. E que revelou um universo civil organizacional, nos limites da amostra da pesquisa, constituído predominantemente por organizações não governamentais, às quais se somam associações e, em menor expressão, movimentos sociais.

Ao enfrentar o desafio a que este estudo se propôs, de analisar de maneira transversal diferentes expressões de organizações civis, foi possível demonstrar que não existem “tipos puros”. Ou seja, apesar de características predominantes nas formas de organização e relações estabelecidas, não há homogeneidade nos conteúdos produzidos. O que é demonstrado nas análises de que entidades socioassistenciais que estabelecem relações de “parceria” com o Estado também produzem conteúdos democratizantes, assim como movimentos sociais, que se organizam a partir do viés da reivindicação, atuam, por vezes, limitados a questões pontuais.

Como substrato das categorias analíticas, destaca-se um universo civil organizacional marcado pelo conservadorismo, que se expressa em uma cultura de não participação política e na desarticulação das relações estabelecidas das organizações entre si. Essa sociedade civil “gelatinosa”, ao se relacionar com o Estado, produz um conteúdo político localizado no âmbito da “pequena política”, expressando sua instrumentalização sob a direção intelectual e moral do neoliberalismo. A principal interface de relacionamento das organizações civis com o poder público municipal acontece mediada pelas políticas sociais, tomadas como “parceiras” no contexto de um Estado ampliado neoliberal, exercendo funções de proteção social.

Ao não se orientarem teleologicamente no sentido de uma democracia substantiva, prevalecem configurações e práticas (forma e conteúdo) limitadas a uma concepção restrita de democracia, de parca capacidade de influência sobre os condicionantes estruturais das relações sociais. Para Semeraro (2006, p. 180), “enquanto continuar a ocultar as contradições, a recorrer à fraude ideológica e a separar o político do econômico, o público do privado, o representado do representante, a pseudo-hegemonia que o neoliberalismo tenta inculcar nunca fundará a democracia”.

Guarapuava não é um oásis no deserto neoliberal, pois sofre as consequências das macropolíticas de ajuste impostas em nível federal e expressa, na forma e no conteúdo de seu universo civil organizacional, lógicas fragmentadoras da realidade, de mercantilização de direitos sociais e despolitizadoras do espaço público.

E, seguindo o movimento de colher subsídios analíticos no pensamento gramsciano, a fórmula frequentemente utilizada pelo autor, do “pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”, pode ser aplicada aos achados da pesquisa. Em suas palavras, é preciso “dirigir violentamente a atenção para o presente”, se o que se quer é transformá-lo (GRAMSCI, 2007, p. 295).

Trata-se do reconhecimento da necessidade da realização de análises que combatam distorções e falseamentos da realidade, mas que alimentem perspectivas de transformação. Significa, também, um alerta de como o realismo sem (ação) política pode levar à resignação ao *status quo*. Tendo em vista o que é possível e o que é necessário, o objetivo é desenvolver leituras e estratégias para alcançar o que é desejado (SASSOON, 2004).

Em Gramsci “tudo é política”: perspectiva de totalidade que considera todas as formas de práxis como portadoras da potencialidade da superação da esfera da manipulação imediata, de recepção passiva da realidade, para uma dimensão de transformação ativa do mundo social. Trata-se da compreensão de que a determinação das condições objetivas sobre a ação política ocorre “*in negativo*”, limitando o campo de ação do sujeito, o que não impede de todo sua liberdade de iniciativa e criatividade.

O “pessimismo da inteligência” e “otimismo da vontade” citados por Gramsci podem ser mobilizados nas análises realizadas acerca do universo civil organizacional de Guarapuava. O caráter “gelatinoso”, de uma sociedade civil pouco articulada e instrumentalizada aos interesses do bloco histórico neoliberal, acaba por limitar e falsear a democracia. No entanto, a dialética do pensamento gramsciano não permite tomar o “pessimismo da inteligência” como imobilismo, não suprime o germe do “otimismo da vontade” e, ao ultrapassar a aparência dos fenômenos, emergem do processo analítico “rupturas moleculares” (entendidas como elementos portadores de um potencial democratizador).

Entre os achados da pesquisa, ou como o esboço de um programa de fortalecimento da sociedade civil (alternativo ao seu caráter “gelatinoso”), destaca-se:

- A estruturação de redes, tanto dos diferentes segmentos organizacionais entre si quanto das redes intersetoriais de políticas públicas; e a criação de canais de comunicação entre diferentes segmentos organizativos da sociedade civil como início de um processo de maior articulação. Elementos apontados como embrionários para a elaboração de uma outra cultura, de combate ao conservadorismo local, em um movimento de elevação do senso comum acerca da participação da sociedade civil (instrumentalizada pelo neoliberalismo) em bom senso (repolitização da sociedade civil).
- As organizações civis pesquisadas se inserem, majoritariamente, como “parceiras” do Estado no campo das políticas sociais. Transcender o âmbito da “pequena política” não significa negar a continuidade das disputas nessa área, mas, para além da luta pela formalização e efetivação de direitos sociais, qualificar leituras e prospecções que se aproximem do campo da “grande política”. O que, na singularidade local, é expresso pelo potencial democratizador que contém as organizações ao promoverem o exercício do

protagonismo dos segmentos arrolados em suas ações, podendo manifestar estratégias de resistência e enfrentamento da subalternidade.

- Na relação hegemônica, o processo de elaboração do consentimento não é imune a oposições. O que é expresso em posicionamentos no sentido de defesa de projetos societários e disputa pelo Estado (tensões de projetos menos visíveis na aparência, mas existentes nas diversas organizações políticas em luta pela hegemonia); a favor do fortalecimento do controle social em detrimento da execução das políticas sociais; e numa leitura da administração pública que supera o imediatismo, no sentido de sua profissionalização e institucionalização. Direcionamentos que não se manifestam de forma coesa, mas demonstram noções e posicionamentos mais identificados ao âmbito da “grande política”.
- A radicalização da democracia em seus conteúdos substantivos, para o que a realidade das relações locais lança algumas pistas: apesar da inegável necessidade de reelaboração dos limites da democracia representativa, o reconhecimento de canais tradicionais de representação política como uma estratégia legítima de atuação na defesa de seus interesses. Posicionamento que se desdobrou, no contexto estudado, na eleição para os poderes legislativo e executivo locais de representante do movimento social, gerando um processo de incentivo ao protagonismo político de segmentos subalternizados. Além disso, a experiência relatada demonstrou o quanto a “organicidade” da representação resultou em vínculos que legitimaram a representação do mandato.
- Ao que se soma a qualificação dos institutos de democracia participativa, como os conselhos, especialmente por meio da participação de segmentos social e politicamente excluídos, possibilitando-lhes vocalizar suas demandas. Para o que as organizações pesquisadas podem contribuir através do aprofundamento de práticas educativas para participação política, não apenas desempenhando a função de representar os segmentos a que se vinculam, mas desenvolvendo ações que promovam o protagonismo dos sujeitos.

No contexto local analisado, o potencial democratizador da sociedade civil se manifesta também ao se projetarem as organizações “em direção ao Estado”, através de institutos de democracia representativa e participativa (com menor intensidade naquela

do que nesta). Mas principalmente, enquanto “aparelhos privados de hegemonia”, na contribuição para democratização das relações sociais na base da sociedade.

A perspectiva gramsciana, ao criticar o “espontaneísmo” e “voluntarismo” de movimentos contestatórios e atribuir importância fundamental às funções de direção, encaminha-se no sentido de reconhecer a necessidade do envolvimento com as “impurezas” das atuais formas de organização popular. Também no de se analisar atenta e criticamente os “novos fermentos de uma filosofia da práxis que se renova impetuosamente nas práticas político-pedagógicas populares” (SEMERARO, 2006, p. 257).

Identificar potencialidades de embates por outros padrões relacionais com o Estado possibilita tecer análises que extrapolam visões homogeneizadoras da sociedade civil. Ainda que manifestando debilidades e contradições, não se pode negar sua capacidade criativa. Interpretá-la como expansão do conteúdo ético do Estado significa reconhecer que o aparelho hegemônico é atravessado pela luta de classes, a qual, na contemporaneidade, assume variados contornos, resultantes da complexificação das relações sociais. A reelaboração da filosofia da práxis, na atualidade, não pode desconsiderar a ampliação do conceito de política, de modo que a hegemonia deve ser equacionada com a questão do poder e suas múltiplas manifestações.

A realidade sociopolítica brasileira é marcada pela dominação heterônoma e autoritária, expressões da formação do Estado em um país colonizado. A mobilização das categorias do pensamento gramsciano permite subverter o determinismo e estimular forças sociais dos subalternizados a passar da sujeição à subjetivação da ação política.

Ao tomar a historicidade da divisão entre governantes e governados, Gramsci desnaturaliza as relações de domínio e propõe uma nova maneira de governar, não apenas limitada a uma gestão mais eficiente do capitalismo, mas de modo que a disputa democrática possibilite aos dominados a superação de um sistema social de desigualdade estrutural e combinada. O que significa uma reconfiguração do Estado, fundado em um poder em sentido efetivamente popular e que resulte em justiça social, conforme os conteúdos remetidos à noção de democracia expressos pelos sujeitos da pesquisa.

Os elementos pinçados da realidade local podem ser considerados germes de um “otimismo da vontade”, como uma perspectiva não redutora da realidade apenas ao que

aparentemente existe, mas tomada como a soma de tudo o que nela é emergente como possibilidade.

Para Luiz (2011), a consciência da sociedade capitalista é determinada por seus fundamentos filosóficos, culturais, econômicos e sociais hegemônicos, absorvidos ideologicamente e expressos em todas as dimensões da vida social. Semeraro (2006) explica que a essência da hegemonia de uma classe dirigente assenta-se justamente na capacidade de produzir, ao lado da riqueza material, uma riqueza teórica, a elaboração de uma visão própria de mundo, não subordinada ou colonizada por patrimônios ideológicos alheios. E é nesse ponto que se mostra a importância da elaboração de outro entendimento acerca da sociedade civil e do Estado. De uma perspectiva de totalidade que supere a separação (ideologicamente operada) entre economia e política e que resgate a dimensão política (em sentido “amplo”) da sociedade civil, reconhecendo-a como instrumento teórico-prático.

Este estudo enfrentou o desafio de mobilizar concepções alternativas tanto às noções assimiladas pelo senso comum quanto às hegemônicas no campo da produção do conhecimento científico. Neste contexto, se posicionou em defesa da afirmação de um conceito de sociedade civil e democracia que possibilite trabalhar adequadamente com a complexidade do social, desvelando concepções colonizadoras e que potencialize o exercício da criatividade, da elaboração de alternativas, da criação de “outros Estados”, na construção do momento “ético-político”, em que as classes subalternas se elevem a um nível superior, a partir de baixo, em uma perspectiva de emancipação social.

Criar novas explicações é fundamental no atual contexto de crise orgânica do bloco histórico neoliberal. Conforme explica Gramsci (2007, p. 184), “[...] a crise consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados”. O tempo presente manifesta alarmantes “patologias” sociais e políticas, algumas novas e muitas reemergentes, mas que em seu conjunto têm se mostrado ameaçadoras até mesmo da democracia liberal. Por isso a importância de se criarem novas concepções de mundo e sociedade, na composição de um caráter crítico e de enfrentamento ao projeto neoliberal, por meio da incorporação de fundamentos teóricos e da defesa de prospecções prático-políticas emancipatórias.

Segundo os conteúdos desenvolvidos, na relação entre sociedade civil e democracia, o que está em jogo é a luta hegemônica. O que se intentou neste estudo foi apresentar uma visão reflexiva, analítica, crítica e alternativa à concepção hegemônica neoliberal de sociedade civil e democracia, tomadas como parâmetro de análise de manifestações da realidade de um contexto local, que podem servir de subsídio para compreensão das relações sociopolíticas brasileiras na contemporaneidade.

Por fim, destaca-se que a produção do conhecimento ocorre de forma dinâmica e processual, e que esta pesquisa pode ser considerada o resultado de uma aproximação inicial ao seu objeto de estudo, remetido a expressões da organização da sociedade civil em Guarapuava (PR), de modo que esta tese não representa um ponto final, mas um marco significativo de uma jornada de estudos.

É inerente ao processo investigativo chegar ao fim com novas indagações e neste caso não foi diferente. Além dos objetivos orientadores do trabalho, o intuito foi também contribuir para o processo de compreensão da realidade sociopolítica local e fomentar novas discussões e pesquisas sobre o tema. Dentre as questões emergentes destacam-se as atuais ameaças à democracia em variados contextos mundo a fora, especialmente no Brasil, e os rebatimentos da fragilização das instituições democráticas nas organizações da sociedade civil, em seus modos de organização, repertórios de atuação e relações com o Estado.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALVES, Dan Júnior. **O perfil das demandas para proteção social dos catadores de materiais recicláveis de Guarapuava-PR**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012.

AMMANN, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. In: **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, nº 91, nov. 2011. pp. 23-52.

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2010. Disponível em: http://www.pnud.org.br/IDH/Default.aspx?indiceAccordion=1&li=li_AtlasMunicipios. Acesso em fev. 2016.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BARATTA, Giorgio. Cultura. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

BARDIN, Laurence. **A análise de conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BECKER, Maria Lucia. Sociedade civil, esfera pública e mídia: confrontos e convergências entre diferentes concepções. In: LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia. **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras Editora, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BIANCHI, Alvaro. Revolução passiva: o pretérito do futuro. In: **Crítica Marxista**, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.23, 2006.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: GENTILI, P. SADER, E. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.

_____. **Brasil 2003: ¿los inicios de un nuevo ciclo histórico?** In: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2003.

_____. **O socialismo no século 21: há vida após o neoliberalismo?** 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOSCHI, Renato Raul. **A arte da associação: política de base e democracia no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1987.

BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda, 2009.

BRASIL, CapacitaSuas. **Planos de Assistência Social: diretrizes para elaboração**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Volume 3. Brasília, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **Concepção de rede intersetorial**. Texto para discussão, 2001.

BURGOS, Raúl. Da democratização política à radicalização da democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais. *In*: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. (Orgs.). **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. *In*: DADOS, Vol. 40, nº 2, 1997.

CASTEL, Robert. **A insegurança social: o que é ser protegido?** Tradução de Lúcia M. Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COSPITO, Giuseppe. Dirigentes-dirigidos. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937)**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

COSTA, Lucia Cortes da. **Os impasses do Estado Capitalista**. Uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. Ponta Grossa: UEPG Editora e Cortez Editora, 2006.

COSTA, Lucia Cortes da; MOREIRA, Dircéia. **O Estado como eticidade: apontamentos sobre o direito penal a partir de Hegel**. Revista Emancipação, Ponta Grossa, vol. 13, n. 2, p. 253-265, jul.-dez./2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios**. 2 ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

_____. Catarse. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Socialismo e Democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, A. (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

DAGNINO, Evelina (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES; Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95 – 110.

DAGNINO, Evelina. OLVERA, Alberto J. e PANFICHI, Aldo (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. (Orgs.). **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2007.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DURIGUETTO, Maria Lucia. **Sociedade civil e democracia: um debate necessário**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Democracia: apontamentos do debate liberal e marxista**. In: Revista Emancipação, v. 11, n. 2, Ponta Grossa, 2011.

DURIGUETTO, Maria Lucia; SILVA, Karina Nogueira; SOUZA, Alessandra Ribeiro de. **Sociedade civil e movimentos sociais: debate teórico e ação prático-política**. Rev. Katálisis Florianópolis. v. 12, n. 1 p. 13-21 jan./jun. 2009.

ESTANQUE, Elísio. A metodologia de observação participante e o poder despótico na fábrica. In: TORRES, Leonor Lima; PALHARES, José Augusto (orgs.). **Metodologia**

de investigação em Ciências Sociais da Educação. Universidade do Minho, Coleção Ciências Sociais da Educação, Edições Húmus, 2014.

_____. **Classe média e lutas sociais: ensaio sobre sociedade e trabalho em Portugal e no Brasil.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

FAGNANI, Eduardo. **A política social do governo Lula (2003 – 2010): perspectiva histórica.** Texto para discussão, IE/Unicamp, n. 192, junho, 2011.

FAORO, R. **Os Donos do Poder.** 10 ed. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FAVARO, J. L. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural:** sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná. Tese de doutorado. Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

FERREIRA, Aparecida de Jesus; SCHIMANSKI, Edina; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A triangulação como recurso metodológico na pesquisa social. *In:* BOURGUIGNON, Jussara Ayres; JUNIOR, Constantino Ribeiro de Oliveira. (org.). **Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias.** Ponta Grossa, PR: TODAPALAVRA, 2012.

FICSHER, Tânia. Poder local, um tema em análise. *In:* FICSHER, T. (org.). **Poder local, governo e cidadania.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1993.

FILIPPINI, Michele. Governados-governantes. *In:* LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937).** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

FIUZA, Solange Cristina Rodrigues. **Famílias, poder e políticas sociais em Guarapuava-PR.** Tese de Doutorado em Serviço Social e Política Social. Universidade Estadual de Londrina, 2016.

FLEURY, Sônia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

GIUSTINA, Emilie Faedo Della. **A participação da sociedade civil e a questão da segurança alimentar e nutricional em Guarapuava-PR.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 2, 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 1. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 3. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1978.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. [et. al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1º ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. Tradução de Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Editora Paidéia Ltda, 1987.

HIRATA; H. KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

IANNI, Octavio. **O Príncipe eletrônico**. In: Perspectivas. São Paulo, 22: 11-29, 1999.

_____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IASI, Mauro Luis. **De onde vem o conservadorismo?** Blog da Boitempo. Publicado em 14 de abril de 2015.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível no site <<http://www.ibge.gov.br/home/estatística/popul>> Acesso em fev. de 2016.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do Território Paraná Centro**. Curitiba: IPARDES, 2010.

JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. **A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor**. In: Revista Saúde e Sociedade v.13, n.1, p.25-36, jan-abr 2004.

KOLOGY, Andressa. **Conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente de Guarapuava/PR: a sociedade civil e o controle social**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2012.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LANDIM, Leilah. **Para Além do Mercado e do Estado? Filantropia e Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

LAVALLE, Adrián Gurza; CASTELLO, Graziela; BICIR, Renata Mirandola. **Os bastidores da sociedade civil: protagonismos, redes e afinidades no seio das organizações civis**. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP, São Paulo, 2006.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Associações, participação e representação: combinações e tensões**. Lua Nova, São Paulo, 84: 353-364, 2011.

_____. **Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 29, n. 85, junho/2014.

LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia. **Sociedade civil e democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras Editora, 2010.

_____. **Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

MARANHÃO, César. A ideologia neodesenvolvimentista: crise do capital, novas estratégias e velhas promessas da classe dominante brasileira. In: MONTAÑO, Carlos (org.). **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTORANO, Luciano Cavini. **Conselhos e democracia**: em busca da socialização e da participação. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Rogério de Souza. Crítica e resignação nas atuais relações entre as ONGs e o Estado no Brasil. *In*: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. (Orgs.). **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2007.

MENDES, Valdenésio Aduci. **Alcances e limites do conceito de sociedade civil em Antonio Gramsci**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

_____. **A sociedade civil em Hegel e Marx**. Revista Emancipação, Ponta Grossa, vol. 12, n. 2, p. 235-252, jul.-dez./2012.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. **Reestruturação produtiva e Serviço Social**. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1999, p. 33-49.

NERI, Marcelo. **A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide**. São Paulo: Saraiva, 2012.

NETO, Estevam Alves Moreira. Sobre a sociedade civil em Hegel, Marx e Gramsci. *In*: **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina** – Imperialismo, nacionalismo e militarismo no Século XXI. ISSN: 2177-9503, Londrina, UEL, 2010.

NETTO, José Paulo. **A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova**. Serviço Social e Sociedade. n. 79, São Paulo: Cortez, 2004.

NEVES, Marília Nogueira. **Rede de atendimento social: uma ação possível?** Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio (orgs.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda. In: AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. Sociedade civil, entre o político-estatal e o universo gerencial. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 52, jun/2003a.

_____. As três idéias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, Carlos Nelson. TEIXEIRA, Andréa de Paula. **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

_____. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **As ruas e a democracia**. Brasília: Fundação Astrogildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: GENTILI, Pablo. SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995. p. 24-28.

OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PEREIRA, Karine Yanne de Lima; TEIXEIRA, Solange Maria. **Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social**. In: Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114-127, jan/jun 2013.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In: MONNERAT, G. L; ALMEIDA, N. L. T; SOUZA, R. G. (orgs.). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas-SP: Papel Social, 2014.

PETRAS, James. Prefácio. In: MONTAÑO, Carlos. **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”**. São Paulo: Cortez, 2014.

POCHMANN, Márcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PORTA, Lelio La. Consenso. *In*: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano** (1926-1937). 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

PORTUGAL, Sílvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica**. Oficina do CES, n. 271, março/2007.

PRATES, Angela Maria Moura Costa. **O exercício profissional do assistente social: a garantia de direitos sociais em políticas de combate à pobreza no centro sul do estado do Paraná**. Tese de doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2016.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. *In*: MARICATO, E. [et. al.]. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SASSOON, Anne Showstack. **Gramsci and contemporary politics: beyond pessimism of the intellect**. London and New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2004.

SCHONS, Selma. Maria. A Teoria Política do Estado Ampliado em Gramsci. *In*: **Revista Publicatio UEPG – Ciências Humanas**. Ponta Grossa, Editora UEPG, vol. 2, n. 1, p. 53-71, 1994.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a Revolução**. São Paulo: Alameda, 2006.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

_____. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

_____. **A “utopia” do Estado Ético em Gramsci e nos movimentos populares**. R. Educ. Públ, Cuiabá, vol. 20, n. 44, p. 465-480, set/dez 2011.

_____. Anotações baseadas na palestra “**Sociedade Civil em Gramsci**”, ministrada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 31/10/2013.

SHIMANSKI, Elizabete Fernanda. **Conservadorismo e tradição em Ponta Grossa: representação social, mito ou realidade na política social?** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007.

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2005.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, num. 16, jul/dez 2006, pp. 156-179.

SILVA, Walderez Pohl da. **Entre Lustosa e João do Planalto: a arte política na cidade de Guarapuava (1930-1970)**. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2008.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. **Transformações no Estado de Bem-estar social e seguridade social**. Palestra ministrada no II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas: “Os direitos sociais e a cidadania no contexto atual”. Ponta Grossa, 23 de novembro de 2017.

SIMIONATTO, Ivete. **O social e o político no pensamento de Gramsci**. In: Gramsci e o Brasil. Publicado em 1997.

Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294>. Acesso em outubro de 2017.

_____. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, A. (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. Estado e Democracia. In: COSTA, L. C. **Estado e democracia: pluralidade de questões**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2008. p. 13-14.

_____. Razões para continuar utilizando a categoria sociedade civil. In: LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia. (org.). **Sociedade Civil e Democracia: expressões contemporâneas**. São Paulo: Veras, 2010.

_____. Marxismo gramsciano e o Serviço Social: interlocuções mais que necessárias. In: **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro. v. 09. n. 27, p. 17-33, jul. 2011.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOBOTKA, Emil Albert. Organizações civis: buscando uma definição para além de ONGs e “terceiro setor”. In: **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. Ano 2, n. 1, 2002.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. Participação e Controle Social. In: SALES, Mione Apolinário; MATOS, Maurílio Castro de; LEAL, Maria Cristina (orgs.) **Política Social**,

Família e Juventude: uma questão de direitos. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 167-187.

SPOSATI, Aldaíza; RODRIGUES, Fernanda. **Sociedade-providência: uma estratégia de regulação social consentida.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 42, maio, 1995.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). Marx: política e revolução. In: _____. **Clássicos da política 2.** 10. ed. São Paulo: Ática, 2001. p. 225-278.

WOOD, Ellen. Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico.** Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização as políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, E. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.

_____. Os desafios da articulação entre Sociedade Civil e Sociedade Política sob o marco da democracia gerencial. O caso do Projeto Rede Criança em Vitória/ES. In: DAGNINO, Evelina. OLVERA, Alberto J. e PANFICHI, Aldo (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006.

TEIXEIRA, E. (Coord.). **Sociedade civil na Bahia: papel político das organizações.** Salvador: EDUFBA, 2008.

TEMBIL, Marcia. **Em busca da cidade moderna: recompondo histórias, tecendo memórias.** Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

VOZA, Pasquale. Bloco histórico. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (orgs.). **Dicionário Gramsciano (1926-1937).** 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

**APÊNDICE A – Levantamento das Organizações da Sociedade Civil em
Guarapuava (PR)**

Formulário de Cadastro

Nome:

Contato:

Ano de Fundação:

Área de abrangência:

Área de atuação:

Objetivos:

Principais ações desenvolvidas:

Valores da organização:

APÊNDICE B – Perfil das Organizações civis de *finis públicas*

Questionário⁷⁰

Data: ____/____/____

Nome da organização: _____

INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

1 - Como é a organização interna?

1.1 - ☐ secretaria

1.2 - ☐ comissões

1.3 - ☐ colegiados

1.4 - ☐ diretoria

1.5 - ☐ outra

1.5.1 - Qual _____

1.6 - ☐ N.S.

1.6 - ☐ N.R.

2 - Há eleição para diretoria? 2.1 – ☐ Sim 2.2 – ☐ Não

2.3 - N.S. 2.4 - N.R.

3.1 - Se sim:

3.1.1 - ☐ Número de membros da diretoria: _____

3.1.2 - ☐ Como acontece essa eleição: _____

3.1.3 - ☐ Qual o tempo de mandato: _____

3.1.4 - ☐ Número de votantes: _____

3.1.5 ☐ N.S.

3.1.6 ☐ N.R.

4 - Quais as fontes de recursos da organização?

4.1 - ☐ contribuições de membros

4.2 - ☐ fixa

4.3 - ☐ voluntária

4.4 - ☐ autofinanciamento através de realização de eventos

4.5 - ☐ doações de indivíduos e/ou entidades privadas

4.6 - ☐ recursos do Estado (Município, Estado, União)

4.7 - ☐ financiamento internacional

4.8 - ☐ prestação de serviços 4.8.1- Especifique: _____

4.9 - ☐ outros 4.9.1 - Qual: _____

4.10 - ☐ N.S.

4.11 - ☐ N.R.

5 - Para quem a organização presta contas?

⁷⁰ Questionário adaptado de instrumento utilizado na pesquisa “Associativismo civil na cidade de Ponta Grossa: um perfil quantitativo”. Estudo realizado por professores e acadêmicos em processo de Iniciação Científica, no período de 2010/2 a 2011/1, junto a expressões associativas da cidade de Ponta Grossa (PR).

- 5.1 - () aos associados
 5.2 - () as entidades financiadoras
 5.3 - () órgãos fiscalizadores do Estado
 5.4 - () outros 5.4.1- Qual: _____
 5.5 - () N.S.
 5.6 - () N.R.

6 - Tipo de prestação de contas:

- 6.1 - () balanço e/ou livro-caixa
 6.2 - () relatórios de atividades e financeiros
 6.3 - () conselho fiscal
 6.4 - () assembleia
 6.5 - () outro 6.5.1 -
 Qual: _____
 6.6 - () N.S.
 6.7 - () N.R.

PRÁTICAS

7 - Breve histórico das principais ações desenvolvidas pela organização:

8 - Objetivos e propostas da organização:

9 - Território de atuação da organização:

- 9.1 - () Bairro
 9.2 - () Município
 9.3 - () Regional
 9.4 - () Estadual
 9.5 - () Nacional
 9.6 - () Internacional
 9.7 - () Outra 9.7.1 - Qual: _____
 9.8 - () N.S.
 9.9 - () N.R.

10 - Como é a participação dos envolvidos:

- 10.1 - () Através de filiação formal
 10.2 - () Através de forma espontânea
 10.3 - () Outras formas 10.3.1 - Qual: _____
 10.4 - Número de participantes totais: _____ 10.4.1 - Ativos: _____
 10.4.2 - Homens: _____ 10.4.3 - Mulheres: _____
 10.5 - () N.S.
 10.6 - () N.R.

11 - Qual a forma de atuação da organização:

- 11.1 - () realiza reuniões de grupo
 11.2 - () presta serviços espontâneos

- 11.3 - () faz seminários e palestras
- 11.4 - () realiza estudos e pesquisas
- 11.5 - () presta serviços pagos
- 11.6 - () presta serviços sócio assistenciais não pagos
- 11.7 - () realiza atividades recreativas ou esportivas
- 11.8 - () outra 11.8.1 - Qual: _____
- 11.9 - () N.S.
- 11.10 - () N.R.

12 - Durante as assembleias/reuniões com todos os participantes, quais assuntos são decididos:

- 12.1 - () administrativos/burocráticos
- 12.2 - () gestão interna (escolha de representantes, programas, estratégias, etc)
- 12.3 - () externos (articulação, parcerias, redes, intervenções)
- 12.4 - () outros 12.4.1 - Quais: _____
- 12.5 - () N.S.
- 12.6 - () N.R.

PRÁTICAS E RELAÇÕES

13 - A organização tem algum tipo de parceria:

- 13.1 - () Partidos políticos e políticos
 - 13.1.1 - Como _____
 - 13.1.2 - () Não
- 13.2 - () Entidades religiosas
 - 13.2.1 - Como _____
 - 13.2.2 - () Não
- 13.3 - () Órgãos internacionais
 - 13.3.1 - Como _____
 - 13.3.2 - () Não
- 13.4 - () Movimentos Sociais
 - 13.4.1 - Como _____
 - 13.4.2 - () Não
- 13.5 - () Outras entidades/organizações sociais
 - 13.5.1 - Como _____
 - 13.5.2 - () Não
- 13.6 - () Fóruns
 - 13.6.1 - Como _____
 - 13.6.2 - () Não
- 13.7 - () N.S.
- 13.8 - () N.R.

14 - Que tipo de atividades sua organização realiza em conjunto com outras associações:

- 14.1 - () nenhuma

- 14.2 - () palestras
- 14.3 - () seminários
- 14.4 - () fóruns
- 14.5 - () feiras e festas
- 14.6 - () reivindicações em geral e específicas
- 14.7 - () melhorias para a categoria
- 14.8 - () defesa de causas comuns
- 14.9 - () outras 14.9.1 - Qual: _____
- 14.10 - () N.S.
- 14.11 - () N.R.

15 - A organização recebe algum tipo de assessoria:

- 15.1 () Sim 15.1.1 De quem: _____
- 15.1.2 - Como acontece: _____
- 15.2 () Não.
- 15.3 - () N.S.
- 15.4 - () N.R.

16 - Que tipo de relação a organização mantém com órgãos públicos:

- 16.1 - () nenhuma
- 16.2 - () realiza discussões
- 16.3 - () promove eventos
- 16.4 - () realiza campanhas
- 16.5 - () realiza seminários
- 16.6 - () promove cursos de capacitação profissional
- 16.7 - () proporciona melhorias para os bairros
- 16.8 - () outras 16.8.1 Quais: _____
- 16.9 - () N.S.
- 16.10 - () N.R.

17 - A organização participa de Conselhos Municipais?

- 17.1 - () Sim;
- 17.2 - () Não
- 17.3 Por quê: _____
- 17.4 - () N.S.
- 17.5 - () N.R.

18 - Se a organização participa, quais são os conselhos?

- 18.1 - () saúde
- 18.2 - () educação
- 18.3 - () trabalho
- 18.4 - () emprego
- 18.5 - () criança e adolescente
- 18.6 - () meio ambiente
- 18.7 - () cultura
- 18.8 - () assistência social
- 18.9 - () habitação
- 18.10 () segurança pública (polícia, bombeiros)
- 18.11 () outros 18.11.1 quais? _____

19. A organização participa de mobilizações públicas?

19.1 () Não

19.2 () Sim 19.2.1 Quais? _____

19.2.2 De que forma? _____

APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Data: ____/____/____

NOME DA ORGANIZAÇÃO:

1) Sobre a organização:

- 1.1 Quais os objetivos de existência da organização?
- 1.2 Qual a efetiva contribuição das ações desenvolvidas pela organização?
- 1.3 Como é a autonomia financeira da organização? Subsiste de que tipo de recursos?

2) Relações estabelecidas com organizações da Sociedade Civil:

- 2.1 De que forma se relaciona com outras organizações da Sociedade Civil? Por que se relacionam? Em que situações? Com quais objetivos?
- 2.2 Há espaços coletivos de discussão entre as organizações dessa área de atuação? (para resolução de conflitos, decisões mais amplas, etc.)
- 2.3 De forma geral, como analisa a relação estabelecida com as demais organizações da sociedade civil no município?

3) Relações estabelecidas com o Estado (entendido como poder público municipal):

- 3.1 Por que se relacionam com o Estado? De que forma? Em que situações? Com quais objetivos? Quais os canais mais utilizados? (contatos com vereadores, prefeito, funcionários públicos, secretários de governo, reuniões, participa em conselhos, comissões, no período eleitoral, ocupa cargos públicos eletivos e ou nomeados, utilização da mídia, etc.)?
- 3.2 Na sua área, como são elaboradas as propostas de ação no município? Quem elabora? De que forma? Há participação do público-alvo?
- 3.3 Como a organização faz suas reivindicações junto ao Estado? Há negociação entre a organização e o poder público municipal? Como se dá esse processo? Quais as dificuldades? Quais as conquistas?
- 3.4 O poder público municipal acompanha as ações desenvolvidas pela organização? De que forma? Contínuo ou pontual?
- 3.5 A organização tem retorno quanto ao encaminhamento de suas demandas para o poder público? Se sim, de que forma?

3.6 Identifica na história da organização momentos ou ações de enfrentamento com o Estado?
Se sim, por quê? E atualmente?

3.7 Há viabilidade de existência da organização sem os recursos do Estado?

3.8 Por que o Estado subsidia o funcionamento da organização?

3.9 Pode substituir a existência do Estado na sua área de atuação?

3.10 Qual a perspectiva de continuidade dessas relações estabelecidas? Como gostaria que fossem essas relações? Com mudanças? Continuidade?

3.11 De forma geral, como analisa a relação estabelecida com o poder público municipal?

4) Perspectivas de construção democrática:

4.1 Em que momentos da história de Guarapuava a organização se fez presente politicamente?

4.2 Qual o papel da organização com relação à democracia no município?

4.3 A organização se faz presente em espaços de participação institucionalizados municipais (conselhos, conferências, câmara municipal)? Quais interesses e demandas a organização defende nesses espaços?

4.4 Como é a relação da organização com partidos políticos?

5) Como caracterizam a sociedade civil guarapuavana, de uma forma geral?

5.1 O que entende por democracia? Guarapuava pode ser considerada um município democrático?

APÊNDICE D – Organização interna

Organização interna					
Organização	Número de membros da diretoria	Tempo de mandato	Número de votantes	Eleições realizadas	Forma de realização da eleição
Caritas Socialis	8	4 anos	30 a 40 associados	N.S.	Assembleia eletiva
Instituto Educacional Dom Bosco	4	4 anos	N.S.	N.S.	N.S.
Centro de Nutrição Renascer	6	2 anos	Varia conforme adesão dos órgãos	9	Assembleia geral - convocação em edital
Centro Educacional João Paulo II	3	2 anos	N.S.	N.S.	Assembleia do Conselho
Observatório Social	5	2 anos	N.S.	3	Assembleia
UGAM	6	2 anos	N.S.	18	Edital para as associações de moradores
Outro Olhar	4	4 anos	12 associados	--	Assembleia dos associados
CEMPO	--	--	--	--	--
Movimento de Mulheres da Primavera	5	2 anos	De 10 a 20 pessoas (quem estiver presente na reunião)	3 ou 4	Durante as reuniões do movimento

Fonte: Questionário Perfil.
Organização: A autora.

APÊNDICE E – Número de participantes

Organização	Número de participantes totais	Homens	Mulheres
Caritas Socialis	22	2	20
Instituto Educacional Dom Bosco	19	7	12
Centro de Nutrição Renascer	22	4	18
Centro Educacional João Paulo II	20	4	16
Observatório Social	10	8	2
UGAM	23 Associações de moradores com média de 12 pessoas	--	--
Outro Olhar	18	05	13
CEMPO	N.R.	--	--
Movimento de Mulheres da Primavera	30 a 40	Participam apenas em eventos	Participam das reuniões e eventos

Fonte: Questionário Perfil.
Organização: A autora.